

Cadernos
de
Letras
da **UFF**

n° 59

Cadernos de Letras da UFF

nº 59

Dossiê:

**Discurso político: processos de significação
em tempos de *fake news***

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INSTITUTO DE LETRAS

Niterói, RJ

2º Semestre 2019

CADERNOS DE LETRAS DA UFF

Publicação semestral do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense

Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Vice-Reitor: Fabio Barboza Passos

Diretora do Instituto de Letras: Carla de Figueiredo Portilho

Vice-Diretora: Sílvia Sousa

EDITORAS

Sílvia Maria de Sousa, Instituto de Letras, UFF, Brasil

Carla de Figueiredo Portilho, Instituto de Letras, Brasil

ASSISTENTE EDITORIAL

Marcelo Guerra, UFF, Brasil

COMISSÃO EXECUTIVA (2017-2019)

Ana Isabel Borges, Universidade Federal Fluminense, (UFF), Brasil

Luciana Sanchez-Mendes, Universidade Federal Fluminense, (UFF), Brasil

Silmara Dela Silva, Universidade Federal Fluminense, (UFF), Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Catherine Dumas, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3

Célia Marques Telles, UFBA, Brasil

Claudia Poncioni, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França

Claudio Cezar Henriques, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Dermeval da Hora, UFPB, Brasil

Edvaldo Balduino Bispo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, (UFRN), Brasil

Gerald Bär, Universidade Aberta Portugal, Portugal

Eliana Yunes Eliana Lucia Yunes, PUC-Rio, Brasil

Freda Indursky, (UFRGS), Brasil

Greg Mullins, Evergreen College, Estados Unidos da América do Norte

Hanna Jakubowicz Batoréo, Universidade Aberta Lisboa, Portugal, Portugal

Joana Matos Frias, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

José Luís Jobim, Universidade Federal Fluminense, (UFF), Brasil

Laura Padilha, Universidade Federal Fluminense, (UFF), Brasil

Luiz Fernando Valente, Brown University, Estados Unidos da América do Norte

Marcelo Jacques de Moraes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, (UFRJ), Brasil

Marcos Luiz Wiedemer, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

Maria Luiza Braga, Universidade Federal do Rio de Janeiro, (UFRJ), Brasil

Mariângela Oliveira, Universidade Federal Fluminense, (UFF), Brasil

Pedro Eiras, Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, Portugal

Pedro Serra, Universidad de Salamanca - Espanha

Roberto Acízelo Quelha de Souza, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil Simone Caputo

Gomes, Universidade de São Paulo, Brasil

Solange Coelho Vereza, Universidade Federal Fluminense, (UFF), Brasil

Vanda Anastácio, Universidade de Lisboa, Portugal

Vânia Pinheiro Chaves, Universidade de Lisboa, Portugal

Viviana Gelado, Universidade Federal Fluminense, (UFF), Brasil

ORGANIZAÇÃO do número 59: Bethania Mariani e Silmara Dela Silva, UFF, Brasil

COORDENAÇÃO DA REVISÃO: Glória Braga Onelley, Universidade Federal Fluminense, Brasil -

Nadja Pattersi Souza Silva, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

REVISÃO: Aline Erthal, UFF, Brasil - Glayci Kelli Reis da Silva Xavier, Colégio Pedro II / UFF, Brasil - Maria Clara

Cunha Machado, UFF, Brasil - Mariana Andrade, UFF, Brasil - Bárbara Martins, UFF, Brasil - Matheus Guarino

de Almeida, UFF, Brasil - Matheus Guarino Sant'Anna Lima de Almeida (bolsista), UFF, Brasil - Gabriela Natal

de Oliveira da Silveira, UFF, Brasil

EQUIPE TÉCNICA: Elir Ferrari, Editoração no Seer/OJS, Brasil

Marcos Antonio de Jesus, Editoração eletrônica / diagramação, Brasil

Campus do Gragoatá - Bloco C - sl. 515 - Niterói - RJ - CEP 24210-201 BRASIL

e-mail: cadernosdeletras@vm.uff.br

CADERNOS DE LETRAS: Universidade Federal Fluminense

Instituto de Letras.

Niterói: Instituto, 1990.

Semestral

1. Análise do discurso. 2. Estudos sobre políticas. 3. Literatura brasileira.

SUMÁRIO

Apresentação, 9

Entrevista

Discurso político: processos de significação em tempos de *fake news* – Uma entrevista com Freda Indursky, 13

Bethania Mariani

Silmara Dela Silva

Dossiê

***Fake news*: um exame semiolinguístico da desinformação em ambientes sociointerativos digitais, 33**

Alexandre Henrique dos Santos Monteiro

Ilana da Silva Rebello

PL nº 867/2015: uma breve análise dos processos de subjetivação no discurso da escola sem partido, 49

Alisson França Santos

O político em foco: análise de representações para o ator social Michel Temer em textos opinativos, 63

Caroline Teixeira Bordim

Gesselda Somavilla Farencena

Homens e mulheres no discurso político: quem “vota Wilson”?, 83

Ceres Ferreira Carneiro

***Fake news*: discrepância de sentidos e efeitos sobre as resistências, 97**

Evandra Grigoletto

Helson Flávio da Silva Sobrinho

**“Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 08:32):
efeitos de simulação no discurso político online, 115**

Gabriela de Mello Silva

Aracy Ernst

Vívian Vieira

O jornalismo na era digital e as *fake news*, 133

Gustavo Haiden Lacerda,

Luciana Cristina Ferreira Dias Di Raimo

**Caracterização e funcionamento da refutação
em debate eleitoral, 147**

Gustavo Ximenes Cunha

**Quem as feministas elogiam? A indeterminação
sintática e seu funcionamento nas *fake news*, 177**

Lais Virginia Alves Medeiros

Raquel Noronha

**O testemunho de uma experiência humana:
uma análise enunciativa, 191**

Márcio Battisti

Claudia Stumpf Toldo Oudeste

***Fake news* e democracia: contribuições da semiótica discursiva
acerca da verdade e da informação na internet, 205**

Marcos da Veiga Kalil Filho

#Fato ou #fake: efeitos de verdade e a política do silêncio, 221

Milene Maciel Leite

Ariana Rosa Silva

**A manipulação informativa e seu modus operandi
no enquadramento ideológico nas redes sociais, 235**

Paulo Henrique Duque

Eduardo Alves da Silva

***Fake news* no sentido extra-moral, ou sobre
a realidade material das palavras, 249**

Rafael Miguel Alonso

**A democracia e o nosso sangue: paráfrase discursiva e
compreensão das referências, 263**

Rodrigo Oliveira Fonseca

**Gosto, logo acredito:
O funcionamento cognitivoargumentativo das *fake news*, 279**

Rodrigo Seixas

Considerações sobre verdade em tempos de *fake news*, 297

Rudá da Costa Perini

Vanise Gomes de Medeiros

Instruções para colaboração, 313

APRESENTAÇÃO

Bethania Mariani^a
Silmara Dela Silva^b

Este número do *Cadernos de Letras* coloca em foco o processo de produção de sentidos no discurso político em relação a um modo de funcionamento discursivo que cresce a cada dia que passa: a presença das assim chamadas *fake news* e os efeitos de verdade que elas podem produzir no político ao entrarem em circulação veloz na mídia digital e tradicional. Discutir a forte presença das *fake news*, cuja história se inicia muito antes do momento atual, é urgente e imperativo. Se os processos de gerenciamento e ruptura dos sentidos constituem qualquer discursividade, torna-se crucial compreender como grupos hegemônicos trabalham sua permanência nas instâncias de poder, intervindo na produção simbólica a fim de impor uma única significação. Por outro lado, é preciso estar atento aos movimentos de resistência e aos modos de enfrentamento às políticas de silenciamento impostas pelas instâncias de poder.

Em torno da temática “Discurso político: processos de significação em tempos de *fake news*”, esta edição reúne uma entrevista e 17 artigos que contemplam, com base em diferentes perspectivas teórico-metodológicas dos estudos da linguagem e do discurso, reflexões teóricas e gestos de análise diversos. *Fake news* e produção de efeitos de verdade na mídia, os processos de constituição, formulação e circulação de discursos de ódio e de resistência, os discursos políticos sobre movimentos sociais e os movimentos do social sobre discursos políticos são algumas das questões que compõem as discussões empreendidas pelos autores, sustentadas por análises de variadas materialidades significantes.

A entrevista com Freda Indursky, nome incontornável da Análise do Discurso, abre nossa publicação e dá o tom acerca dos processos de significação na política brasileira em tempos de *fake news*. A autora, que percorreu a tessitura dos discursos políticos dos presidentes militares durante a ditadura, apresenta e discute as práticas de falsificação das notícias por meio do que denomina como *torção discursiva*, ou seja, a mentira como prática discursiva de silenciamento, cuja potencialidade se amplia com sua circulação intensa nas mídias sociais e no jornalismo eletrônico. Porém, como bem nos lembra a autora,

tendo em vista as distintas formas de circulação e de materialização das discursividades, o espaço da resistência sempre está presente.

No primeiro artigo, que tem como título “*Fake news*: um exame semiolinguístico da desinformação em ambientes sociointerativos digitais”, Alexandre Henrique dos Santos Monteiro e Ilana da Silva Rebello voltam-se a uma postagem no *Facebook* para examinar, à luz da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau, as intencionalidades psicossociodiscursivas que determinam as orientações discursivas e os procedimentos de construção enunciativa, na produção da desinformação.

“PL nº 867/2015: uma breve análise dos processos de subjetivação no discurso da Escola Sem Partido” é o título do segundo artigo, de autoria de Alisson França Santos. Mobilizando pressupostos teóricos postulados por Michel Pêcheux e Michel Foucault, o autor dedica-se à compreensão dos processos de subjetivação que se constituem no Projeto de Lei supracitado, que tem como uma de suas propostas a fixação de cartazes intitulados “Deveres do professor” em todas as salas de aula.

As autoras Caroline Teixeira Bordim e Gesselda Somavilla Farençena, por sua vez, voltam-se à análise das representações para o ex-presidente Michel Temer, em textos que opinam sobre o seu discurso em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, no artigo intitulado “O político em foco: análise de representações para o ator social Michel Temer em textos opinativos”.

O quarto artigo, de Gustavo Haiden Lacerda e Luciana Cristina Ferreira Dias Di Raimo, apresenta uma reflexão a respeito do jornalismo e da prática de *fake news*, relacionando-os pelo aparato digital, a fim de problematizar os efeitos de verdade produzidos no discurso. Sob o título “O jornalismo na era digital e as *fake news*”, o artigo situa-se na tradição francesa de Análise do Discurso.

O *jingle* da campanha de Wilson Witzel para governador do Estado do Rio de Janeiro, com circulação no ano de 2018, constitui o *corpus* de análise do artigo “Homens e mulheres no discurso político: quem ‘vota Wilson?’”, de Ceres Ferreira Carneiro. Da perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux, a autora analisa a retomada de já-ditos sobre a formação da família brasileira no discurso político do então candidato.

“*Fake news*: discrepância de sentidos e efeitos sobre as resistências” é o título do artigo de Evandra Grigoletto e Helson Flávio da Silva Sobrinho. Fun-

damentado na Análise do Discurso pecheuxiana, o artigo analisa, pelo viés da resistência, as discrepâncias de sentidos presentes em *fake news* que circularam durante a campanha eleitoral de 2018, em seu funcionamento no sentido de criar obstáculos e frear as resistências do sujeito ao poder dominante.

O sétimo artigo, das autoras Gabriela de Mello Silva, Aracy Ernst e Vívian Vieira, tem como título “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 08:32): efeitos de simulação no discurso político *online*”. Em seu percurso, as autoras analisam o processo de produção de um “efeito de simulação”, decorrente do falseamento da palavra e do acontecimento encontro do político com o teológico, no discurso político com circulação na rede eletrônica, na atualidade.

Sob o título “Caracterização e funcionamento da refutação em debate eleitoral”, o artigo de Gustavo Ximenes Cunha toma como base as proposições teóricas e metodológicas da Escola de Genebra para focalizar a maneira como a refutação é utilizada por Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), em excerto do último debate eleitoral da campanha presidencial de 2014.

De autoria de Laís Virginia Alves Medeiros e Raquel Noronha, o nono artigo tem como título “Quem as feministas elogiam? A indeterminação sintática e seu funcionamento nas *fake news*”. A partir de um *corpus* constituído por reportagens e vídeos com ampla circulação na rede eletrônica, as autoras analisam discursivamente o funcionamento da indeterminação sintática e das generalizações na produção de *fake news*.

A noção de testemunho é central no artigo intitulado “O testemunho de uma experiência humana: uma análise enunciativa”. Propondo uma análise que tem como base a teoria da enunciação de Benveniste e o pensamento filosófico de Agambem, os autores Márcio Battisti e Claudia Stumpf Oudeste propõem como objeto o processo de construção de um testemunho, no caso, o da agressão a uma professora de Santa Catarina.

A Semiótica Discursiva é a fundamentação teórico-metodológica que está na base da discussão sobre as *fake News* empreendida por Marcos da Veiga Kalil Filho. O autor propõe uma reflexão sobre o funcionamento dessas políticas de desinformação nos meandros democráticos em seu artigo “*Fake News* e democracia: contribuições da Semiótica Discursiva acerca da verdade e da informação na internet”.

As autoras Milene Maciel Leite e Ariana Rosa da Silva objetivam analisar, do ponto de vista da Análise do Discurso pecheutiana, os processos de produção de sentido, circulação e checagem das *fake news*. Com o título “#Fato ou #fake: efeitos de verdade e a política do silêncio”, o ponto de partida das autoras é discutir o trabalho da paráfrase discursiva, tendo em vista a produção de efeitos de verdade bem como o de apagamento de outros sentidos.

Situados teoricamente no âmbito de análises que consideram o processo de *framing* e *reframing*, Paulo Henrique Duque e Eduardo Alves da Silva estudam os processos de manipulação de informações nas redes sociais. O artigo, intitulado “A manipulação informativa e seu *modus operandi* no enquadramento ideológico nas redes sociais”, analisa o fluxo de informações *fake* que são veiculadas nas redes sociais.

Considerando que a realidade é estruturada linguisticamente, Rafael Miguel Alonso propõe uma reflexão sobre *fake news* fora da dicotomia verdade e mentira, em seu artigo “*Fake News* no sentido extramoral, ou sobre a realidade material das palavras”.

Com base na Análise do Discurso formulada por Michel Pêcheux e com o título “A democracia e o nosso sangue: paráfrase discursiva e compreensão das referências”, Rodrigo Oliveira Fonseca analisa o modo como é significada a defesa das cores verde e amarela na bandeira nacional, a partir de falas presidenciais.

“Gosto, logo acredito: o funcionamento cognitivo argumentativo das *fake news*” é o título que Rodrigo Seixas dá para seu artigo. Seu objetivo é fazer um estudo de caso do atual período histórico de conflitos e exacerbação da radicalização política, tendo em vista a ocorrência da dissonância cognitiva.

Rudá da Costa Perini e Vanise Gomes de Medeiros, situados na perspectiva da Análise do Discurso formulada por Michel Pêcheux, objetivam discutir o modo de funcionamento da noção de verdade no discurso jornalístico. Problematicando a relação dual verdade-mentira, os autores reúnem “Considerações sobre verdade em tempos de *fake news*”.

Esperamos que este número do *Caderno de Letras*, denso em consistentes reflexões situadas em distintos domínios teóricos nos estudos da linguagem, contribua, de fato, para as discussões sobre o discurso político em seu funcionamento e, mais especificamente, para situar a problemática das *fake news* nos dias de hoje.

DISCURSO POLÍTICO: PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO EM TEMPOS DE *FAKE NEWS* – UMA ENTREVISTA COM FREDA INDURSKY

Bethania Mariani^a
Silmara Dela Silva^b

Recebido em: 07/07/19

Aprovado em: 04/08/19

É em torno do discurso político que os estudos do discurso despontam na França, ao final da década de 1960. Em uma conjuntura marcada por movimentos sociais intensos e luta política, analisar o modo como os sentidos se produzem, na relação entre o linguístico e o histórico, torna-se um empreendimento teórico para intelectuais franceses de diversas áreas do conhecimento. Michel Pêcheux, ao formalizar tal proposta com a Análise do Discurso, aponta para o modo como a ideologia se materializa na língua e faz o político, enquanto divisão dos sentidos, funcionar. Pensar o discurso político, assim, é uma prática que acompanha a própria tradição dos estudos discursivos.

No Brasil, o discurso político e o político no discurso têm sido objetos de interesse de muitos analistas, desde a década de 1980. Nessa edição do *Cadernos de Letras*, temos a satisfação de entrevistar Freda Indursky, uma dessas analistas precursoras na reflexão teórico-analítica sobre o discurso político em nosso país.

Professora titular, aposentada, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que continua em atuação como professora convidada no Programa de Pós-Graduação em Letras daquela instituição, Freda Indursky é licenciada em Letras pela UFRGS, possui Licence e Maîtrise en Lettres pela Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Besançon, e doutorado em Ciên-

^a Professora Titular de Linguística da UFF. Email. bmariani@id.uff.br

^b Professora Adjunta de Linguística da UFF. Email. silmaradela@gmail.com

cias da Linguagem pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em seu percurso como pesquisadora, voltou-se à análise dos discursos dos militares que presidiram o Brasil durante o período da ditadura (1964-1985), ao discurso jornalístico sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao discurso da Comissão da Verdade, e segue dedicando-se a pensar teórica e analiticamente movimentos sociais, manifestações, e tantas práticas políticas dos nossos dias.

Na entrevista que segue, Freda Indursky nos relata um pouco de sua trajetória de formação e de chegada à Análise do Discurso, discorre sobre suas pesquisas já realizadas e em curso, traz um posicionamento teórico firme acerca do como vem funcionando *políticas do esquecimento*, processos de *torção discursiva* e de *visibilidade/invisibilidade* no discurso político brasileiro, na atualidade. Em diálogo com Pêcheux, a analista do discurso nos mostra como a ideologia enquanto prática se marca nos discursos, produzindo efeitos, naturalizando sentidos; mas também nos diz das práticas de resistência. Afinal, como já nos advertia Pêcheux, “não há ritual sem falhas”.¹

Bethania Mariani; Silmara Dela Silva: Como se deu seu encontro com a Análise do Discurso? E o seu interesse mais específico pelo discurso político?

Freda Indursky: Meu encontro com a AD ocorreu de forma transversa, muito antes de conhecer a teoria da AD propriamente dita. Quando estudei em Besançon, assisti aulas com o professor Dr. Jean Peytard. Ele desenvolvia uma disciplina em que analisava textos literários através de marcas e pistas linguísticas. Provocada por essas aulas, realizei minha Maîtrise sob a orientação de Peytard. Ele me sugeriu analisar a obra de Claude Simon. Foi fascinante trabalhar determinadas pistas e perceber, por exemplo, que, por traz das longas descrições de cartões postais, o narrador construía caminhos que levavam para diferentes conjunturas políticas que o faziam “viajar” no tempo e que, por traz de um “ele” que

¹ PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: *Semântica e Discurso*. 3 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 293-307.

referenciava um tio, encontrava-se um “eu” e esse amálgama se dava pelo viés de deslizamentos entre diferentes eixos temporais de sua narrativa. As análises que fiz tangenciavam certas questões da teoria da AD. Meus teóricos principais foram Benveniste e Barthes. De volta ao Brasil, iniciei minha carreira docente. Desejava fazer meu doutorado, mas o PPG-Letras/UFRGS oferecia, na época, disciplinas do núcleo duro da língua e esse caminho não me seduzia. Tinha a impressão de estar dando marcha à ré. Como trabalhava com Texto e Leitura, passei a frequentar congressos no Rio, em São Paulo e em Campinas cuja temática girava em torno dessas duas noções teóricas. Assim, comecei a ouvir e a ler vários pesquisadores, dentre os quais destaco Ingedore Kock, Haquira Osakabe e Eni Orlandi. Eles me apresentaram diversos campos teóricos que tomam a linguagem como objeto. Com eles descobri a Linguística Textual, a Teoria da Enunciação e a Análise do Discurso. Conheci Haquira em um Congresso, em Campinas, e ele foi muito generoso comigo. Convidou-me a assistir uma aula onde encontrei, pela primeira vez, Bethania Mariani. Uma querida amiga, Eleni Jacques Martins, que já não se encontra entre nós, fazia seu doutorado no IEL e hospedei-me na casa dela. Lá, me deparei com a *Revista Estudos* (de Uberaba), editada por Eduardo Guimarães e, nela, li artigos de Eduardo, de Eni, de Haquira entre outros. Foram estes meus primeiros contatos com a AD. A reflexão teórica em torno do discurso era um universo novo que estava se descortinando para mim, mas de forma bastante fragmentada e não organizada. Também li a tese de Haquira Osakabe - *Argumentação e Discurso Político*. Foi através dessa tese que conheci um pouco de Pêcheux (1969), mais especificamente, a noção de Formações Imaginárias que Haquira mobilizou em seu dispositivo teórico-analítico. Esse foi também meu primeiro contato com o discurso político enquanto objeto de análise. Através dessas primeiras leituras, passei a construir uma certa “percepção” do que seria *discurso*, enquanto noção teórica e, ao mesmo tempo, entendi que é possível analisar uma grande extensão de textos dispersos. Também nessa época li o primeiro livro de Eni Orlandi - *A linguagem e seu funcionamento*. Essas leituras foram decisivas para compreender que poderia ultrapassar não só a fronteira formal da língua sistêmica, mas também os limites endóginos que os estudos da

Linguística Textual impõem. Não se tratava mais de excluir a exterioridade. Ao contrário. Finalmente havia encontrado o campo de conhecimento para prosseguir meus estudos e realizar meu doutorado. Definir o objeto de análise foi muito claro para mim. Fiz a seleção para o doutorado no IEL, em 1984. Iniciei meus estudos no ano seguinte. E já sabia que iria analisar o discurso da ditadura militar, sob a orientação de Eni Orlandi.

B.M.; S.D.S.: Sua tese de doutorado, defendida em 1992, posteriormente publicada em livro com o título *A fala dos quartéis e as outras vozes* (Editora da Unicamp, 1997), tem como objeto o discurso político. Você poderia caracterizar o funcionamento do discurso político, em geral, e o dos presidentes militares, de forma específica? Em que medida são funcionamentos parecidos ou bem diferenciados?

F.I.: Entendo o *discurso político* como um conjunto bastante heterogêneo, complexo e desigual de práticas discursivas dispersas e em circulação, as quais estão ancoradas em diferentes Formações Discursivas (FD) e identificadas com diferentes posições-sujeito existentes no âmbito de uma formação social determinada. Ou seja, o discurso político se constitui a partir dessas diferentes práticas discursivas em tensão, indicativas de um jogo de forças desiguais em luta pelo poder. É, pois, amplo demais para ser analisado. Para trabalhar com o discurso político é necessário delimitar um espaço discursivo, como, por exemplo, o discurso da ditadura militar. Assim, pelo viés de um recorte no interior do discurso político, é possível analisar o funcionamento de um discurso político específico. Com isto, não estou afirmando que o discurso dos presidentes militares seja homogêneo. Bem ao contrário. Em *A fala dos quartéis e as outras vozes* foi possível constatar a heterogeneidade daquele discurso produzido por 5 generais que presidiram o Brasil por 21 anos. Foi necessário entender que as condições de produção não permaneceram as mesmas ao longo do período ditatorial, nem o modo de posicionar-se frente a determinados acontecimentos permaneceu idêntico a ele mesmo. As análises sinalizaram que o discurso político da ditadura continuou inscrito na mesma FD. Não houve ruptura. Não

ocorreu nenhuma desidentificação, nas palavras de Pêcheux². Mas, ao mesmo tempo, apresentou-se heterogêneo, pois diferentes posições-sujeito foram identificadas no interior desse discurso, indicando que a forma-sujeito que organiza a FD em que se inscreve esse discurso fragmentou-se bastante. Essa fragmentação trouxe diferenças marcantes para esse processo discursivo, as quais introduziram a contradição em seu interior. Como aponta Pêcheux³, os objetos ideológicos têm “a propriedade de serem ao mesmo tempo idênticos a eles mesmos e diferentes deles mesmos”. Diria que a análise desse funcionamento discursivo expôs a heterogeneidade desse discurso que trabalha na tensão com o posicionamento do outro, interno, e com o discurso do outro, externo, que nele, quando comparecia, era de forma indeterminada. Essa tessitura discursiva consiste em um funcionamento específico do discurso autoritário da ditadura militar e não se aplica a todo e qualquer discurso político. Ou seja, as noções de funcionamento discursivo e de condições de produção mostram-se essenciais para examinar um discurso político determinado e observar o jogo de forças travado com o outro, interna e/ou externamente. Isso não implica, tampouco, que determinadas noções formuladas a partir desse funcionamento discursivo específico sejam restritas a esse discurso, mas, provavelmente, ao serem mobilizadas em um discurso não autoritário, vão revelar funcionamentos discursivos diversos.

B.M.; S.D.S.: No posfácio à segunda edição de seu livro *A fala dos quartéis e as outras vozes* (Editora da Unicamp, 2013), você discute a respeito do acontecimento histórico e discursivo que foi a instalação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil. A CNV como um gesto, da parte do Estado, para não deixar esquecer, para lutar contra uma certa gestão da memória. Você poderia falar mais sobre o que você chama de *políticas do esquecimento*?

² PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*, Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

³ _____. *Metáfora e interdiscurso*. In: ORLANDI, E.P. (Org.) *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, ([1984] 2011, p.157).

F.I.: Quando preparava a segunda edição desse livro, a Comissão Nacional da Verdade estava instalada e tive acesso, através da mídia, a vários depoimentos e declarações de alguns militares que foram chamados a depor, bem como das declarações de alguns deles que se negaram a comparecer. Essas questões me instigaram a entender o que sustentava essas tomadas de posição, e foi esse questionamento que me levou à Lei de Anistia. Em primeiro lugar, esse Projeto de Lei de Anistia foi formulado e encaminhado pelo General Figueiredo e sancionado pelo Congresso, sem levar em consideração o que as vozes do corpo social clamavam. A Lei de Anistia (1979) - essa *senhora* completou 40 anos, em agosto de 2019!!! - é um texto Jurídico fortemente alicerçado em uma política de Estado, como é possível observar em seu *artigo 1º* bem como nos §1 e §2 desse primeiro artigo. Neles está explicitado quem pode ser beneficiado pela anistia e quem dela foi alijado, ou seja, a formulação está determinada linguisticamente. Por outro lado, passa praticamente despercebido que torturadores e seus mandantes foram igualmente anistiados. Isso ocorre por que eles encontram-se discursivamente indeterminados na formulação do texto legal, como é possível observar, a seguir: “[A lei de Anistia] é concedida a todos quantos cometeram crimes políticos ou conexos com estes”. Através dessa formulação, o sujeito-legislador introduziu um verdadeiro “cavalo de Tróia” no texto legal, pois, juntamente com a anistia àqueles que haviam combatido a ditadura, entrou subrepticamente, pelo viés de “[crimes] *conexos aos crimes políticos*”, a anistia aos torturadores e a seus mandantes. Esse “cavalo de Tróia” projetou um *efeito de vaguidade* sobre esse segundo grupo de anistiados, ocultos na *dobradura semântica* produzida pela *indeterminação discursiva*. Tais decisões inscrevem-se em uma *política estatal* destinada a proteger os militares de serem julgados após a ditadura, pois, como adverte Pêcheux⁴, “a ideologia sempre se orienta em função dos interesses da classe a que serve”. Nos anos que se seguiram ao término da ditadura, várias foram as tentativas de rever e/ou revogar esse instrumento legal, mas sem sucesso, pois o Supremo indeferiu-as todas, reafirmando tratar-

⁴ PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. in: ŽIŽEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

se de uma Lei destinada a promover um *perdão geral*. Em função disso, nunca foi possível levar os torturadores aos tribunais e suas vítimas e/ou seus familiares, por sua vez, ficaram sem o amparo legal para reivindicar justiça. Vale dizer: essa lei é sustentada *institucionalmente* pela associação jurídico-político entre o AIE Jurídico e o Aparelho Estatal e é isso que a configura como *uma política estatal de esquecimento*, produzindo sequelas que ultrapassam a dimensão do perdão concedido aos torturadores. Destaco, a seguir, algumas delas: (1) essa *política estatal* destina-se a lançar um *manto de esquecimento* sobre as atrocidades ocorridas nos porões da ditadura, visando ao apagamento dessa terrível memória junto ao corpo social, controlando, desse modo, os sentidos que nela circulam; (2) essa *política estatal do esquecimento* visa igualmente controlar os saberes que irão se inscrever na memória discursiva e na *memória histórica*; (3) essa *política estatal do esquecimento* cumpriu seu papel de modo exemplar, a julgar pelo saudosismo da ditadura e dos militares que, desde 2013, se faz fortemente presente em manifestações populares; (4) essa *política estatal de esquecimento*, ao gerar a impunidade, produziu outro tipo de impunidade que lhe é correlata, pois inexistia uma lei que coíba e criminalize elogios à tortura e homenagem a torturadores, como vimos na seção do Congresso que autorizou a instauração do processo de impeachment contra Dilma Rousseff⁵; (5) por fim, essa *política estatal do esquecimento* está produzindo mais um desdobramento - o *negacionismo*⁶ - que se constitui em um *processo de denegação* das práticas de tortura, morte e ocultação de corpos ocorridas durante a ditadura militar. Há dois processos de negacionismo em curso, atualmente: 1. o negacionismo de ter havido uma ditadura no Brasil, renomeando-a como um “movimento militar” (Ministro Toffoli e Jair Bolsonaro); 2. em decorrência do primeiro, circula o

⁵ INDURSKY, F. Que sujeito é esse? In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F.S.; e SILVA SOBRINHO, H. (Orgs). *Silêncio, memória, resistência: a política e político no discurso*. Campinas: Pontes. (No prelo).

⁶ Trago a noção de negacionismo dos historiadores do Holocausto. Eles forjaram essa noção para referirem os historiadores que após o término da Segunda Guerra passaram a negar o Holocausto e todas as evidências de extermínio em massa praticado nos campos de concentração nazistas.

negacionismo dos crimes da ditadura, pois, se não houve ditadura, não houve tortura nem extermínio. E, em decorrência, após a eleição de Bolsonaro, tem sido aventada a intenção de reescrever as páginas da História do Brasil referentes ao período ditatorial, com o intuito de “*restabelecer a verdade sobre o regime militar*”, como afirmou mais de uma vez o General Heleno. Como podemos perceber, todas essas questões são constitutivas do regime de discursividades contemporâneas do discurso político brasileiro, as quais sinalizam que a *política estatal do esquecimento* segue seu curso. Essa *política estatal de esquecimento* ainda não conseguiu produzir um *efeito de desmemória*⁷ desse nosso passado recente, mas suas práticas discursivas revisionistas já produziram fortes lacunas na memória social.

B.M.; S.D.S.: Em seu percurso de pesquisas, em vários momentos, você coloca em discussão um funcionamento político da mídia, sobretudo em relação a discursos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Retomando a leitura desses artigos, como trabalhar o ideológico no discurso jornalístico político?

F.I.: Partindo da premissa pecheuxtiana de que somos desde sempre já interpelados em sujeito, não há como escapar dessa questão no que se refere ao jornalismo de modo geral e ao discurso jornalístico político, de modo específico. O discurso jornalístico político é construído por tramas narrativas que relatam acontecimentos políticos feitas por jornalistas que são sempre já-sujeitos, por um lado e, por outro, as mídias que fazem circular essas narrativas têm uma linha editorial, o que implica dizer que tanto o jornal quanto o sujeito-jornalista são incontornavelmente afetados pela ideologia e suas práticas ocorrem no interior do Aparelho Ideológico da Informação. Ou seja, suas práticas são produzidas a partir de seu lugar discursivo que determina o que suas narrativas podem ou não dizer. Orlandi⁸, em *Terra à Vista*, fez um deslocamento fundamental no que se refere à

⁷ INDURSKY, F. Políticas do esquecimento X gestos de resgate da memória. in: FLORES, G.B.; NÉCKEL, N.R.M; GALLO, S. M. L. (Orgs.). *Análise de discurso em rede: discurso, cultura e mídia*. V.1. Campinas: Pontes, 2015.

⁸ ORLANDI, E. P. *Terra à Vista*. Cortez, SP; Ed. da Unicamp: Campinas, 1990.

noção de ideologia e do modo como ela funciona na AD: “a ideologia pode ser compreendida como direção nos processos de significação”. Essa formulação de Orlandi é essencial para refletir sobre o trabalho com o ideológico nas práticas discursivas, entre as quais encontram-se as narrativas do discurso jornalístico político. Observemos isso um pouco mais de perto. Há jornais que permitem uma “certa liberdade” a seus jornalistas, como, por exemplo, a Folha de São Paulo. Mas isto não significa que tudo nela pode ser dito e sobretudo *como e onde* pode ser dito. No que diz respeito ao MST, certos jogos narrativos que entendo como *torções discursivas*⁹ entre *ocupação e invasão* dão a direção dos sentidos ao discurso jornalístico da Folha. Nesse veículo, as narrativas oscilam entre essas duas designações, como se fosse uma relação sinonímica, já que referem uma das *práticas políticas* do MST em sua luta pela terra. Entretanto, cada uma dessas designações significa diferentemente tal prática, imprimindo diferentes direções de sentido, indicativas de posicionamentos ideológicos diversos. Assim procedendo, o sujeito-jornalista, em sua enunciação do político, ao lançar mão dessas *torções discursivas*, opacifica as posições ideológicas que elas mobilizam e, desse modo, não desafia nem seu posicionamento, nem a linha editorial da Folha. Por outro lado, algumas narrativas lançam mão de uma outra forma de *torção discursiva* que chamo de *tradução discursivo-ideológica*. Em suas práticas discursivas, “traduzem” *ocupação*, designação mobilizada por lideranças do Movimento, para *invasão*, designação dos proprietários rurais em sua enunciação do discurso *sobre o MST*. Essa “tradução” funciona como uma pista da tomada de posição da Folha e do enunciador da narrativa. Assim procedendo, esse jornal projeta uma *formação imaginária* sobre si mesmo, da qual decorre a ilusão de ele ser um jornal plural, aberto a diferentes posições ideológicas. Desse modo, as práticas discursivas da Folha são atravessadas por saberes de uma FD conservadora, mas também pelos de uma FD mais progressista ao enunciar sobre o MST. Essas *torções discursivas* produzem um entrelaçamento entre o *discurso do* e o *discurso sobre*, resultando daí um *discurso mesclado* e heterogêneo produzido por um

⁹ INDURSKY, F. *O discurso do/sobre o MST: movimento social, sujeito, mídia*. Campinas: Pontes, 2019.

sujeito dividido. Esse imbricamento produz o *discurso do/sobre* o MST. Não é nem *discurso do*, nem *discurso sobre*, mas *discurso do/sobre*, pois um está entrelaçado no outro, em decorrência das torções discursivas que sua enunciação produziu. Discurso este que marca o caráter contraditório desse jornal. Esses funcionamentos servem como pistas para o analista de discurso trabalhar o ideológico no discurso político jornalístico praticado pela Folha. Mas não nos enganemos. Esse “espaço de liberdade” é circunscrito a certas seções desse jornal, mas em editoriais, manchetes e chamadas, quando a pauta é o MST, há espaço apenas para o *discurso sobre* que vai imprimir direção aos sentidos, apontando para o posicionamento ideológico desse jornal. Nesses espaços, a posição ideológica da Folha é reafirmada e sua função de AIE da Informação se realiza, apesar da contradição que o funcionamento discursivo presente nas narrativas acarreta. Por outro lado, é preciso salientar que a Folha é uma exceção no universo da grande mídia tradicional brasileira. Basta examinar as narrativas produzidas pelo Estadão e pela Veja, por exemplo, para perceber que nesses veículos há espaço apenas para o alinhamento com a linha editorial dessas mídias. Nessas mídias conservadoras, posicionadas à direita do espectro ideológico, apenas o *discurso sobre* o MST está presente. Quando narram as práticas políticas do MST, o fazem para desqualificar e criminalizar tais práticas, inscrevendo-se em práticas de *violência simbólica* que sinalizam sua identificação ideológica. Vale dizer: assumem claramente seu papel de AIE, posicionando-se nessa luta de classes junto àqueles que detêm o *direito de propriedade*. Desse modo, o trabalho com o ideológico permite perceber que algumas mídias dão *visibilidade* às práticas do MST (como, por exemplo, a Folha) enquanto outras, ao deixar de narrar certas demandas dos acampados e conquistas dos assentados do MST, jogam sobre elas um véu de *invisibilidade*. Esses modos de dizer, atravessados pelo jogo ideológico entre *visibilidade/invisibilidade*, sinalizam a direção de sentidos que o discurso jornalístico político toma, evidenciando o que pontuou Pêcheux¹⁰: “*as ideologias não se compõem de ‘ideias’, mas de práticas*”. Em suma, entendo que é através da análise do funcionamento discursivo das

¹⁰ *Idem* nota 6, p.143.

práticas jornalísticas que é possível trabalhar o ideológico no discurso jornalístico político.

B.M.; S.D.S.: Com relação ao funcionamento do discurso político em nossos tempos, é bastante frequente encontrarmos estudos, em diversos campos do saber, que tratam da influência da mídia na cena política. Como você compreende essa relação entre mídia e política?

F.I.: De certa forma, comecei a responder essa pergunta na resposta anterior. Atualmente, voltei a observar o funcionamento da mídia brasileira, mas, dessa feita, o que me interessa é o funcionamento discursivo em suas práticas narrativas face a acontecimentos políticos da atualidade brasileira. E isto me leva de volta a Althusser¹¹ e a seus Aparelhos. A ideologia dominante, que é a ideologia da classe dominante, se realiza nos AIE. E o *AIE da informação* é o que se relaciona diretamente com o poder, sobretudo quando se trata de refletir sobre o jornalismo político. Neste sentido, examinei o discurso jornalístico político da grande mídia impressa, em particular a Folha de São Paulo e o discurso jornalístico político na TV, especificamente o telejornalismo da Rede Globo, o de maior penetração nacional. A partir das análises realizadas, entendo que a grande mídia brasileira funciona como uma caixa de ressonância dos interesses da classe dominante, que é a classe que detém os meios de produção e seu interesse é o lucro, é a mais valia. Ou seja: a grande mídia brasileira faz parte da classe dominante brasileira e está a serviço dos interesses do grande capital nacional e estrangeiro, sem esquecer dos interesses específicos que movem os grupos a que pertencem tais mídias. Ou seja: o funcionamento da mídia brasileira possibilita a observação de formas neoliberais de assujeitamento. O que implica dizer: se o ocupante do poder fizer parte da classe dominante e defender os interesses neoliberais de empresários, industriais, banqueiros, investidores, as práticas jornalísticas ratificarão as decisões governamentais, fazendo-as repercutir positivamente pelo *regime*

¹¹ ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos de Estado. in: ŽIŽEK, S (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

*de repetibilidade*¹² que suas narrativas produzirão. Tomemos, como exemplo, o apoio que a grande imprensa brasileira deu à Reforma Trabalhista, repetindo à exaustão o quanto aquela reforma era importante para *os trabalhadores*, pois iria gerar muitas oportunidades no mercado de trabalho... Um tal posicionamento é indicativo de uma identificação com a formação discursiva neoliberal. Já se o ocupante do poder não fizer parte da classe dominante (Lula e Dilma, por exemplo), a mídia também terá um papel a cumprir, porém antagônico ao anterior. Pelo *regime de repetibilidade*, fará soar e ressoar, em suas narrativas, as críticas ao governo, aos seus projetos e às suas decisões. Ou seja, o *regime de repetibilidade sempre* vai favorecer os interesses das classes dominantes, estejam elas no poder ou não. Foi assim que o AIE da informação colaborou com as classes dominantes ao longo dos acontecimentos ocorridos nestes últimos anos: espetacularizou o julgamento do mensalão, apoiou o golpe contra Dilma Rousseff, ajudou a blindar Temer e auxiliou fortemente a não eleger Haddad, abrindo, como consequência, espaço para a eleição de Bolsonaro. Observando o modo de atuação da grande mídia brasileira, poderíamos dizer que ela funciona como um partido político, sem acento nem voto, mas, mesmo assim, como um partido político que apoia políticas favoráveis às classes dominantes ou como um partido de oposição, que coloca toda sua prática discursiva para desconstruir o que o governo propõe e realiza. Por conseguinte, o AIE da informação está atravessado por muitas contradições que apontam, em última análise, para as contradições vigentes na formação social brasileira. Por outro lado, é preciso considerar uma outra questão: quem de fato lê a grande mídia? Certamente é uma pequena parcela dos brasileiros. Em contrapartida, creio que a forma midiática que afeta a maior parte da população é a mídia televisiva e, entre elas, o telejornalismo da Rede Globo. Uma ressalva se faz necessária: foi assim que a mídia tradicional brasileira funcionou até dezembro de 2018. A partir de 2019, deu-se uma inflexão no modo como a grande mídia passou a se relacionar com o poder.

¹² INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M.C.L. (Orgs.). *Memória e história na/da Análise do Discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

B.M.; S.D.S.: Em artigo publicado na coletânea *A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas* (Pontes Editores, 2016), você discorre acerca do que denomina “Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade”, traçando um percurso discursivo no qual coloca em relação as manifestações de 2013 e a culminância do golpe de 2016. Considerando os desdobramentos da cena política brasileira, pós 2016, como você compreende essa relação entre manifestações populares e poder político no Brasil?

F.I.: No passado, os candidatos subiam aos palanques para proferir seus discursos e a população acorria para ouvi-los. Com a ditadura militar, a prática dos comícios foi descontinuada e, em seu lugar, entraram os pronunciamentos televisivos dos generais-ditadores. Quase ao final da ditadura, as manifestações se fizeram presentes com enorme protagonismo do povo. Elas reuniram multidões nas grandes cidades brasileiras, pedindo *Diretas Já!*¹³ E grandes comícios foram organizados, nos quais muitas e diferentes posições-sujeito se reuniram em torno dessa bandeira comum: líderes políticos, sindicalistas, religiosos, associações de classe (OAB, ABI, CUT, CGT), todos gritando pelo fim da ditadura. As *Diretas já!* marcaram a volta das massas populares às ruas. Após a ditadura, a primeira grande manifestação foi a dos *Caras Pintadas*, que representou enorme revés político para Collor que a convocou, pedindo que o povo saísse às ruas vestindo verde e amarelo como forma de apoio. E o povo, de fato, compareceu, mas vestido de preto, como forma de protesto. No artigo citado na pergunta, analisei as jornadas de 2013 e as comparei com as manifestações de 2015. E fiz isto porque julgo que as jornadas de 2013 podem ser tomadas como um marco político divisor. Nelas, fizeram-se presentes muitas posições-sujeito extremamente diferentes entre si, numa espécie de “festa do discurso”. Faço aqui uma breve comparação entre as *Diretas já!*, as jornadas de 2013 e as manifestações de 2015. As *Diretas já!*

¹³ Houve também muitas manifestações Brasil a fora, pedindo a Anistia para os exilados e presos políticos, mas não conseguiram reunir massas idênticas a das manifestações pelas *Diretas Já*.

foram convocadas por lideranças políticas e tinham uma pauta única: a volta das eleições diretas, sinalizando o desejo de por fim à ditadura. Já as Jornadas de 2013, realizadas em tempos de democracia e de internet, não foram convocadas por lideranças, por um lado, e, por outro, apresentaram um amplo arco ideológico, indo desde posições-sujeito alinhadas à esquerda, até posições-sujeito de extrema-direita. As demandas que fizeram apresentaram discursos em tensão e, por serem tão numerosas e diversificadas, constituíram um conjunto cacofônico que soou para o poder político como ruído. A falta de entendimento por parte do Governo e, por conseguinte, a falta de uma *resposta política* àquelas demandas foi fatal e as consequências se fizeram sentir durante a campanha para a reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, e nas manifestações de 2015, bem como nos acontecimentos que se lhe seguiram. Já as manifestações de 2015 foram convocadas por lideranças, estavam claramente alinhadas ideologicamente: eram manifestações de apoio ao PT e à Dilma, por um lado, e manifestações contra o PT, Dilma e Lula, por outro lado. Nelas não havia espaço para a diversidade de posicionamentos. E mais: nelas foram explicitadas discursividades inscritas em uma posição-sujeito fascista que, em 2013, estavam implícitas: “*Dilma, pena que não te mataram no Doi-Codi*” e “*Por que não mataram todos em 1964?*”, num claro retorno ao discurso do período ditatorial. Tais questões repercutiram e tiveram desdobramentos na campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff e no modo como a mídia e a opinião pública se posicionaram frente à acusação e ao julgamento de Lula. Entendo, então, que manifestações são uma forma de se relacionar e de estabelecer interlocução com o poder. Nem sempre são bem sucedidas ou compreendidas, mas possíveis, dentro de determinadas condições de produção. Vejamos uma última comparação. Para tanto, tomo como objeto de comparação as *Diretas já* e as manifestações de 2015. Enquanto as *Diretas Já* conduziram o Brasil rumo à redemocratização, as manifestações de 2015 impulsionaram o país a uma *deriva política* que fragilizou perigosamente a democracia brasileira e abriu espaço para a consolidação da extrema direita fascista que elegeu Bolsonaro e sua bancada, em 2018. E julgo que as manifestações realizadas durante a campanha para as eleições presidenciais, em 2018, que

levaram multidões às ruas, não foram decisivas porque essa batalha eleitoral travou-se nas redes sociais da internet. Em 2018, algumas das formas até então consolidadas em campanhas anteriores foram postas de lado. Assim como a ditadura descontinuou a prática dos comícios e introduziu os pronunciamentos televisivos, com o término da ditadura e a volta das eleições, a televisão ocupou o espaço dos comícios. Um novo formato se configurou: surgiram os debates entre candidatos, formatados e mediados sobretudo pela Rede Globo. Debates que, em que pese as críticas de que eram alvo, se consolidaram por apresentar todos os candidatos e em transmissão nacional. Nas eleições de 2018, esse formato foi literalmente esvaziado pelo candidato que viria a ser eleito, pois ele recusou-se a deles participar, não quis confrontar-se com outros posicionamentos e outros projetos políticos diversos dos seus. Preferiu fazer sua “campanha” individualmente, via twitter. Essa foi uma grande transformação nos modos de fazer campanha política. E, no meu entendimento, essa transformação é indicativa da forte transformação da conjuntura ideológica pela qual passamos e que consiste em uma inflexão à extrema direita, de caráter fascista. É o candidato que se elegeu representa essa extrema direita fascista que não dialoga, não debate, nem escuta por um lado, e que atualiza, a cada momento, a memória da ditadura, praticando claramente a censura, desqualificando os representantes da esquerda e seus saberes, desmontando todas as políticas sociais, seja ainda acabando com a educação, a pesquisa e a saúde. O poder, hoje, não está interessado em ouvir as demandas populares, nem a opinião das diferentes classes sociais. Bem ao contrário. Manifestações são realizadas nas grandes cidades, mobilizando um número muito forte de manifestantes, porém elas não repercutem junto ao poder. Para o governo ora instituído, as atuais manifestações apenas produzem ruído e, por conseguinte, não são levadas em consideração.

B.M.; S.D.S.: O tema desta edição do Caderno de Letras da UFF é “Discurso político: processos de significação em tempos de *fakenews*”. Como você compreende a escalada de *fakenews* na atualidade e as suas consequências para o discurso político?

F.I.: A designação fakenews é recente, mas a prática é antiga. Courtine¹⁴ salienta que Platão em *A República* já se referia à arte de ocultar a verdade ao povo. Também Maquiavel refletiu sobre “a arte de fazer o povo acreditar em falsidades salutares”. O que mudou, em nossos dias, tempos de internet, foi a designação: a mentira foi renomeada e passou a ser referida como *fausses nouvelles*, notícias falsas ou simplesmente fakenews, a designação que tornou-se corrente entre nós. Entretanto, para não recuar a tempos tão distantes, vou me restringir a apenas um exemplo ocorrido no Brasil, durante a campanha das eleições presidenciais, em 2010. José Serra disputava o segundo turno com Dilma Rousseff e as sondagens de intenção de voto indicavam a vantagem de Dilma. Serra participava de uma caminhada, no Rio de Janeiro, quando foi atingido na cabeça por um “objeto”. Levou a mão à cabeça e retirou-se. Pouco depois, circulou a notícia de que o candidato havia sido atingido por uma pedra jogada por um manifestante petista. Ele tinha sido levado a um hospital onde foi feita uma tomografia e onde o aconselharam a fazer repouso. Mais tarde, em um telejornal noturno, uma reportagem mostrou, através de um vídeo projetado quadro a quadro, que se tratava, não de uma pedra, como havia sido noticiado anteriormente, mas de uma bolinha de papel. Tivesse ocorrido em nossos dias, esta seria uma “legítima” fakenews. Ou seja, a mobilização de notícias falsas não é novidade no campo da política, como esclarecem Platão, Maquiavel e Swift, mas essa prática discursiva passou a ter um peso muito grande no discurso político e no fazer político em nossos dias, em função das novas tecnologias de informação. As atuais condições de produção e multiplicação da informação se revestem de enorme velocidade e contam, ainda, com as redes sociais que multiplicam, por sua vez, velozmente a circulação das fakenews. Os sujeitos, por sua vez, ao colocá-las em circulação, identificam-se com essas falsas notícias, aportando-lhes credibilidade e, por conseguinte, reforçam seu *efeito de verdade*¹⁵ que advém de seu *regime de repetibilidade* decorrente da circulação

¹⁴ COURTINE, J.-J. O Mentir verdadeiro. Prefácio à *A arte da mentira política*. Texto atribuído a Jonathan Swift. Campinas: Pontes, 2006.

¹⁵ *Idem*, nota 6.

vertiginosa nas diferentes redes sociais. Mas o que são as Fake news, afinal? À luz da Análise do Discurso, entendo fakenews como um *processo de torção discursiva* realizado sob o efeito de uma identificação ideológica. A torção se dá no momento em que determinado acontecimento é narrado pela mídia de modo a projetar um *efeito de verdade* ao que, de fato, é uma *falsificação do ocorrido*. Esse jogo pode ser interpretado como o direito e o avesso da tessitura discursiva da fakenews, sendo, pois, possível passar de um lado para o outro desse processo pelo viés de uma torção discursiva. Esse gesto de torção está na base da falsificação de notícias, tal como ocorreu no caso da bolinha de papel, por exemplo. Foi uma torção discursiva que possibilitou que a bolinha de papel se transformasse em uma pedra, ou seja, em uma mentira política, numa fakenews, da mesma forma que foi outra torção discursiva, à luz de outra identificação ideológica, que desconstruiu aquela falsificação, mostrando tratar-se de uma simples bolinha de papel. Se a referida torção discursiva for aceita, ela passa a produzir o desejado *efeito de verdade*. A prática discursiva da *falsificação da notícia* adquiriu, no fazer político de nossos dias, uma força muito grande, sinalizando que a versão tem muito mais adesão do que o acontecido. Vejamos algumas torções discursivas que temos presenciado nas atuais práticas políticas: 1. afirmar estar combatendo a ideologia ao levantar a bandeira da Escola sem Partido, no momento mesmo em que assume uma posição ideológica; 2. declarar-se apartidário, mas apoiar partidos ou candidatos de direita; 3. agir politicamente, afirmando-se apolítico. Vale dizer que um candidato pode eleger-se hoje fabricando *projeções imaginárias* sobre si e sobre seu eleitor, *antecipando* o que eles desejam ouvir. Há também uma outra característica em jogo, hoje. Trata-se da “vertigem” de poder tudo dizer na internet, pois o que ali circula é da ordem do anonimato, sem um autor que assuma a responsabilidade pelo dito.. Mas não apenas isto. O *como dizer o que diz* também é sintomático de um sujeito tomado nessa vertigem de liberdade do dizer sem limites. É, ao que tudo indica, foi o que ocorreu nas últimas eleições presidenciais: um candidato que não compareceu aos debates, não divulgou nem debateu seu programa de governo, que apenas produziu pequenas frases de efeito que circularam a partir de seu twitter, atacando tudo e todos que não se alinhavam com

sua ideologia de extrema direita fascista. E essa prática política substituiu uma outra: os políticos costumavam fazer promessas políticas que, na maior parte das vezes, não cumpriam. Eram as falsas promessas políticas. Candidatos, hoje, frequentemente limitam-se a distribuir fakenews através de suas redes sociais que vão se multiplicar velozmente, pelo *regime de repetibilidade vertiginosa* que caracteriza as redes sociais na internet, por um lado, e, por outro, nesses tempos onde o fake predomina, surgiram perfis falsos, destinados a serem alimentados por robôs programados para produzir fakenews. Por conseguinte, a grande questão que se coloca, hoje, em relação às práticas políticas, é de saber identificar o que é falso. E aqui, novos desafios se colocam aos analistas de discurso.

B.M.; S.D.S.: O amplo alcance das redes sociais em nossos dias, que tem resultado em uma escalada de *fakenews* com consequências para o discurso político em seu funcionamento, também tem propiciado espaços a mídias alternativas e movimento sociais, que passaram a se valer dessas formas menos tradicionais para a circulação de seus dizeres. Como você avalia os gestos de resistência que ganham lugar nas redes sociais, na atualidade?

F.I.: De fato, com a internet, surgiu um espaço importantíssimo para o surgimento de mídias alternativas publicarem o que é da ordem do impossível nas mídias corporativas. Em trabalho anterior¹⁶, analisei como as mídias tradicionais funcionam, filtrando o que nelas pode ser dito e publicado e, sobretudo, o que nelas é da ordem do *interdito* ideológico. Assim procedendo, trabalham de forma seletiva, silenciando outros modos de se relacionar com a ideologia. Já com o advento da internet, surgiram sites, páginas, blogs, vlogs e, mais recentemente, os podcasts, além das redes sociais como facebook e twitter. Esses espaços abrigam tanto as mídias tradicionais e seus modos de narrar os acontecimentos quanto as mídias alternativas. Nesse novo regime de

¹⁶ *Idem*, nota 4.

discursividades contemporâneas¹⁷, a mídia alternativa encontrou espaço para fazer circular diferentes modos de se relacionar com a ideologia, os quais determinam diferentes formas de dizer e interpretar os acontecimentos políticos. Se as mídias tradicionais se configuram como um espaço hegemônico do qual decorre um “efeito de consenso”, o jornalismo político alternativo se mostra bastante heterogêneo e, em função disso, desequilibra o efeito de homogeneidade da grande mídia, deixando vir à tona a contradição e o dissenso. Em função disso, as mídias alternativas ajudam a abalar o *efeito de verdade* produzido pela mídia tradicional. E, juntamente com o jornalismo eletrônico, atuam as redes sociais, potencializando ainda mais a capacidade de circulação dessas tomadas de posição e de interpretação diversas. Acredito que, nessas diferentes formas de materialização de discursividades, abre-se espaço para a resistência. Ou seja: se, por um lado, a internet e suas redes sociais abrem espaço para a circulação de fakenews, por outro, a internet abriu espaço para sentidos não autorizados na mídia corporativa. Penso que nesses novos domínios de leituras do político, o sujeito pode resistir a determinadas formas de interpretação do político apresentadas pela mídia tradicional. A mídia alternativa possibilita desmistificar o efeito de verdade fabricado pela grande mídia. Desse modo, dá-se um desencontro entre interpretações, dissolve-se, pelo menos em parte, o efeito de consenso, deixando à mostra diferentes “gestos de leitura” decorrentes de diversas formas de relacionamento com a ideologia. Esse embate se dá em “espaços polêmicos de maneira de ler”¹⁸ o político que a internet propicia. A resistência que a mídia alternativa possibilita surge como um ato político de resistência, nasce dessa divisão entre espaços midiáticos de interpretação. Vale dizer: gestos de leitura em espaços polêmicos são, hoje, da ordem do político, da ordem da resistência.

¹⁷ INDURSKY, F. O momento político brasileiro e sua discursivização em diferentes espaços midiáticos. On: FLORES, G.B.; NECKEL, N.R.M.; GALLO, S.M.L. (Orgs.). *Análise de discurso em Rede: cultura e mídia*. V.4. Pontes (No prelo).

¹⁸ PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

FAKE NEWS: UM EXAME SEMIOLINGÜÍSTICO DA DESINFORMAÇÃO EM AMBIENTES SOCIOINTERATIVOS DIGITAIS

Alexandre Henrique dos Santos Monteiro^a

Ilana da Silva Rebello^b

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de examinar, sob à luz da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau, em uma postagem de *Facebook*, as intencionalidades psicossociodiscursivas que determinam as orientações discursivas expressas pelas visadas, bem como os procedimentos de construção enunciativa de ordem linguística que explicitam os diferentes tipos de relações do ato enunciativo.

PALAVRAS-CHAVE: Semiolinguística; visadas; *fake news*.

Recebido em: 10/04/2019

Aprovado em: 02/10/2019

Considerações iniciais

É inegável que a tecnologia computacional, potencializada pela internet, criou uma imensa rede social virtual que desconhece limites físicos de distância, permitindo que pessoas se relacionem de forma síncrona (MARCUSCHI, 2010), criando um vasto ambiente de onde emergem novas relações sociointerativas, uma vez que “todas as tecnologias comunicacionais novas geram ambiente e meio novos” (MARCUSCHI, 2010, p. 31).

^a Mestrando do PPG Estudos de Linguagem UFF. E-mail: euverbo@hotmail.com.

^b Professora Adjunta IV do GLC – UFF. E-mail: ilanarebello@id.uff.br.

Essa revolução digital acarretou a passagem do *mass media* (simbolizados por TV, rádio, imprensa) para formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação, que segue uma estrutura multidirecional do tipo “todos-todos” (LEMOS, 2015). É nessa nova configuração sociointerativa que nascem *comentaristas da vida*, que manipulam a opinião coletiva ao difundirem *saberes de opinião* como se fossem *saberes de conhecimento* (CHARAUDEAU, 2016).

Ao defenderem uma crença diante de um grupo, esses comentaristas pretendem que essa ideia seja partilhada pelos outros, e isso faz com que a opinião seja expressa na forma de um enunciado “verdadeiro”, portador de um ponto de vista geral, de uma crença supostamente comum. (CHARAUDEAU, 2016)

Nesse contexto, as instâncias do mundo político e midiático dedicam-se a homogeneizar as opiniões coletivas por meio de comentários, declarações peremptórias, com veracidade comprovada (ou não), para, posteriormente, apropriarem-se delas (CHARAUDEAU, 2016).

Noam Chomsky, em *Mídia: propaganda e manipulação* (2013), narra os primórdios da estratégia da desinformação na propaganda política em nossa era, por meio da propaganda no governo Woodrow Wilson, que estava intensamente comprometido com a Primeira Grande Guerra e conseguiu, com a constituição da comissão Creel, em seis meses, transformar uma nação com ideias até então pacíficas em uma população histérica e belicosa, que temia um possível Perigo Vermelho representado pela União Soviética. Houve grande apoio por parte da mídia e dos líderes empresariais que lançaram mão dos instrumentos mais diversos:

Inventaram, por exemplo, que os humanos cometiam uma série de atrocidades, como arrancar os braços de bebês belgas, e toda sorte de fatos horripilantes que ainda podem ser encontrados em alguns livros de história. Boa parte desse material foi criada pelo Ministério da propaganda britânico, dedicado à época – como consta de suas resoluções secretas – ‘a controlar a opinião da maior parte do mundo’. (CHOMSKY, 2013, p. 12)

Hoje, vivemos a cibercultura. O usuário atual da internet é diferente do de alguns anos atrás; ele busca, por meio de vários mecanismos, a informação que demanda, saindo da posição aparentemente passiva de “receptor” da informação. É nesse universo em que as *fake news* emergem e se proliferaram.

O termo *fake news*, que, segundo o *dictionary.cambridge.org*, significa “histórias falsas que parecem ser notícias, que se espalham na internet ou usam outras mídias, geralmente criadas para influenciar pontos de vista políticos”, tornou-se corriqueiro nas redes sociais digitais. Essas notícias falsas chegam, normalmente, por meio de compartilhamentos ou curtidas - muitas vezes sem a clara identificação do responsável pela veiculação - em uma rede comunitária de usuários que se identificam.

Sendo assim, pode-se gerar a hipótese de que um veiculador de *fake news*, identificado aqui como uma instância de informação, é um ente influenciador aceito por uma rede comunitária digital sociointerativa, o que implica o recompartilhamento da informação, muitas vezes, sem o mínimo de legitimidade: característica psicológica vulgarmente conhecida na internet como *efeito manada* - a tendência de as pessoas seguirem um grande influenciador ou mesmo um determinado grupo apenas por adesão de uma maioria ou por empatia, sem que isso passe, necessariamente, por uma reflexão individual.

Associando essas informações à ubiquidade da internet, temos um fenômeno chamado de *superinformação* (CHARAUDEAU, 2006): as pessoas recebem notícias em excesso de maneira multidirecional, levando a uma saturação que tem como consequência a diminuição na qualidade da informação e a destruição na crença da verdade.

No entanto, um dos fatores essenciais para justificar a natureza viral da *fake new* encontra-se nas palavras de Marcuschi (2010, p.150):

Tratando-se da aquisição rápida da informação, a internet dispõe de um recurso democrático, que são os chamados *links*, isto é, ao clicar sobre eles, o computador faz uma busca automática, de uma imagem ou documento, estejam onde estiverem, em qualquer lugar do mundo. E, para isso, não há necessidade de se saber, caso não seja importante, de onde vem a informação.

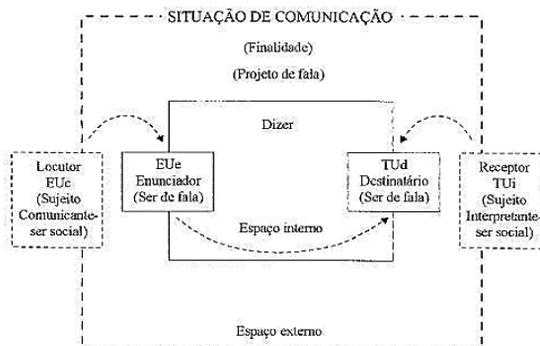
Nesse sentido, o objetivo deste artigo é, na perspectiva da teoria da Análise Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau, analisar um exemplo de *fake news*, a fim de evidenciar as intencionalidades psicossociodiscursivas que determinam as orientações discursivas expressas pelas visadas, bem como os procedimentos de construção enunciativa de ordem linguística que explicitam os diferentes tipos de relações do ato enunciativo de caráter informativo, inserindo-o no quadro de semiotização do mundo, por meio do contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 1995).

A Teoria Semiolinguística

De acordo com a teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, criada pelo pesquisador Patrick Charaudeau, todo ato de linguagem é uma encenação – *mise-en-scène* - que comporta quatro protagonistas, sendo dois *situacionais*, externos, e dois *discursivos*, internos. Os sujeitos “externos” são o EUC (eu-comunicante) e o TUi (tu-interpretante), e os sujeitos “internos”, o EUE (eu-enunciador) e o TUD (tu-destinatário).

No gênero notícia (postagem) de *Facebook*, o EUC (eu-comunicante) é o comentarista/jornalista/internauta (a pessoa física). Nesse sentido, tendo em mente um TUD, o EUC produz um texto que é posto em cena pelo EUE. O objetivo final é influenciar o TUi.

FIG.1- Os dois circuitos do ato de linguagem.



Fonte: CHARAUDEAU, 2008, p. 52.

Além dos dois componentes centrais - sujeito comunicante e seu interlocutor, o dispositivo do ato de linguagem também é composto, segundo Charaudeau (2008, p. 68), por: *situação de comunicação* – local onde se encontram os parceiros da troca linguageira, determinados por uma identidade psicossocial e ligados por meio de um contrato comunicativo; *modos de organização do discurso* – princípios de organização do conteúdo linguístico que dependem da finalidade comunicativa do sujeito-falante, enunciar, descrever, narrar, argumentar; *língua* – material verbal estruturado em categorias e dotado simultaneamente de *forma e sentido*; *texto* – o resultado material do ato de comunicação, fruto das escolhas (conscientes ou não) do sujeito-comunicante sobre as *categorias de língua* e os *modos de organização do discurso* em função das restrições da *situação*.

Os *modos de organização do discurso* são procedimentos discursivos que se realizam no uso das categorias supracitadas, na organização do mundo referencial, em função de certas finalidades discursivas do ato comunicativo. Temos interesse em destacar o *modo enunciativo*, uma vez que participa da construção de todos os demais, dando conta da posição que o sujeito falante ocupa em relação ao seu interlocutor. Assim, de acordo com as intenções do sujeito falante, distinguem-se três comportamentos no *modo enunciativo*: o *alocutivo*, o *elocutivo* e o *delocutivo* (CHARAUDEAU, 2008, p. 82).

No comportamento *alocutivo*, o sujeito comunicante assume seu ponto de vista, implicando o interlocutor com seu modo de dizer e impondo-lhe um comportamento, de acordo com o tipo de relação estabelecida pelo contrato comunicativo: (A) *relação de superioridade*, por meio das modalidades de *interpelação, injunção, autorização, sugestão, proposta, julgamento* ou *aviso*; e (B) *relação de inferioridade*, por meio das modalidades de *petição* ou *interrogação*.

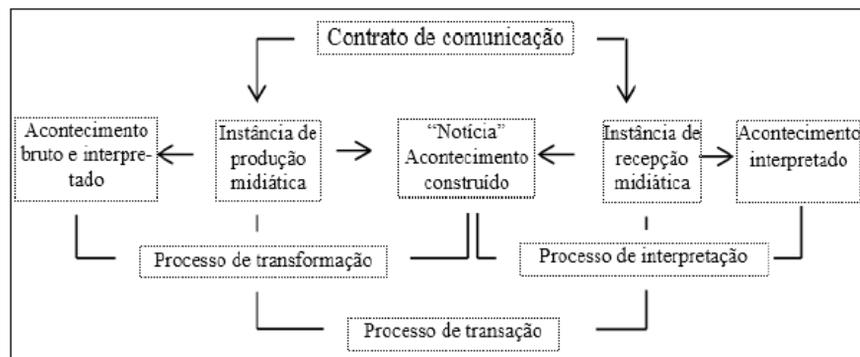
No comportamento *elocutivo*, o sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo, modalizando subjetivamente o verdadeiro propósito do enunciado, sem que o interlocutor esteja implicado nessa tomada de posição. Esse ponto de vista sobre o mundo pode ser expresso por meio de: (A) um *modo de saber*, com as modalidades de *constatação* e de *saber/ignorância*; (B) uma *avaliação*, com as modalidades de *opinião* e de *apreciação*; (C) uma *motivação*, com as modalidades de *obrigação, possibilidade e querer*; (D) um *enga-*

jamento, com as modalidades de *promessa*, *aceitação/recusa*, *acordo/desacordo* e *declaração*; e (E) uma *decisão*, com a modalidade de *proclamação*.

Já no comportamento *delocutivo*, o sujeito falante apaga-se de seu ato de enunciação, com vistas a simular uma aparente objetividade, não implicando também o interlocutor. Nesse caso, apresentam-se duas possibilidades: (A) quando o propósito se impõe por si só, expresso pela *asserção*, nas modalidades de *evidência* ou *probabilidade*; e (B) quando o propósito é um texto de outrem, expresso nesse caso pela modalidade de *discurso relatado*.

Assim, para informar e até mesmo incitar, o sujeito comunicante pode colocar em evidência, em seu texto, um determinado comportamento. Ele tem por objetivo transformar um acontecimento bruto em um acontecimento interpretado para a instância receptora. Por isso, Charaudeau (2006) afirma não transmitirem as mídias o que ocorre na realidade. O acontecimento que chega para o leitor já foi filtrado e, por isso, interpretado pela instância midiática.

FIG. 2 – Contrato de comunicação midiático



Fonte: CHARAUDEAU, 2006, p.114.

Para informar, segundo Charaudeau (2006), são necessários três elementos básicos – uma *fonte*, um *receptor* e um *tratamento dado à informação*, e daí decorrem alguns questionamentos: qual a validade da informação? O que será selecionado para informar? Qual a pertinência da informação? Qual o valor de

verdade da informação? Qual o grau de ignorância do informado diante da informação? Como atingir o receptor? Quais fatos serão selecionados em função do alvo? Quais serão as escolhas discursivas efetuadas por aquele que informa?

Vale ressaltar que o caráter manipulatório, tantas vezes associado à mídia, acontece justamente nessa encenação discursiva, em que o sujeito comunicante fará a escolha das estratégias de composição textual, com vistas a atingir um determinado interlocutor.

Segundo Charaudeau (2006), a maneira como o homem perspectiva seu olhar é responsável pela organização do seu saber: com o olhar para “fora”, voltado para o mundo, ele organiza seu saber objetivamente em categorias de conhecimento; com o olhar para si mesmo, ele organiza seu saber subjetivamente em categorias de crença.

Assim, os *saberes de conhecimento* nascem de uma representação racionalizada da existência dos seres e dos fenômenos sensíveis do mundo, passando por filtros sociais e culturais, com auxílio de aparatos intelectuais formais. Já os *saberes de crença* nascem do olhar subjetivo que o sujeito lança sobre o mundo, quando ele se volta a comentá-lo. As crenças são responsáveis pela regulação das práticas sociais, ao criarem normas efetivas e, ao mesmo tempo, dos ideais de comportamento, ao regularem os discursos de representação produzidos no âmbito do grupo social.

Segundo Charaudeau (2006, p. 46),

quando essas crenças se inscrevem numa enunciação informativa, servem para fazer com que o outro compartilhe os julgamentos sobre o mundo, criando assim uma relação de cumplicidade. Ou seja, toda informação a respeito de uma crença funciona ao mesmo tempo como interpelação do outro, pois o obriga a tomar posição com relação à avaliação que lhe é proposta, colocando-o em posição reativa – o que não é necessariamente o caso de informação que se refere aos conhecimentos [...]

Nesse sentido, *valor de verdade* é diferente de *efeito de verdade*, ainda que ambos sejam frutos de um julgamento. Charaudeau (2006, p. 49) postula que o *valor de verdade* não é de natureza empírica, pois

se realiza através de uma construção explicativa elaborada com a ajuda de uma instrumentação científica que se quer exterior ao homem [...] que pode definir-se como um conjunto de técnicas de “saber dizer”, de “saber comentar” o mundo. A utilização dessa instrumentalização permite construir um “ser verdadeiro” que se prende a um saber erudito produzido por textos fundadores.

Diferentemente, o *efeito de verdade* está relacionado mais ao “acreditar ser verdadeiro” que ao “ser verdadeiro”:

Surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo. Diferentemente do *valor de verdade*, que se baseia na *evidência*, o *efeito de verdade* se baseia na convicção, e participa de um movimento que se prende a um saber de opinião, a qual só pode ser apreendida empiricamente, através dos textos portadores de julgamentos. O *efeito de verdade* não existe, pois, fora de um dispositivo enunciativo de influência psicossocial, no qual cada um dos parceiros da troca verbal tenta fazer com que o outro dê sua adesão a seu universo de pensamento e de verdade. O que está em causa aqui não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca de “credibilidade”, isto é, aquilo que determina o “direito à palavra” dos seres que se comunicam, e as condições de validade da palavra emitida. (CHARAUDEAU, 2006, p. 49)

Quanto à finalidade psicossociodiscursiva, a *fake new* é uma notícia falsa, uma “mentira”, que tem, entre outras intenções, a de manipular a opinião da instância de recepção, construindo valores que subjazem às informações veiculadas. Entretanto, ainda que as mídias não possam ser entendidas como instâncias manipuladoras, por não prescreverem, de forma explícita, regras de comportamento, é pelo trato discursivo, no uso dos signos internos da língua, que atribuem sistemas de valores às informações.

A fim de ilustrar a *mise-en-scène* discursiva da *fake news*, descrevemos a estratégia do discurso da “mentira” (CHARAUDEAU, 2008, p. 53):

- E_Ue diz *p*.
- E_Uc sabe (pensa) *não p*.
- E_Uc faz com que T_Ui se identifique com um T_Ud que acredita que E_Uc pensa *p* (grau de credibilidade).

Quanto à identidade dos sujeitos da comunicação e suas representações de ordem linguística, temos como instância informante, na posição do “eu” comunicante, o internauta que compartilha uma postagem do *estadao.com* e, como instância de recepção, na posição de um “tu” destinatário, os usuários da rede social *Facebook*.

A *fake news* e a desinformação: análise de uma postagem

Philippe Breton (1999) descreve que, embora a estratégia de desinformação seja utilizada há tempos, apenas no século XX atingiu capital importância. Segundo Breton, o uso comum atribui atualmente à desinformação o sentido de informação incorreta, utilizada para mascarar fatos.

Neste artigo, a estratégia de desinformação, representada pela *fake news*, é uma ação que consiste em tornar válida certa descrição do real favorável ao sujeito comunicante, fazendo-a passar por uma informação segura e verificada. Toda habilidade técnica da desinformação reside justamente no mecanismo que permite encenar uma informação “falsa” como uma informação “verdadeira”, que seja perfeitamente “crível” e que oriente a ação daquele que a recebe.

A manipulação, nesse sentido, seria o resultado de uma visada discursiva de incitação de agir: quando se está numa situação em que há necessidade do outro para realizar um projeto e não se tem autoridade sobre esse outro para obrigá-lo a agir de uma determinada forma. Essa manipulação é acompanhada de uma *falsidade*, pelo fato de que há uma relação entre um *influenciador-manipulador*, que esconde sua intenção, e um *influenciado-manipulado*, que a ignora, como veremos na postagem a seguir.

A postagem da figura 3, de 28/03/2019, foi divulgada no *Facebook* como se fosse uma notícia atual, com mais de 1,6 mil compartilhamentos.

FIG. 3 – Postagem de facebook sobre o juiz Sérgio Moro.

28 de março às 19:15 · 🌐

Sérgio Moro acaba de ser escolhido o décimo-terceiro maior líder do mundo pela americana Fortune!
O ranking é composto por apenas 50 nomes, dentre eles, Papa Francisco e Angela Merkel.
Moro foi comparado a Elliot Ness, que derrubou o império do mafioso Al Capone nos anos 50.
Um tapa de luvas naqueles que tentam ainda denegrir a imagem de nosso juiz.
Todo o nosso apoio e gratidão a Sérgio Moro.
Quero 1 milhão de compartilhamentos, meus amigos !!



POLITICA.ESTADAO.COM.BR

 Sobre este site

Moro é considerado pela 'Fortune' o 13º maior líder mundial - Política - Estadão

Fonte: https://web.facebook.com/search/?q=MORO%20C3%89%20O%2013%C2%BA%20MAIOR%20LIDER%20DO%20MUNDO&searchtype=posts&epa=SERP_TAB. Acesso em 09/04/2019.

A informação da postagem, em 2016, era verdadeira. Na ocasião, Sérgio Moro era juiz e não ministro da justiça. A última lista da revista *Fortune* é de 2018 e dela não consta o nome do atual ministro, como o próprio site *politica.estadao* justifica:

Sérgio Moro ainda não era ministro da Justiça e da Segurança quando foi eleito um dos “maiores líderes do mundo” pela revista *Fortune*. Um boato enviado por leitores ao WhatsApp do *Estadão Verifica* [...] traz a informação falsa de que o ex-juiz teria acabado de ser escolhido para receber a homenagem – o fato, no entanto, ocorreu em 2016. (MONNERAT; NETTO, 2019, n/p, grifo do site)

A postagem de 2016 do *politica.estadao.com.br* foi compartilhada por um internauta como se fosse uma notícia atual. Para os leitores de *Facebook*, parece uma notícia crível, tendo em vista a legitimidade que é dada pela fonte *politica.estadao*.

No início da postagem, “Sérgio Moro acaba de ser escolhido o décimo-terceiro maior líder do mundo pela americana *Fortune*! O ranking é composto por apenas 50 nomes, dentre eles, Papa Francisco e Angela Merkel. Moro foi comparado a Elliot Ness, que derrubou o império do mafioso Al Capone nos anos 50.”, percebe-se a *modalidade delocutiva*, em que um eu-comunicante (internauta) testemunha a maneira como os discursos do mundo (provenientes de um terceiro, neste caso, do *estadao.com*) se impõem a ele. “O resultado é uma enunciação aparentemente objetiva (no sentido de ‘desvinculada da subjetividade do locutor’) que faz a retomada, no ato de comunicação, de Propósitos e Textos que não pertencem ao sujeito falante (ponto de vista externo).” (CHARAUDEAU, 2008, p. 83). No entanto, é o próprio Charau-deau que chama a atenção para o fato de que:

o ato de enunciação que descreve a “relação com um terceiro” é de fato peculiar. Sabemos que todo ato de linguagem depende, de um modo ou de outro, do sujeito falante e de seus diferentes pontos de vista.

Trata-se, portanto, de um “jogo” protagonizado pelo sujeito falante, como se fosse possível a ele não ter *ponto de vista*, como se pudesse desaparecer por completo do ato de enunciação e deixar o discurso falar por si. (CHARAUDEAU, 2008, p. 84, grifo do autor)

Ainda nesse início da postagem, percebe-se a relevância que o eu-comunicante quer dar ao fato, ao dizer que, do *ranking* de que consta o nome do juiz Sérgio Moro, constam também o nome de personalidades, como o do Papa Francisco e o da Angela Merkel (Chanceler Federal da Alemanha desde 2005). Além disso, ainda se afirma que Moro foi comparado a Elliot Ness, que derrubou o império do mafioso Al Capone nos anos de 1950. Tudo isso para enaltecer a pessoa do juiz Sérgio Moro.

Assim, levando em consideração que o eu-comunicante é o internauta que compartilha a antiga postagem do Estadão, na passagem “Um tapa de luvas naqueles que tentam ainda denegrir a imagem de nosso juiz. Todo o nosso apoio e gratidão a Sérgio Moro.”, o procedimento linguístico utilizado pertence à modalidade da “opinião”, do *modo elocutivo*. O locutor pressupõe uma informação e explicita a posição que a informação assume em seu universo de crença, por meio da atitude de convicção, já que exprime certeza sobre o fato. Essa convicção assume configuração implícita por meio do tom afirmativo da sentença.

Em “nosso juiz” e “nosso apoio”, o emprego do pronome possessivo de primeira pessoa do plural implica, indiretamente, o leitor e procura criar uma atmosfera de proximidade. O juiz não é apenas do internauta, mas também do leitor.

Por fim, no último trecho da postagem - “Quero 1 milhão de compartilhamentos, meus amigos!!” -, constata-se o emprego da modalidade de “*proposta*” - que pertence ao *modo alocutivo* - e da modalidade “querer” - que pertence ao *modo elocutivo*. Ao utilizar a primeira pessoa verbal, “quero”, e o pronome possessivo também de primeira pessoa, “meus”, o eu-comunicante enuncia o seu ponto de vista sobre o mundo. No entanto, ao final, implica o interlocutor, chamando-o de “amigo”. Dessa forma, o eu-comunicante estabelece, com seu enunciado, uma ação a realizar que pode ser efetivada em

conjunto com o interlocutor, com vistas a benefício mútuo ou de outrem, pressupondo um *poder fazer* para ambos. O interlocutor recebe uma oferta em forma de “proposta de fazer” da qual ele deve ser beneficiário, cobeneficiário ou altruísta.

Assim, o internauta que replica a informação tem por objetivo informar: um “eu”, nesse caso, não legitimado, quer “fazer saber” a um “tu”, que se encontra na posição de “dever saber” sobre um determinado fato.

Nesse sentido, há o predomínio de duas visadas discursivas - intencionalidade psicosociodiscursiva que determina a expectativa do ato de linguagem do sujeito comunicante e, por conseguinte, da própria troca linguageira, a de informação e a de incitação.

Na *visada de informação*, o *EU* quer “fazer saber”, e ele está legitimado em sua posição de saber; *TU* encontra-se na posição de “dever saber” alguma coisa sobre a existência dos fatos, ou sobre o porquê ou o como de seu surgimento. Na postagem, como o eu-comunicante não é um jornalista, ele busca legitimidade ao replicar uma publicação do *estadao.com*.

Já na *visada de incitação*, o *EU* quer “mandar fazer”, mas não se encontra em posição de autoridade para isso, restando a opção de incitar a fazer; ele deve, então, “fazer acreditar” ao *TU* que ele terá benefícios em razão desse ato; *TU* está, então, em posição de “dever acreditar” que ele age para seu próprio bem. (CHARAUDEAU, 2004, n/p.)

Dessa forma, na postagem em análise, além de informar, tem-se o objetivo de incitar, de provocar o outro, a fim de que ele se sinta coautor da postagem. O “internauta-comentarista” coloca-se numa posição de aliado do leitor, como se estivesse informando algo para o bem da população.

Concluindo

A postagem em análise é apenas um exemplo entre tantas notícias falsas que tem, sobretudo, a intenção de manipular a opinião da instância de recepção, construindo valores que subjazem às informações veiculadas, ainda que as mídias não possam ser entendidas como instâncias manipuladoras, por não prescreverem, declaradamente, regras de comportamento, norma ou sanção.

A *fake news* é um instrumento de desinformação, com latente potencial para ser utilizada como ferramenta de detração por qualquer instância política.

Pelo processo de transformação entre o *mundo a significar* e o *mundo significado*, verificamos que sistemas de valores, organizados por *saberes de crença*, são atribuídos às informações, a fim de construir discursivamente normas de referência no imaginário social, ao passo que manipulam a opinião da coletividade com vistas a homogeneizá-la.

É importante lembrar que os *saberes de crença*, embutidos na *fake news*, se inscrevem numa enunciação informativa para fazer com que o público, instância receptora, compartilhe os julgamentos, por meio de uma atitude de cumplicidade induzida, uma vez que o público se sente beneficiado, ao sair do estado de ignorância por meio desse saber.

Como esse tipo de saber pertence a um dispositivo enunciativo de influência psicossocial que se insere no universo da crença, a instância receptora adere à informação, porque “acredita ser verdadeiro”, incorporando ou submetendo-se a um *efeito de verdade*.

Referências

BRETON, Philippe. *A manipulação da palavra*. Trad. Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. *Discurso das mídias*. Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. (org.) *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2004, p. 13-39.

_____. Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages: les analyses du discours en France*, n° 117. Paris, Larousse, mars 1995, n/p.

_____. *Linguagem e discurso*. Coord. Trad. Ângela M. S. Corrêa; Ida Lúcia Machado. São Paulo. Contexto, 2008

CHOMSKY, Noam. *Mídia: propaganda política e manipulação*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

FAKE NEWS. In: *dictionary.cambridge.org*. Disponível em: < <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/fake-news> > Acesso em 03/01/19.

LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros digitais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (org.) *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 13-67.

MONNERAT, Alessandra; NETTO, Paulo Roberto. Moro não era ministro quando foi eleito um dos “maiores líderes do mundo” pela revista “Fortune”. In: *politica.estadao*, 28 março 2019. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/moro-nao-era-ministro-quando-foi-eleito-um-dos-maiores-lideres-do-mundo-pela-revista-fortune/>>. Acesso em 3/10/2019.

FAKE NEWS: A SEMIOLINGUISTIC EXAM OF THE LACK OF INFORMATION IN SOCIO-INTERACTIVE DIGITAL ENVIRONMENTS

ABSTRACT

The present study aims to examine, in the light of the Semiolinguistic Theory of Patrick Charaudeau, in a facebook post, the psycho-socio-discursive intentions that determine the discursive orientations expressed by purposes, as well as the procedures of enunciative construction of linguistic nature that explain the different types of relations of the enunciative act.

KEYWORDS: Semiolinguistic; Purposes; *Fake News*.

PL * Nº 867/2015: UMA BREVE ANÁLISE DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO DISCURSO DA ESCOLA SEM PARTIDO**

Alisson França Santos^a

RESUMO

Tendo como objeto o PL nº 867/2015, que possui, entre outras propostas, a fixação de cartazes intitulados “Deveres do professor” em todas as salas de aula, o objetivo de nosso trabalho consiste em compreender os processos de subjetivação que subjazem ao discurso em análise. Para tanto, utilizamo-nos dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso com base nos postulados de Pêcheux ([1975]2009) e Foucault ([1975]2010, 1979).

PALAVRAS-CHAVES: Análise de Discurso; Escola sem partido; processos de subjetivação.

Recebido em: 09/02/19

Aprovado em: 02/10/19

Introdução

Nosso objeto surge a partir do PL nº 867/2015, que visa a inclusão do “programa Escola Sem partido” nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Entre outras propostas, o referido projeto prevê a punição do professor “por propagação de conteúdo ideológico e busca propor, na forma

* Projeto de Lei.

** Em alguns momentos do nosso trabalho, referimo-nos à Escola sem Partido como ideia, por isso a escolha pelo artigo feminino; em outros, fazemos alusão ao programa/movimento Escola Sem Partido e, em decorrência disso, utilizamos o artigo masculino.

^a Mestrando em Estudos Linguísticos pelo PPGL-UFS. E-mail: alissongfrench@gmail.com

da lei, a fixação de cartaz em todas as salas de aula, com vistas a ‘conscientizar’ os estudantes ‘contra a doutrinação ideológica dos professores’.

Com base na materialidade do objeto e nos efeitos produzidos por seu acontecimento, algumas perguntas se fizeram norteadoras para o presente trabalho: como compreender o momento histórico? Que relações podem ser estabelecidas entre o discurso veiculado e suas condições de emergência? Quais as formações históricas atravessam os sujeitos desse discurso? E que processos de subjetivação são construídos a partir dos sujeitos aluno e professor ao se propor essa perspectiva sociopolítica e ideológica de ensino?

Dessarte, buscamos compreender os mecanismos de produção de subjetividades que sustentarem o PL nº 867/2015, considerando-o não apenas na sua materialidade espessa, produtora de sentidos inscritos na história, mas como uma estratégia de poder advinda das relações de saber produzidas ininterrupta e historicamente. Para tanto, os trabalhos de Orlandi (2005), Foucault ([1975]2010, 1979) e Pêcheux ([1975]2009) são imprescindíveis para a reflexão que buscamos realizar, situada nos entremeios da análise materialista de discurso, de tradição pecheuxiana, e da análise arqueogenealógica⁴, resultante das contribuições de Michel Foucault.

A análise de discurso, o caráter material do sentido e o PL. 867/2015

Para pensarmos a Análise de Discurso (doravante AD), sobretudo a análise de tradição francesa, é preciso que sejam considerados alguns conceitos, ou, antes, algumas noções basilares. É o caso, por exemplo, da noção de “discurso”, que resulta de um deslocamento epistemológico necessário (ORLANDI, 2005), (PÊCHEUX, [1975] 2009).

⁴ Segundo Machado (2009) e Gregolin (2015), o trabalho de Michel Foucault perpassa por diferentes fases que, a despeito de suas especificidades, tratam como centrais as questões do saber e do poder. Na primeira fase, conhecida como a fase “arqueológica”, os autores nos mostram que o trabalho de Foucault visava a mostrar como os diferentes saberes surgiam; em uma segunda fase, genealógica da análise dos discursos, buscou-se mostrar o “porquê” desses saberes no interior de diferentes estágios das sociedades. Contemplando as propostas da arqueologia e da genealogia na direção da terceira fase dos trabalhos de Foucault, Gregolin (2015), entre outros autores, propõe um trabalho de análise “arqueogenealógica” dos discursos.

Em AD, o discurso não deve ser entendido simplesmente como um registro da oralidade ou escrita, tampouco confundido com a materialidade que o sustenta, embora esteja estritamente ligado a uma materialidade e vinculado a um registro ou acontecimento. Na AD, o discurso é compreendido como “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2005, p.21) e, diferentemente do que ocorre em estudos que têm o “texto” como objeto de análise, a AD tem como seu objeto o discurso, considerado na sua relação com a exterioridade. A exterioridade, que não se reduz ao contexto imediato, considera as condições sócio-históricas em que os discursos são produzidos, os sujeitos e as posições que estes ocupam socialmente (ORLANDI, 2005). Para o presente trabalho, interessa-nos investigar o PL 867/2015, Projeto de Lei que busca, entre outras propostas, incluir o Escola sem Partido nas Diretrizes da Educação Nacional e afixar cartazes nas salas de aula, sob o título de “Deveres do professor”, ordenados por meio de seis dizeres. Na esteira da abordagem que propomos realizar, um olhar que considere a materialidade dos discursos, o meio pelo qual eles são veiculados e suas condições de produção é parte indissociável do trabalho de análise.

Dito isso, faz-se necessário pontuarmos acerca do caráter material do sentido em Análise de Discurso. Portanto, façamos, inicialmente, um breve percurso a respeito da natureza da AD para apontar relações que marcam hoje a sua especificidade.

Segundo Orlandi (2005), a AD, uma vez que se desenvolve com base nos conhecimentos de diferentes áreas, caracteriza-se como uma disciplina de entremeios. E isso porque, na conjuntura em que a AD se desenvolve, as contribuições da Linguística, da Psicanálise e do Marxismo fundam as bases para uma teoria que teria como objeto o discurso. Cabe ressaltar, entretanto, que as relações que a AD estabelece com essas disciplinas não se dão de maneira “servil”, isto é, na medida em que a AD toma essas disciplinas como base, ela também interpela tais disciplinas, produzindo um campo de conhecimento que lhe é próprio e que, por isso, não pode se confundir com aquelas que lhe deram origem. Uma das características resultantes desse processo de deslocamento é o que se conhece como o caráter material do sentido.

E o que significa, portanto, o caráter material do sentido em AD? Implica, primeiramente, compreender a língua não como um objeto cujos sentidos fossem transparentes, dados *a priori*, cabendo ao leitor o papel de atravessar o movimento das palavras. Trata-se de compreender, em outra via, a existência de uma materialidade espessa, de natureza histórica, em que os sentidos se materializam, produzindo seus efeitos. Nessa perspectiva, não se trata de, frente ao objeto, responder à questão: *o que isto quer dizer*, como se se pudesse alcançar o sentido oculto que viria a ser desvendado pelo gesto interpretativo, mas de pensar o *como isto significa* (ORLANDI, 2005). Em outras palavras, uma análise que leve em conta o caráter material do sentido está preocupada com o modo como os discursos produzem sentido. Sentido este que está materializado na língua e não está alheio às determinações de natureza sócio-histórica.

Feitas essas breves considerações, mobilizamos algumas reflexões a respeito do objeto que selecionamos para análise.

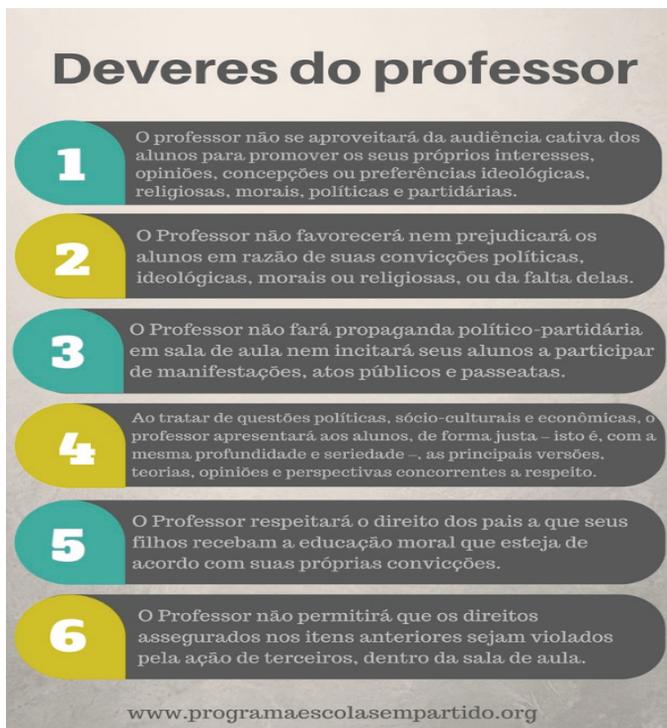
O PL 867/2015

Neste trabalho, propusemo-nos a analisar o Projeto de Lei 867/2015, com vistas a compreender os processos de subjetividade do discurso em análise. Para tanto, realizamos um pequeno recorte que diz respeito ao artigo 4º, seus 6 incisos e 2 parágrafos relacionados⁵.

O conteúdo dos referidos incisos, cabe pontuar, está presente em cartazes produzidos pelo movimento Escola sem Partido desde 2010 e disponibilizados em diversos meios da mídia digital, sob o título “Deveres do professor”, como se poderá observar na imagem abaixo:

⁵ Para fazer alusão aos diferentes fragmentos em análise, propomo-nos usar a noção de sequência discursiva, com base no postulado de autores como Orlandi (2005) e Pêcheux ([1975]2009).

Figura 1: Cartaz Deveres do professor



Fonte: site do programa escola sem partido.⁶

Todavia, trata-se, agora, ao debruçarmo-nos sobre o PL 867/2015, de nos deparar com outra materialidade. É que, reatualizados pelo discurso legislador e afetados por sua materialidade histórica, os efeitos de sentido deslizam para uma relação com o novo. Não sendo mais um cartaz cuja circulação se restringe à mídia digital, produz já o efeito de lei e reveste-se de um sentido de legitimidade. Suas numerações com conteúdos de 1 a 6 são agora incisos arrolados em um artigo, na forma de Projeto de Lei, e disponibilizados no *site* da Câmara dos Deputados⁷.

⁶ Disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org>, 18/05/2018.

⁷ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>, 20/12/2018.

Conforme veremos mais adiante, há, contudo, uma alteração do item 1. No cartaz observado, como pudemos ler, temos que “o professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas [...]”. Já no PL 867/2015, ao formular os dizeres referentes ao “dever do professor”, encontramos no art 4º, inciso I, que: “o professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária”.

Além do artigo e dos incisos, há também, no PL, um ANEXO que remonta aos dizeres dos cartazes mais antigos produzidos pelo movimento Escola Sem Partido, com a devida alteração realizada no item 1:

ANEXO

DEVERES DO PROFESSOR

I - O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária [...] (PROJETO DE LEI, Nº 867, DE 2015, 2018).

Desse modo, se observamos, de um lado, a reatualização de uma discursividade que vem fora (do cartaz publicado no site do movimento, por exemplo), de outro, analisamos o efeito dessa retomada produzida por uma nova materialidade: a palavra da lei, seus artigos e incisos, suas condições de emergência e os efeitos de sentido advindos de um PL. que vão ao encontro dos dizeres do Escola sem Partido.

Abaixo, reproduziremos o artigo 4º do PL tal como consta do documento, seus referidos incisos e parágrafos relacionados:

Art. 4º. No exercício de suas funções, o professor:

I - O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária. II - O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas. III - O professor não fará propaganda

político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas. IV - Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito. V - O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. VI - O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

§ 1º. Para o fim do disposto no caput deste artigo, as escolas afixarão nas salas de aula, nas salas dos professores e em locais onde possam ser lidos por estudantes e professores, cartazes com o conteúdo previsto no Anexo desta Lei, com, no mínimo, 70 centímetros de altura por 50 centímetros de largura e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas.

§ 2º. Nas instituições de educação infantil, os cartazes referidos no § 1º deste artigo serão afixados somente nas salas dos professores (PROJETO DE LEI, Nº 867, DE 2015, 2018).

Inicialmente, observamos que o art. 4º reproduz integralmente o conteúdo do ANEXO presente no PL. Ademais, observemos os parágrafos do referido artigo, em que o discurso legislador busca regular o espaço que deve ocupar os seus enunciados. Trata-se de afixar cartazes nas salas de aula que contenham os dizeres do inciso de I a VI. Mas não se trata de apenas fixá-los, eles precisam ter “70 centímetros de largura e 50 centímetros de altura” (no mínimo), “fonte com tamanho compatível às dimensões adotadas” e estar fixados em locais adequados. É preciso, portanto, dar visibilidade a esses enunciados tão importantes, uma visibilidade que se enuncia e se faz vigilante, como um aviso.

Segundo Machado (1979), consoante os pressupostos de Foucault, a sociedade em que vivemos hoje, a sociedade de biopoder, não mais busca o controle dos sujeitos por meio do suplício dos corpos, mas por mecanismos muito

mais avançados de controle e vigilância. Ora, os mecanismos de dominação de nossas práticas não cessaram de se transformar ao logo do tempo. Um cartaz que vem ao encontro do professor e do aluno avisar-lhes sobre os seus direitos e deveres, dissimulado pelo sentimento de segurança e bem-comum produzido por seus enunciados mais que legitimados, não pode reconhecer o seu poder coercitivo de nos domesticar e de punir aqueles que se rebelam, posto que se serve “do bom funcionamento” e do papel legal da escola.

É preciso também que ao sujeito que viesse por ventura afixar cartazes de tamanho inadequado, marginalizando os espaços do referido documento, se diga: “é esse o tamanho e essa é a fonte que se deve utilizar, conforme a palavra da lei”. O discurso em análise, desse modo, põe em jogo sujeitos já subjetivados, significados enquanto desobedientes, inadequados. Cabe ao PL, portanto, o papel fundamental de regularizá-los.

No parágrafo 2º, destinado à educação infantil, “os cartazes referidos somente devem ser afixados nas salas dos professores”. Ora, não cabe às crianças o conhecimento acerca dos deveres e da regulação das práticas. Os sentidos de “ser criança” e de “educação infantil” reverberam na nossa memória e na materialidade discursiva. Os professores, no entanto, não estão dispensados da vigilância. É na sala dos professores – e somente lá - que os cartazes devem ser afixados.

Neste momento, detenhamo-nos aos dizeres do art 4º e seus incisos, de I a VI. Nas seqüências discursivas (doravante SDs) que selecionamos, temos uma série de enunciados arrolados a partir do art 4º (no exercício de suas funções, o professor...). Interessante observar, primeiramente, que, embora os cartazes devam ser afixados para alunos e professores lerem, conforme o parágrafo primeiro do artigo 4º, os enunciados dos incisos são tematizados em torno da figura central do professor, por meio de uma estrutura que se repete regularmente, ora na forma de negativas, ora na forma de afirmativas, como podemos observar nos itens: o professor *não se aproveitará/não favorecerá/não fará/não permitirá* (incisos I, II, III e VI) e o professor *apresentará / respeitará* (incisos IV e V).

Se cabe ao professor, consoante a palavra da lei, não se aproveitar/não favorecer/não fazer, é porque é assim, por outro lado, que eles são subjetivados pelo PL 867/2015 e pelo programa Escola Sem Partido. São, portanto, sujeitos que “se aproveitam da audiência cativa dos alunos”, “que favorecem ou prejudicam alunos”, que “fazem propagandas político-ideológicas” e que

“permitem que direitos sejam violados”. Desse modo, faz-se necessário que se busque outra forma de “ser professor”, que outros espaços sejam ocupados, não menos subjetivos e historicamente delimitados. É em uma direção de sentidos, que não é a do “ser professor” hoje, que o discurso em análise mobiliza a produção de subjetividade.

Além disso, observemos que, além do papel central que o professor ocupa nesses enunciados, toda a estrutura dos incisos se mobiliza para falar dele em 3ª pessoa: *ele, o professor, não deve*. Isso nos permite pensar, por meio da materialidade dos sentidos, que os sujeitos aos quais esses enunciados se dirigem talvez não sejam “eles”, os professores, mas um “tu” não identificado, que se faz presente no discurso da Escola sem Partido.

A partir de agora, examinaremos, de maneira breve, algumas SDs em análise, distribuídas entres os incisos do artigo 4º.

Acerca do inciso I no PL 867/2015, como já foi apontado neste trabalho, houve uma mudança em relação aos cartazes mais antigos produzidos pelo Escola Sem Partido. Enquanto no cartaz intitulado “Deveres do professor” tem-se que o professor “não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões religiosas, morais, políticas e partidárias”, no discurso reatualizado pelo PL, temos que o professor “não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária”. Acerca da SD em questão, interessa-nos compreender como a reatualização do enunciado produz um deslocamento de sentidos. Entre “aproveitar-se” para promover interesses e aproveitar-se para cooptar alunos, tem-se um espaço ocupado pela posição sujeito que se faz presente no discurso reatualizado. Ora, para o discurso revivificado do Escola sem Partido, materializado no PL 867/2015, o professor não promove interesses, ele coopta seus alunos. O verbo “cooptar”, por sua vez, instaura uma outra região de sentidos. De acordo com o dicionário Michaelis (2018), uma das acepções de “cooptar” é “Fazer alguém seu companheiro ou cúmplice; atrair, seduzir”. Nesse sentido, o professor, tal como o discurso em análise o significa, não é um promotor de interesses, ele é antes alguém que “atrai”, “seduz” seus alunos. Não sendo mais um agente que promove interesses e (opiniões morais, políticas, partidárias), ele parece agora subjetivado como alguém que mobiliza as paixões.

Detenhamo-nos, por agora, ao inciso II: “o professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, morais ou religiosas, ou da falta delas”. Uma das questões sobre a qual falamos, de maneira breve, no parágrafo anterior diz respeito à posição sujeito do discurso. Para Pêcheux ([1975] 2009), a posição-sujeito, que não corresponde à posição empírica que os indivíduos ocupam, diz respeito à posição que os sujeitos representam discursivamente. Assim, quando se diz que um determinado sujeito ocupa uma posição de autoridade, o que nos interessa não é o espaço empírico ocupado pelo indivíduo real que produz o discurso, mas o papel que ele representa como sujeito interpelado discursivamente. Essas representações, por sua vez, estão inextricavelmente ligadas às formações imaginárias que circulam em nossa sociedade. Destaque-se, por meio da SD no inciso II, como o professor é subjetivado: como alguém que favorece ou prejudica alunos em razão de suas convicções morais, políticas, religiosas, mas também em razão da falta delas. Nesse sentido, a falta é significada como um problema a ser resolvido, pois pode ela também servir de entrave na relação do professor com o aluno. Tal posição-sujeito entrecruza sentidos que, não reconhecendo a incompletude do sujeito, buscam disciplinar a língua na tentativa de apagar suas ambiguidades constituintes.

Contudo, como podemos observar ainda por meio da SD do inciso II, toda produção discursiva está sujeita a falhas e equívocos que rompem a aparente unidade do sujeito. Ao propor-se que “o professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, morais ou religiosas, ou da falta delas”, o discurso se significa por meio de uma ambiguidade: são as convicções dos professores ou a dos próprios alunos que devem ser inspecionadas sob o risco de favorecer ou prejudicar? Considerando-se o segundo caso, uma contradição se estabelece por um paradoxo: nenhuma convicção importará finalmente, tornando o próprio ato de dizer nocivo.

Conforme analisamos no parágrafo anterior, a respeito da posição-sujeito instaurada no discurso, podemos compreender como tal posição repercute em outras SDs. De acordo com o inciso IV, “ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as

principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito”. Apresentar de forma “justa” é compreendido como “tratar com a mesma profundidade as principais versões e teorias”. Faz-se necessário, assim, “dar conta”, abarcando as principais teorias e versões, fazendo emergir a ilusão de um sujeito completo.

Sobre tal questão, remetemo-nos, mais uma vez, a Pêcheux ([1975] 2009), que, ao desenvolver a teoria do sujeito na AD, considera a incompletude do eu e da língua como constituintes da produção discursiva. Nesse sentido, é necessário que o sujeito se reconheça enquanto origem das palavras e dos sentidos, para que as rupturas e as falhas da língua emergjam discursivamente, decorrentes da inscrição do sujeito nas relações históricas de poder.

Para finalizar, temos, por meio do inciso VI, que “o professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula”. Primeiramente, interessante observar, com base na SD em destaque, que “os direitos devem ser assegurados”, e que isso se faz, todavia, pela da negação da posição sujeito professor” mobilizada discursivamente em todos os incisos. Em outras palavras, é por meio da negação do “ser professor hoje”, deste professor que “se aproveita da audiência cativa, “que favorece ou prejudica alunos”, “ que faz propagandas político-ideológicas”, que os direitos são assegurados. O professor é então compreendido como alguém que está à margem da lei e, portanto, precisa ser interditado.

Contudo, podemos também observar, por meio da referida SD, como, à medida que esse professor é vigiado pelas relações de poder que adentram o espaço da escola, ele não pode deixar de ser também vigilante: “ele não permitirá que terceiros violem os direitos assegurados”. Disso resultam duas reflexões fundamentais com base no pensamento foucaultiano.

1 – O poder não se localiza em um ponto estável. E, não se restringindo unicamente à figura do Estado, distribui-se por meio de microrrelações. Assim, se, por um lado, o PL 867/2015 se significa como um instrumento de poder utilizado para interditar determinado “ser professor”, por outro, o professor também dele se serve para exercer poder, por meio da vigilância sobre outros (professores, alunos, funcionários da escola).

2 - Se as relações de poder tivessem apenas a função de interditar os sujeitos, tais relações não se conservariam. Para Foucault ([1975] 2010), as relações

de poder são, acima de tudo, produtivas, visto que produzem saberes organizados, distribuídos na sociedade. Tais saberes, por sua vez, não podem deixar de legitimar o poder que as constitui, por meio da produção de subjetividades que justificam o papel das instituições.

Desse modo, a este professor que historicamente foi significado enquanto autoridade no espaço da sala de aula, que a ele não se negue poder legítimo de “manter a ordem”, de “assegurar direitos”, com a condição de que se possa submetê-lo também a uma forma de vigilância, suportada, porque legitimada pelos discursos circulantes, e entendida como necessária para o bem comum.

Considerações finais

Como vimos, a reatualização do discurso da Escola sem Partido por meio do PL 867/2015 produz um desliz de significados indissociáveis de sua materialidade. Seus sentidos, bem como seu efeito produzido como acontecimento discursivo, mobilizam a necessidade de reflexão acerca do objeto, afetado pelo discurso legislador e produzido por uma língua que não é transparente.

Vimos também como os dizeres do Escola sem Partido, materializados no PL 867/2015, mobilizam processos de subjetivação acerca do professor, do aluno e da própria escola. A escola é significada como inadequada, produzindo a “necessidade” de uma intervenção que regula, com detalhes, como seus cartazes devem ser afixados. O professor, por sua vez, é significado como alguém que “seduz” os alunos, que os favorece ou prejudica, enquanto os alunos são sempre passivos, “reféns” de professores que não asseguram seus direitos. Propõe-se, a partir disso, que outros espaços sejam ocupados, não menos subjetivos e historicamente delimitados.

Tais questões, apontam-nos, finalmente, para a busca da compreensão do momento em que vivemos. Como compreender o momento histórico e as relações estabelecidas com os discursos que emergem no nosso tempo? Por meio de Foucault ([1975] 2010, 1979), entendemos que os mecanismos de controle e domesticação dos corpos, desde a Idade Média, não cessaram de se modernizar, na medida em que se tornaram mais sutis a serviço de rela-

ções de poder que buscam gerir o controle de nossas vidas. Dessa sociedade em que vivemos, discursos como o do Escola sem Partido são produzidos e legitimados como instrumentos de poder necessários. Com isso, cada vez mais, o controle e a vigilância dos corpos efetuam o seu papel fundamental: regular a produção discursiva para tornarmos-nos úteis às formas de poder do presente tempo.

Referências

DEVERES DO PROFESSOR, <http://www.programaescolasempartido.org>, 18/05/2018.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhe-te. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [1975] 2010.

GREGOLIN, M. do R. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. *Revista Moara*, 43: 6-25, 2015.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009. p. 243-276.

MICHAELIS: Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa, <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cooptar>, 20/12/2018.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimento*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pucinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: editor da Unicamp, [1975] 2009.

PROJETO DE LEI N.º 867, DE 2015, <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>, 20/12/2018.

**PL N° 867/2015: A BRIEF ANALYSIS OF
SUBJECTIVATION PROCESSES IN THE SPEECH OF
SCHOOL WITHOUT PARTY**

ABSTRACT

Focusing on the PL 867/2015, which has, among other proposals, the establishment of posters entitled “Duties of a teacher” in all classrooms, the objective of our work is to understand the processes of subjectivation that underlie the discourse under analysis. For that, we use the theoretical assumptions of Discourse Analysis based on the postulates of Pêcheux ([1975]2009) and Foucault ([1975]2010, 1979)

KEYWORDS: Discourse Analysis; School without Party; subjectivation process.

O POLÍTICO EM FOCO: ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES PARA O ATOR SOCIAL MICHEL TEMER EM TEXTOS OPINATIVOS

Caroline Bordim^a

Gesselda Somavilla Farencena (UFSM)^b

RESUMO

Este trabalho analisa o discurso sobre o político (BOCHETT, et. al, 2017) a fim de verificar representações para Michel Temer em textos que opinam sobre o seu discurso em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Como resultado, foram verificadas três representações para o então presidente: como machista, que aparece como a principal e perpassa os cinco textos, e como retrógrado e inimigo das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: discurso sobre o político; representação de atores sociais; sistema de transitividade.

Recebido em: 31/05/19

Aprovado em: 10/10/19

Introdução

É fato que o Brasil tem passado, em sua história recente, por momentos conturbados no campo político, o que tem colocado seja o discurso político, seja o discurso do político ou seja o discurso sobre o político

^a Graduanda em Letras – Português na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
E-mail: carolinebordim3@gmail.com

^b Professora Adjunta do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
E-mail: gesseldaf@yahoo.com.br

co (BOCHETT et. al, 2017) no centro de pesquisas (CARVALHO, 2013; CALLEGARO, 2015; SANTOS; FARENCENA, 2018). As questões linguísticas, em suas múltiplas interfaces, mostram-se, nesse cenário, terrenos férteis uma vez que a linguagem, além de possibilitar a comunicação, permite construir representações.

Com base nessa possibilidade, esse trabalho centra-se no discurso sobre o político, a fim de verificar representações para o então Presidente da República, Michel Temer, em cinco textos jornalísticos opinativos que abordam o discurso por ele proferido sobre o Dia Internacional da Mulher de 2017, o qual gerou grande repercussão à época. Para a realização da análise, foram utilizadas categorias do sistema de transitividade proposto por Halliday e Matthiessen (2014) associadas a categorias de representação de atores sociais de van Leeuwen (2008).

Nesse intuito, além dessa introdução, o presente artigo está dividido em cinco seções. Na primeira, é descrito brevemente o sistema de transitividade, enquanto na segunda, são apresentadas categorias sociossemânticas. Na seção seguinte, são identificados os métodos utilizados para a realização da pesquisa e, em seguida, são apresentadas as análises e a discussão dos resultados que servem de base às considerações finais.

Gramática sistêmico-funcional: sistema de transitividade

A Gramática Sistêmico-Funcional, conforme Fuzer e Cabral (2014), é uma gramática estruturada por Halliday a partir da década de 1960. Por ter uma visão da língua como redes de sistemas linguísticos que fornecem diferentes possibilidades de escolhas aos usuários, explicam as autoras, a gramática é sistêmica, ao passo que, por estudar o sistema da língua em uso, ou seja, funcionando em textos inseridos em diferentes contextos, ela também é funcional.

Desse modo, a Gramática Sistêmico-Funcional propõe que um texto está sempre envolto por, pelo menos, dois contextos: o de situação e o de cultura. Segundo reportam Fuzer e Cabral (2014), o contexto de situação é o ambiente imediato no qual o texto está de fato funcionando; descrito por Halliday (1989), é formado por três variáveis: campo, relação e modo. O

campo está relacionado com tudo o que acontece ao redor, as relações correspondem aos participantes, à natureza de seus papéis, à proximidade entre eles e ao grau de formalidade, e o modo diz respeito à função da linguagem e ao veículo utilizado naquela situação.

Cada uma dessas três variáveis, de acordo com Halliday e Matthiessen (2014), está associado com uma das metafunções da linguagem. Sendo assim, explicam os autores, a variável relações está ligado com a metafunção interpessoal, o modo com a textual, e, por fim, o campo está interligado à ideacional, que se subdivide em lógica e experiencial. A ideacional lógica tem como unidade de análise o complexo oracional, sendo responsável pela ligação de grupos lexicais e oracionais. A ideacional experiencial, abarcada neste trabalho, por sua vez, tem como unidade de análise a oração e é responsável pela representação do mundo, cuja função é realizada léxico-gramaticalmente pelo sistema de transitividade.

No sistema de transitividade, a oração é vista como representação e compõe-se por processos (grupos verbais), participantes (grupos nominais) e circunstâncias (grupos adverbiais) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), conforme sumariza o Quadro 1.

Quadro 1 – Sistematização dos processos do sistema de transitividade

| Processo | Significado da categoria | Participantes | Exemplos de processos | Exemplo de frase |
|-----------------|---|--|---|--|
| Material | fazer acontecer | Ator Meta Beneficiário Escopo Atributo | Correr, nadar, pescar, comprar, comer, cortar, jogar | Um presidente que montou um ministério sem nenhuma figura feminina. |
| Mental | perceber pensar sentir desejar | Experienciador Fenômeno (Metafenômeno e Macrofenômeno) | Amar, gostar, perceber, sentir, pensar | Não esperávamos menos de quem articulou um golpe misógino contra uma presidenta honesta. |

Continua

| | | | | |
|--------------------|-----------------------------|---|--|--|
| Relacional | caracterizar identificar | Portador Atributo Atribuidor Identificado Identificador | Ser, estar, ter, continuar. | Mas a mensagem é: os filhos são responsabilidades da mulher e não do homem. |
| Mental | comportar-se | Comportante Comportamento | Chorar, rir, dançar, dormir | Dormi ¹ cedo ontem à noite. |
| Verbal | dizer | Dizente Verbiagem (Citação e Relato) Receptor Alvo | Declarar, dizer, responder, explicar | Michel Temer afirmou que detectamos as flutuações do mercado através do orçamento doméstico. |
| Existencial | existir | Existente | Existir, haver | Não há motivo para surpresas com as palavras do Presidente Michel Temer. |

Fonte: adaptado de Fuzer e Cabral, 2014, p. 103).

Além dos participantes que lhe são típicos, os processos podem vir acompanhados por determinadas circunstâncias (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Com uma variedade de classificações, essa categoria léxico-gramatical pode expressar ideias como de lugar e tempo, como em “Em seu discurso [...], na quarta-feira 8”, respectivamente, e ângulo e modo, entre outras.

Em conjunto, processos, participantes e circunstâncias permitem aos indivíduos representarem o mundo, tanto externo quanto interno à sua consciência. Nesse sentido, tais categorias são observadas neste trabalho para verificar representações construídas para Michel Temer em conjunto com categorias sociosemânticas, apresentadas na seção a seguir.

¹ Exemplo criado pelas autoras, uma vez que no *corpus* analisado não foi encontrada ocorrência de processos comportamentais.

Atores sociais

Sistêmico-funcionalmente, a comunicação é concebida como sendo viabilizada por meio de escolhas linguísticas e semânticas fornecidas pela gramática. Esta última, para van Leeuwen (2008), não se restringe a um conjunto de regras do que “deve ser dito”, mas caracteriza-se como algo que está mais próximo do que “pode ser dito”. Assim, tendo em vista as diferentes escolhas realizadas pelo indivíduo entre as possibilidades que a gramática oferece, todos têm a capacidade de construir representações sobre si mesmo e sobre o mundo que os cercam. Ao fazê-lo, acrescenta o autor, de acordo com seus propósitos, essas representações podem excluir ou incluir atores sociais. Diante disso, van Leeuwen (2008) dedica-se a propor algumas categorias para investigar quais são as maneiras pelas quais os atores sociais podem ser representados no discurso e quais são as possibilidades que o sistema linguístico oferece para que os autores/falantes possam construir as representações.

Os atores sociais, conforme van Leeuwen (2008), podem ser inseridos no texto por meio de dois recursos principais: de inclusão e exclusão, conforme esquematiza o Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias de representação de atores sociais no nível sociossemântico

| | Categoria sociológica | Tipo e/ou definição | Como se realiza |
|----------|-----------------------|----------------------------------|---|
| Exclusão | Supressão | Exclusão total do ator social. | - apagamento do agente da passiva; - orações infinitivas funcionando como um participante gramatical; - nominalizações; - adjetivos. |
| | Encobrimento | Exclusão parcial do ator social. | - apagamento do agente da passiva; - orações infinitivas funcionando como um participante gramatical; - nominalizações; - adjetivos; - elipses. |

Continua

| | | | | | |
|-----------------|----------------|--|---------------|---|--|
| Inclusão | Ativação | Ator social representado como força ativa numa sociedade. | | <ul style="list-style-type: none"> - papéis gramaticais participantes (Ator, Experienciador, Dizente, Comportante, Atribuidor); - circunstancialização; - pós-modificação; - possessivação. | |
| | Passivação | Ator social representado se submetendo à atividade ou sendo afetado por ela. | | <ul style="list-style-type: none"> - papéis gramaticais participantes (Meta, Fenômeno, Portador e Beneficiário); - circunstancialização; - pós-modificação; - possessivação. | |
| | Genericização | Atores sociais representados como classes. | | <ul style="list-style-type: none"> - plural sem artigo; - singular com artigo; - tempo presente. | |
| | Especificação | Individualização | | <ul style="list-style-type: none"> - singularidade; - dados identificadores. | |
| | | Assimilação | Coletivização | <ul style="list-style-type: none"> - pluralidade; - substantivo que denota grupo de pessoas. | |
| | | | Agregação | <ul style="list-style-type: none"> - quantificação (porcentagens, maioria, etc.) | |
| | Personalização | Indeterminação: atores sociais (indivíduos ou grupos) não especificados, anônimos. | | <ul style="list-style-type: none"> - pronomes indefinidos com função nominal (alguém, ninguém, todos, etc.) | |
| | | Diferenciação: indivíduos ou grupos identificados | Nomeação | | <ul style="list-style-type: none"> - nomes próprios; - honoríficos. |
| | | | Categorização | Funcionalização | <ul style="list-style-type: none"> - papéis participantes e processos que denotam determinada ocupação, profissão, função relativa à dada atividade; - possessivação; - circunstancialização. |
| | | | | Identificação | <ul style="list-style-type: none"> - expressões que indicam idade, gênero, classe social e situação econômica, raça, etnia, religião, orientação sexual, relação pessoal, parentesco, entre outros. |

| | | | |
|------------------|--|--|--|
| Impersonalização | Abstração: atores sociais representados por uma qualidade. | - papéis participantes (Atributos); - circunstancialização. | |
| | Objetivação: atores sociais representados por uma referência metonímica. | Somatização | - papéis participantes; - circunstancialização; - possessivação; - expressões referentes a partes do corpo. |
| | | Autonomização do enunciado | - papéis participantes; - circunstancialização; - expressões que fazem referência a instituições. |
| | | Espacialização | - circunstancialização;- expressões que remetam a locais/regiões. |

Fonte: (adaptado de FUZER, 2008, p. 145-147, com base em VAN LEEUWEN, 2008).

A categoria de inclusão é dividida em seis subcategorias, sendo elas: ativação, passivação, genericização, especificação, personalização e impersonalização. Podendo ainda se subdividir nos trechos analisados do *corpus*, tais categorias aparecem sob a forma de referenciação, circunstancialização, ativação e possessivação.

A referenciação, explica van Leeuwen (2008), ocorre quando os atores sociais são representados por meio de uma referência a um local ou coisa diretamente associada quer à sua pessoa, quer à atividade a que estão ligados. A circunstancialização, por seu turno, dá-se por meio de um sintagma preposicional circunstancial. A categoria de ativação acontece quando há uma representação dos atores sociais como forças ativas e dinâmicas. Por fim, a possessivação acontece por meio da inclusão sob a forma de um sintagma preposicional como pós-modificador de uma nominalização. A título de exemplificação, na oração “Que o governo golpista era também machista”, Michel Temer é incluído no discurso por meio da referenciação, uma vez que a expressão “governo golpista” é uma referência clara a ele, então Presidente, cujo cargo supostamente teria sido forjado via golpe.

A outra grande categoria para a representação de atores sociais é a exclusão, que apresenta duas subcategorias: supressão e encobrimento. O tipo de exclusão presente nos trechos analisados é o por encobrimento, o qual faz menção ao ator social em relação a alguma atividade ou de forma indireta, de modo que possamos inferi-lo. No trecho “Mas a mensagem é, os filhos são responsabilidades

mulher e não do homem.”, por exemplo, é possível inferir, pelo conhecimento prévio, que o autor da “mensagem” é Temer, porém não há nada mais explícito que faça essa referência, de modo que o ator social é encoberto.

Em resumo, a observância dessas categorias fornece subsídios que auxiliam, conjuntamente a categorias da transitividade, a análise linguística das representações tecidas para o Presidente, uma vez que permitem atentar também àquilo que não está textualizado, mas nas entrelinhas.

Metodologia

Neste artigo, o ponto de partida da análise são cinco textos opinativos que comentam o discurso do presidente Michel Temer sobre o Dia Internacional da Mulher de 2017, ou seja, textos que se enquadram no “discurso sobre o político” (BOCHETT, et. al, 2017). Publicados entre os dias 8 e 11 de maio do referido ano, os textos têm como fonte *sites* distintos, como mostra o Quadro 3. Um dos critérios de seleção para os textos coletados foi o fato de serem escritos por mulheres, já que o discurso foi destinado a elas. Além disso, um segundo critério definiu a seleção de textos opinativos, uma vez que favorecem a construção de avaliações e, conseqüentemente, de representações.

Quadro 3 – Relações de textos analisados

| Código ² | Título | Autoria | Data | Fonte |
|---------------------|---|------------------------------------|------------|-----------|
| T#1 | Não foi gafe: Temer disse o que pensa sobre o papel da mulher | Rosane de Oliveira | 08/03/2017 | Zero Hora |
| T#2 | Michel Temer destila seu machismo no 8 de março | Katia Branco | 09/03/2017 | PortalCTB |
| T#3 | Chega de Dia Internacional da Mulher | Ivar Hartmann | 10/03/2017 | Jornal NH |
| T#4 | Não foi um ato falho | Cilene Pereira e Débora Bergamasco | 10/03/2017 | ISTOÉ |
| T#5 | O homem da era Temer não evoluiu | Paulo Darcie | 11/03/2017 | HuffPost |

Fonte: elaborados pelas autoras

² Usado para fazer referência aos textos ao longo da exposição dos exemplos na análise.

Definido o *corpus*, com o propósito de verificar representações atribuídas ao ator social Michel Temer, a análise seguiu os seguintes passos:

1. descrição das variáveis contextuais: campo, relações e modo;
2. identificação dos trechos que faziam referência ao então presidente;
3. segmentação dos trechos em orações;
4. identificação e classificação dos processos, participantes e circunstâncias que compunham as orações selecionadas;
5. Identificação de categorias sociossemânticas empregadas para incluir e/ou excluir o ator social Michel Temer;
6. Verificação das representações manifestadas léxico e sociossemanticamente para o presidente.

Análise e discussão dos resultados

Nesta seção, são apresentadas as análises desenvolvidas no intuito de identificar as representações construídas para Michel Temer com base em seu discurso sobre o Dia Internacional da Mulher de 2017. Para isso, apresentamos a descrição do registro e empreendemos as análises de representações.

Análise contextual

No que concerne ao contexto de situação, ao se observar o campo dos cinco textos selecionados, ou seja, o que está acontecendo, nota-se que eles realizam uma prática social opinativa (“paramos para refletir” (, “não esperávamos menos”), especificamente voltada à avaliação do discurso de Temer sobre o Dia Internacional da Mulher (“Ninguém é mais capaz de indicar os desajustes de preço no supermercado do que a mulher”, “Se a sociedade vai bem, se os filhos crescem, é porque tiveram adequada formação em suas casas e, seguramente, quem faz isso não é o homem, é a mulher”) no que diz respeito ao machismo nele evidenciado (“machista”, “inimigo das mulheres”).³

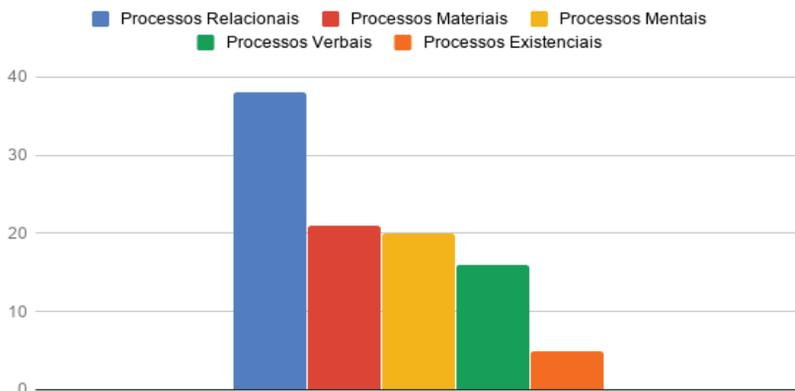
³ Os excertos apresentados compõem o *corpus* constantes no quadro 3.

Analisando a segunda variável situacional, observa-se que, em alguns textos, a relação estabelecida entre os participantes é de proximidade, como demonstram os verbos na primeira pessoa do plural (“exercemos”, “sabíamos”, “recebemos”), que servem tanto para inserir o leitor quanto para expor as autoras no texto. Além disso, tendo em vista que são mulheres que assinam os textos, o uso do “nós” faz com que elas se reconheçam como tais, uma vez que o discurso de Temer é justamente dedicado às mulheres. Considerando que os artigos foram publicados em jornais *online*, é suposto que o possível público leitor seja composto por assinantes e/ou pessoas que costumam acessá-los.

No que se refere ao modo, podem ser destacados os verbos na primeira pessoa do plural (“aceitamos”, “vemos”, “revoltamos”, “defendemos”) que, além de contribuírem para a expressão do posicionamento das autoras, auxiliam para aproximá-las de seus leitores e para se identificarem como mulheres. Predomina o uso da linguagem formal (“alçado”, “misógino”, “disparate”, “primordial”), o que está associado ao local de publicação, mas, em alguns momentos, apresenta um vocabulário mais coloquial (“deboche”, “tipo”, “bando”) favorecendo uma aproximação maior entre jornalistas e leitores. Quanto aos tempos verbais utilizados, percebe-se o uso frequente do presente (“estamos”, “tenho”, “está”, “é”, “demonstra”), para expressar as avaliações, e pretérito perfeito (“afirmava”, “reforçou”, “publicou”, “definiu”, “tinha”) para relatar alguns fatos que ocorreram – principalmente extraídos do próprio discurso de Temer – e servem como sustentação às avaliações apresentadas.

Ator social Michel Temer e suas representações no discurso jornalístico opinativo

Por meio da análise léxico-gramatical apoiada no sistema de transitividade, é possível analisar quais ações são realizadas, por quem, a quem direcionadas e em que circunstâncias. Dessa forma, os significados experienciais podem ser interpretados quanto às representações que sinalizam. Ao se debruçar sobre os dados obtidos com a análise das orações que remetiam a Michel Temer, foi possível observar um número maior de processos relacionais comparado aos demais, conforme mostra o Gráfico 1, sinalizando que o presidente é frequentemente caracterizado.

Gráfico 1 – Ocorrências de processos no *corpus*.**Processos**

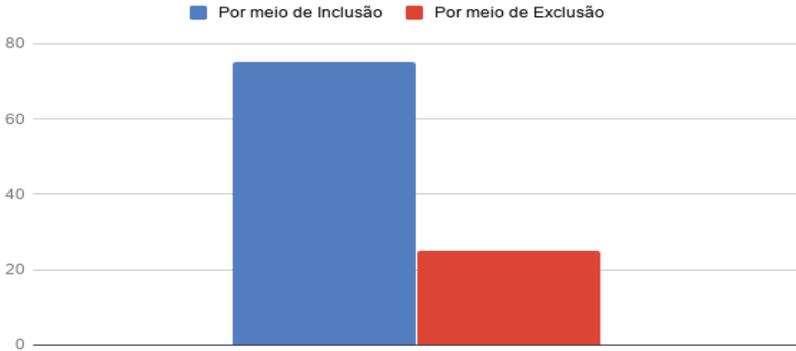
Fonte: elaboração própria

Apesar do maior número de ocorrência dos processos relacionais, os demais processos também desempenham papéis importantes nos textos analisados. Os processos materiais dão conta de descrever ações que Michel Temer desenvolveu durante seus mandatos, como em “um presidente que *montou* um ministério sem nenhuma figura feminina”. Os processos mentais, por sua vez, textualizam os pensamentos das autoras sobre o discurso de Temer, como em “Não *esperávamos* menos de quem articulou um golpe misógino contra uma presidenta honesta”, contribuindo para a expressão da opinião. Os processos verbais desempenham a função de trazer aos textos dizeres do presidente, principalmente os proferidos durante o discurso do Dia Internacional da Mulher, como em “Michel Temer *afirmou* que detectamos as flutuações do mercado através do orçamento doméstico”. Já os processos existenciais contribuem para explicitar a reação das jornalistas diante do discurso, como em “não *há* motivo para surpresa com as palavras do presidente Michel Temer”.

Observados os significados experienciais construídos léxico-gramaticalmente, foi possível associá-los aos significados sociossemânticos, evidenciando que, em 75% das vezes (10 ocorrências), o ator social Michel Temer aparece incluído nos textos, ou seja, referido textualmente, conforme mostra o Gráfico 2

Gráfico 2 – Ocorrências de categorias sociossemânticas no *corpus*.

Atores Sociais



Fonte: elaborado pelas autoras

Ao ser incluído no discurso, o presidente é referido de diferentes formas, entre elas por referência ao seu governo – o que caracteriza a referencialização –, como exemplificado a seguir no quadro 4;

Quadro 4 – O governo de Temer

| | | | |
|---|------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| 1 | Que o governo golpista | era | também machista T#2 |
| | Portador | Processo Relacional | Atributo |
| 2 | Que esse governo | é | inimigo das mulheres T#2 |
| | Portador | Processo Relacional | Atributo |

Fonte: elaborado pelas autoras

Nas orações, o ator social Michel Temer é representado ao ser incluído como portador no discurso por referência à entidade/ao órgão a que pertence, caracterizando a objetivação realizada por meio da autonomização do enunciado (VAN LEEUWEN, 2008). Nas duas orações, referido como “governo golpista” e “esse governo”, Michel Temer é representado como portador dos atributos “Machista” e “Inimigo das mulheres”, sinalizando sua representação,

além de golpista, como machista. Ainda que, em alguns momentos, como nos exemplos 1 e 2, essa representação não seja construída diretamente a ele, mas ao seu governo, é a que permeia todos os textos.

Outro recurso sociossemântico utilizado para incluir o presidente no discurso é ativação como pós-modificador de grupos nominais, como exemplificado no quadro 5:

Quadro 5

| | | | |
|---|----------------------------|----------------------------|--|
| 3 | O discurso de Michel Temer | é | uma afronta à realidade das mulheres e à luta das feministas classistas T#2 |
| | Portador | Processo Relacional | Atributo |

Fonte: elaborado pelas autoras

Por meio do atributo, é possível notar que o discurso não foi bem recebido, haja vista sua caracterização como “uma afronta”, ou seja, uma ofensa “à realidade das mulheres”. Diante disso, pode-se perceber que a representação construída indiretamente para Temer, ativado como grupo preposicionado, é de alguém que desrespeita as mulheres e a sua realidade.

Em outros casos, referenciado de forma indireta por meio de recursos de inclusão por possessivação, as orações relacionais empregadas reiteram a representação machista de Temer, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 6 – O homem da era Temer

| | | | | | |
|---|----------------------|-------------------|-------------------------|----------------------------|---|
| 4 | O homem da era Temer | seguramente | não | é | responsável pela educação dos seus filhos, seguramente assume as tarefas domésticas, nem faz compras no supermercado T#5 |
| | Portador | Modalidade | Elem. de negação | Processo Relacional | Atributo |

Fonte: elaborado pelas autoras

Na oração 4, está implícito que, se o homem não é responsável pela educação de seus filhos, não assume as tarefas domésticas, nem faz compras no supermercado, todos esses afazeres são destinados à mulher. Dessa forma, esse pensamento reforça a caracterização machista de Michel Temer.

Além dessas funções léxico-gramaticais desempenhadas pelo presidente, em dois casos, ele é representado não como participante, mas por meio da inclusão no discurso por circunstancialização.

Quadro 7 – O preconceito no discurso de Temer

| | | | | | | |
|---|---|----------------------------|-------------------|---|----------------------------|---------------------------------|
| 5 | Nas duas falas | Estão | implícitas | as ideias retrógradas de que à mulher cabe o papel de “rainha do lar” [...] T#4 | | |
| | Circunst. de lugar | Processo Relacional | Atributo | Portador | | |
| 6 | Em seu discurso durante a cerimônia de comemoração pelo Dia Internacional da Mulher | na quarta-feira 8 | Temer | o [o preconceito contra a mulher] | demonstrou | em pelo menos dois momentos T#4 |
| | Circunst. de lugar | Circunst. de tempo | Atribuidor | Portador | Processo relacional | Circunst. de extensão |

Fonte: elaborado pelas autoras

Na oração 5, a circunstância de lugar remete ao presidente, pois ele proferiu as falas. “As ideias retrógradas” que aparecem como portador são caracterizadas como implícitas “nas duas falas”, que, por sua vez, se referem a Michel Temer, havendo um encobrimento do ator social. Infere-se que, por conseguinte, o político é igualmente representado como retrógrado. Na sexta oração, ao ser ativado por possessivação (“em seu discurso durante a cerimônia”) e como atribuidor, o preconceito de Temer é evidenciado, reforçando a representação predominante nos textos.

Novamente por meio de referência ao “discurso”, mas agora encoberto por elipse, o ator social Michel Temer tem outra representação a ele atribuída, a de retrógrado, como mostra o exemplo:

Quadro 8 - Discurso retrógrado

| | | | |
|---|-----------------------|------------------------|---|
| 7 | Quem ouviu o discurso | pode ter achado | que estava ouvindo uma fala do começo do século passado. T#2 |
| | Experienciador | Processo mental | Metafenômeno |

Fonte: elaborado pelas autoras

No Metafenômeno, o Atributo “do começo do século passado”, que acompanha “uma fala”, representa indiretamente Michel Temer – encoberto como o autor da “fala” – como retrógrado e ultrapassado. Um dos motivos pelos quais o seu discurso foi caracterizado como ultrapassado foi o fato de a responsabilidade pelos filhos ter sido atribuída à mulher, e não ao homem, conforme evidencia o identificador na oração a seguir.

Quadro 9 – A mensagem do discurso do presidente

| | | | |
|---|---------------------|----------------------------|---|
| 8 | Mas a mensagem | é | os filhos são responsabilidades da mulher e não do homem T#3 |
| | Identificado | Processo Relacional | Identificador |

Fonte: elaborado pelas autoras

Mais uma vez encoberto no discurso, desta vez pelo uso da nominalização “mensagem”, o identificador associado ao identificado reforça a representação de Temer como retrógrado e machista.

Entre as representações que Temer explicita em seu discurso e já apontadas até aqui, algumas já eram, conforme sinalizado pelas jornalistas, conhecidas pelas mulheres, como evidenciam os exemplos:

Quadro 10 – O discurso de Temer

| | | | | |
|----|----------------------------|-----------------------------|--|---|
| 9 | Temer | | demonstra | o que todas nós já sabíamos com seu discurso T#2 |
| | Ator | | Processo material abstrato | Meta |
| 10 | Não | há | motivo para surpresas com as palavras do presidente Michel Temer | na homenagem ao Dia Internacional da mulher T#1 |
| | Elemento de negação | Processo existencial | Existente | Circunst. de lugar |

Fonte: elaborado pelas autoras

Essas orações representam a não surpresa das jornalistas e, por conseguinte, das mulheres diante do discurso do presidente. Ou seja, essas manifestações machistas eram típicas dele, evidenciando uma representação preconcebida e apenas ratificada pelo discurso.

Para reforçar a ideia de machista e retrógrado de Michel Temer, um dos textos demonstra que a visão preconceituosa do presidente interfere até mesmo na hora de montar o seu ministério, como exemplificado:

Quadro 11 – Visão do presidente

| | | | | |
|----|---------------------|----------------------------|--------------------------|--|
| 11 | Um presidente | que | montou | um ministério sem nenhuma figura feminina. |
| | Ator | Elemento textual | Processo material | Meta |
| 12 | O PMDB de Temer | foi | | o partido que mais registrou mulheres sem apoiá-las: 1.109 delas tiveram zero votos T#3 |
| | Identificado | Processo relacional | | Identificador |

Fonte: elaborado pelas autoras

A meta “um ministério sem nenhuma figura feminina” associada ao processo material “montou” e ator “um presidente”, ou seja, Michel Temer, o qual aparece ativado no discurso, constrói, mais uma vez, a representação de

machista. Essa ação de montar um ministério sem nenhuma figura feminina, em uma época em que as mulheres participam efetivamente do mercado de trabalho e da política, pode sinalizar uma atitude ultrapassada.

Na oração 12, há o reforço dessa ideia, pois o identificado “PMDB de Temer”, ao ser relacionado com o identificador “o partido que mais registrou mulheres sem apoiá-las”, frisa a ideia do trecho anterior, de que o governo de Temer, e conseqüentemente o próprio presidente, que é incluído por possessivação, é machista e não apoia as mulheres.

Diante dos dados evidenciados pelas categorias léxico-gramaticais e sociosemânticas, é possível constatar que o discurso de Michel Temer não foi bem aceito pelas mulheres, de modo especial, uma vez que as representações resultantes para o presidente, como ator social, uma vez que se revelaram negativas, representando-o principalmente como retrógrado e machista.

Considerações finais

Ao enfocar o discurso sobre o político (BOCHETT, et. al, 2017), esse trabalho teve como objetivo analisar as representações feitas para Michel Temer com base em textos que abordavam seu discurso referente ao Dia Internacional da Mulher de 2017, tendo em vista categorias léxico-gramaticais do sistema de transitividade e sociosemânticas. Com essa análise, foi possível verificar que duas representações principais perpassam os cinco textos: as de retrógrado e de machista.

Na construção dessas representações, entre os processos presentes nos trechos analisados, o relacional foi o que apresentou maior recorrência, construindo constantes caracterizações e, conseqüentemente, representações para Temer. Além disso, são significativas as vezes em que o ator social e então presidente aparece incluído nos textos, sinalizando no discurso ter sido ele a realizar as ações que é ele o foco da representação, mesmo que muitas vezes não apareça seu nome explicitamente. De modo semelhante, embora trazido ao discurso em segundo plano, o ator social Michel Temer, por várias vezes, é representado, negativamente, por referência a nominalizações que o encobrem como agente.

Referências

CALLEGARO, E. K. *Discurso político de Lula: o papel do marcador político “não” na construção da persona textual*. 2015. 151 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2015.

CARVALHO, C. S. *Discursos da Presidenta da República, Dilma Rousseff: estudo sobre a argumentação da primeira voz feminina no poder executivo do Brasil*. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, RS, 2013.

FUZER, C. *Linguagem e representação nos autos de um processo penal: como operadores do Direito representam atores sociais em um sistema de gêneros*. Santa Maria: UFSM, 2008. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

HALLIDAY, M. A. K. Part I. In:_____. ;HASAN, R. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M.A.K.;ATTHIESSEN, C. *Halliday's introduction to functional grammar*. 4 ed. New York: Routledge, 2014.

SANTOS, M.; FARENÇENA, G. A avaliação em um Discurso do presidente Michel Temer: uma análise a partir dos recursos de gradação. Universidade Federal de Santa Maria – Programa de Pós-Graduação em Letras. Revista Letras n. 56. p. 108-122. RS, 2018.

VAN LEEUWEN, T. Representing Social Actors. In:_____. *Discourse and Practice: New Tools for Critical Discourse Analysis*. New York: Oxford University Press, 2008.

THE POLITICS IN FOCUS: ANALYSIS OF REPRESENTATIONS FOR THE SOCIAL ACTOR MICHEL TEMER IN OPINION TEXTS

ABSTRACT

This article to analysis the discourse about the politics (BOCHETT, et. al, 2017) to verify representations for Michel Temer in texts that comment about his speech in honor of International Women's Day. As results, three representations for the president were found: as sexist, wich appears as the main lead and shows up in the five texts, and as retrograde and women's enemy,

KEYWORDS: Discourse on the politics; social actors representations; transitivity system.

HOMENS E MULHERES NO DISCURSO POLÍTICO: QUEM “VOTA WILSON”?

Ceres Carneiro^a

RESUMO:

Discutimos neste artigo a retomada de já-ditos sobre a formação da família brasileira no discurso político do então candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, na última eleição, a partir da análise discursiva de um fragmento do *jingle* utilizado durante a sua campanha. Sob a perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, disponibilizamos, como dispositivo teórico-metodológico, os conceitos de formação discursiva, formação imaginária, identificação/contra-identificação.

PALAVRAS-CHAVE: discurso político; família nuclear; gênero.

Recebido em: 31/05/19

Aprovado em: 11/10/19

Durante a campanha eleitoral de 2018, fomos imersos em discursos políticos que enalteciam a tradicional família brasileira, baseada em um modelo nuclear, constituída pelo pai, pela mãe e pelos filhos a partir de um casamento monogâmico e tradicional, influenciados pelo patriarcalismo. A família pós-moderna, baseada na satisfação sexual (ROUDINESCO, 2003), sem modelos rígidos de organização e que parecia ser o protótipo de nossa formação social, foi por terra: os bons costumes e a moral cristã tornaram-se o fio condutor do discurso do então candidato à presidência da república Jair

^a Pesquisadora vinculada ao LAS/UFF e Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: cerescarneiro@gmail.com

Bolsonaro, pelo Partido Social Liberal, que respingou e/ou encontrou eco nos discursos de candidatos aos governos estaduais com ele alinhados.

Tínhamos que a família contemporânea brasileira atendia aos padrões no que Roudinesco (2003) definiu como sendo o da “família recomposta”, ou seja, uma família “frágil, neurótica, consciente de sua desordem, mas preocupada em recriar entre homens e mulheres um equilíbrio que não podia ser proporcionado pela vida social” (p. 153). Entretanto, nos deparamos com um discurso político que, ao reverenciar um projeto de família, aparentemente, ultrapassado, traz à tona a família como núcleo exemplar de conduta em que os lugares de homens e mulheres são diferentemente delimitados: a rua e a casa, respectivamente.

Nossa proposta, aqui, é, a partir do fragmento ***o idoso é 20, a criança é 20, a dona de casa e o trabalhador votam Wilson 20*** do *jingle* da campanha eleitoral do então candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, pelo Partido Social Cristão, Wilson Witzel, refletir, à luz da Análise do Discurso de linha francesa, sobre a retomada, no discurso político atual, de pré-constituídos sobre a família tradicional, nuclear, feliz e cristã, cuja identificação dos sujeitos-eleitores com esses saberes postos em circulação, regularizaram novos velhos sentidos sobre a família brasileira, culminando com a vitória nas urnas do candidato do PSC. O discurso para nós é todo “um complexo processo de constituição de sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história”. Assim, ao analisarmos esta sequência discursiva, não nos limitaremos a sua interpretação: nos dedicaremos, sobretudo, a compreender a produção de “sentidos por/para sujeitos”, atentando sempre para a tríade “língua-discurso-ideologia” (ORLANDI, 2015, pp. 19/15).

Para atender ao nosso objetivo, discorreremos sobre a formação da família nuclear, com destaque para a sua constituição no Brasil, para discutirmos, a partir do fragmento do *jingle* (e de outros dizeres do então candidato Wilson) essa retomada de saberes, ressonantes em seu discurso político, que muito nos dizem sobre qual(is) imagem(ns) os sujeitos-eleitores, do Rio de Janeiro, projetam da esposa e do marido em nossa atual formação social, tendo a família como referente. Durante o percurso, relacionaremos gênero, trabalho e capital, buscando melhor compreender o enaltecimento da hierarquia entre homens e mulheres presente na sequência discursiva que nos propomos a analisar.

Courtine (2009), em seu estudo do discurso comunista destinado aos cristãos, nos inspira a refletir sobre como tanto a repetição como o apagamento de certos dizeres funciona no discurso político para, via interdiscurso, promover a circulação de determinados saberes que marcam a sua ação. Assim, ao se dizer da “dona de casa” se anulou a trabalhadora: temos um discurso político comprometido com o apagamento da mulher emancipada e financeiramente independente e o, conseqüente, enaltecimento da mulher “do lar”, dependente do marido. Afinal, “enunciar” é “manter o fio de um discurso” e “também repetir, lembrar, esquecer para um enunciador tomado nas contradições históricas do campo político” (COURTINE, 1999, p. 16). Verificamos, pois, na sequência discursiva ***a dona de casa e o trabalhador votam Wilson 20*** a repetição, a lembrança, a retomada de um dizer cristalizado em um contexto sócio-histórico que tinha a família nuclear como protótipo da sociedade brasileira. Entendamos a formação da família nuclear...

A família nuclear

Com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, segundo Almeida (1987), transformações abruptas ocorreram em nossa sociedade, sobretudo, na Corte: mulheres saíam de casa para ajudar os maridos no comércio¹ e os jovens saíam para estudar nas novas instituições de ensino que surgiam. O patriarcalismo brasileiro daria, assim, os primeiros indícios de decadência, sem que, durante a primeira metade do século XIX, as abastadas famílias brasileiras deixassem de retratar uma mulher submissa que, ao trocar o jugo do pai pelo do marido, se tornava dedicada aos afazeres domésticos e à criação dos filhos, dando continuidade, pois, a dependência moral e financeira do “chefe da casa”. A partir da década de 1850, no entanto, a modernização do país surte efeito no comportamento das mulheres que passaram a frequentar lugares públicos e a reivindicar padrões de conduta menos rígidos (VERONA, 2013).

O crescente desenvolvimento das cidades, se contrapondo a uma sociedade escravagista e rural, fez ascender a burguesia e, com ela, uma reestrutura-

¹ Devido à influência de um modelo familiar árabe, os portugueses entendiam que as mulheres poderiam ter atribuições para fora do lar.

ção social se anunciou: a casa não era mais o único lugar das mulheres. Naquele contexto, buscava-se uma relação menos polarizada entre esposas e maridos e colocava-se em pauta a necessidade de uma família harmônica, amorosa e comprometida com a criação dos filhos. Segundo Verona (2013), tal valorização do papel da mulher era um simulacro para a constituição ou cristalização do que seria a família nuclear: pai, mãe e filhos.

A família nuclear, mesmo substituindo, *a priori*, o modelo de família patriarcal, manteve o homem com a atribuição de prover esposa e filhos, trabalhando, pois, fora da casa; e a mulher, responsável pelos afazeres domésticos, pela criação dos filhos e pela satisfação do marido, ocupando, pois, o interior da casa. Segundo Roudinesco (2003), no patriarcado, um sistema jurídico-político, recaía sobre o pai “a autoridade e os direitos sobre os bens e sobre as pessoas” (pp. 35/6); na família burguesa, o pai, “acuado em um território privado”, reconquista a “dignidade perdida” tornando-se o senhor “do empreendimento industrial” (p. 37). Assim, o sistema capitalista burguês, amparado por uma moral cristã, transformou a mulher em “rainha do lar” – no espaço privado – e o homem em gestor – no espaço público –, o que, conseqüentemente, reduziu o poder do marido nas questões domésticas sem, com isso, diga-se, retirar dele as decisões mais importantes (PERROT, 1991). A realização da mulher se pautava, assim, em ser uma admirável e feliz esposa-dona-de-casa-mãe: cabia a ela zelar, diariamente, pelo bem-estar dos membros da família nuclear, incluindo, aí, o prazer do marido, afinal, pretendia-se um casamento monogâmico, cuja vida sexual da esposa e do marido se restringisse ao leito conjugal.

Ressaltamos que muitas das atribuições da família patriarcal migraram para outras instituições: igrejas, hospitais, escolas, deixando a família nuclear com atribuições voltadas ao bem-estar dos seus membros e, sobretudo, à educação dos filhos: ela era o ponto de onde os eventos emanavam ou convergiam. Tanto que, sacramentado o matrimônio, o casal formava a família em um novo lar que não mais o dos pais, tal como ocorria no patriarcado, criando, assim, um novo núcleo familiar. Os “agregados” que compunham a família patriarcal, logo, não tiveram espaço no lar dos centros urbanos: a casa foi arquitetonicamente reconfigurada para dar ao casal (e aos filhos) maior privacidade. A sala se tornou o ambiente aberto às visitas e onde as conversas mais

corriqueiras e suaves eram bem vindas; o quarto, a partir de então, passou a ser restrito ao casal e as suas intimidades, sobre as quais era vergonhoso conversar.

A família nuclear foi o protótipo da família burguesa brasileira até a década de 1960. A partir de lá, no Ocidente, a família entra em crise: as mulheres tinham dúvidas entre o “desejo da feminilidade e o da maternidade, entre o desejo de gozar e o de procriar” e “quanto mais a frustração sexual diminuía, mais o desquite²/divórcio se normalizava e mais a família nuclear e feliz se reduzia a uma díade conjugal” (ROUDINESCO, 2003, p. 146). O divórcio³, visto como uma ameaça à família e à vida social, começava a ser encarado de outra forma: o casamento foi, assim, se tornando um “contrato mais ou menos duradouro entre duas pessoas” (ROUDINESCO, 2003, p. 153), não sendo mais tratado, por muitos, como um “para-sempre”. Esse movimento de “desacralização do casamento e” da consequente “humanização dos laços de parentesco” (IDEM) foram dando uma nova cara à família contemporânea brasileira: “casamentos” extraoficiais, “casamentos” entre homossexuais, ausência de projeto de filhos, mulheres assumindo as contas, homens assumindo os afazeres domésticos e ambos pretendendo uma vida sexual plena e prazerosa.

A participação maciça das mulheres no mercado de trabalho, logo, a intensa ocupação do espaço público, e a consequente independência financeira, levaram-nas a questionar suas posições no casamento e na sociedade. Essas mulheres que foram para a rua e se tornaram autônomas, que deixaram de ser complacentes com a hierarquia entre gêneros, que exigiam do parceiro o próprio “gozo” são as que se inserem em um projeto de família “pós-moderna” que, segundo Roudinesco (2003) é a que tem o sexo como primazia no casamento, em detrimento do amor romântico e da procriação. Por que, então, em um contexto sócio-histórico em que mulheres e homens trabalham fora, participando igualitária e ativamente do sustento da casa, o *jingle* da campanha do candidato marca uma ação voltada para a mulher “dona de casa” (intralar) e submissa financeiramente ao marido, em oposição ao homem trabalhador (extralar) e provedor da família?

² O termo desquite foi incluído por mim, considerando a ilegalidade do divórcio, em nossa sociedade, até meados da década de 1970.

³ A lei do divórcio, no Brasil, foi sancionada em 1977, mas o debate sobre a sua legalidade se fazia presente na década de 1960.

O discurso político, como todo discurso, é sempre vinculado às condições de produção, porque as circunstâncias em que é produzido sempre caracterizarão o processo discursivo (PÊCHEUX, [1975] 2014). Assim, se o candidato optou por dizer *a dona de casa e o trabalhador votam Wilson 20*, o fez porque seu discurso foi formulado a partir das condições de produção dadas. Witzel disse do lugar de candidato do Partido Social Cristão e não de outro Partido, justamente, porque está “bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado” (PÊCHEUX [1969], p.77): um Partido conservador, político-religioso, tradicionalista, cujos elementos se antagonizam a um campo que defende a emancipação da mulher e da igualdade de gêneros, sustentando, assim, um discurso político que enaltece uma estrutura familiar nos moldes da nuclear.

Trabalho doméstico x trabalho remunerado

Se um discurso só é formulado e compreendido em um contexto sócio-histórico capaz de viabilizá-lo, ou seja, em determinada condição de produção: “ligação entre as circunstâncias de um discurso e seu processo de produção” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 74), então, dizeres formulados sobre a família estão intrinsecamente relacionados ao seu processo de produção, assim como foram autorizados dentro da conjuntura em que foram (re)produzidos. Temos, pois, que ditos cristalizados em discursos anteriores sobre o casamento ainda funcionam como um efeito de evidência (MALDIDIER, 2003) e atuam como um interdiscurso sobre o casamento, definindo, ainda, papéis de esposas e maridos, amparados em rituais existentes e constituídos em um modelo de família nuclear (e não na “recomposta” família contemporânea brasileira) no discurso político de Witzel.

Mas não podemos ignorar que também está se estabelecendo uma oposição entre o trabalho não-remunerado e remunerado ao se dizer da “dona de casa” e do “trabalhador”, evidenciando “uma divisão hierárquica geral do trabalho entre os sexos/gêneros”, consequência da “hierarquia das relações de trabalho produtoras de mercadorias, fundadora da sociedade capitalista” (MAGALHÃES, 2017, p. 1). Em seu estudo sobre o porquê da ideologia patriarcal ainda funcionar no mundo capitalista, Magalhães (2017) nos diz que

os “afazeres cotidianos da casa” (p. 1), perpassando pelo cuidado com filhos e marido, “sem nenhum custo para o capitalista, é uma forma de exploração” da trabalhadora que potencializa “a extração de mais-valia de forma mais lucrativa”, sem a qual a reprodução dos trabalhadores estaria ameaçada, porque, se todas as tarefas domésticas fossem incorporadas “ao custo do capital”, a sua composição seria de tal forma onerada, que “o rebaixamento dos salários” a níveis alarmantes e insustentáveis seria a única alternativa (p. 1).

Ao se defender que o lugar da mulher é o da casa, se naturaliza a gratuidade da jornada de trabalho feminina, eximindo o Estado de garantir que as atividades domésticas se constituam como direitos do trabalho. A ideologia patriarcal, ainda que não tão claramente, sempre alicerçou o capitalismo, cujo “sucesso” depende da discriminação de homens e mulheres, da exploração potencializada, pois, do trabalho feminino.

O capitalismo desde os seus primórdios se apropria da ideologia patriarcal e mantém a discriminação do sexo e (da atual composição) do gênero feminino – mesmo que isso funcione, cada vez mais, como uma aparente contradição do discurso liberal tanto clássico como contemporâneo (MAGALHÃES, 2017, p. 3).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que são incentivadas a emancipação da mulher e a sua consequente inserção no mercado de trabalho, é enaltecido “seu lugar como” de “organizadoras e mantenedoras de lares “felizes”, a fim de que se sintam “realizadas” com a maternidade, exercendo duplas ou triplas jornadas de trabalho”, intensificando a exploração do trabalho feminino e enfatizando, “via patriarcalismo, [...] práticas moralizantes”, pertinentes em “épocas de crises econômicas, e as políticas compensatórias” (MAGALHÃES, 2017, p. 2).

Desta forma, podemos compreender que o discurso político de Witzel está, ao destacar o trabalho doméstico da mulher, em consonância não apenas com o projeto de seu Partido, mas com o projeto capitalista de perpetuar o trabalho não-remunerado da esposa: manter viva a memória de que o lugar primordial da mulher é a casa, da qual é dona e rainha, é também um meio de garantir a sobrevivência do capitalismo.

O jogo imaginário

Se, por um lado, *a priori*, elaboramos uma resposta sobre o porquê de as posições de a “rainha do lar” e do “pai trabalhador”, terem sido exaltadas durante a campanha do então candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro; por outro lado, precisamos também questionar: por que homens e mulheres elegeram um candidato que ratifica a posição de “dona de casa” para as mulheres e de “trabalhador” para os homens?

Conforme mencionado, o discurso não se dá aleatoriamente, mas em uma determinada circunstância, em que o contexto imediato e o contexto sócio-histórico se mesclam entre si. Mas há também o jogo imaginário que se faz presente em todo processo discursivo porque, antes de dizer, todo interlocutor (A) projeta imagens do outro interlocutor (B), considerando os lugares que ambos ocupam em uma determinada formação social, ou seja, em todo processo discursivo está em jogo uma série de formações imaginárias que “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 82): o discurso se dá a partir das imagens que o sujeito projeta da sua própria posição e da posição do outro (SCHERMACK e FREITAS, 2012). Temos então que, ao formular *a dona de casa e o trabalhador votam Wilson 20*, o interlocutor em A (candidato e sua equipe) não só projeta a imagem dos eleitores fluminenses (interlocutor em B) como de conservadores e tradicionais no que tange à organização familiar, como supõe antecipar que os eleitores querem ouvir/ler que cabe à mulher cuidar da casa e ao homem trabalhar fora para sustentar a família. Ocorre que, no jogo imaginário, o interlocutor A acredita antecipar quais efeitos de sentido o seu dizer terá sobre o interlocutor B, e tal antecipação, por sua vez, irá interferir na formulação de seu próprio dizer.

Pêcheux ([1969] 2014) nos traz que as diversas formações imaginárias “resultam, elas mesmas de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a “tomadas de posição” implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco” (p. 85). Então podemos compreender que discursos produzidos sobre a exemplar família brasileira em outras condições,

logo, em um contexto sócio histórico em que a família nuclear era o amálgama da sociedade burguesa cristã-brasileira e que, *a priori*, não funcionavam mais, retornaram, atualizando sentidos outros no discurso político, em movimento, durante a campanha eleitoral do candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro em 2018.

Já-ditos sobre o lugar da esposa e do marido (formação imaginária), entretanto, só ecoaram porque os sujeitos-eleitores fluminenses se identificaram com o sujeito do saber (PÊCHEUX, [1969] 2014) que pôs este (e não outros) sentidos sobre a família em circulação. Ressaltamos ser a identificação com saberes postos em circulação que atestará a manutenção do sujeito em uma ou em outra formação discursiva (FD), entendida por nós como aquilo que “a partir de uma dada conjuntura dada, determinada pela luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014, p. 147).

Assim, as imagens projetadas pelo interlocutor em A sobre os lugares de homens e mulheres, em nossa atual formação social, vão de encontro às imagens projetadas pelos eleitores (interlocutor em B) sobre si mesmos. Sentidos hegemônicos, pois, em outras condições de produção sobre a família brasileira ressoaram e foram atualizados, inclusive, porque se constituíram a partir de identificações imaginárias compatíveis com o ideal de mulher-dona-de-casa.

Não estamos afirmando, cabe esclarecer, que somente as donas de casa e os trabalhadores votaram em Wilson: lidamos, aqui, com já-ditos em outro lugar e em outro tempo que, ao serem retomados, foram legitimados pelos sujeitos-eleitores fluminenses, porque, nesta relação entre interlocutores, o sujeito do discurso se identificou com o sujeito do saber (PÊCHEUX, [1969] 2014) e tal identificação interferiu na escolha do voto. Tais sujeitos (eleitores de Wilson), ao se aproximarem do sujeito do saber de formação discursiva machista, contestam, por consequência, o sujeito do saber de formação discursiva não-machistas, passando “a ocupar uma posição contraditória no interior da forma-sujeito a qual se inscreviam” (CARNEIRO, 2018, p. 212), evidenciando, assim, uma contra-identificação “com a posição sujeito dominante”, desencadeando “um afrontamento com fragmentação da forma-sujeito” (INDURSKY, 2008, pp. 27/28) e, por conseguinte, mudando as práticas desses sujeitos, mesmo que ainda não tenha rompido com sua filiação ao interior de outra forma-sujeito na qual a igualdade de gêneros é dominante.

Propositalmente, recortamos o fragmento do *jingle* para tratarmos inicialmente da sequência ***a dona de casa e o trabalhador votam Wilson 20***, considerando a nossa explanação sobre o papel da mulher e do homem na família nuclear. Tratemos da primeira sequência: ***o idoso é 20, a criança é 20***. O número 20, obviamente, corresponde ao número de registro do então candidato Wilson Witzel, mas podemos perceber deslizamentos nesse dizer. É corriqueiro, no Rio de Janeiro, dizer que algo ou alguém é 10, fazendo uma menção a nota máxima 10 de uma prova, assim, entendemos que o 10, sofreu um processo parafrástico, que, localizado na tensão mesmo-diferente, permitiu a substituição de uma palavra (10) por outra (20), mobilizando outros efeitos e mantendo uma memória sobre si (10) que deslizou para o 20: o idoso e a criança, “eleitores” de Wilson não são 10, são 20, são, portanto, duas vezes melhores.

O idoso não é obrigado a votar e à criança não é facultado o direito ao voto, mas ainda assim são mencionados no *jingle* como forma de incluir, em seu discurso político, além da mãe e do pai, os filhos e os avós (extensão da família nuclear). Ao colocar a criança como sendo 20, diz da criança um ser capaz de discernir sobre qual o melhor candidato para governar o Estado, dando a ela uma competência que não a regularizada na discursivização sobre a infância em nossa formação social. Temos aí a retomada de pré-construídos, de já-ditos durante a Idade Média, quando a criança era discursivizada como uma miniatura de adulto e, portanto, assumia funções de adultos, se trajava e, sobretudo, era tratada como um (ARIÈS, 1981), recuperados e apropriados no/pelo discurso atual de Witzel.

Pela norma culta da língua portuguesa, o plural de dois gêneros é colocado no masculino, entretanto, idoso está no singular, o que nos faz questionar: por que não a idosa é 20? A escolha pelo gênero masculino (o idoso) nos diz da primazia do homem sobre a mulher: entre a idosa e o idoso, optou-se pelo homem velho, o chefe da família, o patriarca., o que pode ser ratificado pelo dizer do candidato quando apertava a mão de seus pretendidos candidatos: ***juiz federal, militar pra botar ordem na casa***⁴. Temos aí que a “casa” está em desordem porque não tinha em seu comando um homem para “botar ordem”

⁴ Sequência recortada de um vídeo da plataforma *youtube*.

nela, mas não qualquer homem: o capaz de ordenar a casa é aquele tutelado pelo judiciário e pelo quartel. O comando é do homem com conhecimento e a disciplina imposta pela lei e pelo militarismo. O sentido de casa é, na polissemia, rompido, deslocado para outro significado (ORLANDI, 2015) que não mais o de domicílio: casa passa a significar Estado, do qual o candidato se diz apto, pelos títulos que acumula, a colocar ordem. O homem capaz de acabar com a desordem é discursivizado como autoritário, soberano, dominador, impositivo a quem os subordinados devem obediência, tal qual ao pai-Deus, característico da família patriarcal (ROUDINESCO, 2003).

Considerações finais

Ao refletirmos sobre o fragmento do *jingle* do então candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, procuramos enfatizar o jogo imaginário por trás deste discurso político, justamente, porque qualquer dizer sempre está relacionado “com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (ORLANDI, 2015, p. 37). Entendemos, pois, que os dizeres de Witzel, veiculados por meio do *jingle* ou por ele verbalizados, fazem parte do processo discursivo em que pesou o seu principal objetivo político: vencer a eleição e se tornar governador do Rio de Janeiro. Em nossa compreensão, mobilizou melhor do que qualquer outro candidato o jogo de imagens que possibilitaram a ele (e não a outro candidato) a constituição dos sujeitos-eleitores fluminenses, “esperando-os onde eles estavam, com as palavras que eles queriam ouvir”⁵ (ORLANDI, 2015, p. 40).

O candidato, interlocutor em A, ao antecipar os sentidos que suas palavras teriam sobre os eleitores (interlocutor em B), pretendeu produzir determinados efeitos que, considerando a aderência a sua candidatura, parece ter conseguido. Ao se referir aos membros da família nuclear (com resquícios de patriarcalismo) como sendo seus eleitores em potencial, diz das suas posições: o idoso, o patriarca agregado; a criança, o filho tornado adulto; a esposa, a dona-de-casa; e o marido, o trabalhador, funcionando como uma discursivi-

⁵ Tomamos a liberdade de alterar o tempo verbal do Presente para o Pretérito de forma a garantir a coerência do texto.

zação da família entendida pelo interlocutor em A como sendo a ideal para si e para o outro interlocutor (em B).

O discurso político, assim como nenhum outro discurso, é estanque das condições em que ele foi produzido ele é, pois, sempre um discurso relacionado a outros discursos. Pêcheux ([1969] 2014) nos traz que, por trás da formulação e da compreensão de cada discurso, há, impreterivelmente, um contexto que o viabiliza, produzindo certas formulações (e não outras) e certos sentidos (e não outros). As imagens que os interlocutores fazem de si, dos outros e dos lugares ocupados desses envolvidos na trama discursiva, sofrem interferência das condições de produção do discurso, determinando, portanto, o seu modo de dizer. Assim, podemos compreender que ditos sobre sendo o lugar da mulher a casa e do marido a rua, regularizados em outra conjuntura foram (re)atualizados em uma nova conjuntura, permitindo a circulação de novos velhos saberes.

Entendemos, desta forma, que sentidos hegemônicos sobre a família, regularizados em outras condições de produção, só puderam ser atualizados porque o sujeito do discurso se identifica com esses saberes novamente postos em circulação. Tanto o sujeito-candidato quanto os sujeitos-eleitores de Witzel, assim, se identificam com uma FD machista, que diz ser a posição da mulher a de “dona de casa” e a do homem o de “trabalhador” e provedor da família.

Referências:

ALMEIDA, A. *Notas sobre a Família no Brasil*. IN: ALMEIDA, A.M.et al (orgs.) *Pensando a Família no Brasil*. Rio: Espaço e Tempo/UFRRJ/RJ, p. 53- 66, 1987.

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro/RJ: LTC Editora, 1981.

CARNEIRO, C. *“A culpa (não) é da outra”? O discurso sobre triângulos amorosos no “consultório sentimental” da revista Claudia*. Tese de doutorado, UFF/RJ, 2018.

COURTINE, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos/SP: EDUFSCAR, 2009.

COURTINE, J. J. (1999). *O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político*. In: INDURKY, Freda. (org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre/RS: Editora Sagra Luzzato.

INDURSKY, B. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. IN: MITTMANN, S, GRIGOLETTO, E, CAZARIN, E. *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre/RS: Nova Prova 2008.

MAGALHÃES, B. R. C. *Lógica Capitalista e Patriarcado*. IN: Gilmaísa M Costa; Edlene Pimentel; Norma Alcântara; Reivan Souza. (Org.). *Crise Contemporânea, Desafios do Conhecimento e Lutas Sociais*. Maceió/AL: Edufal, 2017, v. 1, p. 1-354.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas/SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, E.P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas/SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. [1969]. *Análise Automática do Discurso*. IN: GADET, F. & HAK, T.(org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas/SP: UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, M. [1975]. *A propósito de uma análise automática do discurso*. IN: GADET, F. & HAK, T.(org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas/SP: UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX M. *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2014.

PERROT, M. *Figuras e Papéis*. IN: *História da Vida Privada*. vo. 4: da Revolução Francesa a Primeira Guerra/ sob dir. de Michelle Perrot (et al); tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Cia da Letras, 1991.

ROUDINESCO, E. *A família em (des)ordem*. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editor, 2003.

VERONA, E. M. *Da feminilidade oitocentista*. São Paulo/SP: Ed, Unesp, 2013.
Site: <https://www.youtube.com/watch?v=uwjVKwftokc>. Acesso em: 05/04/2019.

MEN AND WOMEN IN POLITICAL DISCOURSE: WHO “VOTES WILSON”?

ABSTRACT:

We discuss in this article the retake of already-sayed on the formation of the Brazilian family in the political discourse of the candidate for the state government of Rio de Janeiro, Wilson Witzel, in the last election, from the discursive analysis of a fragment of the jingle used during his campaign. From the perspective of the French Discourse Analysis, we work, as a theoretical-methodological framework, the concepts of discursive formation, imaginary formation, identification/counter-identificacion.

KEYWORDS: political discourse; nuclear family; gender.

FAKE NEWS: DISCREPÂNCIA DE SENTIDOS E EFEITOS SOBRE AS RESISTÊNCIAS

Evandra Grigoletto^a

Helson Flávio da Silva Sobrinho^b

RESUMO

Fundamentado na Análise do Discurso pecheuxiana, este artigo analisa, pelo viés da resistência, as discrepâncias de sentidos presentes em *fake news* que circularam durante a campanha eleitoral de 2018. Marcadas por equívocos e contradições, as *fake news*, inscritas no universo dos discursos não estabilizados logicamente, funcionam no sentido de criar obstáculos e frear as resistências do sujeito ao poder dominante.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; *fake news*; resistência.

Recebido em: 13/07/19

Aprovado em: 03/10/19

Primeiras palavras: os antagonismos da nossa formação social

[...] o termo *guerra ideológica* apareceu recentemente¹, pretendendo caracterizar as diversas operações midiáticas de

^a Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE. Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS (2005), e líder do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV).

^b Doutor em Linguística na linha de pesquisa Discurso: sujeito, história e ideologia. Professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas, atuando na Graduação e na Pós-Graduação em Letras – UFAL. Bolsista Produtividade do CNPq. Vice-líder do Grupo de Estudos Discurso e Ontologia (GEDON).

¹ Capitalista, e também na do “socialismo existente”.

massa desenvolvidas (em média de maneira eficaz) pela grande burguesia multinacional contra tudo o que resiste a sua política. (PÊCHEUX [1979], 2011, p. 73)

Essa citação de Pêcheux, embora remeta a outro contexto histórico, conforme explicitamos na nota do rodapé, muito nos diz sobre o momento político que vivemos, atualmente, no Brasil. A tal *guerra ideológica* continua reverberando mundo afora e é mais atual do que nunca, mas agora com operações midiáticas muito mais modernas, com controles tecnológicos muito mais eficazes. Diríamos que, hoje, no Brasil, essa guerra ideológica remete a uma luta que vimos travando entre democracia e autoritarismo, entre Estado de direito e Estado de exceção, entre os direitos das minorias e a sua exterminação, entre tantos outros antagonismos que atravessam a formação social brasileira. Antagonismos esses que se inscrevem no interior da luta de classes, na luta entre burguesia e proletariado, na luta entre a ideologia dominante e as ideologias dominadas. Mas, como nos ensina Pêcheux ([1984], 2014, p. 6), é preciso entender que “a burguesia e o proletariado são formados e organizados *juntos* no modo de produção capitalista, sob a dominação da burguesia e, em particular, da ideologia burguesa.” (grifos do autor). Logo, são próprias da luta de classes as contradições, a divisão de sujeitos e sentidos. Nas palavras de Pêcheux ([1984], 2014, p. 7): “o próprio da luta ideológica de classes é se desenvolver *num* mundo que, de fato, não termina nunca de se *dividir em dois*.” (grifos do autor).

Podemos dizer, então, que um dos modos de materialização desse mundo dividido, da luta ideológica de classes no Brasil, foram as candidaturas que disputaram o segundo turno da eleição presidencial de 2018: uma candidatura do campo progressista, cujo representante é o presidenciável Fernando Haddad; e outra, do campo da extrema direita, representada pelo presidenciável Jair Bolsonaro.

Agregando mais um elemento a esse cenário, trazemos outra citação desse mesmo texto de Pêcheux que também nos diz muito sobre o cenário eleitoral de 2018 no Brasil:

Em 1940, o militar em questão, “herói de Verdun”, se encontra no comando do regime de Vichy² sob o controle alemão, levado ao poder por uma burguesia que, entre um “inimigo” exterior, cujo regime de ordem social a fascina, e uma democracia no interior da qual as forças de esquerda encontram pontos de apoio diretos ou indiretos, não hesita um só instante: “Antes Hitler que a Frente Popular”. (PÊCHEUX [1979], 2011, p. 74)

O restante da história não é preciso narrar a nenhum leitor mais atento e conhecedor da história da Alemanha nazista. Qualquer semelhança dessa citação de Pêcheux com o cenário eleitoral brasileiro de 2018 não é mera coincidência. Entre os enunciados que mais circularam e são repetidos insistentemente pelos eleitores de Bolsonaro estão “PT NÃO; PT nunca mais; qualquer um, menos o PT; corrupPTos não passarão”, os quais podem deslizar, parafrasticamente, para “Antes Bolsonaro que o PT”. Assim, como no caso do regime nazista, trata-se de disseminar o ódio, não exatamente contra um candidato, mas contra um partido e o que ele representa. Podemos dizer, nesse caso, que estamos diante de uma luta que está alinhada aos interesses dominantes, à máquina do capital, representada sobretudo pela ideologia burguesa, que não quer que um Partido progressista assuma, mais uma vez, o poder, pois permitiria às classes proletárias, às ideologias dominadas, representadas sobretudo pelos cidadãos mais pobres e as minorias desse País, alguns direitos a mais, algum protagonismo e dignidade. Paradoxalmente, apaga-se, nesse discurso, o fato de que os governos do PT também beneficiaram os grandes empresários, governaram de modo a elevar todos os índices econômicos e de que a corrupção está longe de ser uma exclusividade do Partido dos Trabalhadores

² Pêcheux refere-se aqui a Phillippe Pétain, um militar francês, que atuou como chefe de estado da França de Vichy, de 1940 a 1944. Durante a Segunda Guerra Mundial, com a queda iminente da França em junho de 1940, Pétain foi nomeado primeiro-ministro da França pelo presidente Lebrun em Bordeaux, e o gabinete resolveu fazer a paz com a Alemanha. O governo inteiro, posteriormente, se moveu brevemente para Clermont-Ferrand, depois para a cidade termal de Vichy, no centro da França. Seu governo votou em transformar a desacreditada República Francesa no Estado francês, um regime autoritário alinhado com a Alemanha nazista (Informações disponíveis em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Philippe_P%C3%A9tain. Acesso em 27 out. 2018).

no Brasil, porque é algo intrínseco ao funcionamento do sistema capitalista.

Partindo desse cenário, interessa-nos olhar, mais especificamente, o funcionamento discursivo das *fake news* nas eleições presidenciais de 2018, observando como elas podem atuar para frear os movimentos de resistência nas práticas das ideologias dominadas, aqueles que se inscrevem no campo progressista, buscando transformações sociais. Em outras palavras, nossa proposta tem o objetivo de analisar os efeitos dessa discursividade que se impõe nas mídias sociais produzindo equívocos e fortalecendo, em seu modo de circulação, os interesses dominantes capazes de frear as resistências e as possibilidades de transformações. Trata-se de discursividades *prêt-à-porter*, conforme entendimento de Mariani (2018, p. 6-7), as quais “têm sua eficácia ao colocar em circulação determinados sentidos que podem produzir aderência, ou seja, um colamento a determinados sentidos já sob o efeito de evidência.”

Pêcheux ([1979], 2011) ao falar sobre a história de luta, dos séculos XIX e XX, entre duas vias do capitalismo, que ele simplifica em *linha parlamentarista* (via 1) e *linha militar* (via 2), alerta-nos para o seguinte:

E é nesse duplo espaço que se formaram *concretamente as condições de exercício das propagandas políticas*, através de uma longa série de tentativas de emprestar, tomar a palavra, desviar, virar, desnaturar as bases práticas do adversário de classe, segundo um princípio que não parou de ecoar historicamente entre a burguesa e o proletariado e que se enuncia assim: “Se isso funciona tão bem para eles, por que não funcionaria para nós?” (PÊCHEUX [1979], 2011, p. 82, grifos do autor)

Esse jogo de palavras, determinado pelo ideológico, do qual Pêcheux nos fala e que são as condições de exercício das propagandas políticas, continua funcionando muito bem e atravessando a disputa eleitoral nos dias atuais. No entanto, trazendo isso para o contexto da eleição presidencial brasileira de 2018, é preciso que estejamos atentos ao que representa esse jogo em cada um dos lados: o que funciona para eles, não funciona necessariamente para nós, como sugere a questão que fecha a citação. Do lado **deles**, a posição ideológica

sustentada, sob uma fachada democrática, é racista, homofóbica, autoritária, intolerante, misógina, defende o armamento da população, e ameaça “banir” todos aqueles que representarem oposição ao seu governo, como o próprio candidato, Jair Bolsonaro, anunciou no domingo, 20 de outubro de 2018: “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”. E acrescentou: “Será uma limpeza nunca vista no Brasil”³. Os “marginais vermelhos” a que ele se refere são os eleitores de Fernando Haddad, que, representando o lado de **cá** dessa eleição, tomam posição, sobretudo, pela manutenção da democracia, mas também pelo respeito à diversidade, pela autonomia das instituições e por um Brasil mais justo e menos desigual.

Portanto, nesse jogo entre o **eles** (tidos como “cidadãos de bem”) e os **outros** (tidos como “marginais vermelhos”), no qual o jogo de palavras, no funcionamento do discurso, tem um papel fundamental, a campanha de Jair Bolsonaro aproveitou-se da eficácia, do efeito de evidência dessa discursividade *prêt-à-porter*, que resulta em um “novo” tipo de propaganda: a produção em massa de *fake news*, que circulam sobretudo nas redes sociais. Podemos dizer que essa eficácia, como nos mostra Pêcheux (2011, p. 84), vira “ao contrário as práticas do movimento operário” [...], “tirando partido das contradições veiculadas por essas práticas.”. No caso da eleição presidencial brasileira, não se tratou necessariamente de virar ao contrário as práticas do movimento operário, mas de distorcer, manipular informações sobre os candidatos Fernando Haddad e sua vice, Manuela D’Ávila, produzir mentiras sobre programas implementados nos governos petistas. Estamos entendendo, nesse sentido, que as *fake news* funcionam como uma arma para frear, “anestesiando as resistências” (PÊCHEUX, 2011, p. 92) do campo progressista, das frentes de esquerda, que lutam por uma eleição, de fato, democrática. Analisaremos, a seguir, alguns exemplos dessas *fake news* e o modo como elas funcionam discursivamente.

³ Como afirma a jornalista Eliane Brum, no seu artigo de opinião, publicado no jornal *El País*, em 24 de outubro de 2018: “No governo autoritário anunciado por Bolsonaro, quem tem o poder e terá o aparato de repressão na mão pode dizer o que somos eu e você.” Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/24/opinion/1540394956_656180.html. Acesso em 27 out. 2018.

Ainda as palavras: o fenômeno das *fake news* em análise

Antes de analisarmos os exemplos que selecionamos para este trabalho, é preciso dizer que essa foi uma eleição marcada por esse fenômeno das *fake news*, que não é um fenômeno novo, mas que se potencializou e se multiplicou, sobretudo nas redes sociais, nessa eleição de 2018 no Brasil. No entanto, conforme nos afirmam Adorno e Silveira (2017, p. 3), embora exista

uma generalização de que vivemos a era da Fake News por causa da internet, o que permite a muitos afirmar que a internet é a grande produtora de Fake News, ou, que são os sujeitos usuários das mídias sociais digitais os responsáveis pelas Fake News [...], é também com a internet que surgem os sites e mecanismos que permitem checar a “veracidade” dos fatos e notícias que circulam não só na internet, mas em outros meios ou veículos de informação.

Os autores nos sugerem que as *fake news* não surgiram, necessariamente, com a internet, pontuando que se, por um lado, ela tem potencializado a sua disseminação, por outro, tem sido fundamental também para a checagem do que é fato e do que é *fake*.

O que se pôde apurar, e foi divulgado pela imprensa sobre esse fenômeno, é que houve mais de uma centena de notícias falsas que circularam, sobretudo nas redes sociais, envolvendo os candidatos à Presidência da República⁴, e dessas a esmagadora maioria era contra a candidatura do presidente Fernando Haddad e o seu partido. Tais dados reforçam nossa hipótese de que as *fake news* funcionaram, nesse caso, para frear as resistências do campo progressista, que apoiam o candidato petista.

⁴ Encontramos em vários sites a manchete de que um levantamento feito, pelas principais agências de checagem, comprova que das “123 fakenews encontradas por agências de checagem, 104 beneficiaram Bolsonaro” (Notícia disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/>).

Julgamos importante também mencionar a reportagem, publicada no *Jornal Folha de São Paulo* (FSP), assinada pela jornalista Patrícia Campos Mello, no dia 18 de outubro de 2018, cujo título - “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”⁵, - sugeria prática ilegal da campanha de Bolsonaro. Após a publicação dessa reportagem, o PT e outros partidos abriram processo no Tribunal Superior Eleitoral solicitando, entre outras coisas, investigação de possível caixa 2. Tal reportagem teve muitos outros desdobramentos na campanha, como várias ameaças e xingamentos sofridos pela repórter da *Folha* responsável pela matéria, vindas dos apoiadores de Jair Bolsonaro⁶, inclusive de um dos filhos deles, o deputado Eduardo Bolsonaro⁷, que a ameaçou de morte, como podemos ver no diálogo que aqui reproduzimos:

EDUARDO BOLSONARO: “Sua otária! Quem você pensa que é? Tá se achando demais. Se você falar mais alguma coisa eu acabo com sua vida”

PATRICIA: “Isso é uma ameaça???”

EDUARDO BOLSONARO: “Entenda como quiser. Depois reclama que apanhou. Você merece mesmo. Abusada. Tinha que ter apanhado mais pra aprender a ficar calada. Mais uma palavra e eu acabo com você. Acabo mais ainda com a sua vida”

PATRICIA: “Eu estou gravando”

EDUARDO BOLSONARO: “Foda-se. Ninguém vai acreditar em você. Nunca acreditaram. Somos fortes”

⁵ Disponível em: Acesso em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 23 out. 2019.

⁶ Informações disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/jornalista-que-fez-materia-de-denuncia-contr-bolsonaro-e-alvo-de-ataques-nas-redes/>. Acesso em: 28 out. 2018.

⁷ Informação disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/bolsonaro-filho-e-apoiadores-fazem-ameacas-a-jornais-e-reporter-es/>. Acesso em: 28 out. 2018.

PATRICIA: “Me aguarde pois vou falar”

EDUARDO BOLSONARO: “Vai para o inferno. Puta. Você vai se arrepender de ter nascido. O aviso está dado. Mais uma palavra e eu vou pessoalmente atrás de você. Não pode me envergonhar.

PATRICIA: “Tchau”

EDUARDO BOLSONARO: “Vagabunda”

PATRICIA: “Resolvemos na justiça. É a melhor forma”

EDUARDO BOLSONARO: “Enfia a justiça no cú”

Embora não seja esse o foco da nossa análise, é interessante observar, nesse diálogo, como a campanha do candidato se coloca acima de qualquer instituição, acima da justiça e de órgãos tradicionais da imprensa brasileira. Curioso, ainda, que, ao ameaçar explicitamente a jornalista de morte, reconhece que há coisas que não podem/devem vir a público: “Mais uma palavra e eu acabo com você. Acabo mais ainda com a sua vida.”. Colocam-se, assim, como se fossem os donos da “verdade”, tentando calar qualquer tipo de resistência ao “projeto” que **eles** representam para o País, como já destacamos⁸.

Ainda nessa esteira de calar as resistências, Jair Bolsonaro afirmou, em vídeo produzido aos seus apoiadores no domingo, 20 de outubro de 2018, que a “Folha é a maior fake news do Brasil”⁹. Na tentativa de inverter o efeito produzido pela divulgação da reportagem, o candidato e seus apoiadores acusam a *Folha de São Paulo* (FSP) de produzir uma *fake news*, estra-

⁸ O efeito de “verdade” também se produziu no discurso do candidato Bolsonaro a partir das reiteradas citações do versículo bíblico, João 8:32 “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”.

⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/folha-e-a-maior-fake-news-do-brasil-diz-bolsonaro-a-manifestantes.shtml>. Acesso em: 28 out. 2018.

nhamente a arma de que a sua campanha tanto se utilizou. “Cego a suas contradições” (PÊCHEUX [1979], 2011, p. 85), o candidato tenta tirar partido de tudo aquilo que o liga à corrupção, à intolerância, ao fascismo etc, na tentativa de acelerar, mais uma vez, o fim das resistências. Por fim, também queremos registrar que, após a denúncia feita pela FSP, o *facebook* retirou do ar 68 páginas e 43 contas vinculadas à campanha de Bolsonaro¹⁰, que disseminavam conteúdos falsos, colocando em xeque o efeito de evidência da verdade.

Apresentar um pouco desse emaranhado de discursos que se entrecruzam, com as contradições que lhes são inerentes, nessa fábrica de *fake news*, teve como objetivo situar o leitor sobre as condições de produção em que essas discursividades *prêt-à-porter*¹⁰ se produziram e circularam durante a campanha presidencial de 2018. Tal tipo de propaganda política – se assim podemos chamá-la – tem no seu cerne uma estratégia discursiva “obstinada a evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classes: ela usa uma falsa aparência para contornar indefinidamente o que todo mundo sabe e que ninguém pode dizer.” (PÊCHEUX [1979], 2011, p. 86). A falha retorna, assim, “pelo viés do absurdo” (PÊCHEUX [1979], 2011, p. 87), para fazer parecer verdade aquilo que é da ordem do absurdo, produzindo um efeito ideológico destruturador. Entendemos que as *fake news* são produzidas nessa ordem do absurdo mesmo. No caso em análise, não produzindo furo na ideologia dominante, na qual elas se inscrevem, mas no interior das próprias resistências, como uma forma de barrá-las, tentando produzir um efeito de verdade para aquilo que é absurdo. Para observar as discrepâncias de sentido que funcionam nesses discursos *fakes*, selecionamos, para análise duas dessas “notícias”. Vejamos:

¹⁰ Estamos considerando aqui como discursividades *prêt-à-porter* àquelas que estão prontas para o consumo, conforme definição de Mariani (2018).



Figura 1: *Fake news* sobre suposta declaração de Haddad que circulou nas redes sociais.¹¹

Nesse primeiro caso, circulou nas redes sociais essa montagem, produzida facilmente por qualquer internauta, com uma foto de Haddad e a suposta declaração do presidente: “Ao completar 5 anos de idade, a criança passa a ser propriedade do Estado! Cabe a nós decidir se menino será menina e vice-versa! Aos pais cabe acatar nossa decisão respeitosamente! Sabemos o que é melhor para as crianças!”

Tal declaração, atribuída ao presidente Fernando Haddad, foi considerada falsa e vetada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 25 de setembro de 2018. Mesmo assim, segundo reportagem de Clara Becker, ela seguia “viva” nas redes sociais¹². Antes de ser vetada, a postagem tinha quase 150 mil compartilhamentos e, mesmo depois da proibição pelo TSE, os compartilhamentos já chegavam a 10 mil, produzindo, assim, o efeito de verdade desejado. Como afirma Mariani (2018, p. 7), o que está em jogo, no compartilhamento dessas discursividades, é o interesse dos grupos políticos hegemônicos,

¹¹ Imagem disponível em: https://aosfatos.org/media/cke_uploads/2018/09/24/haddadfake1.jpg, a partir da notícia publicada no site *Aos Fatos*. Acesso em: 23 out. 2019. Autoria desconhecida, já que se trata de uma notícia falsa.

¹² Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/09/27/verificamos-haddad-criancas/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

que tentam impor um sentido único aos fatos. Assim, “o discurso político de *marketing* a serviço de instâncias de poder constrói ficções a partir de acontecimentos, coloca essas ficções em circulação e as alimenta continuamente, [...] visando uma aderência à discursividade *prêt-à-porter* e um efeito-cola, de adesão, com novos reenvios.”

Vejamos a segunda materialidade discursiva:



Bolsonaro é eleito o político mais honesto do mundo - Folha
A Fundação Transparência Política Internacional apontou o deputado federal Jair Messias Bolsonaro como o político mais honesto do mundo. afolhabrasil.com.br

A Fundação Transparência Política Internacional apontou o deputado federal Jair Messias Bolsonaro como o político mais honesto do mundo. Barack Obama está em segundo lugar e o presidente da França François Hollande.

<http://afolhabrasil.com.br/uncategorized/bolsonaro-e-eleito-o-politico-mais-honesto-do-mundo>

Perguntado pela reportagem da FOLHA sobre a razão de não ter feito nenhuma postagem em suas redes sociais sobre o título de político mais honesto do mundo, o deputado federal Jair Bolsonaro surpreendeu ao dizer que **“não fiz postagem porque este título não tem a menor importância pra mim. Ser honesto não é nenhum favor que eu faço pra ninguém. Ser honesto é o dever que minha consciência me obriga”**.

Vamos divulgar, quem sabe o Brasil acorda e coloca um exemplar político p comandar o Brasil!!!

★ 22:12

Figura 2: *Fake news* sobre suposta eleição de Bolsonaro como o político mais honesto do mundo¹³ 15

Nessa materialidade discursiva, compartilha-se uma “notícia” que veicula como conteúdo a eleição, pela Fundação Transparência Política Internacional, de Jair Bolsonaro como o político mais honesto do mundo. Ocorre que tal fundação não existe, tampouco o *ranking* mundial de políticos honestos. E, caso tal *ranking* existisse, caberia a pergunta: estaria Bolsonaro nele? Deixamos ao leitor a reflexão sobre uma possível resposta. Tal notícia falsa, publicada

¹³ Imagem disponível em: https://aosfatos.org/media/cke_uploads/2018/10/15/bolsonaro-transparencia.jpg, a partir da notícia publicada no site *Aos Fatos*. Acesso em: 23 out. 2019. Autoria desconhecida, já que se trata de uma notícia falsa, mas que circulou amplamente nas redes sociais na campanha de 2018.

pelo *Folha do Brasil*, circulava nas redes sociais desde 2016, chegando a ocupar o topo das pesquisas (político mais honesto do mundo) no buscador do *Google* entre 2016 e 2017¹⁴. Mesmo que inverídica, essa notícia produziu um efeito de verdade pela repetibilidade, isto é, o grande número de compartilhamentos acabou por provocar nos sujeitos uma adesão àquilo que queriam acreditar. No jogo dos sentidos, observamos como funcionam os efeitos de discrepância: é pelo viés das relações imaginárias (político honesto *versus* político corrupto) que os eleitores podem identificar-se com um “denominado” político ideal que não se deixa corromper. Nessas mesmas relações de sentidos discrepantes, há um reforço na interpretação que vigorou nas eleições de que o PT é o partido mais corrupto do mundo.

Como podemos ver nessas materialidades discursivas, os efeitos da ideologia dominante atuam de modo diferenciado, mas tendem a produzir as mesmas consequências políticas de frear a crítica e a resistência, ou seja, reproduzir a dominação sobre os sujeitos, pois essa discursividade afeta de maneira cruel e enganadora as subjetividades. Cabe observar que esses discursos, em seu funcionamento e em seus efeitos de sentidos que circulam nas mídias sociais, nem sempre são chamados de *fake news* ou reconhecidos como tais; em sua maioria, são vistos em seu caráter “informativo”, como se fossem tipos de mensagens que querem “alertar” o leitor “desavisado”. As materialidades, por exemplo, “criança passa a ser propriedade do Estado! Cabe a nós decidir se menino será menina e vice-versa”, ou ainda, “Bolsonaro foi eleito o político mais honesto do mundo”, fazem “creer” que esses dizeres são naturalmente “dados”. Não há questionamento sobre o locutor ou sobre o lugar de onde se está falando. Não se questionam as posições sujeitos. Muitas vezes, nessa leitura de mundo, há cumplicidade entre o locutor e o interlocutor. Nesse funcionamento, muitos sujeitos, por sua vez, tomam a informação “como se fosse uma verdade”, e esse efeito *fake*, efeito de verdade que diz o falso, orienta as ações e as práticas dos sujeitos para posições conservadoras e, até mesmo, ultraconservadoras (fascistas).

¹⁴ Tal informação pode ser confirmada na reportagem de Ana Rita Cunha, disponível em: <https://aosfatos.org/noticias/bolsonaro-nao-foi-eleito-o-politico-mais-honesto-do-mundo/>. Acesso em: 23 out. 2019.

Cabe destacar também que os efeitos são controversos: quando se refere ao Haddad, produz-se ojeriza, raiva, ódio, e isso impede de o interlocutor buscar a verificação da notícia, questionar a evidência. Quando se refere ao Bolsonaro, o *fake* produz, para o leitor identificado (ou ainda indeciso em seu voto) com o candidato, o efeito de admiração, certeza e acerto, fazendo crer em sua “honestidade”, passando a considerá-lo um “mito”¹⁵.

As duas materialidades discursivas (discursividades *prêt-à-porter*) analisadas nos chamam atenção por seu funcionamento político-ideológico, pois tendem a atuar no impedimento de práticas políticas que atendam às necessidades da classe trabalhadora. Estamos dizendo isso, pois não se pode perder de vista a relação do discurso com suas condições materiais e ideológicas na sociedade capitalista. As *fake news* que circularam nas eleições de 2018 polarizaram “direita” e “esquerda”, em um jogo discursivo marcado por efeitos discrepantes de “verdades” e “mentiras”, determinadas pelas posições sujeito dominadas pelos interesses do capital, enquanto base histórica dessas contradições discursivas e raciocínios antagonistas. Assim, produziram mais que fumaça nas eleições; reproduziram também ilusões de que os sujeitos, tanto de um lado como do outro, estavam efetivamente fazendo “livres” “escolhas” e “redirecionando” a política e a economia do país.

Quando levamos isso em consideração, podemos compreender também a eficácia do funcionamento da ideologia burguesa, pois, sob o comando do capital, foram formulados discursos da ordem do absurdo que, por um lado, diziam que Haddad, no poder de Estado, iria tomar as crianças como “propriedades”, “decidir” seu sexo e gênero, e, aos pais, caberia apenas “acatar respeitosamente”. E, por outro, diziam que o nome do candidato Bolsonaro foi escolhido como “o político mais honesto do mundo”, numa tentativa de interpelar o eleitor: “Vamos divulgar, quem sabe o Brasil acorda e coloca um político exemplar para comandar o Brasil”. Assim, os interesses ideológicos foram colocados em jogo, e essas notícias *fake* criaram obstáculos para qualquer discordância, pois funcionam como argumento de autoridade em seu efeito de “verdade”. A nosso ver, os efeitos ideológicos das *fake news* assustam, pois

¹⁵ Jair Bolsonaro, durante a campanha eleitoral, foi chamada do “Mito”, imagem que ainda permanece e foi reforçada, entre alguns de seus fiéis seguidores, após sua eleição.

fazem crer em “mentiras”, tomadas como “verdades” em seus efeitos de evidência de sentidos, ainda que sejam efeitos produzidos pelo absurdo. Ou seja, contraditoriamente, “comunicam e não comunicam”, e seus efeitos materiais na história contribuem para a reprodução das relações capitalistas.

Diante do que dissemos, é preciso inscrever-se do ponto de vista da resistência e voltar a Pêcheux ([1978], 1988, p. 304) para reafirmar que há sempre resistência e que “é preciso ousar se revoltar” e “ousar pensar por si mesmo”. Nessa perspectiva, compreendemos que nossa prática de resistência precisa também revelar, pela análise dos efeitos das *fake news*, os limites da “democracia” burguesa, seus vícios, suas manobras, seus jogos, suas estratégias que visam a não ceder espaço, nem político nem econômico, à classe trabalhadora. Portanto, é preciso ousar se revoltar nesse processo histórico de produção e confrontação de sentidos e sujeitos e, sobretudo, não adotar as mesmas estratégias, pois o que serve para eles não serve para nós.

Palavras finais: as *fake news* continuam produzindo efeitos...

Em nosso estudo, compreendemos a necessidade e urgência de analisar, com rigor crítico, as *fake news* e suas discrepâncias de sentidos do ponto de vista da resistência. Arcamos com o desafio de desenvolver uma reflexão que encara o discurso da ideologia dominante, em suas relações contraditórias, para confrontar seus sentidos, desmascarar as posições sujeitos. Por isso, inscrevemo-nos na dialética da história, dessa nossa história marcada por conflitos impiedosos. Portanto, produzir resistência é, para nós, não só um desafio, mas um compromisso de responsabilidade ética e política, como diria Pêcheux (2002, p. 57). Nessa perspectiva, as *fake news* devem ser criticadas, e este gesto teórico e político do analista de discurso (gesto que implica pensar como esses universos discursivos logicamente instáveis, marcados por ambiguidades, deslizos de sentidos e equívocos são capazes de política) pode fazer-nos lutar contra os discursos que criam obstáculos, que buscam “aniquilar” às resistências e “banir” os sujeitos ardentes.

Referências

- ADORNO, Guilherme; SILVEIRA, Juliana da. Pós-verdade e fake news: equívocos do político na materialidade digital. In: *Anais do Sead*. Recife, 2017, p. 1-6. Disponível em: http://www.anaisdosead.com.br/8SEAD/SIMPOSIOS/SIMPOSIO%20V_GAdorno%20e%20JSilveira.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.
- ARAGÃO, Alexandre. Haddad nunca disse que cabe ao Estado decidir sexualidade de crianças. *Aos fatos*. <https://aosfatos.org/noticias/haddad-nunca-disse-que-cabe-ao-estado-decidir-sexualidade-de-criancas/>, 23/10/2019.
- BECKER, Clara. #Verificamos: Vetada pelo TSE, declaração falsa atribuída a Haddad segue viva nas redes sociais. *Lupa*. <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/09/27/verificamos-haddad-criancas/>, 23/10/2019.
- BRUM, Eliane. Aos indecisos, aos que se anulam, aos que preferem não: o maior delírio hoje vivido no Brasil é o da “normalidade”. *El País*. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/24/opinion/1540394956_656180.html, 27/10/2018.
- CUNHA, Ana Rita. Bolsonaro não foi eleito o político mais honesto do mundo. *Aos fatos*. <https://aosfatos.org/noticias/bolsonaro-nao-foi-eleito-o-politico-mais-honesto-do-mundo/>, 23/10/2019.
- FÓRUM. Jornalista que fez matéria de denúncia contra Bolsonaro é alvo de ataques nas redes. *Revista fórum*. <https://revistaforum.com.br/politica/jornalista-que-fez-materia-de-denuncia-contra-bolsonaro-e-alvo-de-ataques-nas-redes/>, 23/10/2019.
- GALINDO, Rogério. Bolsonaro, filho e apoiadores fazem ameaças a jornais e repórteres. *Gazeta do povo*. <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/caixa-zero/bolsonaro-filho-e-apoiadores-fazem-ameacas-a-jornais-e-reporteres/>, 23/10/2019.
- MACEDO, Isabella. Das 123 fake news encontradas por agências de checagem, 104 beneficiaram Bolsonaro. *Congresso em foco*. <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/>, 23/10/2018.
- MARIANI, Bethania. Discursividades prêt-à-porter, funcionamento de fake news e processos de identificação. *Entremeios: revista de estudos do discurso*. Vol. 17: 3-18, Pouso Alegre, jul. - dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol17pagina3a18>.

MARQUES, José. Folha é a maior fake News do Brasil, diz Bolsonaro a manifestantes. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/folha-e-a-maior-fake-news-do-brasil-diz-bolsonaro-a-manifestantes.shtml>, 23/10/2019.

MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>, 23/10/2019.

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse? *In: _____*. *Análise de discurso*: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 2ª ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2011[1979]. p. 73 - 92.

_____. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. *Décalages*. Vol 1: Issue 4, p. 1-22, 2014 [1984]. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15/>

_____. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. 3ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2002 [1983].

_____. [1978]. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. *In: Semântica e Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988 [1978]. p. 293 – 304.

TOLEDO, Luiz Fernando. Maior rede pró-Bolsonaro do facebook é excluída após denúncia do ‘Estado’. *O Estado de São Paulo*. <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,maior-rede-pro-bolsonaro-do-facebook=-e-excluida-apos-denuncia-do-estado70002558430,?from-whatsapp>, 23/10/2019.

WIKIPÉDIA. Phillipe Pétain. *Wikipédia*. https://pt.wikipedia.org/wiki/Philippe_P%C3%A9tain, 23/10/2019.

FAKE NEWS: DISCREPANCY OF SENSES AND EFFECTS ON RESISTANCE

ABSTRACT

Based on Discourse Analysis from the perspective of Michel Pêcheux, this article analyzes, by resistance bias, this article analyzes the meaning discrepancies present in fake news that circulated during the 2018 election campaign. Marked by misunderstandings and contradictions, fake news, inscribed in the universe of discourses not stabilized logically, function to create obstacles and to restrain the resistances of the subject to the dominant power.

KEYWORDS: discourse; fake news; resistance.

“CONHECEREIS A VERDADE E A VERDADE VOS LIBERTARÁ” (JOÃO 8:32): EFEITOS DE SIMULAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO ON-LINE

Aracy Ernst^a

Gabriela de Mello Silva^b

Vivian Vaghetti Vieira^c

RESUMO

Ao voltarmos à atenção para o discurso político *on-line*, buscamos compreender a representação produzida imaginariamente nesse espaço que visa a construir um efeito de dizer verdadeiro nas condições históricas instituídas no Brasil atual. Trata-se, no entanto, da produção de um “efeito de simulação”, decorrente do falseamento da palavra e do acontecimento por meio do encontro do político com o teológico.

PALAVRAS-CHAVE: discurso político-religioso; simulação; rede social.

Recebido em: 06/06/19

Aprovado em: 10/10/19

Configuração do espaço do dizer político

O presente trabalho¹ circunscreve-se no cenário político brasileiro da atualidade, cujas falsas contradições substituem, desde sempre, as contradições reais (cf. SOUZA, 2015)². A circulação de

^a Professor titular da Universidade Católica de Pelotas. Email. aracyep@gmail.com

^b Mestranda no Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Pelotas. Email. gabimellosilva@gmail.com

^c Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Email. vivian_vaghetti@yahoo.com.br

¹ Agradecemos a contribuição, dada pela colega Janaína Cardoso Brum, para a reflexão proposta neste artigo.

² O conceito de contradição, embora possa ser empregado metaforicamente como divergên-

formulações constituídas pelos pressupostos da ideologia dominante a todos atinge. São eles repetidos e compartilhados, possuindo um *modus operandi* de embaçamento³ das condições concretas dessas contradições por meio das quais a história se constrói, de acordo com o que Pêcheux chama de “a repetição das memórias ‘estratégicas’”. (2009, p. 25) Essas memórias “estratégicas” organizam os mecanismos simbólicos de reprodução responsáveis pela farsa e pela conseqüente tragédia⁴ que vêm dominando declaradamente, nos últimos anos, a política brasileira. Para observar esse funcionamento, valemo-nos de um objeto específico: o discurso de Jair Messias Bolsonaro⁵ proferido imediatamente após a apuração dos votos para a presidência do Brasil no pleito de 2018. Produzida na perspectiva do resultado do processo eleitoral e de sua reabilitação física após o polêmico atentado sofrido na campanha em 6 de setembro de 2018 na cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, essa fala se apresenta como um discurso político-teológico de agradecimento a duas “graças” alcançadas: a recuperação de sua saúde e a sua chegada à Presidência da República.

Nele, assume importância a reiteração do significante “verdade”, que ora se coloca referencialmente numa acepção exclusivamente religiosa – a verdade é Deus –; ora numa acepção político-religiosa – a verdade é o político que ascendeu à presidência (nesse caso, assume-se como o eleito, o messias, o mensageiro). Essa forma equívoca que funde o sagrado com o profano, ou o bíblico com político constitui-se num mecanismo discursivo que, ao amalgamar

cia, oposição, dissonância etc., neste trabalho assume a acepção particular do materialismo histórico-dialético relacionado com o movimento contraditório da história da luta de classes e, por extensão, com as contradições materialmente presentes nos enunciados analisadas no processo teórico-analítico da Análise de Discurso de filiação pêcheuxiana.

³ Esse embaçamento não deve ser entendido como ocultação das contradições sociais, mas sim como ardid, burla ou deformação que caracterizam o efeito imaginário decorrente da produção de evidências através de processos ideológicos que solapam as condições materiais de existência. Segundo Althusser, é “a natureza imaginária (da relação entre os homens e as suas condições reais de vida) que fundamenta toda a deformação imaginária que se pode observar em toda ideologia”. (1980, p. 81)

⁴ Referência ao conhecido enunciado de Karl Marx em “O dezoito Brumário” sobre a recorrência no poder dos Bonaparte: “A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”.

⁵ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7120988/>

tais domínios, se vale de uma “memória ‘estratégica’” ligada à sensibilidade religiosa e que se tem revelado uma espiritualidade vazia e violenta, à beira de um fundamentalismo cujas demandas têm atuado nos níveis político, ético e moral. A imagem a seguir é um dos inúmeros exemplares encontrados cotidianamente na mídia em que podemos observar essa “espiritualidade”.



Figura 1 – Foto do evento Marcha para Jesus (Trevisan, Daniel. Bolsonaro, o gesto da arma na Marcha para Jesus e a risada cafajuste dos pastores. 22 de junho de 2019. diariodocentrodo-mundo.com.br/)

Trata-se de uma foto realizada no evento Marcha para Jesus 2019, ocorrido em São Paulo, em que o atual presidente da República veste uma camiseta de fundo branco, cujo *design*, com as cores da Bandeira Nacional, tem no centro uma cruz, com duas mãos enlaçadas no seu eixo vertical, e o enunciado Marcha Jesus 2019. Em desacordo com elementos da formação ideológica do cristianismo ligados à paz, ao amor ao próximo, à caridade etc., Bolsonaro reitera, sorridente, o gesto de atirar, característico de sua campanha eleitoral: as mãos que agarram a cruz, portanto, são as mesmas que agarram as armas. Espiritualidade e violência, estranho processo de relação com o outro, que, ao conjugar redes de memória dessemelhantes, condicionadas contraditoriamente na linearidade significativa, associa elementos pré-construídos ligados à religiosidade cristã e à política de extrema direita num trabalho de simulação ou deformação de sentidos.

Diz-nos Pêcheux, com relação à absorção de elementos pré-construídos, produzidos fora de uma formação discursiva:

[...] o interdiscurso é, perpetuamente, o lugar de um “trabalho” de reconfiguração no qual uma formação discursiva é levada, em função dos interesses ideológicos que ela representa, a absorver elementos *pré-construídos* produzidos fora dela, associando-os metonimicamente a seus próprios elementos por *efeitos-transversos* que os incorporam, na evidência de um novo sentido em que eles são “acolhidos” e fundados (com base em um novo terreno de evidências que os absorve) por meio do que chamamos um “retorno do saber ao pensamento”: em suma, um “trabalho” de unificação do pensamento, em que as subordinações se realizam ao se apagarem na *extensão* sinonímica da paráfrase-reformulação. (1988, p. 278)

Parece-nos, entretanto, que, na foto apresentada, não há uma reconfiguração da formação discursiva de extrema direita por “efeitos transversos”, apenas a sobreposição de elementos pré-construídos provenientes de uma região determinada do interdiscurso: a memória da formação discursiva (FD) religiosa cristã que se encontra sobreposta à memória da FD de extrema direita. A isso, estamos propondo relacionar a expressão “efeito de simulação”, tomada de Pêcheux (1988), mas relativamente ao discurso político⁶. Nessa perspectiva, consideramos a simulação como um efeito de sentido em que elementos da memória de uma determinada formação discursiva interpõem-se a outra, sob forma de discurso repetido, sem que haja assimilação, ou melhor, absorção no espaço discursivo em que incidem. Essa definição aproxima-se do conceito de pré-construído; entretanto, essa interposição constitui-se num *mise-en-scène*, por proporcionar o mascaramento de pressupostos ideológicos que se querem impor. Outro aspecto a ser observado é que a contradição existente entre as duas FDs, no caso do exemplar apresentado, aparece de forma explícita. Os elementos pré-construídos permanecem como componentes marginais que, apesar de sua apropriação no nível intradiscursivo, não se inte-

⁶ Pêcheux (1988) usa essa expressão diferentemente, para explicar, no âmbito da filosofia marxista, o encobrimento da “relação de exploração dos conhecimentos científicos por uma teoria universal das ideias” (1988, p. 272). A resignificação desse sintagma será desenvolvida mais adiante.

gram ao funcionamento das redes de memória que constituem essa formação; ou, como veremos posteriormente na análise do discurso da *live* em pauta, as formulações enquadram-se na FD religiosa cristã mas com o apagamento, na materialidade linguística, dos saberes da FD política de extrema direita. Nesse caso, a contradição é encoberta. Nos dois funcionamentos discursivos, temos o caráter de artificialismo e de engodo do discurso bolsonarista.

A enunciação, excessivamente reprisada pelo presidente e por seus prosélitos, da formulação bíblica “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (João 8:32), pertencente à mesma filiação sócio-histórica de identificação religiosa do exemplar apresentado anteriormente, faz parte do processo de falseamento que inscreve, na materialidade discursiva, duas regiões do interdiscurso cujos funcionamentos contraditórios, desconexos e disjuntos entre si contrariam, no caso, os modos histórico-materiais de sua constituição.

As questões, portanto, a que visamos responder são: qual a forma ou quais as formas de que o discurso em pauta se vale para trabalhar os sentidos como simulação? Em outras palavras, como se constitui esse discurso de simulação da palavra e do acontecimento no espaço *on-line*? Que efeitos de sentido decorrem do atravessamento do discurso religioso no discurso político? Responder a essas questões implica necessariamente reconhecer que as condições de formação e produção dos discursos *on-line* estabelecem novos modos de laço social constituídos de processos discursivos de conexão e desconexão. Os sujeitos fazem *links*, *lives*, redes, conectam-se e desconectam-se continuamente, mas os liames sociais em que a relação simbólica com o outro se exerce nessas condições são, via de regra, provisórios e instáveis. O discurso político de Jair Messias Bolsonaro, portanto, não se sedimenta, porque há uma flutuação permanente e contraditória em suas práticas discursivas que se constituem através de processos de simulação da ordem da palavra, como explicado anteriormente, e do acontecimento⁷ histórico-político “indecifrável”⁸, na medida

⁷ A noção de acontecimento tem um estatuto especial na configuração epistemológica da Análise de Discurso, que a define como “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, [1983] 1990, p. 16).

⁸ Esse termo deve ser tomado na acepção althusseriana, considerando a história como “a revogação permanente do fato consumado por outro fato indecifrável a consumir-se [...]”, acentuando-se seu caráter contingente. (ALTHUSSER, 2005 [1982], p. 14)

em que são “esquecidas” as condições histórico-sociais de sua emergência. Referimo-nos especificamente à interferência de uma série de fatores: prisão do candidato de maior aceitação popular, uso de robôs e *fake news* nas redes sociais, entre outros, que podem ter alterado os resultados das eleições de 2018.

Os laços sociais no espaço *on-line*

A questão posta em face do objetivo desta reflexão é: de que tipo e natureza são os laços sociais *on-line*? De acordo com a concepção psicanalítica, os laços sociais são tecidos e estruturados pela linguagem. Trata-se de vínculos sociais que se estabelecem entre os sujeitos que se submetem a uma autoridade simbólica. Todavia, nos dias atuais, estamos verificando uma mudança no modo como eles se têm concertado nas mídias sociais devido à falência da autoridade simbólica. Circunscrevendo essa problemática de modo breve, podemos dizer que, com sua inserção social no campo dos liames próprios do espaço *on-line* e das relações simbólicas que se exercem, os vínculos parecem prescindir da autoridade. Estamos assistindo a transformações, desde meados do século passado, na maneira como se tem estruturado o social, cuja maior consequência é o aniquilamento da autoridade simbólica. Vivemos numa era de incertezas, em que perdemos qualquer garantia de referência, pois as novas tecnologias apenas respondem a questões pragmáticas e não existenciais. Além disso, sob o nosso ponto de vista, os limites entre a realidade social e o imaginário, entre o próximo e o distante tornam-se cada vez menos perceptíveis. O que nos interessa, pois, no espaço midiático em que tudo se torna flexível e mutante é a forma material contraditória que tomam os enunciados políticos aí construídos, considerando seus elementos constituintes: a memória, o sujeito e as condições de produção, com vistas à compreensão do funcionamento dos processos discursivos na produção de sentidos que trapaceiam os fatos⁹. Nessa construção dissimulada das palavras e dos acontecimentos, o *marketing* político digital tem um papel altamente significativo.

⁹ O termo “fato” deve ser entendido na perspectiva do materialismo, isto é, em sua dimensão histórica e não factual.

O *marketing* político digital e as esferas pública e privada

O *marketing* político digital desempenhou um papel crucial nos resultados das urnas nas eleições de 2018 no Brasil, na medida em que os canais *on-line* ganharam maior relevância nos processos discursivos entre políticos e eleitores. Apesar de o então candidato ter contado com apenas oito segundos de televisão no horário eleitoral no primeiro turno, a estratégia da forte presença nas redes sociais permitiu seu sucesso nas urnas. Aliados a esse fato, aspectos como a luta contra a corrupção, a rejeição ao Partido dos Trabalhadores, a defesa da necessidade e importância do uso de armas, o conservadorismo moral e também a identificação do eleitorado com o jogo de representações em que o teológico e o político se encontram manifestadamente confundidos possibilitaram esse resultado. O discurso do atual presidente foi propalado mediante transmissões ao vivo pelo *Facebook*, conectando-se com os eleitores sem precisar participar dos debates no segundo turno. A estratégia ficou mais evidente após o atentado à faca. É importante também salientar o fato inusitado de que, pela primeira vez, um presidente eleito fala à nação por intermédio de uma *live* no *Facebook* e não por intermédio do rádio e da televisão.

O discurso mediado pelo computador e, mais recentemente, pelas redes sociais na internet vem transformando as práticas sociais nas esferas pública e privada, tornando opacos seus limites. Nesse cenário ficcional, os modos de enunciação do político fundam-se nos usos públicos da intimidade conforme Sennett (1988). No caso analisado, o sujeito fala do espaço privado da sala de sua casa para milhões de sujeitos também na intimidade de suas casas. Courtine (2006), ao tratar da personalização da esfera pública nos Estados Unidos, observa que ela correspondeu a um processo histórico lento que tomou fôlego no século XIX. De acordo com o autor, “Buscou-se, pois, ao longo do século XIX, um *idioma democrático* [...] É o declínio da retórica e sua substituição pelo gênero simples, familiar e direto da conversação”. (2006, p. 133) Baseado em Sennett (1988), Courtine (2006, p. 133) afirma ainda que

o modo de redefinição das relações entre o espaço privado e o espaço público vai afetar profundamente as formas de recepção dos discursos políticos. [...] Quando a mensagem política

não é mais concebida como expressão da vontade divina, nem carregada de sentido por uma ordem política e social transcendente, então, é na dimensão humana e psicológica das intenções e dos sentimentos que se forja uma nova legitimidade.

O que ocorre no discurso político brasileiro em pauta, no entanto, é o retorno da expressão da vontade divina aliada à “dimensão humana” nessa “redefinição das relações entre o espaço privado e o espaço público”, como veremos posteriormente. Operam-se, assim, graças às mudanças históricas e, em consequência, às estratégias de tecnologias da comunicação, alterações substanciais no discurso político. No caso do discurso bolsonarista, além da alteração nos modos de dizer, o debate democrático se extingue, fatos triviais subtraem os problemas políticos relevantes e a dimensão “humana e psicológica” engendra, através da sedução ou do “encantamento das massas”, uma nova legitimidade.

Do efeito de simulação no discurso político *on-line*

A noção de “efeito de simulação” aqui formulada no quadro da Análise de Discurso tem como característica principal a impostura que rege, nesse caso, a ordem do acontecimento histórico da eleição do candidato de extrema direita, marcado pelas *fake news*, e do acontecimento discursivo, marcado por processos em que a inscrição do teológico produz um “efeito de verdade”. Nossa apropriação do sintagma “efeito de simulação” de Pêcheux (1988) realiza um deslocamento conceitual do campo filosófico para o campo político, com desdobramentos não previstos mas possíveis na concepção pêcheuxtiana de discurso, mantendo, para isso, a noção de “encobrimento” das condições de existência. Simulação, encobrimento e mascaramento são termos-chave na reconfiguração do sintagma “efeito de simulação”, que pretendemos ligar à impostura. Sabemos que esses termos, quando empregados no campo teórico da Análise de Discurso, se relacionam à forma-sujeito ideológica responsável pelo processo de interpelação-identificação do sujeito.

Essa premissa obviamente se mantém; o que não se mantém é a referencialidade da palavra “simulação”, que, no texto de Pêcheux, serve para marcar a crítica ao idealismo e suas implicações na área da Semântica. Trata-se aqui

de algo bem mais despretenso e pontual: o encobrimento pelo teológico da política de extrema direita que ascendeu ao poder e se concretiza mediante manobras políticas (e midiáticas) operadas nos processos discursivos que afetam a sua construção e os espaços em que se produzem. Obviamente, essas manobras ocorrem devido às posições-sujeito envolvidas na filiação ideológica de quem as manifesta, mas elas possuem uma particularidade no caso analisado, na medida em que são da ordem do artifício. Tomando a noção de acontecimento como a define Pêcheux (1990, p. 17), “encontro entre uma atualidade e uma memória”, teríamos, no caso, o encontro entre a atualidade do acontecimento da eleição de Bolsonaro à Presidência da República e as redes de memória que constituem o seu dizer, ligadas a saberes de cunho notadamente extremista, tais como poder ditatorial, repressão da oposição, xenofobia racista, misoginia e agressão ao conceito de verdade objetiva, entre outros, encobertos por formulações que materializam pré-construídos da ideologia religiosa cristã.

No caso que passaremos a analisar, o do pronunciamento do presidente, à época recém-eleito, Jair Bolsonaro, em transmissão ao vivo no *site* de rede social *Facebook*, percebemos que são apagados, na superfície discursiva, os pré-construídos ligados à formação discursiva de extrema direita. A contradição explícita entre essa formação e a formação discursiva religiosa cristã, verificada na descrição da foto da “Marcha para Jesus”, traduz-se, nesse caso, numa contradição implícita que edulcora a violência. Assim, o “efeito de simulação” parece dotado de maior eficácia simbólica na medida em que o encobrimento dos pressupostos de cunho antidemocrático se dá pelo apagamento de seus pressupostos no intradiscurso.

Chamamos atenção, outrossim, para as condições de produção circunstanciais e históricas em que emerge esse discurso: circunstanciais, porque não temos mais os grandes veículos de comunicação montando um cenário para o primeiro pronunciamento do presidente da República recém-eleito em rede nacional. Ele é feito agora em um discurso direto com as pessoas, que, em teoria, têm hierarquicamente a mesma voz de quem está falando, além da possibilidade de interação em tempo real; históricas, porque esse discurso direto – mas ficcional –, produzido por meio de possibilidades técnicas e tecnológicas de circulação, de propagação e compartilhamento nos meios digitais, apaga as

determinações ideológicas que definem seus efeitos: o discurso se faz à margem daquilo que o determina.

Nesse contexto, a produção do efeito de simulação acontece. O protagonismo político-midiático segue os ditames do formato e da abordagem próprios do rito dos meios de comunicação de massa. O cenário e a formulação do discurso ajustam-se ao aproveitamento estratégico máximo do contexto da rede social utilizada, driblando a comunicação tradicional. Produz-se, pois, uma situação em que há o encaixe de práticas de desconstituição da esfera pública e demais consequências típicas dos processos de simulação, como veremos a seguir.

Discurso político e espaço físico como efeitos de simulação

Estendemos o conceito de efeito de simulação adotado neste trabalho também ao âmbito da elaboração simbólica do espaço físico em conformidade com o espaço político. O discurso, em tela, apresenta-se fundamentalmente como um discurso de simulação de agradecimento a duas “graças” que foram concedidas ao sujeito enunciativo: o restabelecimento de sua saúde e a chegada à Presidência da República do Brasil, conforme dito anteriormente. Portanto, situa-se na esfera emocional, um dos motores de processos caracterizadamente de natureza demagógica que consistem no engodo e na tentativa de agradar a massa popular com vistas ao poder político. Basicamente, trata-se de uma estratégia discursiva político-ideológica cujos argumentos são de cunho apelativo e emocional em vez de argumentos de deliberação racional. Vale-se de um tipo de retórica que, a despeito de sua aparência de ductilidade e docilidade – que visa a produzir, como efeito, um laço de empatia com o eleitorado, ou, como diria G. Klaus (*apud* PÊCHEUX, 1988), manter “o povo encantado”¹⁰ –, demanda por parte dos analistas gestos de reflexão em vista das reiteradas agressões e violências que caracterizam normalmente os discursos do candidato

¹⁰ Cabe aqui explicar que, de acordo com Pêcheux (1988), esse “encantamento” diz respeito *em parte* às próprias “ilusões” que mantêm o povo “encantado”, o que implica que a ideologia não é um puro não ser, mas uma força material, e também é no próprio elemento dessa força material que o povo “se liberta de suas correntes”, utilizando contra ela mesma essa força material que, como tal, não tem história nem fim. (1988, p. 282)

eleito. Temos, pois, no discurso em análise, o desconcerto entre a postura dócil e pacífica do candidato eleito e a postura extremada e agressiva de permanente enfrentamento a determinados segmentos da sociedade brasileira. Essa docilidade e pacificação (mas também seus contrapontos, a violência e o ódio) têm como um dos lugares políticos de ressonância o espaço das mídias sociais, que vem contribuindo para a formação de novos laços sociais.

O vídeo foi gravado no Rio de Janeiro, aparentemente na sala da residência de Bolsonaro, numa nítida tentativa de liga entre a esfera privada e a esfera pública, de que falaremos a seguir.



Figura 2. Foto do pronunciamento do presidente eleito

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/28/politica/1540752778_816687.html

Comecemos a observar a elaboração simbólica do espaço. A disposição das personagens e dos elementos figurativizam um quadro ambíguo onde se confundem cena política (domínio público) e cena doméstica (domínio privado). Faz parte dessa elaboração o terno que Bolsonaro veste, sem a gravata, o que lhe dá um toque despojado, destoando, entretanto, do tom sóbrio, brando e formal de sua fala, diferentemente do adotado em outras situações. À mesa, o recém-eleito presidente da República encontra-se ao centro, com sua esposa Michele à direita e, à esquerda, a intérprete de libras. Obviamente essa disposição não é aleatória, mas designa os lugares sociais por eles ocupados e mostra sua eficácia simbólica no que diz respeito à importância, dada pelo candidato eleito, à família, à(s) mulher(es) e a grupos segregados. Em cima da mesa, temos alguns livros, entre eles a *Constituição da República Federativa do Brasil* e um exemplar de *O mínimo que você precisa saber para não ser um*

idiota, de autoria de Olavo de Carvalho, um caderno, uma caneta Bic, copo de plástico com água à sua frente (as mulheres não têm copos) e uma jarra de vidro em frente a Michele, com a alça em direção à mão direita (possivelmente pronta para servi-lo!). O sujeito enunciador dirige-se primeiramente à intérprete de libras e, posteriormente, a sua atual esposa. Cada gesto, cada posição, cada postura salienta a significação política, figurada e simbólica que buscam adotar. Com base em Haroche (1998), consideramos que o lugar que ocupamos no espaço físico institucional designa um valor e revela hierarquia e também privilégios. Discernimos aí um dispositivo de visibilidade que induz ao respeito e à reverência e define uma ordem relativa àqueles que comandam e àqueles que se submetem. É, para a autora, o uso instrumental do corpo com fins políticos em que há uma tentativa de domínio dos movimentos e da atitude corporal. Segundo ela, a relação do poder com a utilização do espaço é sempre definida pelos que gozam de maior prestígio. Quanto mais perto do poder, mais próximas ao centro ficam as personagens políticas. A autoridade política precisa, pois, para definir-se, de um quadro ritualístico que exprima simbolicamente seu lugar na hierarquia social.

Esses sinais exteriores relacionados com a disposição de personagens e objetos no espaço compõem o cenário em que as palavras são ditas, remetendo a uma constante fundamental do poder político nesta situação: “o poder deve comunicar, [...] deve impor uma ordem, estabelecer formas que permitam que seja reconhecido [...]”, segundo Haroche (1998, p. 98). O poder, para a autora, tem de saber “persuadir, penetrar nas ideias, convencer, fazer crer, dominar e impressionar; em outros termos, governar”.

É exatamente nesse quadro que o discurso ora analisado, com base em certas formas de dizer, procura inscrever-se. Essa inscrição faz-se pelo “esquecimento” dos saberes que constituem a FD de extrema direita – embora haja índices de sua presença, como no enunciado produzido pelo candidato eleito no discurso em foco “Não poderíamos mais continuar flertando com o socialismo, com o comunismo e com o populismo e com o extremismo da esquerda” – e pela adoção total daqueles da FD religiosa, repetidos com exaustividade. Graças a esse “esquecimento”, a conjugação entre o político e o religioso aparece sem conflitos, sem contradições e sem *efeitos transversos*, pois esses se dariam através da absorção pela FD de extrema direita dos saberes que

compõem a FD religiosa, e, como os saberes da FD de extrema direita não se fazem presentes na superficialidade discursiva, isso não ocorre.

Passamos agora a destacar, com base na noção de excesso (ERNST-PEREIRA, 2009), exemplos de elementos que ocorrem de forma reiterada e constituem algumas formas de dizer encontradas:

1) pronomes de 1ª pessoa (no singular/eu e no plural/nós): “ao *meu* lado, a *minha* esposa”; “mantendo a *minha* vida”; “Com certeza ele reservou algo para *mim* e para todos *nós* aqui no Brasil”, “Esse primeiro contato *meu* via *live*”, “Também só [eu] cheguei aqui porque vocês, internautas, povo brasileiro, realmente vocês acreditaram em *mim*”; [Nós] Fizemos uma campanha não diferente dos outros, mas como deveria ser feito, afinal de contas a *nosso* bandeira, o *nosso* slogan”.

2) orações relativas: “e minha esposa Michele, pessoa *que, nos momentos de alegria e tristeza, sempre esteve a meu lado*”; “Eu quero agradecer a Deus *que* pelas mãos dos médicos [...] operaram um verdadeiro milagre”; “à *confiança que tenho no povo brasileiro*”.

3) termos, expressões e enunciados religiosos: “verdadeiro milagre”; “graças a Deus”; “com certeza Ele reservou para mim”; “*Bíblia* sagrada”; “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”; “conviver com a verdade, essa verdade”; “A verdade tem que começar a valer dentro dos lares”; “seguindo os ensinamentos de Deus”; “sede de conhecer a verdade”; “orações”; “peço a Deus”; “fique com Deus”.

Com relação ao uso reiterado da primeira pessoa (no singular ou no plural), pressupomos que, além do reconhecimento do direito à fala e ao lugar no espaço simbólico, se constitui numa manobra para assegurar, perante seu público-alvo, a assunção (fictícia) da responsabilidade de sua posição, no caso, de cunho predominantemente apelativo com vistas à instituição da eficácia simbólica no espaço de um discurso político atravessado pelo discurso religioso, utilizado como artimanha de encobrimento de saberes da formação discursiva de extrema direita.

O emprego reincidido de orações relativas, cujos pressupostos ideológicos visivelmente se enquadram na matriz religiosa cristã, participa também

desse processo para dotar de eficácia simbólica um discurso que tem como princípio básico convencer não pelos fatos, mas pelas emoções. Portanto, o que nesse processo falta (cf. ERNST-PEREIRA, 2009) e que deveria constar é a menção ao desenvolvimento de possíveis projetos econômicos, financeiros, culturais, educacionais etc. para a melhoria das condições do país. O discurso centraliza-se no “eu” em seus afetos, na acepção psicanalítica, e não no outro em suas demandas e pretensões.

O que nos parece importante observar mais de perto, com base no conceito apresentado nesta reflexão para a expressão “feito de simulação”, é o funcionamento do interdiscurso como pré-construído, tendo como foco a repetibilidade, através de duas modalidades linguísticas de inscrição: discurso relatado e/ou enunciados clichês situados numa rede de formulações registrada na memória social, como na sequência discursiva abaixo que concerta as relativas com citações:

Fizemos uma campanha não diferente dos outros, mas como deveria ser feito, afinal de contas a nossa bandeira, o nosso slogan eu fui buscar naquilo *que* muitos chamam “Caixa de ferramenta para consertar o homem e a mulher” *que* é a *Bíblia* sagrada, fomos em João 8:32, “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”.

Nessa sequência, o encontro do político com o teológico, com a preponderância deste último, presente nas duas orações relativas determinativas, cujo mecanismo de exterioridade-anterioridade faz trabalhar o imaginário da identificação, sonega qualquer descontinuidade (e a relação de simulação) entre as redes de memória em jogo: a político-ideológica e a religiosa. Além desse mecanismo linguístico-discursivo de encaixe, ocorre outro, o mecanismo de discurso relatado “Caixa de ferramenta para consertar o homem e a mulher” e “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”, cujos enunciadores explicitados no fio do discurso são respectivamente “muitos” (genérico) e “João 8:32” (específico). A atribuição do enunciado citado a alguém e a representação da retomada das palavras do outro parecem constituir-se, no discurso em questão, numa estratégia de validação da verdade e de obtenção de respeito

da sociedade, até porque a referência fundamental é o livro sagrado, voz autorizada e considerada verdadeira, que não pode nem deve ser questionada (a Constituição funciona como apêndice, sendo citada apenas uma vez). Formase, pois, uma cadeia parafrástica: caixa de ferramentas/bíblia sagrada/verdade, em cujo eixo gravitacional circula a rede de formulações. Enquanto a relação entre o livro sagrado e a verdade passa-se de forma “natural” e evidente, o mesmo não ocorre com a relação entre livro sagrado e “caixa de ferramentas”, causando estranhamento. Esse processo de metaforização implica necessariamente o resgate de um implícito relativo ao pré-construído, ligado à religião cristã, que diz respeito à natureza de imperfeição e pecado que constituem *espontaneamente* o homem e a mulher e de que a verdade os livrará.

Com relação ao enunciado bíblico “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”, formulamos questões, como o fez Pêcheux em *Discurso. Estrutura ou acontecimento*, com base naquilo que lhe falta no nível da formulação. De que verdade se trata? Quem conhecerá a verdade? A verdade libertará do quê? A elas, a interpretação religiosa tradicional responderia: a verdade é Deus, quem a conhecerá são os (não)crentes a quem a Sua palavra é dirigida, e a libertação será a do pecado.

Entretanto, essa transparência no discurso do candidato eleito é enganosa, na medida em que sua representação como “o mito” se confunde com a representação de um ser considerado sagrado, Cristo, o Messias, o filho de Deus. Bolsonaro é o “eleito”, salvo por um “verdadeiro milagre”, o povo acredita nele (assim como acreditou em Cristo), enfim, ele é a “verdade”. Portanto, o enunciado cuja formulação bíblica se tornou um *slogan* importante em seu discurso é reconfigurado no texto em questão; é o retorno do mesmo, que, como sabemos, só pelo fato de retornar em um outro lugar e em um outro tempo, já se torna outro. Quando o sujeito enunciadador, após citar a passagem da *Bíblia*, diz “Nós temos que nos acostumar a conviver com a verdade”, entende-se que “eu mais os outros” devemos subordinar-nos à Verdade, a Deus. No entanto, quando, posteriormente, enuncia “O povo mais que o dever tem o direito de saber o que acontece com o seu país. Graças a Deus, essa verdade o povo entendeu perfeitamente. Alguém sem um grande partido, sem fundo partidário, com uma grande parte da mídia, o tempo todo, criticando, colocando-me numa situação vexatória [...]”, a verdade não é mais Deus. Ele, o candidato, é a verdade, ou, pelo menos, é ele quem a mostra, em oposição “ao

socialismo, ao comunismo, ao populismo e ao extremismo de esquerda”. Essa contradição falsa e extemporânea, provinda de uma memória que estrategicamente ressurgiu nesse discurso de uma direita radical, faz parte da farsa política que se instalou no país desde 2016 com o *impeachment* de Dilma Rousseff, aqui considerado como efeito de origem na acepção de Indursky (2011), que encontra seu ápice na eleição para a Presidência da República em 2018.

Funcionamento similar ocorre na historietta que o candidato narra em seu discurso, quando esteve em “Maracapuru, coração da Amazona, conversando com pessoas simples mas que tinham sede de conhecer a verdade”. A verdade foi até elas! Simula-se o Messias, aquele que veio para resgatar (no caso, o país), com um discurso que se constitui numa encenação cujos “pontos de fuga”¹¹ constituem o deslocamento do cerne do discurso político, uma vez que o teológico lhe toma (aparentemente) o lugar.

Palavras finais

Visamos, pela análise apresentada, à organização dos mecanismos simbólicos relativos aos elementos constituintes do espaço em que foi produzido o discurso proferido por Jair Bolsonaro e aos elementos linguístico-discursivos, constituintes das formulações aí presentes, com vistas à compreensão da configuração de um discurso político cujo efeito é de simulação. O trabalho dos sentidos como falsificação da palavra e dos fatos no espaço *on-line* pretendeu manter o “povo encantado” e teve no discurso religioso seu suporte fundamental de legitimação, assim como no afeto que se espalha sobre os traços da memória. A dimensão ambivalente do termo “verdade”, implicada na religiosidade que o envolve no discurso político do recém-eleito Presidente da República, e sua reiteração e circulação participam da representação do “mito” salvador da pátria, assim como os demais mecanismos discursivos analisados. Na realidade, os processos de significação na discursividade analisada se reduzem a sentidos engendrados para enganar, confundir e garantir a manutenção do conservadorismo ainda presente na sociedade brasileira, tendo em vista a implementação dos princípios neoliberais. Por isso, o amálgama do teológico ao político.

¹¹ Expressão utilizada em arquitetura para definir perspectivas.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. 3ª edição. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

_____. A corrente subterrânea do materialismo do encontro. Rio de Janeiro: *REVAN* – Revista crítica marxista, 2005.

Programa Fantástico da Rede Globo. Presidente eleito Jair Bolsonaro faz seu primeiro pronunciamento após resultado. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7120988/> 28 de outubro de 2018. Acesso: em 20 de novembro de 2018.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político*. Derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

ERNST-PEREIRA, Aracy. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição do *corpus* discursivo. In: *Anais do seminário de estudos em análise de discurso*, 4. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br> Anais ... 4 SEAD SIMPÓSIOS Aracy Ernst Pereira. pdf. Acesso em: 28 maio 2019.

HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Campinas: Editora Papirus, 1998.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: _____; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

PÊCHEUX, Michel. O estranho espelho da Análise de Discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político*. O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCAR, 2009, p. 21-26.

_____. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____. *O discurso*. Estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1990.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya, 2015.

TREVISAN, Daniel. Bolsonaro, o gesto da arma na Marcha para Jesus e a risada cafajuste dos pastores, 22 de junho de 2019. diariodocentrodomundo.com.br/ Acesso em: 23 de junho de 2019.

“YOU SHALL KNOW THE TRUTH AND THE TRUTH SHALL MAKE YOU FREE” (JOHN 8:32): SIMULATION EFFETS IN POLITICAL DISCOURSE *ON-LINE*

ABSTRACT

As we turn our attention to the political discourse online, we seek to understand the representation produced imaginatively in this space that aims to build an effect of true telling on the historical conditions instituted in Brazil today. However, it consists the production of a “simulation effect”, resulting from the misrepresentation of the word and the event, through the encounter of the political with the theological discourse.

KEYWORDS: political-religious discourse; simulation; social network.

O JORNALISMO NA ERA DIGITAL E AS FAKE NEWS

Gustavo Haiden de Lacerda^a

Luciana Cristina Ferreira Dias Di Raimo^b

RESUMO

Neste artigo, apresentamos uma reflexão a respeito do jornalismo e da prática de *fake news*, relacionando-os pelo aparato digital, a fim de problematizar os efeitos de verdade produzidos no discurso. Com base nos procedimentos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de tradição francesa, foi possível entender melhor a relação do sujeito com a produção de notícias falsas pela discursividade digital.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa; jornalismo digital; notícias falsas.

Recebido em: 22/03/19

Aprovado em: 03/10/19

Delinear inicial

O jornalismo posto em prática atualmente já não é mais o mesmo daquele praticado há alguns anos. As condições de produção são outras, os meios de circulação são outros, as vozes, os acontecimentos, os sujeitos, os sentidos, todos são outros, em função de um mundo afetado pela discursividade digital. Essas mudanças tiveram consequências sobre a prática

^a Graduando em Letras (UEM) e bolsista de iniciação científica (CNPq).

^b Doutora em Linguística Aplicada (Unicamp) e docente do Departamento de Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

jornalística, e é isso que pretendemos discutir neste artigo. De modo particular, interessa-nos refletir sobre como o percurso do jornalismo o leva a constituir-se enquanto transmissor de “fatos verdadeiros” e como essa posição vem sendo desafiada pela prática de *fake news* no meio digital.

Para isso, subdividimos este texto em três partes. A primeira encarrega-se de traçar um contorno para a produção jornalística brasileira, até constituir-se como instituição de divulgação da “verdade”, função esta que deverá ser problematizada. Feito isso, apresentamos alguns pontos de reflexão sobre o jornalismo que se pratica atualmente, qual seja, um jornalismo digital, na tentativa de pensar como a materialidade digital significa a prática jornalística, mais especificamente as implicações da relação dos sujeitos com a produção e a divulgação de textos on-line, elaborando algo como um “jornalismo alternativo”. Por fim, em vista desse cenário, propomos a análise de uma notícia falsa que circulou nas redes sociais em 2018, a respeito de uma pesquisa eleitoral do mesmo ano que apontava, supostamente, que as votações já seriam decididas em primeiro turno. Por meio desse percurso analítico, constatamos que tanto o discurso jornalístico quanto as *fake news* comungam de um desejo de verdade e são ambos afetados pelas ilusões discursivas, em que as *fake news* se serviriam do próprio imaginário de credibilidade do jornalismo para forjar uma posição jornalística para divulgar “sentidos falsos”, que se debatem na textualidade da notícia falsa, produzindo dispersão e desinformação.

Não podemos perder de vista a filiação teórica que ancora nossas reflexões: a Análise de Discurso de matriz pècheuxtiana (AD). Filiar-se à AD implica colocar-se numa posição que tome a língua na sua “autonomia relativa” (PÊCHEUX, 1995, p. 91), o que, em outras palavras, significa considerá-la como um sistema aberto à falha, suscetível ao equívoco, quando de sua inscrição na história. Na relação língua-história é que se produz o discurso, e é sobre essa relação que nos interessa pensar.

A prática jornalística: um discurso sobre a imprensa

A imprensa é fundada no Brasil no início do século XIX, com a vinda da família real para o país, em 1808, uma vez que ela se interessava em saber o que estava acontecendo em Portugal. Antes disso, leis de censura já haviam

fechado tipografias que tentaram espaço em algumas regiões do país, além de impedirem e limitarem a circulação de diversos livros pelo território brasileiro. Conforme Mariani (1996), já aí começa a formar-se um quadro de funcionamento da instituição jornalística, marcada tanto por uma relação submissa ao poder vigente, no intuito de divulgar os ideais de uma elite e combater os movimentos contrários, quanto por constituir-se em torno de uma política de silêncio, isto é, de censuras. Fica postulado, assim, segundo Mariani (1996), que a imprensa é a instituição que organiza e faz circular os sentidos que são possíveis, ou melhor, os sentidos que são permitidos.

Por outro lado, Mariani (1996) chama-nos a atenção para o fato de que a memória discursiva atua sobre a imprensa, apagando o lugar de interpretação que a fundamenta e produzindo um efeito ideológico de evidência, que faz esquecer que ela opera na manutenção de um *status quo*, tornando os fatos desejáveis visíveis e silenciando aqueles indesejáveis, ou seja, (re)produzindo o *mesmo* sentido, regulado pelas relações de poder dominantes. Sendo assim, a imprensa passa a ser, em maior ou menor grau, dependendo do jornal, uma extensão do poder vigente. Há um já-dito sobre o jornalismo que o assujeita às exigências de outras instituições, como o Estado, a Igreja, o Mercado etc. O resultado é “a ilusão do jornalismo-verdade, [...] a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos” (MARIANI, 1996, p. 88).

Por isso, na visão discursiva, não buscamos “verdade” nos fatos, mas indagamo-nos sobre como diferentes versões produzem sentido, sem deixar de considerar que, no discurso, são produzidos *efeitos* de verdade. Esses “efeitos de verdade” na imprensa são elaborados em torno do discurso de objetividade construído pela instituição, que se coloca como canal “neutro” entre o mundo e o sujeito-leitor. A mídia trabalha no silenciamento de sua função mediadora (e, portanto, reguladora), esquecendo-se de que o sentido *não faz sentido* longe do sujeito.

Desse modo, compreendendo as evidências do sujeito e do sentido como trabalho da ideologia e como processo de interpelação (nunca completo ou total) que pode abrir-se para falhas, Pêcheux (1995) apresenta e explica os esquecimentos discursivos: o primeiro de caráter inconsciente, da ordem da ideologia, que cria para o sujeito a ilusão de ele ser a origem dos sentidos que

produz, e o segundo esquecimento, pré-consciente, da ordem da enunciação, responsável pelo efeito de literalidade, pelo qual o sentido seria uno e inequívoco, sobre o qual o sujeito teria pleno controle, uma vez que se veria livre para escolher suas palavras ao bel-prazer de suas intenções. Porém, para a AD, a intenção nunca está distante das injunções e demandas sociais; pelo contrário, o sentido existe na história e não “colado” às palavras.

Afetada por esses dois esquecimentos, a imprensa toma para si a função de narrar os fatos na ilusão de objetividade, imparcialidade e comprometimento com a verdade, criando a impressão, pelo discurso, de que o que ocorreu só pode significar daquele modo, do modo como a imprensa o textualizou. O efeito de verdade é produzido por meio de estratégias que levam o leitor a assumir como legítimo esse imaginário construído pelo jornal e a se reconhecer nele. Dito de outro modo,

a prática discursiva jornalística está determinada tanto pela ilusão referencial da linguagem quanto por seu próprio processo histórico de constituição, o que supõe/impõe que os jornais podem e devem ser objetivos e imparciais. Ou seja, o que é específico do discurso jornalístico, tal como o estamos concebendo, é ser cego aos efeitos inscritos no seu processo de produção/reprodução/transformação de realidades (MARIANI, 1996, p. 237).

Com isso, chegamos ao ponto em que verdade e informação se confundem na prática jornalística. O poder do jornal está edificado em torno do valor criado para a informação. Sob o lema do “você precisa se informar”, torna-se “evidente” (e injuntivo) para o sujeito que ele deve buscar informação e fará isso lendo ou assistindo a um jornal. No entendimento de Nunes (2012), o termo “informação” circula pela sociedade como evidência, silenciando sua transitividade, isto é, “informar *o quê?*”, reforçando a ideia de que a língua seria um mero instrumento de comunicação para transmitir informações. Consequentemente, a informação é tornada produto de consumo, ou seja, “quanto mais se puder ‘adquirir’ informação, tanto melhor! O excesso (da informação) determinando sua falta (do conhecimento)” (NUNES, 2012, p. 34).

Do modo como estamos pensando a informação, pelas lentes da AD, é essencial que a evidência da informação seja desfeita. Nas palavras de Nunes (2012), o discurso que sustenta a prática informativa repete (para si e para os outros) que “sendo a falta (de informações) constitutiva do sujeito seria necessária a produção de informação em larga escala, de diferentes maneiras para ‘suturar’ a falta que constitui o sujeito” (NUNES, 2012, p.33). No entanto, será que a relação de noticiar e poder (dizer) se modifica em função do digital?

Do papel para a tela: o jornalismo (no) digital

A partir dos anos 80 do século XX, com a popularização das vendas de computadores pessoais e com o advento da *web*, os sujeitos “comuns” começam a ter acesso à Rede e a produzir conteúdo nela. A máquina, antes restrita ao uso militar ou à realização de cálculos matemáticos, sem interface nem teclas, ganha novas funções e passa a atuar em peso na sociedade contemporânea, re-significando muitos de nossos hábitos e práticas cotidianas. Não só os “sujeitos do cotidiano”, mas as próprias instituições foram e são afetadas pelo digital, como podemos observar na imprensa.

Para Dias (2018, p. 27), “é preciso compreender a exterioridade constitutiva do discurso digital, as relações e meios de produção capitalista, os processos da constituição dos sentidos e suas condições de produção, mas também a formulação e a circulação desse discurso”. Assim, uma pergunta mobilizadora que nos afronta é: como a instituição jornalística, tomando o digital como uma “condição político-ideológica do discurso”, como nos ensina Dias (2018), pela circulação, formula o texto jornalístico?

Um primeiro ponto a ser ressaltado diz respeito à evidência de que os jornais tiveram que se adequar à inovação da internet. Desse modo, podemos problematizar que os “jornais de referência” e de renome possuem ou uma versão digital ou, ao menos, uma página para divulgação de notícias em alguma rede social ou estabelecem, na publicidade, uma relação entre a notícia e o uso de *smartphones* como meio de acesso à informação.

A instituição jornalística foi convocada a fazer parte do meio digital, e isso trouxe consequências para sua prática. Uma primeira implicação é de caráter espaço-temporal. A demanda por informações em ritmo constante e

veloz e em quantidades gigantescas é uma característica marcante do jornalismo digital e uma consequência do “estar o tempo todo conectado”, que ecoa como lema do ciberespaço.

Como afirma Dias (2004), o ciberespaço é um “transbordamento” do espaço físico, tal como o conhecemos, regido pela necessidade de *atualização*, em que o tempo se fragmenta em mil pedaços (*bits*). Para a autora (2004, p. 53), o computador invade “as esferas que sustentam o pensamento humano”, e, nesse sentido, “é preciso redefinir a percepção de realidade que nos cerca e entender como o sujeito atua nessa realidade”. Também para Levy (1999, p. 27), o tempo é uma questão central quando pensamos o funcionamento do ciberespaço, em que a velocidade de transformação é a única constante.

Quando observamos o funcionamento do jornal, nos seguimentos impresso e on-line (digital), notamos uma distensão temporal entre o tempo daquele e o tempo deste. O jornal impresso, de um grupo jornalístico de publicação diária, tem uma edição por dia, lançada ao público logo nas primeiras horas da manhã, discorrendo sobre aquilo que ocorreu no dia anterior. No jornal em sua versão digital, notícias são atualizadas a todo momento, de forma que o leitor não precisa esperar até o dia seguinte para saber de algo que aconteceu naquele mesmo dia, poucas horas ou mesmo minutos atrás. O que temos, então, são diferentes momentos de enunciação, em que a enunciação no digital se mostra mais veloz, e a necessidade por informações sempre mais veloz.

Isso retoma o que dissemos sobre a noção de informação, agora intensificada pela temporalidade do ciberespaço, reforçando ainda mais a relação excesso-falta e “a concepção de que o sujeito estaria ultrapassado, a não ser que se informasse continuamente das novidades que nem sempre são novidades, mas que são simuladas como se fossem” (NUNES, 2013, p. 43). Outro detalhe interessante, consequência desse descompasso entre tempos de enunciação do jornal impresso e do jornal digital, é que nem tudo o que se publica neste último comparecerá naquele no dia seguinte, o que também ratifica o imaginário de que há mais informação disponível no digital, tornado a melhor opção para se “informar” sempre e sobre “tudo”.

Outra implicação que o digital acarreta sobre a atividade jornalística tem a ver com o próprio suporte e com a materialidade que o especifica. O *layout*, por exemplo, da versão on-line é geralmente muito semelhante ao da impressa,

mantendo a mesma notícia principal em destaque, os mesmos títulos e *leads* para os textos, as mesmas imagens etc. Contudo, a técnica digital oferece condições para que seja possível que se adicione mais de uma foto a uma reportagem, criando um pequeno álbum, por exemplo. Além disso, por meio de *links*, é possível ter acesso a outros textos publicados, por meio de expressões-chave, o que constitui um grande hipertexto de notícias, em que itens “subterrâneos” conectariam *ad infinitum* um texto ao outro. Esses e outros funcionamentos do jornal digital (como publicidades que permitem a realização de compras com um simples “clique”) apontam para a produção de um *efeito de completude* para o sujeito que incide sobre o efeito de completude da informação articulada tanto no discurso jornalístico quanto no discurso sobre as novas tecnologias.

De um ponto de vista discursivo, as tecnologias digitais sustentam-se na pretensa objetividade da máquina e no seu caráter “infalível”, em que o equívoco não seria possível (o *sem-sentido*), o que apaga a historicidade do sentido. Segundo Dias (2018), as ferramentas digitais atuam na possibilidade de pensar o “sem limites, sem fronteira, sem castração simbólica” (DIAS, 2018, p. 58), ou seja, na *des-simbolização* do sujeito. Livre para bem fazer/dizer o que quiser, o sujeito vê-se diante da oportunidade de formular e fazer circular os sentidos que deseja. Ele, agora, pelo aparato digital, pode produzir notícias, como em um “jornalismo alternativo” (um jornalismo *outro*).

O termo “alternativo” gera controvérsia por suscitar um sentido negativo, desviado. Contudo, quando falamos de um “jornalismo alternativo”, encaramo-lo também como aquele que surge de outro ponto de vista, como outra versão possível. Diante de um mesmo fato, diferentes versões buscam distintos pontos de estabilização e produzem outros sentidos. Na Rede, o sujeito encontra espaço para ser autor e fazer circular seus sentidos. De leitor/ouvinte da palavra do jornal, pelo digital, o sujeito ordinário tem o poder de dizer.

Por outro lado, encontramos um problema quando o “jornalismo alternativo” não apenas formula um texto diferente daquele da mídia de referência, mas, sentindo-se livre das amarras da realidade no espaço virtual, cria e divulga um “fato alternativo”, ou, ainda, uma notícia falsa. O que compreendemos disso é que a linguagem não está ali somente produzindo um sentido para um fato, mas construindo o “fato”, ou melhor, a sua narrativa. Diante de e articulada a toda essa conjuntura que explicamos, estão as *fake news*.

O caso das *fake news*: uma análise discursiva

Tratar sobre *fake news*, de um ponto de vista discursivo, demanda uma compreensão sobre a relação da linguagem com o mundo, ou melhor, da realidade com as formas de representá-la. Não é nosso interesse aprofundarmo-nos aqui em uma discussão filosófica sobre o que é a *verdade*. Entretanto, isso pode interessar na medida em que nos deparamos, nas *fake news*, com tentativas de argumentação e persuasão por meio de textos noticiosos que não condizem com a realidade. Isso produz uma ruptura com o imaginário jornalístico e sua “missão” de informar fatos verídicos. Contudo, as *fake news* não ignoram tal imaginário de verdade do jornal; pelo contrário, servem-se dele para tentar alcançar seu desejo de verdade, para se fazer crer. Tanto que, não raro, reproduzem a textualidade da imprensa, no intuito de *fingir* uma posição jornalística, recuperando as ilusões de literalidade e de neutralidade que já mencionamos.

Entretanto, não há discurso isento, neutro e pacífico, discurso que não seja determinado por uma formação ideológica. Dito de outra maneira, é necessário ao sujeito *ser sujeito* de seu discurso e *estar sujeito* a ele, pelo processo que Pêcheux (1995) chama de *interpelação*, colocando-se na ordem do discurso, e isso se efetua

[...] pela identificação (do sujeito) com a *formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)*: essa identificação, fundadora de unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no *fato de que elementos do interdiscurso [...] são re-inscritos no discurso do próprio sujeito* (PÊCHEUX, 1995, p. 163).

O intuito de nossa análise é, assim, relacionar o eixo do intradiscurso (atualidade) com o eixo do interdiscurso (memória), restituindo ao jornal sua espessura e contradição, para então restituir também às *fake news* sua opacidade. Essa espessura pode ser devolvida ao discurso jornalístico quando pensamos no processo de formulação (intradiscurso) de uma notícia e desmanchamos seus efeitos de objetividade. Tal procedimento pode ser

efetuado com base no que postula Hernandes (2004), ao diferenciar os três princípios do processo de produção de um texto jornalístico: (1) a *pinçagem*, ou seja, a escolha da matéria que comparecerá na notícia; neste primeiro momento, fica definido o que o jornal (o jornalista, a equipe editorial etc.) considera importante e/ou relevante noticiar; (2) a *(re)montagem* da realidade, que fica a encargo da construção do texto escrito ou oral, das imagens, dos sons etc. que serviriam para apresentar a versão daquele jornal sobre o fato noticiado (por isso, diante de um mesmo fato “pinçado”, dois jornais podem produzir montagens (versões) diferentes); e, por fim, (3) o *princípio da negação* (ou não contradição), que assegura tanto a linearidade quanto a coerência da notícia em uma lógica disjuntiva (“já que é x, não é y”).

Aprofundando um pouco essa definição de Hernandes (2004), diríamos que, na etapa de pinçagem, começa a estabelecer-se a relação de quem diz com o objeto sobre o qual fala, relação esta vinculada à posição que o locutor assume diante do fato. Já aí se relativiza uma prática jornalística neutra, não somente pelo modo de falar sobre algo, mas pela própria visibilidade concedida ao assunto. O efeito de objetividade continua a ser desfeito se pensarmos ainda no momento de montagem, que chamaremos de *formulação*.

Na *formulação* é que se torna possível notar as relações de poder (dizer), pois, como defende Orlandi (2005), a *formulação* é o “acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula manifestamente seu dizer” (ORLANDI, 2005, p. 10); é também nesse momento que se estabelece um ponto de tensão com a pinçagem, permitindo a indagação: havia um fato relevante que foi formulado ou um fato formulado que ficou, por isso, relevante? Atua, então, o princípio de negação (não contradição), que atravessa os outros dois e os equilibra, apagando as contradições, apaziguando as dúvidas, tanto pela lógica disjuntiva do “ou x ou y” supracitada quanto pelo efeito de ênfase, que reforça tanto o imaginário do jornalismo-verdade como a naturalidade de o fato ser dito da forma como foi (“x é x porque eu, que sou eu, digo x”). No jornal, há tentativas de abafar o caráter ideológico do sentido. Nas *fake news*, há tentativas de forjar uma posição jornalística.

Figura 1



Fonte: <https://www.boatos.org/politica/pesquisa-universidade-sul-california.html>. Acesso em 10/02/2019.

Na notícia falsa que recortamos para análise, encontramos um texto com um gráfico que teria sido produzido com base em uma pesquisa sobre as eleições do Brasil levada a cabo pela Universidade do Sul da Califórnia, em 2018. Segundo o texto, o resultado das eleições já estava decidido em prol do então candidato Jair Bolsonaro, alegando que não haveria segundo turno. O caráter (efeito) argumentativo visa apresentar a inevitabilidade da vitória de Bolsonaro como obviedade, silenciando as outras possibilidades de voto, como que dizendo para o (e)leitor não “desperdiçar” o voto em candidatos que “nem teriam chance”, o que produz efeitos no mundo (nas eleições). E isso se dá pelo efeito de evidência do número, em que as porcentagens de intenções de voto apontariam, estranhamente/suspeitosamente, para um crescimento significativo da preferência por Bolsonaro no curto período de tempo entre 15 e 21 de setembro. Contraditoriamente, entendemos que o aumento súbito de votos em prol do candidato do PSL, ao mesmo tempo que reforça sua posição de aparente “favorito”, acaba por enfraquecer a credibilidade mesma que se deseja instaurar.

Com efeito, diante do texto em análise, acreditamos que as *fake news* vão colocar em cena justamente uma tensão entre um imaginário de tecnologia que não falha (solução para todos os problemas) e as falhas/desvios do próprio processo de produção e circulação, sob um efeito da mesma eficácia tecnológica, de uma notícia falsa. Se, segundo Dias (2018, p. 158), “a viralização é o grau máximo dessa eficácia”, é justamente a replicação (o excesso) das *fake news* que pode estabelecer o conflito: a notícia, na circulação, no compartilhamento, pode vir a produzir sentidos outros, “na medida em que significa por outras relações” (DIAS, 2018, p. 164).

Interessante notar também que os candidatos apresentados não são nomeados, mas apenas representados pelas respectivas imagens, mal cortadas e desproporcionais, que jogam contra a literalidade do numérico, deixando escapar a subjetividade, sempre evasiva nas *fake news*, ao colocar, por exemplo, a imagem de Bolsonaro com o dobro do tamanho das imagens de Ciro Gomes e Fernando Haddad. A contradição da ideologia faz-se presente pela falha da/na linguagem, e a posição-sujeito se dá a ver pela “identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1995, p. 165), visto que o interdiscurso intervém no discurso do próprio sujeito.

Reafirmando o imaginário da imprensa como “portadora” da verdade, investindo em seu caráter utilitário e transparente, as *fake news* buscam diferentes formas de validação: por exemplo, a remissão à instituição acadêmica figurada, neste caso, pela *University of South California*³ e a um suposto órgão eleitoral do governo estadunidense (*American Electoral Justice*) que, na verdade, não existe (não sob esse nome, pelo menos). A institucionalização funciona aqui como procedimento de atribuição de “real”, de “efeito de verdade” à notícia falsa. Por outro lado, o efeito contrário é o de legitimação pelo discurso que vem de fora do país (como se fosse a “REALIDADE”) e a consequente rejeição daquilo que se produz no Brasil (Folha de S. Paulo, Rede Globo). Paradoxalmente, recusa-se o jornal ao passo que se deseja ocupar a mesma posição (jornalística).

³ A própria instituição declarou, em nota, que nunca realizou tal pesquisa, conforme lido em <https://oglobo.globo.com/fato-ou-fake/e-fake-que-universidade-do-sul-da-california-fez-pesquisa-aponta-ndo-que-nao-ha-previsao-de-2-turno-na-eleicao-presidencial-23119228>. Acesso em 10/02/2019.

Novamente, como comentado, como forma de produzir o efeito de verdade, a notícia falsa retoma um ponto de referencialidade seguro relativo à textualização da notícia jornalística (e o imaginário da instituição), apresentando o contexto da suposta pesquisa realizada pela Universidade do Sul da Califórnia, como a data (“entre os dias 18 e 20/09/2018”) e os sujeitos envolvidos na pesquisa (“cinco mil pessoas em TODAS as regiões do país”). Mesmo denegrindo a produção jornalística da mídia de referência, as *fake news* não escapam de uma inscrição em um dado modo de formular a notícia, remetendo ao imaginário do jornal e dos sentidos que ele engendra sobre essa prática.

Contudo, esse texto só “faz sentido” na medida em que circula pelo ambiente digital, de forma que, como visto na imagem da direita, na figura 1, é impescindível que os sujeitos-usuários (na tensão leitor-autor) se prestem a compartilhar essas “notícias”, acrescentando-lhes comentários e direcionando-as para outros usuários da rede social (neste caso, o *Facebook*), que reagem com *likes*, comentários e novos compartilhamentos. Acentuando o apelo à credibilidade da notícia em questão, a postagem insiste em dizer que os dados apresentados demonstram “a realidade”, sem a manipulação nem a “maquiagem” da Mídia.

Algumas considerações

Não tivemos pretensão alguma de esgotar as discussões nem sobre o discurso jornalístico nem sobre sua complicada relação com as *fake news*, e acreditamos que outros sentidos poderiam ser mobilizados e outras direções poderiam ser seguidas. Neste texto, o que buscamos fazer foi mostrar como a ligação do jornalismo com a “verdade” tem seu caráter ideológico muitas vezes apagado, tornando a relação evidente. Silencia-se a disputa pela “verdade”, que é produzida como efeito no discurso.

Acrescenta-se a isso as implicações da discursividade digital que afetam não só a relação do sujeito com o conhecimento, mas a própria prática jornalística. Como consequência do acesso “irrestrito” à informação e da descentralização da produção de informação, o sujeito comum passa a poder tomar a palavra jornalística e a formular notícias. Esse processo aponta para o problema talvez não do acesso em si, mas da discursividade mesma que legitima esse acesso.

A possibilidade (pré-consciente) de escolher a formulação leva o sujeito ao esquecimento número dois (impressão de realidade do pensamento), a tal ponto que se veria livre para apagar as condições históricas de produção do discurso ou outras possibilidades de dizer que foram deixadas de lado em favor dos sentidos que lhe beneficiem, colocando em circulação as *fake news*. Pela reprodução do *mesmo* sentido, os meios digitais de comunicação podem cumprir sua função de legitimação do sentido dominante, similar ao que discutimos a respeito da imprensa. Dessa forma, pela dimensão técnica do “excesso ao ponto da perda”, característico das práticas discursivas digitais, as *fake news* aparecem não como novidade (como se não existissem notícias falsas antes da internet), mas como sintoma de uma sociedade profundamente dividida.

Referências

- DIAS, C. P. *Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas: Pontes, 2018.
- _____. *A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo hiv*. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- HERNANDES, N. Análise da edição 1533. In: _____. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização*. Salvador: Edufba, 2004, p. 87-140.
- LEVY, P. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MARIANI, B. S. C. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- NUNES, S. R. *A geometrização do dizer no discurso do infográfico*. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2005.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Unicamp, 1995.

JOURNALISM IN THE DIGITAL ERA AND FAKE NEWS

ABSTRACT

In this article, we present a reflection on journalism and fake news practices, linking them to the digital apparatus, in order to discuss the effects of truth produced in discourse. Based on the theoretical and methodological procedures of the French Analysis of Discourse, it was possible to understand better the relation between the subject and the production of fake news through the digital technique discursivity.

KEYWORDS: press; digital journalism; fake news.

CARACTERIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA REFUTAÇÃO EM DEBATE ELEITORAL

Gustavo Ximenes Cunha^a

RESUMO: No trabalho, realizado com base em proposições teóricas e metodológicas da Escola de Genebra, procuramos focalizar a maneira como a refutação é utilizada por Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), em excerto do último debate eleitoral da campanha presidencial de 2014. Com a análise, verificamos que a estratégia adotada pelos adversários de trocarem refutações implica a realização de um processo de negociação altamente complexo e agressivo para as faces em jogo.

PALAVRAS-CHAVE: refutação; processo de negociação; debate eleitoral.

Recebido em: 31/05/19

Aprovado em: 18/09/19

Nos últimos anos, as pesquisas desenvolvidas no âmbito dos estudos da linguagem sobre o debate eleitoral têm focalizado especialmente dois aspectos do gênero que são complementares, mas distintos: i) ou se estudam questões mais amplamente interacionais, como as restrições materiais e simbólicas impostas pelo veículo de comunicação produtor do debate e o impacto que essas restrições e a assunção dos papéis sociais de candidatos/adversários ou de jornalistas/moderadores exercem sobre o comportamento verbal ou não verbal dos interlocutores (AQUINO, 2008; MARTEL, 2008;

^a Professor da Faculdade de Letras da UFMG e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG. ORCID: 0000-0001-9953-1204. E-mail: <ximenescunha@yahoo.com.br>.

SULLET-NYLANDER; ROITMAN, 2009; SILVA, 2013; KERBRAT-ORECCHIONI, 2017), ii) ou se estudam propriedades (micro)linguísticas de exemplares do gênero, como os recursos sintáticos e lexicais utilizados pelos adversários políticos para, ao elaborarem atos de fala, tais como perguntas e críticas, construírem, geralmente de forma agressiva/impolida, imagens identitárias (BLAS-ARROYO, 2003; SOUZA; FERRARI, 2003; KERBRAT-ORECCHIONI, 2010; FRACCHIOLLA, 2011; FRACCHIOLLA; ROMAIN, 2015; BATISTA; ANDRADE, 2017; MARQUEZ, 2017; CUNHA, 2015, 2017).

Neste trabalho, procuramos focalizar um aspecto que talvez tenha recebido menos atenção por parte dos estudiosos do gênero debate eleitoral, a saber, a maneira como se desenvolve o processo de negociação entre os adversários políticos, o que implica a descrição de como atos de fala determinados se inserem e se articulam aos demais na dinâmica da estruturação do sistema de turnos (HARRIS, 2001; KERBRAT-ORECCHIONI, 2010; CUNHA; MARINHO, 2017; CUNHA; BRAGA, 2018). Neste trabalho, o ato de fala focalizado é a refutação, por ser esse um ato que, tendo como característica essencial permitir a seu produtor mostrar-se em desacordo com o responsável por asserção previamente produzida (MOESCHLER, 1980, 1982; BRANDÃO, 1998), possui um valor ilocucionário que se identifica com a finalidade central do gênero debate eleitoral¹.

Para realizar esse estudo, valemo-nos de contribuições teóricas e metodológicas da abordagem genebrina para o estudo da organização do discurso. Essa abordagem se desenvolveu em torno de Eddy Roulet, na Universidade de Genebra, razão pela qual também é conhecida como Escola de Genebra (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006). No final dos anos 1970, quando surgiu essa vertente dos estudos da linguagem, o intuito de seus proponentes era elaborar um modelo de análise capaz de descrever o modo como os atos de fala, tradicionalmente estudados de forma isolada e descontextualizada no âmbito

¹ Em linhas gerais, a finalidade desse gênero é não só permitir a candidatos a um cargo público apresentarem suas propostas de governo, mas também (ou sobretudo) permitir que cada candidato defenda que suas propostas e opiniões são econômica, ética e socialmente superiores às do(s) adversário(s), para, com isso, construir para si uma imagem pública oposta àquela construída pelo(s) adversário(s) (BLAS-ARROYO, 2003; SILVA, 2013; KERBRAT-ORECCHIONI, 2017; CUNHA; BRAGA, 2018).

da Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1995), se articulam na estrutura de discursos dialogais e monológicos autênticos (não fabricados pelo próprio pesquisador) (MOESCHLER, 1985, ROULET *et al.*, 1985). Com base em postulados de Bakhtin/Vološinov (1986[1928]) e Benveniste (1989) – segundo os quais o diálogo é a forma primeira e básica do discurso, da qual todas as demais são derivadas, mesmo as mais aparentemente monológicas, como um romance –, os pesquisadores da Escola de Genebra elaboraram um modelo da estrutura hierárquica do discurso que lhes permitiu alcançar uma descrição bastante rigorosa do modo como, em qualquer forma de interação, ocorre o processo de negociação entre os interlocutores (ROULET *et al.*, 1985; MOESCHLER, 1985).

A partir dos anos 1990, a finalidade dos pesquisadores passa a ser, aprimorando o modelo inicialmente desenvolvido, descrever a organização do discurso em toda a sua complexidade. Entendendo o discurso como o resultado da combinação de informações de três dimensões (linguística, textual e situacional), essa abordagem incorpora contribuições de estudiosos que se centraram em aspectos isolados dessa organização, como os tipos e sequências discursivas, a construção da cadeia referencial/tópica e os aspectos suprasegmentais (fonoprosódicos) do discurso (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Nessa perspectiva, tanto a produção quanto a interpretação do discurso são entendidas como fenômenos complexos que envolvem a combinação de informações linguísticas (sobre as estruturas sintáticas e os itens lexicais), textuais (sobre a estrutura hierárquica do texto e o processo de negociação de que essa estrutura é o reflexo) e situacionais (sobre os parâmetros dos contextos de produção e recepção). Para dar conta da complexidade da organização do discurso, evidenciando o modo como as várias informações linguísticas, textuais e situacionais se combinam, a abordagem genebrina adota uma metodologia modular de análise (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001)².

Na etapa inicial dessa abordagem, quando se buscava um modelo para o estudo da articulação dos atos de fala no discurso, são de especial importância as contribuições de Moeschler (1980, 1982, 1985) acerca da relação entre

² Um histórico da abordagem genebrina para o estudo da organização do discurso encontra-se em Roulet (1999).

estrutura do texto e argumentação. Nesses trabalhos, a preocupação do autor recai sobre a descrição das propriedades estruturais, linguísticas e enunciativas de atos de fala específicos, como a refutação, a asserção, a resposta, bem como de sua inserção na estrutura de interações polêmicas, em que se verifica um desacordo entre os interlocutores. Por isso, para este trabalho, que se ocupa da refutação em um gênero de interação, o debate eleitoral, marcado pela polêmica, será essencial a caracterização da refutação proposta por Moeschler (1980, 1982).

Para revelar o funcionamento da refutação no debate eleitoral, estudaremos um excerto do último debate da campanha presidencial de 2014, do qual participaram os então candidatos à Presidência da República, Dilma Rousseff (candidata à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores – PT) e Aécio Neves (candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB)³. A escolha desse *corpus* de análise se justifica pelo fato de que, até o presente momento no Brasil, esse foi o último debate eleitoral de que participou um presidente eleito, já que, na campanha presidencial de 2018, o candidato eleito se recusou a participar dos debates eleitorais. Além disso, como esse foi o último debate eleitoral de que participou a então Presidenta Dilma Rousseff, que, após ser reeleita em 2014, foi vítima de um processo de impedimento (*impeachment*), concluído em 2016, esse debate possui uma evidente importância histórica.

Para realizar o estudo da refutação nesse debate, apresentaremos, inicialmente, os instrumentos de análise com os quais a abordagem genebrina para o estudo da organização do discurso descreve o processo de negociação entre os interactantes e a estrutura hierárquica resultante desse processo. Em seguida, caracterizaremos o ato de refutação, apoiando-nos, como exposto, em propo-

³ A filmagem do debate, promovido pela Rede Globo, pode ser acessada em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/transcricao-debate-presidencial-2-turno.html>>. O excerto analisado encontra-se no anexo deste trabalho. A transcrição que realizamos tomou como ponto de partida a que está disponível no site onde coletamos a filmagem. Porém, na busca por uma transcrição que correspondesse ao processo de negociação efetivamente desenvolvido pelos adversários, a transcrição do excerto disponível no site foi refeita a partir da audição da passagem correspondente e com a utilização das convenções de transcrição adotadas em grande parte dos trabalhos da Escola de Genebra (cf. Anexo). A numeração presente no excerto se refere à sua segmentação em atos. O ato é a unidade mínima de análise da abordagem genebrina (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

sições de Moeschler (1980, 1982). Por fim, com base nesses instrumentos de análise, realizaremos o estudo do excerto do debate eleitoral selecionado.

O processo de negociação e a estrutura do texto

Na abordagem genebrina, a estrutura do texto reflete o processo de negociação ao longo do qual os interactantes fazem proposições, reagem positiva ou negativamente a essas proposições, expressando seu acordo ou seu desacordo, elaboram contraproposições, ratificam reações, sinalizando o fim da interação, estabelecem diferentes relações entre as informações do texto, para torná-lo mais adequado à interação, etc. Dois princípios gerais balizam esse processo ou o comportamento dos interactantes: o de completude dialógica e o de completude monológica (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; FILLIETTAZ, 2005; MARINHO; CUNHA, 2018; CUNHA, 2019).

- *Princípio de completude dialógica*: corresponde ao alcance do duplo acordo pelos interactantes, ou seja, à sua concordância sobre a possibilidade de encerramento da interação. Esse acordo é rapidamente alcançado nas interações em que, após a proposição inicial do locutor (por exemplo, um convite), o interlocutor reage favoravelmente (aceitando o convite). No entanto, quando a reação do interlocutor é desfavorável (a recusa do convite), a negociação não pode ser encerrada. Nesse caso, o locutor costuma elaborar uma contraproposição, por exemplo reiterando/reformulando o convite.
- *Princípio de completude monológica*: corresponde à necessidade de que cada etapa do processo de negociação – proposição, reação, contraproposição ou ratificação – seja elaborada de forma adequada tanto do ponto de vista comunicativo (elaboração de intervenção suficientemente clara) quanto do ponto de vista ritual (atendimento das exigências de face e território dos interactantes⁴).

⁴ Para Goffman (1967[1955], 1973), a face corresponde à imagem de si que os interactantes reivindicam ao longo de dada interação, enquanto o território corresponde aos direitos que cada interactante reivindica e à defesa desses mesmos direitos.

A representação do processo de negociação faz-se com o auxílio de estruturas hierárquicas, que são compostas por três constituintes textuais:

- *trocas*: unidades dialogais máximas, as trocas são formadas pelas intervenções que materializam as proposições, reações, contraproposições e ratificações de uma negociação;
- *intervenções*: unidades monologais constitutivas da troca, as intervenções podem apresentar configurações simples – apenas um ato – ou podem apresentar configurações complexas e serem formadas por vários atos, intervenções e mesmo trocas subordinadas;
- *atos*: unidades textuais mínimas, os atos correspondem à menor unidade delimitada por uma e outra passagem da memória discursiva (conhecimentos partilhados entre os interactantes).

Do ponto de vista estrutural, essas unidades se ligam por relações de *dependência* (a presença de um constituinte depende da presença de outro, o que faz com que um seja principal e o outro subordinado), *independência* (a presença de um constituinte não está ligada à presença de outro, sendo, por isso, coordenados) ou *interdependência* (um dos constituintes não existe sem o outro, como ocorre em troca formada por pergunta e resposta ou convite e aceite) (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; MARI-NHO; CUNHA, 2018). Já do ponto de vista funcional, cada unidade da estrutura hierárquica de uma interação se liga a informações previamente estocadas na memória discursiva por dois tipos de relações discursivas: as ilocucionárias e as interativas. Cada um desses tipos abarca categorias genéricas de relações.

As relações ilocucionárias definem as funções das intervenções constitutivas da troca e, portanto, estão ligadas ao princípio de completude dialógica. Essas relações podem ser iniciativas ou reativas. As iniciativas (pergunta, pedido e asserção) definem a relação que a primeira intervenção de uma troca estabelece com a intervenção seguinte. Já as reativas (resposta e ratificação) definem a relação que a última intervenção de uma troca estabelece com a intervenção anterior. Quanto às intervenções intermediárias de uma troca, elas vão se caracterizar por duas funções ao mesmo tempo,

uma reativa, que a liga à intervenção anterior, e uma iniciativa, que a liga à intervenção seguinte (ROULET, 2006)⁵.

Já as categorias de relações interativas definem as relações entre os constituintes da intervenção e, assim, estão ligadas ao princípio de completude monológica. As categorias de relações propostas nesse quadro teórico são: argumento, contra-argumento, reformulação, topicalização, sucessão, preparação, comentário, clarificação (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; ROULET, 2006). O locutor, ao estabelecer uma relação interativa, evidencia sua tentativa de produzir uma intervenção adequada, que permita ao interlocutor desenvolver o processo de negociação. Já o interlocutor, se avalia a intervenção previamente produzida como inadequada, pode iniciar uma negociação secundária, que se materializa em uma troca subordinada ligada a essa intervenção por uma relação de clarificação (MARINHO; CUNHA, 2018).

Tanto as relações ilocucionárias quanto as interativas são categorias genéricas de relações de discurso. Por isso, cada relação abarca um conjunto de relações específicas. Por exemplo, a relação interativa de *argumento* é uma categoria genérica que abarca as relações específicas de *causa*, *argumento potencial*, *exemplificação*, *argumento suplementar* etc. (ROULET, 2006). Já a relação ilocucionária de *resposta* abarca as relações específicas de *aceitação*, *confirmação*, se o respondente deseja sinalizar o acordo com o interlocutor, e de *recusa*, *réplica*, *refutação*, se o respondente deseja sinalizar o desacordo com o interlocutor (MOESCHLER, 1980, 1982).

Quanto às marcas das relações de discurso, as ilocucionárias podem ser sinalizadas por diferentes categorias de marcadores. Aproximando o modo de expressão do valor ilocucionário e a abordagem das implicaturas de Grice (1975), Roulet (1980; ROULET *et al.*, 1985) propõe três categorias de mar-

⁵ Nessa abordagem, diferentemente da Teoria dos Atos de Fala, o valor ilocucionário corresponde à função que liga uma intervenção às demais intervenções da troca e não uma propriedade inerente a um ato. Isso porque, como observa Moeschler (1994), a função ilocucionária de qualquer ato é apreendida apenas em contexto e nunca de forma descontextualizada. Assim, o mesmo ato pode exercer diferentes funções ilocucionárias, dependendo da troca de que participa. Por exemplo, ao mesmo ato “Você chegou tarde hoje” podem ser atribuídas, pelo menos, duas funções ilocucionárias: *demanda de informação*, se a reação do interlocutor é “Cheguei às onze da noite” (interação pai-filho), ou *pedido/ordem*, se a reação do interlocutor é “Já já te entrego o relatório” (interação patrão-empregado).

cadores: a dos denominativos (verbos performativos que nomeiam a função ilocucionária (1)), a dos indicativos (expressões adverbiais que indicam a função ilocucionária por implicação convencional (2)) e a dos potenciais (verbos, sobretudo os modais *poder, dever, querer*, que sugerem a função ilocucionária por implicação conversacional generalizada (3)⁶ (ROULET, 1980, p. 84).

(1) Eu te peço que feche a porta.

(2) Feche a porta, por favor.

(3) Você pode fechar a porta?

Por sua vez, as relações interativas podem ser marcadas por conectores (*mas, portanto, ou seja, aliás, onde, enquanto* etc.), bem como por estruturas sintáticas, como o deslocamento de constituintes à esquerda, sinalizando a relação de topicalização (ROULET *et al.*, 1985; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; MARINHO; CUNHA, 2018).

No item de análise, procederemos ao estudo da forma como os então candidatos à presidência da República, Dilma Rousseff e Aécio Neves, desenvolveram o processo de negociação em excerto do último debate ocorrido na campanha de 2014. Ainda que nossa análise vá contemplar todo o processo de negociação correspondente ao excerto, nosso olhar estará voltado, como já exposto, sobretudo para as refutações elaboradas pelos candidatos. Por isso, antes da realização da análise, apresentaremos, no próximo item, uma caracterização da refutação.

Algumas propriedades linguísticas, textuais e interacionais da refutação

Em seu amplo estudo sobre a negação e sobre o ato de refutação, Moeschler (1980, 1982) o descreve por meio de suas condições de emprego, de seus

⁶ Conforme Roulet (1980), não há uma classe de marcadores que corresponda à implicação conversacional particular, porque, nesse caso, a realização da inferência, ou seja, a percepção da função ilocucionária é fortemente dependente de um contexto específico e não das marcas linguísticas. É o que ocorre, por exemplo, com o ato “Está ventando muito aqui” com valor de pedido para fechar uma janela (ROULET, 1980, p. 84).

marcadores linguísticos, de uma tipologia de refutações e de suas funções no trabalho de face (*face work*). Neste item, retomamos, em grandes linhas, esse estudo, apresentando essas propriedades da refutação e ressaltando os aspectos que serão importantes para a compreensão do modo como as refutações são utilizadas pelos candidatos no excerto do debate que analisaremos⁷.

A refutação caracteriza os atos com os quais o locutor defende a falsidade de asserção previamente produzida pelo interlocutor. Nesse sentido, a refutação pertence à categoria das relações ilocucionárias reativas, porque liga uma intervenção (a que refuta) à intervenção imediatamente anterior (a que é objeto da refutação). Mais especificamente, a refutação constitui uma categoria específica da relação genérica de resposta, porque permite ao seu produtor evidenciar que, com sua resposta, expressa seu desacordo em relação à asserção prévia do interlocutor. Tendo em vista a natureza fortemente dialógica da refutação, Moeschler (1982, p. 70-74) propõe que a produção de uma refutação (ou a atribuição da função de refutação a ato ou intervenção de uma troca) está ligada a quatro condições de emprego, a saber:

- de conteúdo proposicional: o conteúdo do ato ou intervenção deve estar em relação de contradição com a proposição de asserção prévia⁸;
- de argumentatividade: o responsável pela refutação deve justificá-la, trazendo argumentos a seu favor;
- de sinceridade reflexiva: o responsável pela asserção prévia (objeto da refutação) deve acreditar que o responsável pela refutação acredita na falsidade dessa asserção;
- interacional: o interlocutor, aquele cuja asserção se refuta, deve avaliar a adequação da refutação. Se o interlocutor a aprova, o ato é realizado; se a reprová, o ato fracassa.

⁷ Com objetivos distintos dos nossos, Brandão (1998, p. 69-95) realiza uma apresentação da proposta de Moeschler (1982) acerca da refutação, relacionando-a a diferentes abordagens dos estudos da argumentação, como a Nova Retórica, de Perelman e Teyteca (2005[1970]), e a Teoria da Argumentação na Língua, de Anscombe e Ducrot (1988).

⁸ Moeschler (1982) observa que essa condição tem como implicação evidenciar que entre os interlocutores há um desacordo.

Quanto à marcação linguística da refutação, Moeschler (1982, p. 82-87) propõe quatro categorias de marcadores⁹:

- *marcadores denominativos*: verbo performativo *refutar*, bem como os verbos do mesmo paradigma, como *contestar*, *negar*, *discordar*, *desmentir*;
- *marcadores indicativos*: expressões metalinguísticas, como “não é verdade”, “é falso”, “é mentira”;
- *marcadores potenciais*: itens lexicais como *erro*, *engano*, *equivoco*, bem como diferentes formas de negação (*não*, *nem*, *nunca*, *jamais*, *de modo algum* etc.);
- *conectores* que indicam ou confirmam a função refutativa do ato ou intervenção que introduzem: *aol/pelo contrário*, *mas*, *no entanto* etc.

Ainda que a relação de refutação apresente as características gerais definidas até o momento, um ato ou intervenção pode refutar a asserção prévia de diferentes maneiras, opondo-se a todo o conteúdo proposicional dessa asserção, corrigindo um elemento de sua estrutura semântica ou ainda contestando uma de suas condições de emprego. Assim, a consideração do escopo da refutação permite a Moeschler (1982) propor uma tipologia de refutações¹⁰. Para o autor, as refutações podem ser classificadas como *retificação*, *refutação proposicional* e *refutação pressuposicional*.

Com a *retificação*, o locutor refuta (corrige) um elemento da estrutura semântica da asserção prévia: um dos argumentos do predicado (1), o predicado (2) ou a relação de predicação entre o predicado e seus argumentos (3):

⁹ A proposição das três primeiras categorias segue de perto a proposta de Roulet (1980), apresentada no item anterior, de aproximar o modo de expressão do valor ilocucionário e a proposta das implicaturas de Grice (1975).

¹⁰ Embora a tipologia proposta pelo autor tenha como finalidade classificar apenas refutações negativas, ou seja, em que há marcas de negação, consideramos que essa tipologia pode auxiliar na compreensão das refutações como um todo, mesmo daquelas que não apresentam formas de negação, já que toda refutação nega (contesta, reprova) a asserção a que está ligada.

- (1) João não comprou laranjas, mas maçãs.
- (2) João não fala, mas grita.
- (3) Não foi João que ajudou Ana, mas Ana que ajudou João.

Com a *refutação proposicional*, o locutor não corrige uma asserção prévia, mas refuta todo o conteúdo proposicional dessa asserção. Esse tipo de refutação costuma ser acompanhado de uma justificativa que pode ou não ser introduzida por um conector argumentativo, como *porque*, *uma vez que*, *já que*:

A: O filme X é genial!

B: Esse filme não é genial, porque não foi premiado em nenhum lugar (MOESCHLER, 1982, p. 96).

Com a *refutação pressuposicional*, o locutor não refuta o conteúdo proposicional de uma asserção prévia, mas uma pressuposição dessa asserção:

A: João parou de fumar.

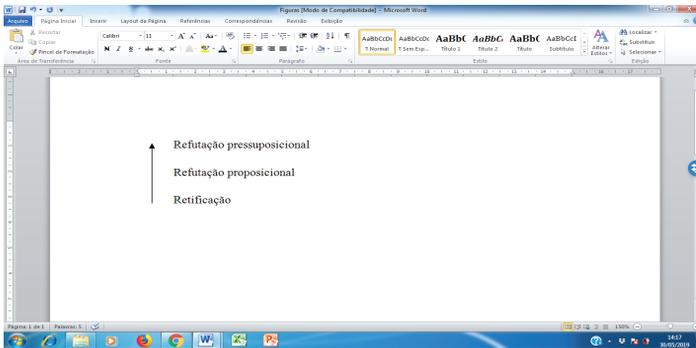
B: João não parou de fumar, porque ele nunca fumou (MOESCHLER, 1982, p. 97).

A justificativa que costuma acompanhar esse tipo de refutação corresponde à inversão da pressuposição que subjaz à asserção refutada. Na troca, a justificativa de B (“ele nunca fumou”) inverte a pressuposição da asserção de A (“João fumava”). Moeschler (1982) observa que uma das condições de emprego (ou, nos termos da Teoria dos Atos de Fala, de “felicidade”) da asserção é o interlocutor aceitar como verdadeira a pressuposição dessa asserção, assim como uma das condições de emprego da promessa é o locutor ter o interesse e a capacidade de cumpri-la no futuro. Consequentemente, quando o interlocutor produz uma refutação pressuposicional, contesta exatamente uma das condições de emprego da asserção. Por esse motivo, a refutação pressuposicional, diferentemente dos outros dois tipos de refutação, possui uma natureza metacomunicativa (MOESCHLER, 1982).

É essa natureza metacomunicativa da refutação pressuposicional que faz o autor chamar a atenção para o fato de que a escolha do tipo de refutação

(retificadora, proposicional ou pressuposicional) promove consequências interacionais distintas. Conforme Moeschler (1982, p. 102), “uma refutação pressuposicional tem por objeto mais o enunciatário do que sua enunciação (na medida em que ela o coloca diretamente em causa)”. Por isso, “ela é mais ameaçadora para a face positiva (necessidade de ser reconhecido e apreciado pelo outro) do enunciatário”. Com base no grau de ameaça que os tipos de refutação representam para a face do interlocutor, o autor dispõe os tipos de refutação na escala presente na Figura 1.

Figura 1: Escala do grau de ameaça dos tipos de refutação



Fonte: MOESCHLER (1982, p. 102).

Em função das propriedades da refutação (condições de emprego, marcadores linguísticos, subtipos e funções no trabalho de face), Moeschler (1980, 1982) observa que a presença da refutação em uma interação traz consequências importantes para o desenvolvimento e a estruturação dessa interação. Se o interlocutor aprova a refutação do locutor, ou seja, se ele concorda com as objeções expressas na refutação, a interação encerra-se e os interlocutores alcançam a completude dialógica (duplo acordo). É o que ocorre em uma interação como esta:

A: O filme X é ótimo!

B: Não é ótimo, porque tem um roteiro muito banal.

A: É verdade. Não tinha pensado dessa forma.

Porém, se, como costuma ocorrer em interações marcadas pela polêmica e pelo desacordo (ROULET, 1989; AMOSSY, 2017; CUNHA, 2019; CUNHA; TOMAZI, 2019), o interlocutor reprova a refutação, ela passa a constituir a asserção prévia que será contestada por nova refutação, como ilustra este diálogo:

A: O filme X é ótimo!

B: Não é ótimo, porque tem um roteiro muito banal.

A: Mas não é só isso que faz um filme ser ótimo...

B: Para mim, a qualidade do roteiro é essencial!

A atitude de reprovar a refutação impede o alcance do duplo acordo e provoca ou o desenvolvimento do processo de negociação principal ou a abertura de negociações secundárias, com o fim de alcançar a completude monológica da refutação¹¹. Nesse sentido, a recorrência da refutação e de sua reprovação auxilia os interlocutores a desenvolverem um processo de negociação marcado pela polêmica e pelo desacordo (CUNHA, 2019).

No item a seguir, veremos como as proposições teóricas apresentadas acerca do processo de negociação e da refutação são relevantes no estudo do excerto do debate eleitoral protagonizado por candidatos à Presidência da República. Nessa análise, estudaremos o processo de negociação completo, mas focalizaremos, em especial, as refutações elaboradas pelos adversários, com o intuito de compreender, sobretudo, as implicações que essas refutações trazem para o desenvolvimento do próprio processo de negociação e para a (des)construção conjunta de faces.

O processo de negociação e a refutação em um debate eleitoral presidencial

Como já exposto, analisaremos um excerto do último debate eleitoral do segundo turno das eleições presidenciais de 2014, debate protagonizado

¹¹ No próximo item, verificaremos que a possibilidade de uma refutação provocar ou o desenvolvimento do processo de negociação principal ou a abertura de negociações secundárias está ligada ao tipo de refutação. Enquanto a refutação proposicional permite ao locutor dar sequência ao processo de negociação, a refutação pressuposicional lhe permite iniciar negociações secundárias.

pelos então candidatos à Presidência da República, Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB). Nesse excerto, participaram não só os candidatos, mas também o moderador (jornalista William Bonner), o que faz do excerto um trílogo (KERBRAT-ORECCHIONI, 1995) (cf. Anexo). Esse excerto corresponde a uma passagem do terceiro bloco do debate, passagem que se compõe de pergunta, resposta, réplica e tréplica.

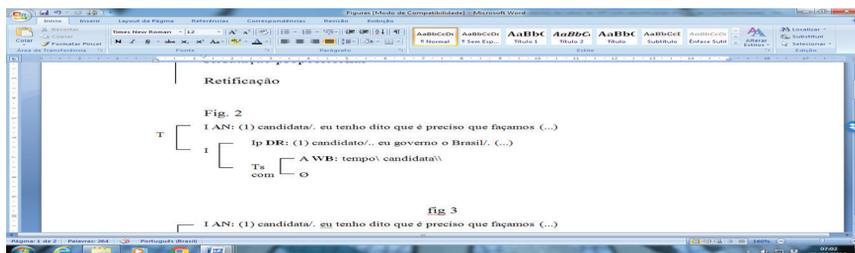
O interesse no estudo dessa passagem, cuja temática é reforma política e financiamento de campanhas eleitorais, está no fato de ela não só trazer ocorrências de refutação, mas também apresentar uma organização macroestrutural que contraria em parte as expectativas ligadas ao gênero debate sobre como tipicamente se estrutura uma passagem composta por pergunta, resposta, réplica e tréplica. Nesse gênero, espera-se que cada candidato produza sua intervenção em momentos pré-definidos e não fale durante o momento reservado ao adversário, o que implica um desenvolvimento linear das intervenções constitutivas das trocas (CUNHA, 2017a). Como verificaremos com a análise, os interactantes, no excerto escolhido, contrariam essa expectativa, quando, a partir da produção de uma refutação por um dos candidatos durante o momento reservado à fala do adversário, passam a desenvolver um processo de negociação mais complexo e agressivo para as faces em jogo.

Na parte inicial da troca, a interação entre os adversários caracteriza-se por uma estrutura de pergunta, feita por Aécio, e resposta, dada por Dilma. A pergunta do candidato sobre reforma política e sobre a atuação da adversária no governo (“quem tá governando o Brasil/ candidata//”) é seguida por resposta em que Dilma, após afirmar ser ela quem governa o país¹², apresenta como proposta de reforma política “o fim do financiamento empresarial das campanhas”. Nesse ponto, a interação entre os adversários é interrompida pelo moderador, que, com uma intervenção metadiscursiva sobre o fim do tempo de fala da candidata (“tempo\ candidata\”), inicia uma negociação secundária cuja finalidade é informar/relembrar normas do debate. Do ponto de vista estrutural, essa intervenção abre uma troca subordinada com função de

¹² Como exposto na Introdução, em 2014 Dilma Rousseff era a Presidenta da República e, nessa campanha, disputava a reeleição.

comentário metadiscursivo¹³ à intervenção de Dilma. A candidata poderia ter reagido à intervenção do moderador, dizendo “sim” ou “obrigada [pelo aviso]”, mas opta por não desenvolver essa troca, permanecendo em silêncio. A figura 2 traz a estrutura hierárquico-relacional que representa o processo de negociação desenvolvido até este ponto do excerto¹⁴.

Figura 2: Estrutura hierárquico-relacional 1



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Ao iniciar a intervenção seguinte, Aécio, ao dizer “(1) a candidata aqui nos brinda com uma pérola\\. (2) quer dizer que a senhora é contra o financiamento privado//”, produz, no ato (01), um comentário metadiscursivo sobre a resposta da adversária com o qual prepara a pergunta. Com a pergunta “(2) quer dizer que a senhora é contra o financiamento privado//”, o candidato evidencia que a intervenção previamente produzida pela adversária é inade-

¹³ Conforme definição proposta por Cunha e Braga (2018, p. 185), o comentário metadiscursivo corresponde à “relação de discurso por meio da qual o locutor emprega um segmento de discurso representado para comentar, avaliando, uma informação da memória discursiva cuja origem é o comportamento linguageiro do próprio locutor (comentário metadiscursivo autofônico), do interlocutor (comentário metadiscursivo diafônico) ou de terceiro (comentário metadiscursivo polifônico)”.

¹⁴ Esta estrutura e as demais estruturas presentes neste item são construídas com as seguintes abreviaturas: T = troca, I = intervenção, A = ato, p = principal, s = subordinado, com = comentário, arg = argumento, cla = clarificação, Ø = elipse de intervenção ou silêncio do locutor quando a produção de uma intervenção era esperada, DR = Dilma Rousseff, AN = Aécio Neves, WB = William Bonner. Tendo em vista nossos objetivos, não representamos nas estruturas todas as relações ilocucionárias e interativas que os interlocutores estabelecem entre constituintes de trocas e intervenções.

quada para o desenvolvimento do processo de negociação ou não atende ao princípio de completude monológica, porque não traz uma informação (qual é, de fato, a posição da adversária em relação ao financiamento privado de campanhas), informação de que ele necessita para produzir uma ratificação ou uma contraproposição. Por isso, com a pergunta, o candidato inicia uma negociação secundária que se materializa em uma troca subordinada com função de clarificação.

Sem esperar a resposta da adversária, que, no momento, não tem o direito de fala, mas tomando por certa uma resposta afirmativa sua, Aécio dá sequência à sua intervenção, dizendo “(3) candidata”. Porém, nesse ponto, Dilma, contrariando expectativas do debate acerca da distribuição do tempo de fala entre os candidatos, como indica o recobrimento de fala (termos sublinhados), o interrompe e responde: “(1) empresarial/ candidato\\ (2) o senhor está esquecendo\\. (3) empresarial\\”. A resposta de Dilma é a primeira refutação do excerto em análise, refutação que, com base na tipologia proposta por Moeschler (1982) e exposta no item anterior, pode ser classificada como refutação. Afinal, com essa refutação, a candidata corrige parte do conteúdo proposicional da pergunta feita por Aécio (“financiamento *privado*”). A natureza retificadora dessa refutação elaborada pela candidata pode ser mais bem apreendida, quando se reconstrói a refutação a partir da proposição corrigida: “Não sou contra o financiamento *privado*, mas contra o financiamento *empresarial*”.

Porque a resposta de Dilma contraria expectativas do debate no que se refere às normas de distribuição do tempo de fala dos adversários, o moderador, nesse momento, a interrompe, informando: “candidata/ a senhora precisa aguardar que ele responda\\”. Com esse ato, o moderador abre nova troca subordinada com função de comentário metadiscursivo, por meio da qual relembra as normas que estruturam a interação entre os adversários. À proposição inicial dessa troca subordinada aberta pelo moderador Dilma poderia ter reagido positivamente (“sim” ou “peço desculpas”) ou negativamente (“não” ou “preciso me manifestar agora”). Mas, sem aguardar a resposta da candidata, quem intervém nesse momento é o adversário, que, complementando o ato do moderador, pergunta: “vamos manter as regras//”.

Tanto o ato do moderador, quanto o do adversário possuem a mesma função. Com ambos os atos, eles abrem uma troca subordinada com função de comentário metadiscursivo à intervenção de Dilma, repreendendo-a e revelando que o momento em que a intervenção foi produzida é inapropriado e que, por isso, essa intervenção apresenta problemas de natureza ritual, por invadir o território – o tempo de fala – do adversário. Dessa forma, a objeção que seus atos trazem recai não sobre o conteúdo da intervenção de Dilma, mas sobre a enunciação dessa intervenção ou sobre a ação mesma de produzi-la.

Como os atos do moderador e do candidato têm a mesma função, é necessário verificar o tipo de relação de discurso que os liga (se ilocucionária ou interativa), bem como a unidade textual que compõem (se troca ou intervenção). Com a pergunta “vamos manter as regras//”, o candidato subordina retroativamente a regra enunciada pelo moderador (“a senhora precisa aguardar que ele responda”), fazendo dessa regra um argumento para a conclusão trazida em sua pergunta: “vamos manter as regras//” Nesse sentido, os atos do moderador e do candidato formam uma intervenção e não uma troca, já que eles não se ligam por relações ilocucionárias (como, por exemplo, pergunta e resposta ou convite e aceite), mas por uma relação interativa de argumento, que pode ser sinalizada por conector conclusivo: “candidata/ a senhora precisa aguardar que ele responda\\ [portanto/então/sendo assim] vamos manter as regras//”. Nessa perspectiva, os dois atos formam uma intervenção que, na troca subordinada que inicia, se liga à intervenção seguinte por uma relação de pergunta (relação genérica) e advertência/repreensão (relação específica).

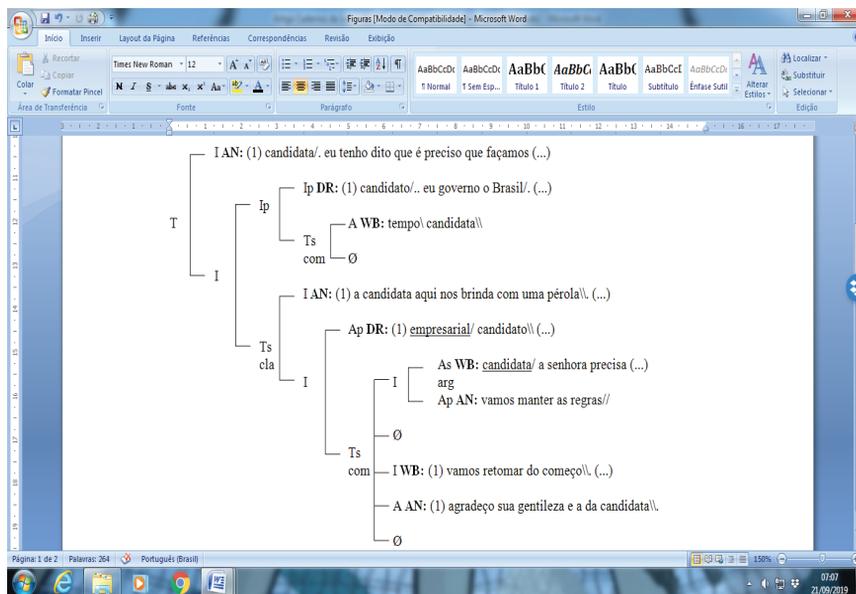
Esses atos e os problemas que levantam para a análise de discursos autênticos (não produzidos pelo próprio analista) ilustram a pertinência, para o estudo desse tipo de *corpus*, da distinção proposta por Roulet (ROULET *et al.*, 1985) entre os parâmetros dialogal-monolocal e monológico-dialógico. Enquanto o par dialogal-monolocal se refere à produção do discurso por um (monolocal) ou dois (dialogal) locutores, o par monológico-dialógico refere-se à unidade textual produzida pelo(s) locutor(es): intervenção (monológica) ou troca (dialógica). Porque esses parâmetros são independentes, é possível, como na intervenção formada pelos atos produzidos pelo moderador e por um dos candidatos, que uma unidade monológica (intervenção) seja dialogal, ou seja, produzida por dois locutores, desde que os constituintes produzidos por eles

se articulem por meio de relação interativa (argumento, comentário, reformulação) e não ilocucionária (pergunta, pedido, resposta). É provável que esse fenômeno estrutural, possivelmente raro em diálogos, seja comum em trílogos e polílogos, como é o caso de debates eleitorais.

Nessa troca aberta pelo moderador e pelo adversário, a advertência trazida na intervenção “candidata/ a senhora precisa aguardar que ele responda\\ vamos manter as regras//” ataca a face de Dilma, porque, como exposto, recai não sobre o conteúdo da refutação produzida previamente pela candidata (“(1) empresarial/ candidato\\ (2) o senhor está esquecendo\\. (3) empresarial\\”), mas sobre uma de suas condições de emprego (o momento adequado para se falar e para se fazer uma refutação). Dessa forma, a abertura da troca coloca a candidata na condição ou posição inferior de participante da interação a quem se podem fazer advertências e cujo comportamento, explicitamente apontado como desviante em relação às regras de conduta previstas para um debate, pode ser alvo de repreensões. O fato de essas advertências e repreensões serem feitas em público e ao vivo, durante um debate eleitoral, agrava seu grau de agressividade para a imagem pública de candidata à Presidência que Dilma buscava construir nesse ponto do debate¹⁵.

Nessa negociação secundária iniciada pelo moderador e pelo adversário, Dilma não produz qualquer resposta à advertência elaborada por eles e permanece em silêncio. Com isso, o moderador produz uma contraproposição, em que reelabora sua proposição inicial (“(1) vamos retomar do começo\\. (2) cinquenta segundos para o candidato Aécio Neves\\”). A essa contraproposição Aécio reage positivamente, agradecendo: “(1) agradeço sua gentileza e a da candidata\\.”. Com esse agradecimento, encerra-se esse processo de negociação secundário, já que o moderador e a candidata não produzem uma ratificação, que poderia ter se materializado em fórmulas de agradecimento, como “de nada” ou “não há de quê”. A Figura 3, complementando a anterior, traz a estrutura que representa todo o processo de negociação até este ponto do excerto.

¹⁵ Vale lembrar ainda que Dilma era, à época, a Presidenta da República. Como evidencia Harris (2001), em estudo sobre debates no parlamento britânico, ataques à face da personalidade política de maior poder de um país são potencialmente mais agressivos e, por isso, contribuem para tornar o debate mais atrativo enquanto espetáculo midiático.

Figura 3: Estrutura hierárquico-relacional 2

Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Após realizar o agradecimento com que encerra a troca subordinada analisada anteriormente, Aécio retoma a refutação, feita previamente por Dilma (“(1) empresarial/ candidato\\ (2) o senhor está esquecendo\\. (3) empresarial\\”), para refutá-la (“(2) candidata/ o ano passado/ um ano não eleitoral/. (3) o seu partido/ PT/ recebeu oitenta milhões de reais em doações empresariais candidata\\. (4) o senhor seu partido não tem autoridade para falar sobre isso\\.”). Com isso, uma refutação, a de Dilma, passa a constituir o objeto de nova refutação, a de Aécio, no desenvolvimento da interação. Como apontado ao final do item anterior, esse procedimento de fazer de uma refutação objeto de nova refutação é comum em interações fortemente polêmicas (ROULET, 1989; AMOSSY, 2017; CUNHA, 2019).

Ao produzir a refutação, o candidato faz objeções sobre a completude monológica da refutação previamente elaborada pela adversária, mostrando que essa refutação é, para ele, inadequada tanto do ponto de vista comuni-

cativo (não haveria a diferença sugerida pela adversária entre financiamento empresarial e privado), quanto do ponto de vista ritual (o partido da candidata, o PT, e, conseqüentemente, a própria adversária enquanto representante do partido não teriam legitimidade/autoridade para defender essa forma de financiamento de campanhas). Por questionar pressupostos e condições de emprego da refutação de Dilma, a refutação de Aécio possui uma natureza metacomunicativa e, por isso, pode ser classificada como pressuposicional. Com essa refutação pressuposicional, o candidato inicia uma negociação secundária ou abre uma troca subordinada com função de clarificação. Essa troca é subordinada em relação à intervenção formada pela refutação da candidata e pela troca metadiscursiva analisada anteriormente.

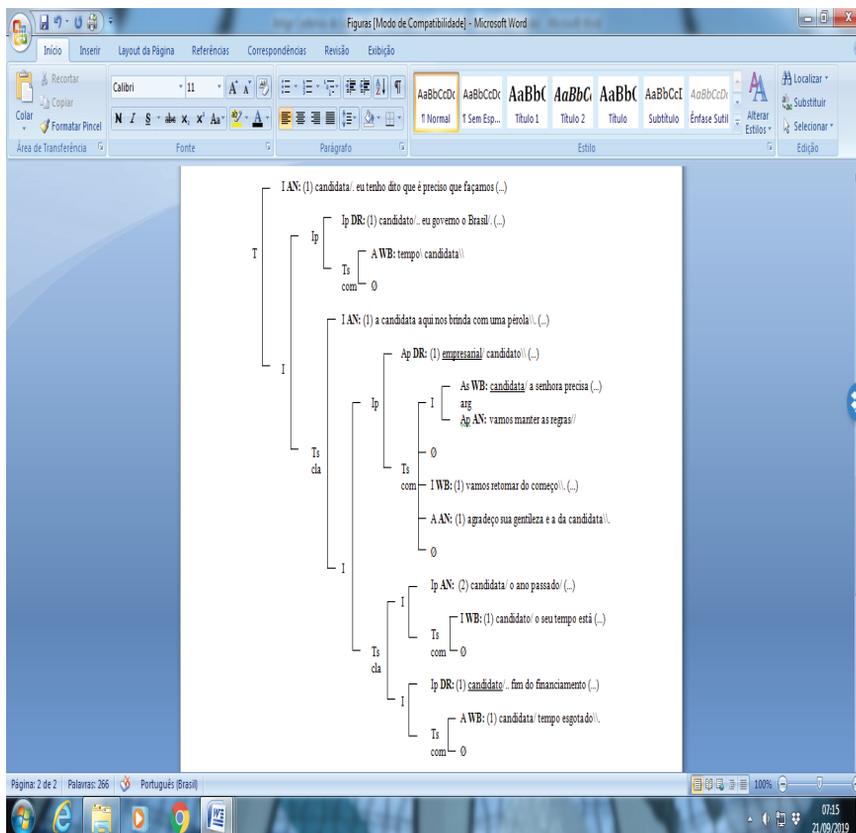
Nesse ponto do debate, o moderador interrompe o candidato, para, assim como em passagens anteriores, iniciar uma negociação secundária com informação sobre o fim do tempo de fala do candidato (“(1) candidato/ seu tempo está esgotado\|. (2) tréplica da candidata Dilma”). Com essa intervenção, ele abre uma troca subordinada à intervenção de Aécio, troca cuja função é a de comentário metadiscursivo, por pontuar as regras do debate. Nessa troca, não há reação do candidato à proposição do moderador.

À refutação elaborada pelo adversário Dilma reage negativamente, dizendo “(1) candidato/.. fim do financiamento empresarial/ é diferente. do fim do financiamento privado\|. (...)”. Com essa intervenção, a candidata contesta a refutação feita previamente pelo adversário, desenvolvendo a que havia elaborado (“(1) empresarial/ candidato\| (2) o senhor está esquecendo\|. (3) empresarial”). Desse modo, a refutação que a candidata produz agora é também reafirmadora, por reiterar e explicitar a diferença entre financiamento empresarial e financiamento privado. Além disso, com essa refutação, a candidata busca trazer argumentos para, opondo-se às afirmações do adversário, defender que não há problemas com a forma de financiamento de sua campanha e que ela tem autoridade para tratar desse assunto.

Nesse momento, há nova interrupção do moderador, que, com o ato “(1) candidata/ tempo esgotado\|”, inicia nova negociação secundária (troca com função de comentário metadiscursivo) sobre o fim do tempo de fala da candidata. O moderador não espera a reação da candidata e, com o ato “(2) a senhora já pode fazer a pergunta para o candidato Aécio\|”, sinaliza/impõe

o fim da negociação em curso e anuncia/impõe o início de nova negociação formada por pergunta, resposta, réplica e tréplica, negociação que não será analisada neste trabalho. A Figura 4 representa o processo de negociação completo desenvolvido por Dilma e Aécio no excerto analisado¹⁶.

Figura 4: Estrutura hierárquico-relacional 3



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

¹⁶ Como o ato “(2) a senhora já pode fazer a pergunta para o candidato Aécio”, produzido na última intervenção do moderador, inicia nova troca do debate, ele não faz parte do processo de negociação em análise e, por isso, não consta da figura 4.

Sendo o foco desta análise as refutações elaboradas por ambos os candidatos, finalizamos este item chamando a atenção para diferenças funcionais e estruturais entre as refutações estudadas. A comparação da refutação pressuposicional produzida por Aécio e das refutações (retificações) produzidas por Dilma revela que esses tipos de refutações impactam diferentemente a estruturação da interação e o trabalho de face nela desenvolvido. Confirmando a escala de grau de ataque dos tipos de refutação (Figura 1), as retificações produzidas pela candidata trazem danos para a face do adversário, já que, com elas, Dilma denuncia erro em asserções previamente produzidas por Aécio e ainda se mostra capaz de corrigi-lo. Porém, com suas refutações, o que a candidata contesta é o conteúdo dessas asserções e não alguma de suas condições de emprego. Já com a refutação pressuposicional, Aécio ataca, de forma mais intensa, a face de Dilma, porque, com essa refutação, questiona as condições mesmas de emprego da asserção produzida pela adversária, seja a pressuposição em que se baseia, seja a legitimidade (o direito) da adversária de produzi-la.

Essa diferença, como demonstrado com as análises, tem um reflexo importante na estrutura da interação. Com as retificações, Dilma produz reações negativas em relação a asserções prévias do adversário, o que implica um desenvolvimento linear da interação e, conseqüentemente, a impossibilidade do alcance iminente da completude dialógica. Já com a refutação pressuposicional, Aécio não produz uma reação negativa, mas questiona a completude monológica de asserção prévia (problemas comunicativos – pressuposição – e rituais – legitimidade), o que promove a interrupção do processo de negociação principal e a abertura de um processo secundário, materializado em uma troca subordinada com função de clarificação.

Considerações finais

Neste trabalho, realizado com base em proposições teóricas e metodológicas da abordagem genebrina para o estudo da organização do discurso (ou Escola de Genebra), procuramos evidenciar não só a complexidade do processo de negociação de um excerto do debate eleitoral protagonizado por Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), debate ocorrido ao final da campanha presidencial de 2014, mas sobretudo as conseqüências estruturais e interacio-

nais da realização de refutações pelos adversários. Assim, a análise, ainda que focalizando um curto extrato de um único debate, permitiu a obtenção de observações (e não generalizações) sobre o funcionamento da refutação nesse gênero de interação.

Em debates, o processo de negociação conflituoso, em que a refutação de um candidato pode ser objeto de nova refutação pelo adversário, explica-se pela própria natureza do gênero debate eleitoral. Nesse gênero, é pouco esperado que a refutação de um candidato motive a ratificação do adversário, já que a ratificação significa o duplo acordo entre os interlocutores. Desse modo, um candidato que ratifica a refutação do adversário realiza um ataque grave contra sua própria face, cometendo uma espécie de “morte política” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2010, 2010a). Assim, em debates, a estratégia de reprovar a refutação é um procedimento com o qual um candidato pode tentar reivindicar e estabelecer uma posição de força em relação ao oponente, mantendo-se politicamente vivo.

Esse procedimento de troca de refutações terá diferentes consequências para o desenvolvimento da interação, dependendo do tipo de refutação utilizada (retificação, refutação proposicional ou refutação pressuposicional). Se a refutação é uma retificação, ela corresponderá, na estrutura do processo de negociação, a uma reação negativa, promovendo um desenvolvimento linear desse processo. Ainda que, no excerto analisado, os candidatos não tenham produzido refutações proposicionais, é possível levantar a hipótese de que esse tipo de refutação também permite um desenvolvimento linear da interação, tendo em vista sua semelhança com a retificação. Ambos os tipos recaem sobre o conteúdo proposicional da asserção refutada. Porém, se a refutação é pressuposicional, ela, por contestar condições de emprego da asserção alvo da refutação e, desse modo, exibir uma natureza metacomunicativa, promoverá a abertura de uma negociação secundária (troca subordinada com função de clarificação), retardando o desenvolvimento da negociação principal.

Do ponto de vista do papel da refutação no trabalho de face, as refutações pressuposicionais são mais agressivas para a face do responsável pela asserção refutada do que as retificações. Embora retificar a fala do adversário seja uma ação nociva para sua face, a refutação pressuposicional permite ao candidato que a realiza questionar as próprias condições de emprego da asserção prévia.

Como demonstrado na análise, esse questionamento implica a contestação da legitimidade do adversário de tomar a palavra para fazer propostas ou críticas e, conseqüentemente, de seu próprio direito de participar da disputa política. Nessa perspectiva, verifica-se que o estudo de refutações empregadas pelos participantes de um debate eleitoral é relevante para se conhecerem melhor não só as propriedades da negociação que desenvolvem conjuntamente, mas também o jogo político mais amplo de que participam.

Referências

- AMOSSY, Ruth. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1988.
- AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. Diálogos da mídia – o debate televisivo. In: PRETI, Dino. (org.). *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo, Humanitas. 2008. p. 171-194.
- AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Oxford, Clarendon Press, 1962.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira; ANDRADE, Mariana dos Santos. Descortesia em debates políticos televisivos de 1989 e de 2014: uma análise pragmática. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 19(2): 301-315, São Paulo, 2017.
- BAKHTIN, Mikhail(VOLOŠINOV, Valentín). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986[1928].
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 81-90.
- BLAS-ARROYO, José Luis. “Perdóneme que se lo diga, pero vulve usted a faltar a la verdade, señor Gonzáles”: form and function of politic verbal behavior in face-to-face Spanish political debates. *Discourse & Society*, 14(4): 395-423, Thousand Oaks, 2003.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine *Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobrás*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- CUNHA, Gustavo Ximenes. As relações retóricas e a negociação de faces em debate eleitoral. *Confluência*, 47: 205-238, Rio de Janeiro 2015.

_____. O papel dos conectores na co-construção de imagens identitárias: o uso do mas em debates eleitorais. *ALFA*, 61: 599-623, Araraquara, 2017.

_____. O impacto da dimensão situacional do discurso sobre a articulação textual. *Calidoscópio*, 15: 375-387, Porto Alegre, 2017a.

_____. Estratégias de impolidez como propriedades definidoras de interações polêmicas. *Delta: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 35(2): 1-28, São Paulo, 2019.

CUNHA, Gustavo Ximenes; MARINHO, Janice Helena Chaves. A expressão conectiva na verdade: contribuições para uma abordagem poli-fônica dos conectores reformulativos. *Signo*, 42: 53-64, Santa Cruz do Sul, 2017.

_____.; BRAGA, Paloma Bernardino. Definindo o comentário metadiscursivo em uma perspectiva interacionista da Análise do Discurso. *SCRIPTA*, 22: 171-188, Belo Horizonte, _____.; TOMAZI, Micheline Mattedi. O uso agressivo da linguagem em uma audiência: uma abordagem discursiva e interacionista para o estudo da im/polidez. *Calidoscópio*, 17: 297-319, Porto Alegre, 2019.

FRACCHIOLLA, Béatrice. Politeness as strategy of attack in a gendered political debate – the Royal-Sarkosy debate. *Journal of Pragmatics*, 43: 2480-2488, Amsterdã, 2011.

_____.; ROMAIN, Christina. L'attaque courtoise: um modèle d'interaction pragmatique au service de la prise de pouvoir en politique. *Semen : revue de sémio-linguistique des textes et discours*, 40: 1-15. Paris, 2015.

GOFFMAN, Erving. On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction. In: GOFFMAN, E. *Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Pantheon Books, 1967[1955]. p. 5-45.

_____. *La mise en scène de la vie quotidienne: les relations em public*. v. 2. Paris: Les Éditions de Minuit, 1973.

GRICE, Herbert Paul. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (org.) *Syntax and semantics: speech acts*. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.

HARRIS, Sandra. Being politically impolite: extending politeness theory to adversarial political discourse. *Discourse & Society*, 12(4): 451-472. Thousand Oaks, 2001.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Introduction. In: KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine; PLANTIN, Christian. (org.) *Le trilogue*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1995. p. 1-28.

_____. *Análise da conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. Pour une analyse multimodale des interactions orales: l'expression des émotions dans les débats politiques télévisuels. *Cadernos de Letra* _____. L'impolitesse en interaction : aperçus théoriques et étude de cas. *Lexis – E-Journal in English Lexicology*, HS 2: 35-60, Lyon, 2010a.

MARINHO, Janice Helena Chaves; CUNHA, Gustavo Ximenes. Investigating the role of pragmatic connectives in journalistic textual genres. *Linguagem em (Dis)curso*, 18: 545-563, Tubarão, 2018.

MARQUEZ, Maria Aldina. Debate eleitoral português: presidencialização e estratégias de atenuação linguística em situação de confronto político. *Linha D'Água*, 30(1): 9-33. São Paulo, 2017.

MARTEL, Guylaine. Performance... et contre-performance communicationnelles: des stratégies argumentatives pour le débat politique télévisé. *Argumentation et Analyse du Discours*, 1: 02-12. Tel-Aviv, 2008.

MOESCHLER, Jacques. *La réfutation parmi les fonctions interactives marquant l'accord et le désaccord*. *Cahiers de linguistique française*, 1: 54-78, Genebra, 1980.

_____. *Dire et contredire: pragmatique de la négation et acte de réfutation dans la conversation*. Berne: Peter Lang, 1982.

_____. *Argumentation et conversation: éléments pour une analyse pragmatique du discours*. Paris: Hatier-Credif, 1985.

_____. Analyse du discours et analyse conversationnelle. In: MOESCHLER, Jacques; REBOUL, Anne. (org.) *Dictionnaire encyclopédique de pragmatique*. Paris: Éditions du Seuil, 1994, p. 471-492.

PERELMAN, Chaïm ; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Palo : Martins Fontes, 2005[1970].

ROULET, Eddy. *Stratégies d'interaction, modes d'implication et marqueurs illocutoires*. *Cahiers de linguistique française*, 1: 80-103, Genebra, 1980.

_____. Une forme peu étudiée d'échange agonale: la controverse. *Cahiers de praxématique*, 13: 7-18, Montpellier, 1989.

_____. Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso. In : MARI, H. *et al* (org.) *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte : Carol Borges, 1999, p. 139-171.

_____. The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. In: FISCHER, Karen. (org.). *Approaches to discourse particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006. p. 115-131.

ROULET, Eddy *et al*. 1985. *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Lang.

ROULET, Eddy; FILLIETTAZ, Laurent; GROBET, Anne. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001.

SEARLE, John R. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos da fala*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SILVA, Luiz Antônio da. Descortesia e (des)construção da imagem pública. In: PRETI, Dino; LEITE, Marli Quadros (org.) *Comunicação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2013, p. 93-120.

SOUZA, Ana Lúcia Trindade de; FERRARI, Lilian Vieira. E quero dizer que a candidata não respondeu à minha pergunta: as construções assertivas explícitas no debate político-eleitoral. *Veredas*, 7(1-2): 233-246, Uberlândia, 2003.

SULLET-NYLANDER, Françoise; ROITMAN, Malin. De la confrontation politico-journalistique dans les grands duels politiques télévisés : questions et préconstruits. In : BURGER, M.; JACQUIN, J.; MICHELI, R. (org.) *Actes du colloque "Le français palé dans les médias: les médias et le politique"*, 2009. p. 01-19.

CHARACTERIZATION AND ROLE OF REFUTATION IN ELECTORAL DEBATE

ABSTRACT: This work was based on theoretical and methodological propositions of the Geneva School. In the study, we focused on how Dilma Rousseff (PT) and Aécio Neves (PSDB), in excerpt from the last electoral debate of the 2014 presidential campaign, use the refutation. With the analysis, we verified that the candidates exchange refutations and that this strategy implies a complex and aggressive interaction for the faces.

KEY-WORDS: refutation; negotiation process; electoral debate.

Agradecimentos

Agradeço aos meus orientandos de Iniciação Científica Paloma Bernardino Braga e Daniel Martins de Brito, com quem, no quadro do projeto de pesquisa “Estrutura do discurso e processo de negociação”, em desenvolvimento na Faculdade de Letras da UFMG, pude discutir tanto a análise aqui apresentada, quanto alguns textos teóricos que a subsidiaram. Os problemas que por ventura permaneçam são de minha inteira responsabilidade.

ANEXO

Transcrição¹⁷:

AÉCIO NEVES: (1) candidata/. eu tenho dito que é preciso que façamos uma reforma política no Brasil\\. (2) entre todas as propostas que tenho apresentado/. (3) conheço a as suas/. (4) acredito que temos que acabar com a reeleição\\. (5) vivemos a experiência da reeleição\ (6) e o seu governo acabou por desmoralizá-la\\. (7) a Folha de São Paulo publicou há poucos dias que numa sexta-feira/ dos seus trinta e nove ministérios/ apenas quinze ministros/ estavam trabalhando/. (8) e que a senhora/ (9) ao longo dos últimos trinta e cinco dias/ (10) segundo o jornal de hoje/. (11) foi duas vezes ao palácio do planalto\\. (12) quem tá governando o Brasil/ candidata//

DILMA ROUSSEFF: (1) candidato/.. eu governo o Brasil/. (2) e governo sistemática e diuturnamente\ candidato\\. (3) agora/. eu acredito que a questão da reforma política não é a reeleição não\\. (4) se de fato/ o senhor tá interessado em combater a corrupção/. (5) a questão mais séria da reforma política/ é o fim do financiamento empresarial das campanhas\\. (6) porque com o fim do financiamento empresarial/ (7) nós acabaremos com a influência do poder econômico/. sobre as eleições brasileiras\\. (8) isto candidato/. **WILLIAM BONNER:** tempo\ candidata\\

AÉCIO NEVES: (1) a candidata aqui nos brinda com uma pérola\\. (2) quer dizer que a senhora é contra o financiamento privado// (3) candidata/

DILMA ROUSSEFF: (1) empresarial/ candidato\\ (2) o senhor está esquecendo\\. (3) empresarial\\

WILLIAM BONNER: candidata/ a senhora precisa aguardar que ele responda\\

¹⁸ **Convenções de transcrição:** / - \ (contorno melódico continuativo ascendente, plano ou descendente), // = \\ (contorno melódico conclusivo ascendente, plano ou descendente), . .. (pausa mais ou menos longa), :: (alongamento mais ou menos acentuado), sublinhado (recobrimento de fala), [] comentário, risos, mudança de elocução ou de amplitude, () palavra cuja compreensão é incerta, (X) sílaba incompreensível (ROULET, FILLIETTAZ, GROBET, 2001, p. 407).

AÉCIO NEVES: vamos manter as regras//

WILLIAM BONNER: (1) vamos retomar do começo\\. (2) cinquenta segundos para o candidato Aécio Neves\\

AÉCIO NEVES: (1) agradeço sua gentileza e a da candidata\\. (2) candidata/ o ano passado/ um ano não eleitoral/. (3) o seu partido/ o PT/ recebeu oitenta milhões de reais em doações empresariais candidata\\. (4) o senhor seu partido não tem autoridade para falar sobre isso\\. (5) a sua campanha/ é uma campanha milionária\\. (6) agora/ às vésperas do segundo turno/. (7) o seu coordenador financeiro da campanha pediu para aumentar o teto de gastos/ (8) porque não tinha mais onde colocar. dinheiro/ candidata\\. (...)

WILLIAM BONNER: (1) candidato/ o seu tempo está esgotado\\. (2) réplica da candidata Dilma\\

DILMA ROUSSEFF: (1) candidato/. fim do financiamento empresarial/ é diferente. do fim do financiamento privado\\. (2) sabe por que/ candidato// (3) você pode ter financiamento de pessoas físicas/. (4) não pode de empresas\ candidato\\. (5) isso acontece em várias democracias do mundo\\. (...)

WILLIAM BONNER: (1) candidata/ tempo esgotado\\. (2) a senhora já pode fazer a pergunta para o candidato Aécio\\

QUEM AS FEMINISTAS ELOGIAM? A INDETERMINAÇÃO SINTÁTICA E SEU FUNCIONAMENTO NAS FAKE NEWS.

Laís Virginia Alves Medeiros^a

Raquel Noronha^b

RESUMO:

Neste trabalho, procuramos observar diferentes funcionamentos discursivos na produção dos efeitos de sentidos das *fake news*. Tomamos como *corpus* reportagens e vídeos com ampla circulação na internet. Da análise desse *corpus*, concluímos que os efeitos de sentidos se sustentam pelos processos de indeterminação sintática e generalização.

PALAVRAS-CHAVE: análise do discurso; indeterminação sintática; *fake news*.

Recebido em: 31/05/19

Aprovado em: 10/10/19

Introdução

Este artigo¹, ancorado na Análise do Discurso, analisa como as indeterminações e generalizações funcionam sintaticamente na produção dos efeitos de sentidos. Em nossa perspectiva, consideramos *fake news* como

^a Doutoranda em Linguística na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mestra e bacharel em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

^b Doutoranda em Linguística na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestra e bacharel em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

¹ Uma versão embrionária deste artigo foi apresentada em formato de comunicação no V Colóquio Internacional de Análise do Discurso, em setembro de 2018, na UFSCar.

enunciados que funcionam pela dispersão, ancorados em generalizações, mas que circulam produzindo um efeito de verdade. A análise do corpus, composto por notícias e vídeos que circularam no ano de 2018, articula as noções de memória discursiva, silenciamento, denegação discursiva e heterogeneidade marcada. A mobilização desses conceitos permite a compreensão, de um ponto de vista discursivo, do funcionamento das *fake news*.

Desenvolvemos nossas análises com base nos conceitos teóricos e analíticos da Análise de Discurso materialista (doravante AD). Para nós, o sentido é produzido como efeito na/da história, ou seja, não nos importa analisar os sentidos *por trás* do dito, mas pensar nos sentidos postos em circulação pela materialidade discursiva, remetendo o discurso à necessária relação com outros discursos.

Seleção do *corpus*

A análise apresentada neste artigo foi motivada pela circulação observada nas redes sociais a respeito de um suposto diálogo do então deputado federal Jair Bolsonaro² com a pauta feminista. Essa circulação nos incitou a pensar também em outras notícias que falam sobre “as feministas”/“o feminismo” de forma generalista, apagando a pluralidade do movimento e direcionando os sentidos para uma unicidade que, como a análise vai mostrar, tende à radicalização e à ridicularização do movimento e de suas pautas.

Nosso percurso de seleção de corpus começou por uma reportagem do jornal *Folha de São Paulo*³ na qual eram apresentadas as demandas da página do *Facebook* “Feministas pró-Bolsonaro”. A reportagem, de outubro de 2017, momento no qual Jair Bolsonaro era pré-candidato à presidência da República, afirmava que a página tinha 20 mil curtidas. Ao procurarmos a referida página no *Facebook*, em setembro de 2018, descobrimos que ela não existia mais. Os termos de busca “feministas pró-Bolsonaro” direcionaram-

² À época da circulação do vídeo, Jair Bolsonaro estava em seu sétimo mandato como deputado federal pelo Rio de Janeiro. Foi eleito presidente do Brasil em outubro de 2018, filiado ao Partido Social Liberal (PSL).

³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1935965-feministas-pro-bolsonaro-defendem-discurso-duro-contr-assedio.shtml>>. Acesso em: 23 maio 2019.

nos ao compartilhamento de um vídeo publicado pela página “Jair Bolsonaro Mitando”, intitulado “Feministas Elogiam Projeto Sem Saber Que Era De Jair Bolsonaro!”⁴. Com base em recortes desse vídeo e na reportagem da *Folha de São Paulo*, nossa questão foi a de compreender que sentidos de “feministas” estariam funcionando num enunciado como “feministas pró-Bolsonaro”.

A construção do *corpus* não prescinde de uma pergunta analítica e nem pode ser finalizada em nenhum momento do percurso analítico. Assumimos, assim, uma concepção dinâmica da composição do *corpus* (ZOPPI-FONTANA, 2005), de modo que teoria e análise vão sendo construídas concomitantemente. A construção do *corpus* é fundamental para a AD, não à toa que, no próprio nome da disciplina, se expresse uma relação necessária e intrínseca entre teoria e análise. Dizer que há um incessante retorno sobre o *corpus* e o recorte feito diz sobre o próprio funcionamento da disciplina: não poderíamos descrever um percurso em AD baseado em momentos estanques de descrição teórica, seleção do *corpus* e análise. Vamos antes dizer que

procedemos à análise em sucessivos movimentos em espiral que entrecruzam processos de descrição e de interpretação que levam, por sua vez, a incorporar novos elementos ao *corpus* inicialmente constituído e a reorganizar e recortar repetidamente o conjunto de materiais reunidos para estudo. O *corpus* responde, assim, aos objetivos de análise e às perguntas formuladas em relação a uma questão, acompanhando na sua constituição os diversos momentos da pesquisa, razão pela qual podemos afirmar que a organização e recorte dos materiais a serem analisados reflete o estado atual do processo de análise e não um momento prévio a qualquer manipulação analítica. Consequentemente, consideramos que o fechamento do *corpus* é necessariamente provisório e se dá juntamente com a finalização das análises (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 95-96)

⁴ O vídeo pode ser encontrado no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wa3_AF3Jp8I>. Acesso em: 23 maio 2019.

Dessa forma, selecionamos para nosso *corpus*, entre as várias possibilidades de notícias falsas, um vídeo que nos pareceu o mais produtivo para analisar como as *fake news* dizem uma coisa para dizer outra, reproduzem imaginários e estereótipos sobre feminismo e, parafraseando Pêcheux, usam a língua também para não comunicar.

Mas, antes de proceder à análise do *corpus*, cabe conceituarmos o que entendemos por *fake news*. Tomaremos a circulação de *fake news* próxima ao que Zoppi-Fontana (2018) analisa sobre a circulação e definição lexicográfica de pós-verdade. Para a autora, a pós-verdade funcionaria como um modo de dizer aproximado às características de uma nova língua de vento, tal como descrita por Gadet e Pêcheux [2004 (1981)]: uma “língua “dos delírios comunicados” pela propaganda política na modernidade capitalista”. Zoppi-Fontana articula o funcionamento da pós-verdade também às reflexões desenvolvidas por Baldini e Di Nizo (2015, p. 148) sobre o cinismo “enquanto prática provinda do poder para desfazer qualquer arma crítica, uma vez que já incorpora a própria crítica que poderia ser feita”.

Nesse sentido, pensando o funcionamento das *fake news* com o cinismo, Zoppi-Fontana cita Baldini e Di Nizo, que afirmam que:

É sempre possível olhar para o passado e encontrar momentos em que o poder era encenado sob a forma da ironia. No entanto, parece-nos que, a partir do século XX, é o próprio poder mesmo quem encena sua torpeza e seu ridículo. [...] Temos a impressão de que não estamos nestes casos diante de um enunciado dividido, mas de uma divisão na enunciação, que se anula a si mesma, ao colapsar a significação em direções opostas, o que não impede que cada um de nós entenda o que está em jogo nesse “silêncio tagarela” (BALDINI, DI NIZO, 2015, p.152-154 *apud* ZOPPI-FONTANA, 2018, p. 165).

Tomando por base a reflexão dos autores, diríamos que o funcionamento das *fake news* constituem, em oposição à ideia de “silêncio tagarela”, ruídos que silenciam os fatos. De acordo com Orlandi (2002, p. 159), “o estudo do silêncio produz um deslocamento em relação a duas fronteiras: a) a que existe

entre o dito e não-dito; b) a que existe entre o dito (não-dito) e a exterioridade que o determina”. Dessa forma, propomos pensar que, ao produzirem-se determinados enunciados colocados em circulação como verdadeiros, as *fake news* silenciam outros enunciados, mas, como em uma denegação em que o negado se presentifica, aquilo que é silenciado não cessa de irromper.

Finalmente, articulamos a constituição de nosso corpus à teorização de Pequeno (2014) sobre o espaço digital. Para o autor, os filtros e algoritmos são aquilo que determina e constrói a possibilidade de circulação do sentido online, fazendo um recorte na memória metálica e aperfeiçoando um processo particular de constituição dos sujeitos:

Filtro como categoria tecnológica de linguagem de programação e design: aquilo que determina/constrói a possibilidade de circulação do sentido *online*. Esse filtro é às vezes, mas não só necessariamente, um algoritmo de priorização [...] Mas ele é, antes, toda a clivagem que constrói e condiciona a circulação do sentido *online*. (PEQUENO, 2014, p. 52)

Isso reforça o que Orlandi (1996) já havia analisado sobre a memória metálica: mesmo em seu funcionamento de sequenciamento, há uma historicização. Os filtros, ao limitarem e recortarem o acesso de cada usuário, executam uma função na constituição dos sujeitos no espaço online. Trazemos esse ponto para lembrar que nosso acesso acontece em contraponto ao imaginário do espaço digital como um ambiente de circulação livre, ilimitada e irrestrita. Como o espaço digital é o campo onde mais circulam as *fake news*, é importante lembrar que não é de qualquer forma que elas circulam.

Quem as feministas elogiam? Uma análise das indeterminações

Começamos nossa análise pelo texto que inicialmente conduziu a construção de nosso *corpus*: a reportagem do jornal *Folha de São Paulo* que se referia a uma comunidade no *Facebook* intitulada “Sou feminista e apoio Bolsonaro”. A construção sintática da frase articulada pelo conectivo “e” aponta para uma relação não óbvia entre “sou feminista” e “apoio Bolsonaro”.

A reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, cujo título é “‘Feministas pró-Bolsonaro’ defendem discurso duro contra assédio”, mostra um deslizamento entre marcas da presença de um discurso outro, como as aspas. As aspas, de acordo com Authier-Revuz (1998), funcionariam como uma modalização autonímica, distanciando o enunciador do que está sendo enunciado. Se as aspas no título marcam a presença de um discurso outro (‘Feministas pró-Bolsonaro’), no texto, esse discurso é incorporado e deslocado: “Para a ala feminina pró-Bolsonaro agrada o discurso duro do Capitão do Exército”. Isso está materializado pelas aspas no título da reportagem e pela falta de aspas no corpo do texto; deslocar “feministas” para “ala feminina” contribui com um efeito de estranhamento em “Sou feminista e apoio Bolsonaro”, uma vez que, quando a adjetivação “pró-Bolsonaro” é assumida, ela recai sobre a “ala feminina” e não sobre “feministas”.

A maior parte de material que encontramos diz respeito à relação antagônica de disputa entre as chamadas feministas e o então deputado. No entanto, o vídeo que encontramos na já citada página do *Facebook* “Jair Mitando!” apresentaria uma possível concordância. Após assistir ao vídeo, justificamos sua classificação como *fake news* por causa de seu título. Ao fazer circular um vídeo com o título “Feministas Elogia Projeto Sem Saber Que Era de Jair Bolsonaro!”, silencia-se que o vídeo não mostra as feministas em questão, mas um relato de uma apoiadora do deputado, e que a atribuição dos aplausos ao projeto só é possível pelo silenciamento do teor do projeto, bem como de sua autoria. Em nosso movimento de análise, questionamos: era mesmo o projeto que estava sendo aplaudido ou, como sustentado pelo título do vídeo, elogiado?

O vídeo, com duração de quatro minutos e meio, mostra um evento com a presença do então deputado Jair Bolsonaro e alguns apoiadores (não há, na descrição do vídeo, explicações sobre o propósito do evento). Nossa análise vai se centrar sobre a fala de uma apoiadora, não identificada pelo nome, que foca sua intervenção sobre “o que é a PL 5398 e por que eu sou apaixonada por esse projeto”. As sequências discursivas seguintes são recortes da transcrição de sua fala:

SD1: Assim que saiu o caso dessa moça no Rio de Janeiro, eu fui pra faculdade com uma camisa escrito assim “Nenhuma mu-

lher merece ser estuprada – PL 5398”, eu não coloquei o nome do deputado. **Feministas me aplaudiam**. E no momento eu disse [aplausos] e no momento eu disse o seguinte: engraçado você tá me aplaudindo, mas essa lei ela foi criada exatamente por um deputado que vocês chamam de machistas [sic]. Então é um posicionamento completamente incoerente da esquerda.

A primeira coisa que destacamos dessa sequência é a ausência de uma referência completa às “feministas” que “aplaudiam”. O que torna uma mulher identificável como feminista? Quais feministas eram essas? Ao referir uma dada mulher como feminista, o que está sendo mobilizado da memória discursiva sobre feminismo para classificá-la dessa forma? Para ser feminista basta aplaudir uma interdição ao estupro? Isso levanta também o foco desse aplauso: o que elas aplaudiram? A afirmação de que nenhuma mulher merece ser estuprada ou a PL 5398?

Para compreender melhor, voltamos nosso olhar ao texto da PL referida na camiseta que, de acordo com a apoiadora, foi aplaudida:

Art. 1º O parágrafo único do Art. 83, do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 83. [...] Parágrafo único. Para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir e, nos casos dos crimes previstos nos artigos 213 e 217-A, somente poderá ser concedido se o condenado já tiver concluído, com resultado satisfatório, tratamento químico voluntário para inibição do desejo sexual.” (NR)⁵

⁵ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2A04D7B81951A54069AA057301C8B752.proposicoesWebExterno1?codteor=1078354&filename=PL+5398/2013>. Acesso em: 23 mai. 2019.

Ao observarmos a sintaxe do enunciado, poderíamos perguntar “para quem?” após cada uma das nominalizações da sequência “tratamento químico [PARA QUEM?] voluntário [PARA QUEM?] para inibição do desejo sexual [DE QUEM?]”. O não preenchimento significa: é a indeterminação que constrói o sentido da formulação. Poderíamos pensar essa indeterminação como uma lacuna a ser preenchida ou como previamente preenchida. A utilização do gênero masculino, usado também como neutro no português, contribui com o efeito de indeterminação.

Pensamos o texto dessa PL em articulação ao enunciado da camiseta, referida na sequência discursiva anterior, que apresenta a PL junto a um *slogan* que foi popularizado pelo movimento feminista: “Assim que saiu o caso dessa moça no Rio de Janeiro, eu fui pra faculdade com uma camisa escrito assim ‘Nenhuma mulher merece ser estuprada – PL 5398’, eu não coloquei o nome do deputado. Feministas me aplaudiam”.

Nossa reflexão se volta para a memória discursiva evocada pelo verbo presente no *slogan*, “merecer”, e os deslizamentos de sentidos assim produzidos. Para tanto, tomamos a definição de Pêcheux (1999, p.52) de memória discursiva como “aquilo que, face a um texto que surge como um acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.” Consideramos que esse funcionamento pode atribuir diferentes sentidos para um verbo como “merecer”, que, em um primeiro momento, poderíamos considerar com sentido positivo. A depender da formação em que ele é evocado, sua conotação desliza. Por um lado, temos a fala do deputado Jair Bolsonaro para a deputada Maria do Rosário na qual ele afirma que não a estupraria porque ela não merece⁶. Por outro lado, temos a campanha criada nas redes sociais, “Eu não mereço ser estuprada”⁷.

⁶ Em 2014, o então deputado Jair Bolsonaro dirigiu-se, em fala na tribuna, à deputada Maria do Rosário: “tu me chamou de estuprador no Salão Verde, e eu falei que não estuprava você porque você não merece”. Em 2019, o STF condenou Jair Bolsonaro por danos morais, estabelecendo que Bolsonaro pagasse multa de dez mil reais e publicasse uma retratação. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/stf-mantem-pagamento-de-indenizacao-de-bolsonaro-maria-do-rosario-23464003>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

⁷ A campanha “eu não mereço ser estuprada”, criada nas redes sociais em 2014 (meses depois do episódio envolvendo os dois deputados), surge em resposta a uma pesquisa que mostrou que 65% dos entrevistados concordam, total ou parcialmente, com a ideia de que mulheres

Alguns deslizamentos de sentidos foram produzidos em ambiente digital com base nessa primeira campanha “eu não mereço ser estuprada”: “nenhuma mulher merece ser estuprada”, “ninguém merece ser estuprado”. É interessante observar como esses deslizamentos suscitam novos sentidos ao *slogan*. Ele começa como um protesto em primeira pessoa: uma mulher afirmando que não merece ser estuprada. Ele desliza para a terceira pessoa, momento em que já não é mais necessariamente a mulher quem enuncia, e isso pode ser pensado juntamente a outras campanhas em que a mulher, embora seja o objeto, não é o sujeito. Finalmente, quando o *slogan* inicial desliza para “ninguém merece ser estuprado”, o foco nas mulheres é silenciado de vez. O problema perde seu foco de gênero e cai na generalidade.

Esse funcionamento remete ao que Pêcheux ([1975] 2009) teoriza sobre o mito continuísta empírico-subjetivista. Para o autor, esse mito conduz a um apagamento progressivo da situação que leva ao sujeito universal, “situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 117). Esse mito idealista não se sustenta quando se pensa nas determinações históricas, que impedem essa continuidade linear. Pêcheux ([1975] 2009, p. 117) apresenta uma tabela de Fuchs que ilustra esse movimento e que trazemos de forma resumida para pensar os deslizamentos do *slogan*:

Tabela 1 – Mito continuísta empírico-subjetivista

| origem | discrepância | generalização | Universalização |
|--------|--------------|---------------|--|
| eu | tu (você)/eu | ele, x/ eu | todo sujeito (cada um, quem quer que seja) |

Fonte: PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 117

É possível afirmar que o *slogan* parte dessa origem, desse “eu”; num segundo momento, ele alterna entre a discrepância e a generalização, já que não sabemos se “nenhuma mulher” se refere a um “tu” ou a um “ela”; finalmente, o *slogan* cai na universalização, com o “ninguém merece ser estuprado”.

que deixam o corpo à mostra “mereceriam” ser atacadas. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/protesto-nao-mereco-ser-estuprada-movimenta-facebook-apos-resultado-de-pesquisa-12018281#ixzz5QLi6sUM9>. Acesso em: 28 mai. 2019.

Após observarmos o funcionamento da memória discursiva, que nos conduziu para os diferentes desdobramentos de “não merecer ser estuprada”, retomamos a sequência discursiva para analisar o funcionamento sintático no modo como o *slogan* é referido:

SD1: Assim que saiu o caso dessa moça no Rio de Janeiro, eu fui pra faculdade com uma camisa escrito assim “Nenhuma mulher merece ser estuprada – PL 5398”, eu não coloquei o nome do deputado. **Feministas me aplaudiam.** E no momento eu disse [aplausos] e no momento eu disse o seguinte: engraçado você tá me aplaudindo, mas essa lei ela foi criada exatamente por um deputado que vocês chamam de machistas. Então é um posicionamento completamente incoerente da esquerda.

A relação entre essa enunciação e uma vinculada à “castração química” estabeleceria uma relação de igualdade entre o não estupro e a castração química. Quais seriam os sentidos evocados ao se dizer “nenhuma mulher merece ser estuprada”? Com base na noção de heterogeneidade mostrada, tal como nos apresenta Authier-Revuz (1982), podemos pensar em dois tipos de enunciados: a heterogeneidade mostrada marcada, na qual se pode apreender linguisticamente a presença do outro no um, evidenciado com marcas explícitas; e a heterogeneidade mostrada não marcada – que não se encontra visível na materialidade linguística, apenas como um efeito da presença do outro que pode ser apreendido pela configuração estética do dizer, contando com um dizer outro para produzir sentido sem, necessariamente, explicitá-lo.

Se pudéssemos recuperar a referida camiseta, saberíamos como se constrói o encadeamento enunciativo e se teríamos, por exemplo, o travessão entre uma formulação e outra. Com a presença do travessão, poderíamos analisar a sequência segundo o que Authier-Revuz chama de heterogeneidade mostrada marcada: a presença de um discurso outro evidenciada por uma marca explícita, o travessão, estabelecendo uma relação direta entre as formulações. Como não temos acesso a essa materialidade, é possível analisar o enunciado com

base na noção de heterogeneidade mostrada não marcada, em que a relação não está explicitada por nenhuma marcação, mas pelo efeito de sequência. Se “nenhuma mulher merece ser estuprada”, logo a solução para esse problema está na “PL 5398”.

Finalmente, nosso último movimento de análise se centra na conclusão da fala da moça do vídeo, que parece ser também o *slogan* adotado para a defesa do projeto:

SD2: “meu inimigo não é o homem, é a impunidade”.

Pensamos essa curta sequência discursiva baseadas no funcionamento da denegação discursiva, que, para Indursky (1990, p. 120), é:

aquela que incide sobre um elemento do saber próprio à FD que afeta o sujeito do discurso. Ou seja, a denegação discursiva relaciona-se com a interioridade da FD e com o modo como o sujeito com ela se relaciona. Assim, seu efeito não é polêmico. Ao incidir sobre um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito do discurso mas que, mesmo assim, por ele é negado, tal elemento permanece recalcado na FD, manifestando-se em seu discurso apenas através da modalidade negativa.

Ao afirmar que seu inimigo não é o homem, ao mesmo tempo em que propõe a castração química, o que essa posição sujeito retoma é uma possibilidade de um saber próprio daquela formação discursiva: o de que os homens são inimigos e por isso devem ser submetidos ao tratamento químico de redução da libido. No entanto, ao trazer esse saber pela negação, esse saber é recalcado e substituído por outro, qual seja, o inimigo não é o homem, mas a impunidade, ao que acrescentamos a pergunta: a impunidade de quem? Essa indeterminação é o que permite que esse discurso se sustente sem evidenciar sua própria contradição. A marca da indeterminação, tão presente em nossos recortes, é possibilitada por buracos na sintaxe, que, se preenchidos, permitem a compreensão da contradição do discurso.

Considerações finais

A análise que apresentamos neste artigo permitiu a compreensão dos diferentes funcionamentos que entram em jogo para assegurar a construção de certos efeitos de sentidos para as *fake news*. A indeterminação e os diferentes deslizamentos promovidos pela memória discursiva permitem que *enunciações vagas* sejam reproduzidas como verdadeiras, trazendo elementos não previstos para a disputa de sentidos que acontece em sua circulação.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. Documentation et Recherche en Linguistique Allemnade Vincennes (*DRLAV*), nº 26: p. 91-151, Paris, 1982.

_____. *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 19, p. 25-42, nov. 2012. ISSN 2447-0686. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636824/4545>. Acesso em: 10 maio 2019.

BALDINI, Lauro José Siqueira; DI NIZO, Patrícia Leal. O cinismo como prática ideológica. *Estudos da língua(gem)*, v. 13.2: p. 138-158, 2015.

INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. *Caderno de Estudos Linguísticos*, 19: p. 117-122, jul/dez. 1990.

ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Vozes, 1996.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2009.

_____. Delimitações inversões, deslocamentos. Trad. José H. Nunes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 19: 7-24, 1990.

PEQUENO, Vitor. *Nos subsolos de uma rede: sobre o ideológico no âmago do técnico*. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural). Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Campinas, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/271125>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ZOPPI-FONTANA, Monica Graciela. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, Eduardo; BRUM-DE-PAULA, Mirian Rose. (org.). *Sentido e Memória*. Campinas: Pontes Editores, 2005, p. 93-116.

_____. Pós-verdade: léxico, enunciação e política. In: OLIVEIRA, Rosimar R. Rodrigues de; OLIVEIRA, Sheila Elias de; RODRIGUES, Marlon Leal; KARIM, Taisir Mamhudo (org.). *Linguagem e significação: práticas sociais*. Vol. 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. p. 133-166.

WHO DO FEMINISTS PRAISE? A SYNTACTIC INDETERMINATION AND ITS FUNCTIONING IN THE FAKE NEWS

ABSTRACT:

This paper articulates some fundamental conceptions of materialist Discours Analysis to understand the production and circulation of fake news considering as *corpus* news and videos on the Internet. Through the analysis, we claim that what supports the fake news are procedures of syntactic indetermination and generalization.

KEYWORDS: Discours Analysis; syntactic indetermination; fake news.

O TESTEMUNHO DE UMA EXPERIÊNCIA HUMANA: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA

Claudia Stumpf Toldo Oudeste^a

Márcio Battisti^b

RESUMO:

Neste estudo, tomamos como instrumento de análise a teoria da enunciação apresentada na obra de Émile Benveniste (2006, 2005) e o pensamento filosófico de Giorgio Agamben (2008), no que diz respeito à noção de testemunha para descrevermos a relação entre linguagem, homem e língua no processo de construção de um testemunho sobre um caso de agressão a uma professora catarinense, ocorrido em 2017.

PALAVRAS-CHAVE: enunciação; testemunha; discurso político.

Recebido em: 31/05/19

Aprovado em: 03/10/19

Introdução

O objetivo deste texto é, antes de mais nada, trazer à discussão os termos forma e sentido na linguagem, cunhados no texto de 1966, em conferência ministrada em Genebra pelo linguista Émile Benveniste a filósofos. Gostaríamos de nos deter apenas, mas sabemos não ser possível, na máxima proferida por Benveniste à época de que “bem antes de servir para comunicar, a

^a Doutorando do Programa de Pós-graduação em Letras na Universidade de Passo Fundo (UPF/RS). E-mail: marciobattisti4@gmail.com

^b Professora tempo integral de Língua Portuguesa e Linguística no Curso de Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF/RS). E-mail: claudiast@upf.br

linguagem serve para viver [...]”. Isso nos traz a premissa de que, sem a linguagem, não há homem, nem sociedade. E essa linguagem traz a significação. Pensemos a partir daqui. Muitos poderiam dizer que a língua realiza, por meio do signo, o ideal do procedimento semiológico, quando instaura o domínio linguístico. Todavia, o mundo do signo apresentado no Curso de Linguística Geral (CLG) é fechado num sistema organizado. A partir disso, Émile Benveniste retoma a noção de signo saussuriano e vai além da questão de oposição do signo apresentada por Saussure e, no texto de 1966, propõe a noção de forma e sentido. Essa noção está relacionada ao universo do discurso e, além disso, à ideia de língua-discurso, a partir da qual, consoante ao exercício individual do uso da língua, o linguista compreende que “nenhuma língua é separável de uma função cultural” (1968/PLG II, p. 24), porque o próprio da linguagem é significar.

Mediante essas colocações, chegamos à justificativa de que o uso da língua revela os testemunhos de violência sofrida pela professora catarinense. Estes constituem a materialidade fundamental da análise que pretendemos construir neste texto. É por meio do uso da língua que o locutor passa a se constituir como sujeito¹ e, conseqüentemente, consegue revelar sua experiência na e pela linguagem, bem como sua experiência em relação ao mundo.

Junto aos estudos de Benveniste, trazemos também a noção de testemunho desenvolvida por Giorgio Agamben, no livro *O que resta de Auschwitz*. Nessa obra, o filósofo italiano analisa a produção literária dos sobreviventes dos campos de concentração nazistas, questionando-se sobre as dificuldades e as impossibilidades de se poder testemunhar sobre uma violência que está além da compreensão humana. Essa análise recai sobre o depoimento do escritor Primo Levi, ex-prisioneiro de Auschwitz, que condicionou sua existência à necessidade de relatar aquilo que vivenciou nos campos de concentração. Nesse sentido, nosso ponto de partida para desenvolvermos essa reflexão é encontrarmos elementos nos estudos de Benveniste e Agamben para compreender de que maneira se pode observar o testemunho da experiência do homem na linguagem, neste caso, os testemunhos escritos pelos internautas

¹ Por motivos de tempo e espaço, não abordaremos, neste texto, a noção de sujeito mais detalhadamente. Sugerimos a leitura do seguinte texto: FLORES, V. N. Sujeito da enunciação: singularidade que advém da sintaxe da enunciação, <http://www.scielo.br/pdf/delta/v29n1/05.pdf>, 23/05/2019.

na página da *Revista Fórum* logo após a notícia do caso de agressão a uma professora catarinense.

Por meio dessa aproximação teórica, tomaremos esses discursos como potência testemunhal representativa da experiência do homem na linguagem capaz de construir valores que remetam às correntes ideológicas de direita e esquerda, as quais caracterizam um momento de polarização política da sociedade brasileira. Para isso, abordaremos a escrita testemunhal em uma articulação com a teoria da enunciação.

Um novo olhar sobre o signo linguístico

Esta seção se dedica a delimitar um percurso teórico por meio do qual possamos entender o que é *Semiologia* na concepção de Benveniste. Com intuito de buscar respostas a essa questão, tomaremos como base, primeiro, o texto *A forma e o sentido na linguagem* (1966/PLG II), artigo no qual encontramos conceitos importantes para entendermos em quais termos Benveniste se vale da Semiologia, com base em Saussure para, assim, “ultrapassá-lo” no que respeita à significância. Na sequência, visitaremos o texto *Semiologia da língua* (1969/PLG II), no qual o autor discorre, de modo mais preciso, sobre seu pensamento acerca da semiologia *da língua*.

No texto *A forma e o sentido na linguagem* (1966/PLG II), Benveniste distancia-se de análises baseadas simplesmente na forma e propõe uma relação intrínseca entre forma e sentido. Assim, a perspectiva adotada por Benveniste retoma e desenvolve o cerne da teoria de Saussure, a qual compreende “a língua como ligação de forma e sentido a ser captada em diferenças” (NORMAND, 2009, p.101), e estabelece um olhar sobre a língua e a linguística mediante a noção de significação, visto que a função primordial da linguagem é significar. É por compreender uma atividade signifiante por excelência que a linguagem é responsável pela organização e explicação de realizações individuais e coletivas ligadas ao exercício da linguagem. Conforme afirma Benveniste (1966/PLG II, p. 222), “se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar”, então é para esse exercício que queremos dar atenção.

A língua ocupa um lugar particular no universo dos sistemas semiológicos, uma vez que é capaz de interpretar todos os outros sistemas de signos. Desse modo, a língua atua como interpretante da sociedade, capaz de registrar, de designar e de orientar mudanças em relação àquilo que é interpretado. Outro conceito importante que Benveniste menciona sobre a língua é a sua capacidade de falar de si mesma, “daí provém seu poder maior, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância” (1969/PLG II, p. 66), criando, assim, uma faculdade metalingüística.

Com base nisso, percebemos que a relação explícita da presença do homem com outro homem no mundo por meio da língua se dá especialmente no nível semântico, que resulta da atividade do locutor de colocar a língua em uso, retirando o signo do nível semiótico e integrando-o ao nível da frase, no qual o sentido implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor. Na instância do discurso, a unidade da frase deixa de ser o signo e assume a condição de palavra, que será preenchida de sentido na frase pelo sujeito que mobiliza a língua. Ao mobilizar a língua e dizer “eu”, o locutor torna-se sujeito e, em tempo e espaço específico, constrói a enunciação, por meio da qual assegura sua existência e dá sentido a tudo o que está a sua volta. É da conversão da língua em discurso, do qual emerge o testemunho da experiência humana na linguagem, que trataremos na próxima seção.

Destacamos que toda experiência humana de linguagem está ligada a um fenômeno linguístico.

A noção de testemunha

Esta seção é dedicada à descrição da noção de testemunha proposta pelo filósofo italiano Giorgio Agamben, no livro *O que resta de Auschwitz*, com o objetivo de entendermos as especificidades dos testemunhos suscitados pelo caso de agressão à professora de uma escola pública em um tempo de excessiva polarização política no Brasil. Para tal, buscaremos elementos nas reflexões de Benveniste e Agamben para compreendermos de que maneira podemos observar o testemunho da experiência do homem na linguagem.

Agamben (2008) propõe a noção de testemunho. Para isso, o autor parte do relato de um ex-prisioneiro em Auschwitz, o Primo Levi, para construir um raciocínio acerca dessa noção, a qual implica “o sistema das relações entre o não dito e o dito” (AGAMBEN, 2008, p. 146). Para definir testemunha, o filósofo utiliza-se de dois termos oriundos do latim: *testis*, que “significa etimologicamente aquele que se põe como terceiro (terstis) em um processo ou em um litígio entre dois contendores” e *superstes*, que indica “aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso” (AGAMBEN, 2008, p.27). Primo Levi, por exemplo, enquadra-se como testemunha no sentido de *superstes*, pois sobreviveu ao acontecimento e hoje testemunha sobre ele, não se colocando, em momento algum, como *testis* porque não se coloca na posição de terceiro entre duas partes, nem na condição de “juiz” diante dos fatos. O testemunho do *superstes* só faz sentido se vier a integrar o testemunho de quem não pode, por si mesmo, testemunhar.

No âmbito filosófico, conforme menciona o autor, o testemunho remete ao lugar vazio ocupado pelo sujeito, o qual se encontra entre a possibilidade e a impossibilidade de dizer. Isso nos remete à noção de língua em Benveniste, a qual, antes do uso, é apenas possibilidade de língua. Nesse sentido, o sujeito encontra-se em um lugar vazio, visto que é preciso que haja apropriação da língua, para que esta seja convertida em discurso e, por meio disso, institua um sujeito juntamente com a enunciação. Assim, tanto para que haja testemunho quanto para que haja enunciação é necessária a separação constitutiva entre o dizer e o poder não dizer. É essa condição que nos leva a afirmar que a noção de sujeito construída por Agamben não difere da noção de sujeito definida por Benveniste: sujeito como efeito do ato-processo realizado por um locutor que se apropria da língua e enuncia, a sua maneira, aparelhado por ela.

Nessa perspectiva, Agamben (2008) define enunciação como algo único e concreto, dado a capacidade de referir à instância de discurso em ato. Para o filósofo, enunciação é sempre singular e irrepetível, ao mesmo tempo que é vazia e genérica, uma vez que, por mais que algumas escolhas se repitam, não é possível fixar uma realidade lexical. Pensar a enunciação no plano da *langue* “equivale a inscrever na possibilidade uma cisão que a divide em

uma possibilidade e uma impossibilidade, em uma potência e uma impotência, e, nessa cisão, situar um sujeito” (AGAMBEN, 2008, p. 146). Ao situar o sujeito, contrapõem-se as noções de arquivo e de testemunha, em que *arquivo* designa um sistema de relações entre o não-dito e o dito, ou como o invisível, que pode ser dito e inscrito em cada dito. Ele é compreendido como uma espécie de eco, de fragmento de memória perdido no tempo e que se apaga tão logo se diz “eu”. A constituição do arquivo pressupõe deixar o sujeito de fora, reduzido a simples função ou a uma posição vazia, apagado no rumor anônimo dos enunciados. Em oposição ao arquivo, *testemunho* é definido como o sistema das relações entre o dentro e o fora da *langue*, entre o dizível e o não dizível em toda língua. Aqui, a questão decisiva passa a ser o lugar vazio do sujeito.

Do ponto de vista defendido por Agamben (2008), a passagem da língua para o discurso é paradoxal, uma vez que requer tanto um processo de subjetivação quanto um processo de *dessubjetivação*. Essa afirmação se baseia na potência exigida do sujeito psicossomático para que ele se torne um sujeito da enunciação. Para que isso aconteça, ele deve, primeiro, *dessubjetivar-se*, abolindo integralmente sua figura enquanto indivíduo real, para, então, tornar-se sujeito da enunciação e identificar-se com o “eu”, substancialmente vazio e de existência atrelada à referência e à instância discursiva. Uma vez livre de qualquer realidade extralinguística e já constituído em sujeito da enunciação, o homem percebe que não é capaz de acessar a palavra, pois se vê “precedido por uma potência glossolálica, sobre a qual não tem controle nem pressa” (AGAMBEN, 2008, p. 121), já que a língua é sistêmica e atualizada na e pela enunciação. Ao dizer “Eu, tu, isso, agora [...], ele acabou expropriado de qualquer realidade referencial, para deixar-se definir unicamente pela relação pura e vazia com a instância do discurso” (AGAMBEN, 2008, p. 121).

A enunciação, acontecimento sempre único, é a garantia para que o homem irrompa em língua e, na instância discursiva que o contém como locutor, aparelhado pela língua, ao dizer “eu”, possa iniciar sua aventura pela linguagem. A partir do momento que se diz “eu”, a enunciação torna o homem vivo e coloca-o diante de um universo semântico. É nesse sentido que Benveniste deixa claro que a linguagem serve para viver, e a enunciação

é que garante, no e pelo uso da língua, espaço para o homem no mundo sustentado pela instância do discurso que o contém. A língua é o meio pelo qual o locutor constrói o modo de testemunhar, para existir e para revelar sua experiência, sua existência. Portanto, as reflexões enunciativas em conjunto com as reflexões de testemunho amparam nosso olhar para os conceitos de sujeito, sociedade e cultura que emergem dos discursos de ódio, presentes nas redes sociais que defendem atos de violência contra uma educadora.

Apresentação e análise do *corpus*

Não só o percurso teórico sobre o qual discorreremos neste artigo, como também, de modo mais abrangente, os estudos benvenistianos presentes em seus *Problemas de Linguística Geral I e II* (2005, 2006) indicam que a capacidade de o sujeito significar o mundo ao seu redor está estritamente ligada à possibilidade de a língua aparelhar o locutor, que, de posse dela, enuncia e subjetiva, atribuindo valor/sentido a tudo aquilo que o cerca. Diante desse contexto, nossa análise preocupa-se com os comentários deixados na página da *Revista Fórum* sobre o caso de agressão a uma professora da rede pública do município de Indaial, em Santa Catarina, ocorrido no dia 21 de agosto de 2017, dentro da própria escola. Cada testemunho constrói uma realidade discursiva capaz de revelar uma sociedade e, dentro desta, podemos descrever diferentes culturas, seja uma cultura conivente com a violência, seja uma cultura intolerante à violência. Os comentários dos internautas como testemunho da experiência humana na linguagem podem instanciar um centro de referência capaz de suscitar o “eu diante de si” a reviver experiências por meio da potência testemunhal que a plenifica de sentido, tendo por princípio de análise a enunciação benvenistiana, no que diz respeito à semiologia e à filosofia agambeniana referente à noção de testemunho.

Os fragmentos presentes no quadro abaixo correspondem à transcrição de alguns desses comentários.

Quadro 1: Transcrição dos comentários dos internautas

Comentário 1: *Quem semeia, um dia colhe... E de forma bem pior! Bons tempos em que professor se dava ao respeitado dentro das escolas... nos Saudosos tempos dos Governos Militares, cantávamos o Hino Nacional com orgulho, tinha Educação Moral e Cívica, OSPB... Quando o professor estava em sala, todos ficavam em sala e se levantavam, em sinal de respeito. Nas escolas militares, isto não ocorre! Jair Messias Bolsonaro 2018! Mesmo que a professorinha covardemente agredida ache bonito ele sofrer agressões, mesmo que leves e ainda diga que a agressora a representa!*

Comentário 2: *Ela é petista e comemorou o ataque a Bolsonaro. Graças a Deus que quebraram a cara dela no meio.*

Comentário 3: *15 anos. Nasceu em 2012. Geração criada dentro dos benefícios da era do PT com toda “ajuda” social que esse governo pregou e deu. Pq então se criou assim??*

Comentário 4: *Eis o resultado das políticas de esquerda a longo das últimas décadas no Brasil. Minha solidariedade.*

Comentário 5: *só vendo que no dos outros é refresco... nada que justifique a covarde agressão, mas está na hora de um basta na esquerdização nas escolas e professores com este tipo de pensamento estúpido! Um dia, viram as vítimas...*

Comentário 6: *creio que quando um jovem vê que uma pessoa apoia a violência, ele também vai tratar essa pessoa com violência.*

Para Benveniste, o valor do signo só pode ser definido na relação com os demais signos dentro de um enunciado. A circunstância que remete ao valor semântico do termo *esquerdização* se constrói no âmbito de um discurso que traz à tona a polarização das correntes ideológicas de direita e de esquerda, mediante um contexto em que a intolerância política tem sido confundida com opinião. A forma *esquerdização* revela uma sociedade violenta e fechada a qualquer possibilidade de diálogo quando há divergência política. Cria-se, assim, um grupo de extrema-direita, cuja cultura nega a existência de todo e qualquer sujeito que discorde da sua visão política.

O sentido construído em relação ao emprego da forma *esquerdização* remete a um universo que justifica a agressão, utilizando-se do posicionamento político manifestado pela professora nas redes sociais. Isso se justifica pelas seguintes escolhas: “quem semeia um dia colhe” (comentário 1), “ela é petista”

(comentário 2), “geração criada dentro dos benefícios da era do PT” (comentário 3), “eis o resultado das políticas de esquerda” (comentário 4), “só vendo que no dos outros é refresco” (comentário 5). Percebemos, desse modo, que a violência não é o centro de referência dos discursos desses internautas. É esse cenário de intolerância política que coloca a professora agredida na mesma posição ocupada pelos muçulmanos nos campos de Auschwitz: uma posição em que o ódio e a truculência impedem a própria existência, porque priva da utilização da língua para revelar suas próprias experiências de vida e de mundo.

Todo ato de enunciação se configura na presença dos índices de pessoa *eu* e *tu*, em que o *eu* é definido como o indivíduo que profere a enunciação, já o *tu*, como o indivíduo que está presente como alocutário. São essas categorias de pessoa que, no texto enunciado, evidenciam o lugar-limite constitutivo da enunciação, verificando-se que esses índices se produzem apenas na e pela enunciação e que, por meio disso, remetem às instâncias interna e externa do discurso. Assim, entendemos que os índices mencionados revelam o funcionamento da enunciação, estabelecendo a noção de apropriação da língua pelo sujeito, de acordo com a posição deste no discurso. No que diz respeito aos textos sob análise, o *eu* do discurso é assumido pelos internautas que, ao se depararem com a leitura da notícia, se apropriam da língua para expressarem um testemunho acerca dos motivos que levaram a professora a ser agredida por um aluno. Agambem (2008) afirma que quem assume a condição de testemunha assume devido à impossibilidade do outro testemunhar. No caso de Auschwitz, são os que “tocaram o fundo”, aqueles que já estão mortos ou que, devido aos traumas sofridos, são incapazes de distinguir o bem do mal. Em relação à professora, esta se encontra numa posição de incapacidade de apropriar-se da língua para testemunhar aquilo que ela própria vivenciou. Isso porque sua voz é silenciada por aqueles que assumem a posição de testemunha e buscam, por meio de suas escolhas linguísticas, justificar a agressão, inclusive citando o nome de Deus, e difundir o ódio contra a professora e contra a esquerda brasileira.

A impossibilidade de a professora testemunhar abre espaço para um testemunho que remete a um forte saudosismo em relação ao período da Ditadura Militar no Brasil aliado a um testemunho de patriotismo exagerado. A todo indivíduo que não partilha desse mesmo pensamento é negado o direito

de testemunhar. Essa impossibilidade de poder dizer se justifica pelo fato de que a violência nas escolas é considerada fruto das políticas governamentais implantadas durante o governo PT. Sendo a professora petista, a culpa pelo ato de violência recai sobre ela. Há, portanto, um testemunho que revela uma sociedade que vê o retorno da Ditadura Militar como solução para os problemas de violência nas escolas, uma vez que esse testemunho considera o período da ditadura aquele no qual a cultura predominante era a do professor que ‘se dava ao respeito’.

Conforme Benveniste (1968/PLG II), existe, no emprego da língua, uma força de coesão capaz de transpor as diferenças existentes no uso individual da linguagem, estabelecendo-a como elemento constitutivo de identidade de uma determinada sociedade. Língua e sociedade configuram-se em uma relação semiológica na qual, “em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade” (1968/PLG II, p. 97). É pelo uso da língua que o sujeito se insere socialmente, e são esses usos que revelam um testemunho de polarização política que tem contribuído significativamente para a construção da identidade da sociedade brasileira. Por exemplo, quando analisamos o comentário “15 anos. Nasceu em 2012. Geração criada dentro dos benefícios da era do PT com toda ‘ajuda’ social que esse governo pregou e deu. Pq então se criou assim?”, evidenciamos que as expressões “geração” e “era do PT” comprovam a acepção de que há um Brasil ideologicamente dividido. O sentido que se constrói na enunciação para a expressão “geração criada na era do PT” é o de que o governo do PT é o responsável pela criação de alunos violentos em razão dos benefícios e “ajuda” social dados pelo governo PT, durante sua gestão. As marcas linguísticas *benefícios* e *ajuda social*, aqui, assumem um valor especificamente negativos e revelam uma direita inconformada com as políticas sociais do governo Lula e do governo Dilma, como o programa Bolsa Família, considerado por esse grupo como um mecanismo capaz de formar uma geração de marginais, conforme o trecho: “eis o resultado das políticas de esquerda a longo das últimas décadas no Brasil”.

A teoria enunciativa de Benveniste também evidencia a relação da linguagem com a realidade. No texto *O aparelho formal da enunciação*, o autor define que “a língua se acha empregada para expressão de uma certa relação com o mundo” (1970/PLG II, p.84), não o mundo extralinguístico, mas um mundo

(co)-construído pelos sujeitos falantes, na e pela linguagem, no aqui-e-agora da enunciação. Isso reforça a acepção de que a língua é interpretante da sociedade e que seu uso, portanto, revela certas referências de mundo. Nesse contexto, ato enunciativo “nada que justifique a covarde agressão, mas está na hora de um basta na esquerdização nas escolas e professores com este tipo de pensamento estúpido” remete-se a um testemunho de que tudo o que está ligado ao universo escolar, ideologicamente, pertence à esquerda. A expressão “está na hora de um basta”, mesmo que de modo implícito, refere-se a algo que está no mundo e que é acessado por meio da enunciação, no caso ao *Projeto Escola Sem Partido*, o qual pretende instituir um modelo de escola livre de concepções ideológicas.

Quando o locutor coloca a língua em uso, o signo deixa de pertencer ao nível semiótico e passa a se integrar ao nível da frase, no qual o sentido implica referência à situação discursiva e à atitude do locutor. Ou seja, o signo assume a condição de palavra que será preenchida de sentido na frase pelo sujeito que mobiliza a língua. Ao analisarmos o comentário “nada que justifique a covarde agressão, mas está na hora de um basta na esquerdização nas escolas e professores”, percebemos que a palavra *nada*, na verdade, refere-se a muitos fatores, como, por exemplo, a *esquerdização* nas escolas, aos benefícios e ajuda dados durante a gestão do PT, isto é, quando o locutor diz “nada que justifique”, as referências de mundo que emergem do discurso são uma forma de justificar a agressão. Essa noção é reforçada pelo conector *mas*, que inicia a oração posterior e comprova que há elementos no discurso justificando a violência e afirmando que o sentido da palavra *nada*, nesse contexto enunciativo, não pode ser o de ausência de justificativa.

A linguagem como experiência humana cria a realidade, engloba a sociedade e revela diferentes culturas. Em um cenário em que uma professora é agredida fisicamente por um aluno e isso se torna justificativa para que ela seja agredida verbalmente em uma rede social, percebemos uma sociedade que menospreza a educação e, ainda, culpa o professor pelo problema de violência existente no país. O testemunho de cada internauta, enquanto sujeitos viventes na e pela linguagem, é influenciado por uma conjuntura social em que o cenário de polarização política torna o ódio entre a direita e a esquerda o referente para qualquer discurso. O testemunho de que há um processo de *esquerdização* coloca as escolas na categoria de defensores da esquerda e, dessa

postura, resulta uma cultura de depredação da imagem do professor e de falência das instituições de ensino.

É por meio do emprego da língua convertida em enunciação que damos início a uma aventura no universo da significação. É na instância do discurso, criada pelo aparelhamento da língua, que passamos a existir enquanto sujeitos e enquanto sociedade, dentro de um mundo, em que, graças à língua, a tudo podemos atribuir sentido. É a enunciação, portanto, a responsável por nos revelar uma sociedade que quer negar a existência dos professores ao impossibilitá-los de testemunhar suas próprias experiências dentro dos ambientes de ensino. Em uma cultura de desvalorização da imagem do professor e da educação em si, jamais haverá acordo de sentido entre sociedade e escola e isso simboliza o árduo caminho a ser percorrido pela educação na luta pela sobrevivência e pela valorização.

Considerações finais

Ao desenvolvermos este estudo, verificamos que, por meio da linguística da enunciação de Benveniste e da noção de testemunho descrita por Agamben, é possível percorrer o “lugar-vazio” ocupado pelo sujeito na escrita que, sendo também o sujeito de uma enunciação, encontra na língua um campo de forças que se mobilizam na exterioridade e interioridade do discurso. Dessa forma, pudemos observar como o sujeito, ao tornar possível a palavra, testemunha um silêncio que existe latente no processo de linguagem. Cada internauta, nesse contexto, assume a figura de testemunho, que se manifesta com base em outro testemunho, dado pela *Revista Fórum*.

As considerações de Benveniste, trabalhadas neste texto, possibilitaram-nos compreender o signo linguístico dentro de uma organização que envolve os eixos semiótico e semântico. Por conseguinte, é no funcionamento da enunciação que emerge a problemática da apropriação da língua pelo sujeito, em conformidade com a posição deste no discurso. Isso porque o indivíduo, ao usar a língua, se insere na cadeia significativa como um “lugar vazio”, como lacuna entre o que existe como possibilidade de se dizer e o que, de fato, é enunciado. Portanto, testemunhar, mais do que revelar aquilo que estava em silêncio, é tornar-se um sobrevivente da linguagem.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 5. ed. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Problemas de Linguística Geral II*. 2. ed. Tradução Eduardo Guimarães *et al.* Campinas: Pontes, 2006.

NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. Tradução Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan. São Paulo: Contexto, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cultrix, 2006.

THE TESTIMONY OF A HUMAN EXPERIENCE: AN ENUNCIATIVE ANALYSIS

ABSTRACT:

In this study, we take as an instrument of analysis the theory of enunciation presented in the work of Émile Benveniste (2006) and the philosophical thinking of Giorgio Agamben (2008), regarding the notion of testimony to describe the relationship between language, man and language as to ngue in the process of constructing a testimony about a case of aggression against a teacher from Santa Catarina, occurred in 2017.

KEYWORDS: enunciation; testimony; political speech.

FAKE NEWS E DEMOCRACIA: CONTRIBUIÇÕES DA SEMIÓTICA DISCURSIVA ACERCA DA VERDADE E DA INFORMAÇÃO NA INTERNET

Marcos da Veiga Kalil Filho^a

RESUMO

As *fake news* consistem em procedimento de propagação de conteúdos falsos em que o apagamento ou a dissimulação da autoria representa estratégia comum para a eficácia da comunicação. O reconhecimento de seu impacto nos meandros democráticos exige das teorias do discurso um esforço de compreensão do fenômeno. O presente trabalho discute a problemática com base no arcabouço teórico-metodológico da semiótica discursiva.

PALAVRAS-CHAVE: *fake news*; semiótica discursiva; regimes de crença.

Recebido em: 29/05/19

Aprovado em: 18/09/19

Em maio de 2019, a empresa sul-coreana de tecnologia Samsung anunciou a nova habilidade de seu algoritmo, capaz de simular, de forma realista, o movimento de um rosto com base em apenas uma foto (BATTAGLIA, 2019). As demonstrações em vídeo destacaram quadros famosos, como a “Mona Lisa”, conversando e balançando o rosto e a cabeça naturalmente. O

^a Doutorando e Mestre em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense com bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Membro do SeDi - Grupo de Pesquisa em Semiótica e Discurso. Jornalista, formado pela Universidade Federal Fluminense. Advogado, formado pelo Ibmecc/RJ. Contato: marcoskalil@outlook.com.

feito tecnológico baseia-se no estudo de Zarkharov *et al* (2019) pela *Cornell University*, cujo resultado lançou renovadas preocupações com relação aos impactos da tecnologia sobre a democracia no mundo.

A novidade inscreve-se na discussão sobre as *deepfakes* (em tradução livre, “falsificações profundas”), expressão que conjuga o termo *deep learning* (“aprendizado profundo”, ligado ao *machine learning*, acúmulo de conhecimento por parte de um banco de dados, possibilitando sua tomada de decisão por uma inteligência artificial) com *fake*, de falso (RIDLEWSKI, 2019). Trata-se de *softwares* com a capacidade de gerar vídeos, áudios e outros textos falsos, mas que parecem absolutamente legítimos.

Em 2018, um comediante estadunidense utilizou um simples aplicativo para criar um vídeo convincente do ex-presidente Barack Obama. Na peça, a proeminente figura política dos EUA opinava acerca do filme *Pantera Negra* e ainda chamava o presidente Donald Trump de “um idiota total e completo” (SOARES, 2019). No cinema, técnicas similares têm sido utilizadas para recriar digitalmente versões mais jovens de atores, como no filme *Capitão América: Guerra Civil*, da Disney/Marvel, em que o ator Robert Downey Jr., com seus 50 anos, aparece na película com a aparência de um adolescente.

A fabricação da realidade, porém, não fica restrita ao campo das artes. Com apenas algumas linhas de código, um programador pode colocar o rosto de um antigo parceiro amoroso em um vídeo pornô. A chamada “pornografia de vingança” ganha novos contornos. Se, antes, a *revenge porn* se limitava à divulgação de vídeos e fotos efetivamente trocados e performados pelos cônjuges, agora é possível criar rapidamente peças audiovisuais que simulam a intimidade do casal ou de um dos parceiros.

Na seara pública do debate político e da disseminação de informações, essas aplicações têm tido enorme impacto na condução dos humores e das percepções de massa. As *deepfakes*, de uma forma ou de outra, estariam ligadas a uma série de incidentes nas eleições de diversos países. A criação de áudios, por exemplo, distribuídos pelo serviço de mensagens *Whatsapp*, é uma das ferramentas mais utilizadas para desmoralizar figuras públicas (G1, 2019). Com os vídeos falsos, estamos atravessando uma nova fronteira da persuasão e do efeito de sentido de realidade. Afinal, como explicar para um leigo que uma peça audiovisual fidedigna de uma personalidade política não é *verdadeira*?

As *deepfakes*, assim, correspondem a um instrumento eficaz de geração de *fake news*. Contudo, elas não são as únicas. Artifícios mais simples, como a elaboração de um *site*, um perfil “sósia” nas redes sociais e até mesmo um simples texto compartilhado incessantemente em plataformas de troca de mensagens, também contribuem para um estado geral de desinformação. O conjunto do que pode ser considerado *fake news* consiste em todo texto por meio do qual as instâncias tradicionais de mediação de informação e construção ética da verdade são questionadas paralelamente ao uso de estratégias enunciativas de apagamento ou melindre da instância de autoria — o ator da enunciação para a semiótica discursiva.

A *Folha Política* (FARAH, 2019), especializada em propagação de reportagens falsas na internet, funda-se na força singela e, ao mesmo tempo, poderosa da palavra “Folha” — vinculada ao imaginário de credibilidade de seu homônimo oficial — e de uma identidade visual sóbria. Na rede social de *microblogging Twitter*, a jornalista Mônica Bergamo viu-se maculada pela criação de um perfil *fake* com a mera mudança de uma letra de seu nome (Folha de São Paulo, 2019) — de “@monicabergamo” para “@monicaberganho”. Até um símbolo azul é utilizado ao lado do nome para simular a insígnia “verificada” de usuários de reputação, um efetivo problema semiótico.

Não se pode menosprezar o que representam as *fake news* para o jogo democrático. Estudo publicado pela organização Avaaz (PASQUINI, 2019) dá conta de que 98,21% dos eleitores do presidente eleito em 2018 no Brasil, Jair Bolsonaro, foram expostos a uma ou mais notícias falsas durante a eleição e 89,77% acreditaram que os fatos eram verdadeiros. Relatores especiais em liberdade de expressão da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Organização para Cooperação e Segurança na Europa e da Comissão Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos divulgaram, em 2017, declaração conjunta acerca dos riscos das *fake news* (Agência Brasil, 2019) para os direitos humanos.

A definição do que é verdade, os meios aceitáveis e os seus limites éticos para o convencimento e a divulgação de informações são apenas algumas das questões suscitadas pelas *fake news*. A semiótica discursiva de linha greimasiana congrega um amplo arcabouço de proposições teóricas e categorias de análise, as quais podem contribuir para esse debate. As modalidades epistêmicas

e veridictórias (GREIMAS, 2014) discorrem sobre como a certeza e a verdade são produzidas entre quem diz e para quem se diz em cada ato de persuasão, que é a comunicação em acepção semiótica. Articuladas a uma certa memória coletiva de usos, a certeza e a verdade dependem de regimes de crença (FONTANILLE, 2015) para determinar o que é crível e o que é inacreditável (CALIL, 2019). Ainda no presente trabalho, esperamos propor, ao final, uma direção sucinta para o enfrentamento da controvérsia.

Certeza e verdade: modalidades epistêmicas e veridictórias

A verdade, para o constructo alicerçado por A. J. Greimas, é eminentemente contratual e decorre da fidedignidade — “[...] toda comunicação humana, toda tratativa, mesmo que não verbal, está fundada sobre um mínimo de confiança mútua e que ela vincula os protagonistas ao que chamamos contrato fiduciário” (GREIMAS, 2014, p. 134). Ela, portanto, é construída em cada texto, sem que isso diminua sua força. Nessa linha, a semiótica discursiva filiou-se às correntes que derrubaram o edifício da verdade universal e ontológica, e até mesmo da verossimilhança, como confirmação de um referente externo para reconhecer na crença o pressuposto de todo saber. “Percebeu-se [...] que o *eu penso que*, que serve de suporte para o discurso interior do sujeito, quando este quer exteriorizá-lo, não é um ‘eu sei’, mas um ‘eu creio’. [...] o saber dito científico seria apenas um parêntese ou [...] um efeito de sentido que se constitui em condições a serem determinadas” (GREIMAS, 2014, p. 128). A semiótica não se ocupa do que é a verdade, mas da maneira como o verdadeiro se faz.

Esse movimento não relativiza a verdade, mas reconhece sua dependência das estratégias enunciativas empenhadas no enunciado pelo sujeito da enunciação, composto pelos perfis de enunciador e enunciatário instaurados no texto. Cada um deles circunscreve dois fazeres importantes para o entendimento da conformação da verdade. O enunciador — “aquele que diz”, análogo ao autor — emprende um fazer persuasivo em direção ao enunciatário — “para quem se diz”, análogo ao leitor —, que, por sua vez, realiza um fazer interpretativo. Por estarem instaurados no texto-enunciado, enunciador e enunciatário são coautores, agem concomitantemente para a produção e atribuição dos sentidos do texto (FIORIN, 2016).

A imagem projetada do autor, como a própria indicação de autoria da jornalista Mônica Bergamo no *Twitter* e o estilo discursivo jornalístico desta, junta-se às demais marcas textuais para erigir uma força de persuasão, que passa, inarredavelmente, pela crença primordial de um no outro, mas também pela delineação do que é verdade ou falsidade no interior do texto-enunciado. Por mais que estejamos na era de questionamento das instituições tradicionais de informação — como, por excelência, a imprensa — as figuras-signos geradas por elas, tais como marcas, cores, identidades visuais, personagens-jornalistas, ainda possuem algum capital simbólico-semântico atinente aos valores da credibilidade. Tanto o é, que, não raro, as *fake news* tentam emulá-las para que o seu fazer persuasivo ganhe ao menos parte desses valores.

Do lado do enunciatário, a relação estabelecida por um sujeito da enunciação constitutivamente duplo, composto “por quem diz” e “para quem se diz”, impõe uma gama de coerções sobre o enunciador. Se a comunicação é um fazer persuasivo, buscam-se as estratégias enunciativas que sejam mais eficazes (GREIMAS, 2014) para alcançar o enunciatário em seu fazer interpretativo. A sua imagem, então, imporá restrições aos elementos selecionados pelo enunciador. Mesmo *fake news* divulgadas pelo *Whatsapp*, de autoria difusa e apagada, constroem esses perfis, pois o enunciado é — sempre — direcionado a um enunciatário. O que elas demonstram, ao fim, é que a verdade é também fruto da eficácia da comunicação, corolário antigo da semiótica discursiva.

A eficiência da relação entre enunciador e enunciatário depende de um “crer” mínimo. Assim, a persuasão, para a semiótica, se dá na ordem da crença em que o primeiro realiza um “fazer crer” sobre o segundo, que é, por seu turno, responsável efetivamente pelo “crer”:

No eixo da comunicação (real ou “imaginária”, quando depende de um discurso interiorizado), o “crer” opõe-se ao “fazer crer” (ou persuasão) e corresponde, por conseguinte, à instância do enunciatário que exerce seu fazer interpretativo, ao passo que o “fazer crer” é obra do enunciador encarregado do fazer persuasivo. [...] sua inclusão no quadro do fazer interpretativo,

enquanto ponto de chegada e sanção final deste, já permite ver-lhe um pouco melhor a problemática. De fato, o crer não é somente o fundamento da fé religiosa, mas constitui também e entre outras coisas [...] a instância crucial do discurso científico; numa visão mais ampla, o fazer crer, o qual, enquanto fazer persuasivo, não pode ser tratado independentemente do crer, constitui uma das forma principais da manipulação [...]. (GREIMAS; COURTÉS, 2013, p. 107)

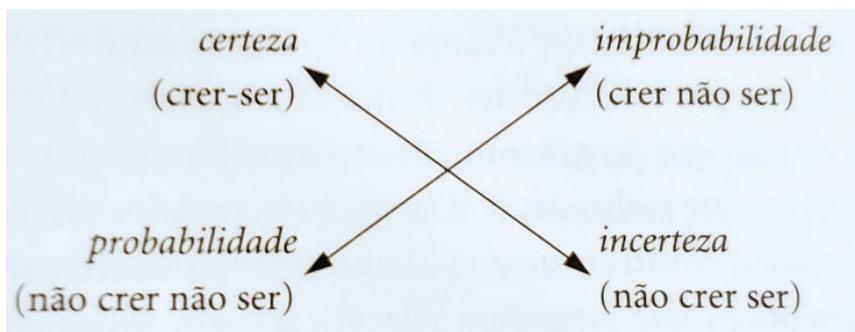
Dessa forma, o enunciado manifesta um fazer persuasivo do enunciador ou, nos termos presentes, um “fazer crer” sobre o enunciatário, que, nesse sentido, realiza um “crer”, um juízo epistêmico (GREIMAS, 2014), que finaliza o seu fazer interpretativo, sancionando as posições cognitivas propostas. Em consequência, o que a semiótica discursiva propõe retira a ingenuidade de certa visada sobre os processos comunicativos, trazendo à tona a dimensão da crença envolvida em todo texto, seja ele qual for.

O ato epistêmico designa uma operação de comparação entre o que é proposto pelo fazer persuasivo do enunciador e o que já se sabe ou se crê por parte do enunciatário, uma identificação de quem interpreta com o que é interpretado (GREIMAS, 2014). Esse movimento de reconhecimento acontece, primeiramente, por meio das modalidades epistêmicas, pelas quais o sujeito aceita, recusa, admite ou duvida da proposição representada pelo enunciador e o enunciado.

[...] toda proposição formulada pelo enunciador está assentada em uma base epistêmica que vai da afirmação à dúvida e da refutação à admissão [...] Esse ato epistêmico, entretanto, que serve de prelúdio à comunicação, não é uma simples afirmação de si, mas um passo que é dado, uma solicitação de consenso, uma proposição de contrato, aos quais o enunciatário dará continuidade com um aceite ou uma recusa. Entre essas duas instâncias e essas duas atitudes se organiza o espaço cognitivo da persuasão e da interpretação [...] (GREIMAS, 2014, p. 135)

A certeza que afirma, a exclusão que recusa, a probabilidade que admite e a incerteza que duvida são operações em que o sujeito se liga ao objeto de maneiras diferentes — ou, em outras palavras, que interpreta e julga o texto de acordo com esses quatro polos, representados abaixo, respectivamente, pela certeza (um “crer-ser”, o sujeito está em conjunção com o objeto e por isso pode afirmar que é), pela incerteza (um “não crer ser”, o estado de não conjunção do sujeito com o objeto, o que o leva a duvidar), pela improbabilidade (um “crer não ser”, pelo qual o sujeito está em disjunção com o objeto, assim recusando sua validade), e pela probabilidade (um “não crer não ser”, o sujeito em não disjunção com o objeto, o que o leva a admitir a possibilidade).

Figura 1: Modalidades epistêmicas.



Fonte: GREIMAS; COURTÉS, 2013, p. 172.

As modalidades epistêmicas abarcam sobre a formação da certeza no ato comunicativo que compreende um fazer persuasivo e um fazer interpretativo. O que é certo confirma a existência do sujeito. O que é excluído, em forma de recusa, entra em conflito com o estatuto do sujeito e, por isso, é descartado. O incerto é posto em dúvida pelo sujeito que nega a certeza da conjunção com o objeto. O que é provável admite a possibilidade, situação em que um sujeito nega a disjunção com o objeto sem estar em conjunção com ele. A certeza e a improbabilidade são opostos categóricos, e a probabilidade e a incerteza são seus subcontrários, encontrados pela negação dos termos principais.

O provável e o incerto diferenciam-se no enunciado por um ponto de vista instaurado no texto. O incerto, como “não certeza”, implica logicamente a exclusão. Já o provável, como “não-improbabilidade”, implica logicamente a certeza. Dessa forma, o provável aproxima-se mais da certeza, e o incerto da improbabilidade. Esses quatro polos podem ser construídos no texto da mesma maneira que o enunciador e o enunciatário estão inscritos no enunciado, enquanto perfis.

As *fake news* valem-se da certeza, mas, sobretudo, da probabilidade e da incerteza para engendrar o fazer interpretativo do enunciatário. Dado que o sujeito contemporâneo não parece se preocupar em checar as informações que consome, a assunção da verdade não depende apenas da certeza, mas pode se dar também por meio da probabilidade e da incerteza. No plano empírico, podemos verificar essa hipótese quando se confronta um sujeito com o caráter incerto ou mesmo falso de uma informação e este reage: “Mas bem que poderia ser”. Trata-se, ao fim e ao cabo, de estabelecer uma verossimilhança e uma confirmação do universo do sujeito — o reconhecimento e a comparação do juízo epistêmico.

Se a certeza é um “fazer-criar-certo”, a verdade, para Greimas, é um “fazer-parecer-verdadeiro” (2014, p. 122). A verdade no discurso não é mais da ordem da verossimilhança ou da verdade ontológica, mas anui à veridicção, uma “operação que se exerce como um saber sobre os objetos (do mundo)” (p. 87). Para o “juízo epistêmico definitivo” (GREIMAS; COURTÉS, 2013, p. 533), a certeza e a verdade devem ser delineadas na imanência, no interior do texto e na relação entre enunciador e enunciatário. Mais do que isso, o enunciatário deve julgar o estatuto da imanência, do “ser” do objeto, em seu contato com a manifestação, o “parecer” do objeto.

Quando a verdade prescinde de um referente externo, ela se torna um “dizer verdadeiro”, ou seja, basta parecer verdadeiro para que verdadeiro seja. Por conseguinte, o discurso passa a ser “esse lugar frágil em que se inscrevem e se leem a verdade e a falsidade, a mentira e o segredo; modos de veridicção resultantes da dupla contribuição do enunciador e do enunciatário; suas diferentes posições se estabelecem [...] na forma de um equilíbrio [...] que provêm de um acordo implícito [...] designado pelo nome de *contrato de veridicção*” (GREIMAS, 2014, p. 123).

Figura 2: As modalidades veridictórias.



Fonte: GREIMAS, 2014, p. 66.

As modalidades veridictórias, então, inscrevem-se no texto na relação entre o fazer persuasivo e o fazer interpretativo. A verdade é um julgamento em que a manifestação parece ser e a imanência é. Um texto será falso quando não parece ser e não é. O objeto será mentiroso se parece ser, mas não é. As *fake news* muitas vezes se apresentam como um segredo — não parece, mas é —, como expressão de narrativas de conspiração e revelação do inimigo. Curioso relacionar esse fato ao comentário de Greimas acerca da “camuflagem subjetivante” (2014, p. 123), estratégia típica da veridicção pelo segredo, em que um “*eu* fiador da verdade” constrói um “plano anagógico a ser decifrado”.

A conciliação desse modelo com o apagamento da autoria das *fake news* se dá por meio do entendimento que Barros (2015) proporá sobre a complexidade dos discursos na internet. Haverá sempre a presença sintática do agente da enunciação — o “eu pressuposto” do texto, o autor que pressupomos existir diante da imanência —, mas, diante da ausência semântica do ator da enunciação — a quem atribuímos figurativamente a autoria —, o que Barros entenderá como anonimato da rede mundial de computadores, propomos um passo adiante e diremos que, para as *fake news*, essa lacuna acaba sendo preenchida, em certas plataformas, como o *Whatsapp*, pela autoria de grupos de conversação ou pessoas específicas.

O fazer persuasivo, que confere certeza e verdade ao fazer interpretativo, locupletar-se-á da ausência de um ator da enunciação para que pais, chefes, parentes, líderes religiosos e amigos, ao compartilharem as mensagens em suas redes, ocupem essa posição de autoria. Esta foi, aliás, a estratégia bem-sucedida nas eleições de 2018, atribuída ao presidente Jair Bolsonaro e sua equipe. As instâncias tradicionais de mediação da informação e construção de certeza e de verdade — a imprensa, a Academia e as agências estatais, todas adeptas, no discurso, à “camuflagem objetivante” — são substituídas pelo apelo subjetivo de mensagens de conhecidos. O “eu fiador”, portanto, recai sobre quem repassa a mensagem e valoriza a proximidade em contraste com o distanciamento e a impessoalidade do jornalismo, da ciência e do Estado.

Entretanto, a atribuição dos valores de verdade, falsidade, mentira ou segredo, assim como a certeza, a refutação, a probabilidade e a incerteza não são fruto de um ato individual. Seguindo a base estruturalista da semiótica discursiva, reconhece-se o caráter social das noções supramencionadas e, tendo como referente teórico a guinada fenomenológica, compreende-se a enunciação como dependente de uma práxis enunciativa e sua memória coletiva de uso (MANCINI, 2019). Por conseguinte, a forma como o enunciatário realiza seu fazer interpretativo se inscreve em um regime de crença (FONTANILLE, 2015).

Regimes de crença e os níveis de pertinência

Um regime de crença é um conjunto de valores apreendido de uma forma semiótica com base no confronto entre a interpretação e as experiências acumuladas na memória, uma promessa que advém dessa memória e sua aceitação com base na experiência. Um regime de crença oferece ao fazer interpretativo valores como a verdade e a certeza. Ao ler um jornal, o logotipo e a formatação da informação, a objetividade e o efeito de sentido de imparcialidade fornecem ao enunciatário um leque de valores que opera, de antemão, um fazer persuasivo direcionado à verdade e à certeza. Trata-se do regime de crença da informação, oposto, por exemplo, ao regime de crença da ficcionalidade, acionado em contos literários.

Desse modo, as modalidades epistêmicas e veridictórias, relacionadas com o crer e com o saber do enunciatário, estão imbricadas em um regime de crença. Adstrito ao conceito de práxis enunciativa, existe um regime de crença para cada nível de pertinência do percurso gerativo da expressão (FONTANILLE, 2008): figuras-signos, textos-enunciados, objetos, práticas e formas de vida.

Os profissionais do jornalismo televisivo foram historicamente impedidos de fazer propaganda de produtos porque os espectadores teriam dificuldade de compreender o que era informação e o que era comercial — uma distinção ética. As figuras-signos “jornalistas” em textos-enunciados remetem a um regime de crença da informação e acionam um fazer persuasivo imbuído das características desse universo de valores e estratégias. Informar ou vender? Essa mistura de regimes de crença parece ser uma característica da contemporaneidade tendo em vista que o enunciador contemporâneo empreende uma hibridação, visando conjugar valores e estratégias anteriormente pensados como incompatíveis.

As *fake news* são um exemplo dessa dinâmica: um *blog* pessoal com *design* de portal de notícias; vídeos que utilizam tanto o registro pessoal e amador em seu plano do conteúdo, quanto, no plano de expressão, estética e técnica com elevado primor profissional; esses e outros exemplos demonstram que, com a democratização das ferramentas de mídia, uma parcela significativa de pessoas consegue reproduzir figuras-signos, textos-enunciados e inseri-los em objetos e práticas semióticas que tornam difícil distinguir o seu direcionamento ético-pragmático.

Deve-se considerar, ainda, que a escrita, o áudio, a foto e a imagem televisiva compõem formas de vida com seus respectivos regimes de crença. A escrita traz consigo uma autoridade, mas pode deixar em aberto a autoria. O áudio, utilizado tanto no rádio, como nos trechos divulgados em aplicativos de mensagem, inicia a trajetória do efeito de sentido de realidade, seguindo, de forma ascendente, para a imagem estática e a em movimento. A foto e a imagem televisiva presentificam o que é mostrado e corroboram um regime de crença que evoca a verdade e a realidade como simulacros máximos.

Conclusões e encaminhamentos

As *deepfakes*, portanto, representam risco sem precedentes para a ética pública. Já é possível criar vídeos casuais de qualquer pessoa, realizando qualquer tarefa, que “parecem verdadeiros”, sem que ela, de fato, a tenha realizado. Com o desenvolvimento e a consequente ampliação do acesso a essas ferramentas, a certeza e a verdade, como efeitos de sentido construídos por estratégias enunciativas, terão aliados cada vez mais acessíveis e disponíveis. Se verdade é “dizer verdadeiro”, nunca esteve tão fácil fazê-lo.

Com pouco ou nenhum esforço, algoritmos e *softwares* realizam o trabalho de confecção de textos, cujas marcas reconstróem regimes de crença diferentes na mesma forma semiótica: textos que congregam elementos de subjetividade e objetividade; amadorismo e profissionalismo; informação e mercantilização. Convencer-se, para Greimas, é “com-vencer”, tornar o enunciário um “vencido” do processo de argumentação (GREIMAS, 2014), a “vitória” tem-se baseado na confusão entre regimes de crença que, décadas atrás, estiveram bem delimitados na seara pública.

O enfrentamento dessa problemática deverá acontecer no âmbito da *media literacy* (BAUER, 2011), o que chamaremos aqui de letramento em mídia, abarcando também o letramento digital. Letramentos são o conjunto de práticas sociais ligadas às várias formas de leitura e de escrita, em sentido amplo (ROJO, 2009). Falar em letramento em mídia significa reconhecer que os veículos midiáticos requerem um arcabouço específico de habilidades e valores em sua interação e interpretação.

Para a semiótica discursiva, letramentos são práticas semióticas de produção e interpretação da significação verbal e não verbal. Por serem práticas, abarcarão também os regimes de crença e as modalidades epistêmicas e veridictórias. Desse modo, ao investir nas práticas semióticas de letramento em mídia, poderemos compreender os processos de formação dos regimes de crença perante as novas mídias e as práticas renovadas que surgem com elas. Ainda mais importante será a possibilidade de moldar esses regimes de crença à luz da ética pública e da criticidade. Na internet, devemos estar em constante estado de dúvida.

Referências

Agência Brasil. ONU diz que “notícias falsas” representam uma preocupação global. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-03/onu-diz-que-noticias-falsas-representam-uma-preocupacao-global>. Acesso em: 26/05/2019.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. A complexidade discursiva na internet. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, 13: 13-31, São Paulo, 2015.

BATTAGLIA, Rafael. Com apenas uma foto, algoritmo da Samsung consegue criar um vídeo falso. *Super Interessante*, <https://super.abril.com.br/tecnologia/com-apenas-uma-foto-algoritmo-da-samsung-consegue-criar-um-video-falso/>, 26/05/2019.

BAUER, Thomas. O valor público da Media Literacy. *Líbero*, 14: 9-22, São Paulo, 2011.

BRANDON, John. Terrifying high-tech porn: Creepy ‘deepfake’ videos are on the rise. *Fox News*, <https://www.foxnews.com/tech/terrifying-high-tech-porn-creepy-deepfake-videos-are-on-the-rise>, 26/05/2019.

BUSCH, Jenna. How they made Tony Stark younger in Captain America: Civil War. *IGN*, <https://www.ign.com/articles/2016/09/25/how-they-made-tony-stark-younger-in-captain-america-civil-war>, 26/05/2019.

CALIL, Lucas. *Que das trevas se faça luz: a fratura e renascimento do cânone*. 2019. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

FARAH, Tatiana. Folha Política, famosa por espalhar fake news, só foi banida hoje do Facebook. *Buzzfeed News*, <https://www.buzzfeed.com/br/tatianafarah/folha-politica-famosa-por-espalhar-fake-news-so-foi-banida>, 26/05/2019.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

Folha de São Paulo. *Perfis de paródias se multiplicam e confundem na internet*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/perfis-de-parodias-se-multiplicam-e-confundem-na-internet.shtml>. Acesso em: 27/05/2019.

FONTANILLE, Jacques. *Formes de vie*. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2015.

_____. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: PORTELA, Jean Cristtus; DINIZ, Maria Lucia. (org.). *Semiótica e Mídia: textos, práticas e estratégias*. Bauru: Unesp/Faac, 2008. p. 15-74.

G1. *É #FAKE áudio atribuído a funcionário da Globo com orientações contra Bolsonaro*. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/22/e-fake-audio-atribuido-a-funcionario-da-globo-com-orientacoes-contra-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 26/05/2019.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido II: Ensaios semióticos*. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. Contexto: São Paulo, 2013.

MANCINI, Renata. A enunciação tensiva em diálogo. *Estudos semióticos*, 15: 64-87, São Paulo, 2019.

METZ, Rachel. The fight to stay ahead of deepfake videos before the 2020 US election. *CNN*, <https://edition.cnn.com/2019/04/26/tech/ai-deepfake-detection-2020/index.html>, 26/05/2019.

PASQUINI, Patrícia. Estudo diz que 90% dos eleitores de Bolsonaro acreditaram em fake news. *Valor Econômico*, <https://www.valor.com.br/politica/5965577/estudo-diz-que-90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditaram-em-fake-news>, 26/05/2019.

RIDLEWSKI, Carlos. Inteligência artificial garante potencial destrutivo às “deepfakes”, nova categoria das “fake news”. *Valor Econômico*, <https://www.valor.com.br/cultura/6272493/inteligencia-artificial-garante-potencial-destrutivo-deepfakes-nova-categoria-das-fake-news>, 26/05/2019.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos*. Escola e Inclusão Social. São Paulo: Parábola, 2009.

SOARES, Cláudio. Deepfake: Você não vai acreditar no que Barack Obama disse neste vídeo!. *Medium*, <https://medium.com/@cssoaresonline/deepfake-voc%C3%AA-n%C3%A3o-vai-acreditar-no-que-barack-obama-diz-neste-v%C3%ADdeo-3892287b375a>, 26/05/2019.

ZARKHAROV, Egor *et al.* Few-Shot Adversarial Learning of Realistic Neural Talking Head Models. *Cornell University*, <https://arxiv.org/abs/1905.08233>, 26/05/2019.

FAKE NEWS AND DEMOCRACY: CONTRIBUTIONS OF DISCURSIVE SEMIOTICS ABOUT TRUTH AND INFORMATION

ABSTRACT

Fake news consists of procedures regarding the propagation of false content. In order to achieve it, authorship is usually erased or concealed. The recognition of its impact on democracies demands an effort to further the understanding of the phenomenon. Theories of discourse can help in this vital task. The issue of fake news is discussed in this paper from the theoretical-methodological framework of discursive semiotics.

KEYWORDS: fake news; semiotics; belief systems.

#FATO OU #FAKE: EFEITOS DE VERDADE E A POLÍTICA DO SILÊNCIO

Ariana da Rosa Silva^a

Milene Maciel Carlos Leite^b

“Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas”
(Manoel de Barros, 1996)

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar os processos de produção de sentido, circulação e checagem de *fake news*. Consideramos que o funcionamento de paráfrases discursivas das notícias falsas, produzidas por sujeitos dispersos, permite a produção de um efeito de verdade e o apagamento de sentidos outros.

PALAVRAS-CHAVE: sentidos; efeitos de verdade; silêncio.

Recebido em: 20/05/19

Aprovado em: 24/09/19

Primeiras palavras

Manoel de Barros, como poeta, joga com as palavras, cria brinquedos feitos de palavras que servem para muito ou para nada. Para o escritor, algumas histórias são tão verdadeiras, que até parecem

^a Mestra em Estudos de Linguagem, na área de Análise de Discurso, Doutoranda pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com apoio da CAPES. Especialista em Leitura e Produção Textual e licenciada em Letras, pela Universidade Estácio de Sá.

^b Mestra em Estudos de Linguagem, na área de Análise de Discurso, Doutoranda pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Língua Portuguesa e licenciada em Letras Português-Espanhol, também pela UFF.

inventadas. Embora o façam com maestria, o trabalho de jogar com as palavras não se restringe aos poetas. É trabalho de sujeito(s) de linguagem.

Pêcheux (2014a [1979]) diz, a respeito do funcionamento da propaganda, especialmente a governamental: “dispositivo essencial do Estado capitalista autoritário moderno, a propaganda se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias gestos” (PÊCHEUX, 2014a [1979], p. 74). Chama, assim, a atenção para o poder de interpelação da propaganda; ao mesmo tempo, o quanto a propaganda, em si, já deixa ver um funcionamento ideológico, uma posição de quem a produz, um gesto no simbólico.

Como vemos em Pereira (2017), Paul Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda durante o período nazista na Alemanha, disse: “uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”. Este foi o lema com base no qual as propagandas que disseminavam ideias nazistas apresentavam Hitler como quem reconstruiria o país e levaria a Alemanha à prosperidade (PEREIRA *et al.*, 2017). Produziam-se, assim, propagandas que, pela repetibilidade, nas mais variadas formas de produção e de circulação, faziam com que o que se apresentava funcionasse como verdade. Os sentidos ali produzidos eram validados por sujeitos, por meio da interpelação ideológica que se dá para todos. Entendemos, pelo olhar discursivo, que essa “mentira”, quando passa a ser discursivizada, se torna acontecimento de linguagem, em que os processos de significação produzem efeitos de verdade e de silenciamento. Sendo assim, mesmo que um fato não tenha realmente ocorrido, a partir do momento em que é discursivizado, em um processo de reformulações e paráfrases, e circula socialmente, este não acontecimento se torna um acontecimento da ordem do discurso e produz efeitos.

A campanha eleitoral no Brasil, em 2018, ficou marcada como a eleição das *fake news*. Houve, de modo acentuado, a propagação de notícias falsas que circularam, principalmente em redes sociais, sendo altamente (re)produzidas. Como pontua Mariani (2018, p. 4), “esses pequenos vídeos, imagens, textos multiplicam-se de uma forma *prêt-à-porter*, ou seja, estão prontos para serem vistos, lidos, espalhados e repetidos como certezas”. Uma vez prontos para o rápido consumo, espalham-se velozmente.

Com o grande volume dessas notícias falsas, recentemente, serviços de checagem dos fatos, os *fact-checking*, existentes em outros países, passaram a funcionar também no Brasil. Como exemplo, existe o *Comprova*, o *Aos Fatos*, a

Agência Lupa, o E-farsas, além do *Fato ou Fake (Portal G1)*, eleito como objeto, no presente artigo. Lemos essa proliferação como marca de uma descredibilidade dos próprios jornais que, muitas vezes, acabam também divulgando notícias não verdadeiras.

Por essa perspectiva, propomo-nos analisar a proliferação dos serviços de checagem de notícias, impulsionado no período eleitoral de 2018, no Brasil. O que essa proliferação nos permite afirmar em âmbito social? Que efeitos de sentido essas formulações produzem, como significam? Com base nessas questões, debruçamo-nos, especificamente, sobre a plataforma intitulada *Fato ou Fake*, criada pelo *Portal G1* de notícias, em que notícias de maior circulação são analisadas por jornalistas e têm sua verdade atestada ou não, recebendo o selo de “fato” ou de “fake”.

Desse modo, filiados ao arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD), desenvolvemos, neste artigo, uma discussão sobre os processos de produção, circulação e checagem de *fake news* durante a eleição de 2018, no Brasil, com enfoque nessa construção discursiva que coloca, de um lado, o fato, como a verdade, e, de outro, o *fake*, como a mentira. No gesto de leitura empreendido neste estudo, podemos afirmar que esse binarismo um *ou* outro não se aplica.

A produção de *fake news* não é recente. Tal prática, no entanto, teve uma ascensão exponencial, na contemporaneidade, em razão do avanço tecnológico e da grande utilização de redes sociais. Dias (2016, p. 9) afirma que o digital “coloca em relação sujeito e conhecimento, através de um funcionamento específico da memória, cuja natureza é digital”. Essa “memória digital”, mais do que lançar luz à ilusão de uma estrutura totalizante das máquinas, o que o faz a “memória metálica” (ORLANDI, 1996, p. 15), mostra que o que está em estado digital circula em distintos formatos e dispositivos, atualizando sentidos - o que é trabalho da memória discursiva. Assim, as *fake news* hoje são produzidas e atravessadas por essas condições.

É preciso ainda destacar que tais formulações, as *fake news*, dizem sobre algo que não existe como fato, em termos de ocorrência. Todavia, todo dizer é uma inscrição no simbólico. O ato de pôr em palavras o não acontecimento dá a ele uma existência discursiva. Há, então, uma disputa por sentidos, que se fixam a partir do momento em que passam a ser reproduzidos por diversas posições-sujeito, em distintas condições de produção, apagando sentidos outros. Esse é o ponto central de nosso estudo.

A verdade e a *in*-verdade, sempre *uma* verdade

A obra *A arte da mentira política*, atribuída a Jonathan Swift (2006 [1733]), é composta de pensamentos apresentados, satiricamente, como conselhos aos políticos de sua época, isto é, início do século XVIII na Inglaterra (BARONAS, 2006).

Courtine (2006, p. 17-18) traz da obra de Swift duas questões: “é necessário enganar o povo para o seu próprio bem?” e “quem tem o direito de fabricar essas ‘falsidades salutares?’” O autor afirma que, segundo Swift (2006 [1733]), a arte política consiste em fazer com que o povo acredite em “verdades salutares” a propósito de algo bom e que o povo não tem direito à verdade política, como também não o tem sobre castelos, terras e bens. A verdade é vista, pois, como uma propriedade privada que ao povo não pertence. O povo, ao contrário disso, tem o direito à mentira.

Ainda a respeito do trabalho Swift (2006 [1733]), Courtine (2006) destaca o desenvolvimento de uma tipologia que distingue três tipos de mentiras: a *mentira da calúnia*, que diminui os méritos de uma pessoa pública; a *mentira da adição*, que aumenta os méritos; e a *mentira de traslado*, que os transfere de uma pessoa a outra. Nos três casos, existe algo a não ser deixado de lado: a verossimilhança. Em outras palavras, a mentira política deve ser próxima à realidade, sem que haja exageros que permitam contradição. “É necessário saber adequar a enganação à verdade, às circunstâncias, aos fins visados” (COURTINE, 2006, p. 19). Para que isso seja possível, é preciso “dispor de uma massa de crédulos prontos a repetir, expandir, disseminar por toda parte as falsas notícias que foram forjadas por outros” (COURTINE, 2006, p. 19), ou seja, é preciso haver quem acredite nelas e, como bom credor, as reproduza.

O que antes era apenas um “estado artesanal de dissimulação”, que se dava com as práticas orais, com o desenvolvimento da imprensa escrita, no século XIX, a mentira política ganhou novas formas de circulação. Ao longo do século XX, passa a ser produto e consumo de massa. Foi então que alcançou proporções que, certamente, não foram previstas por Swift (2006 [1733]), sendo a “nova era tecnológica da mentira”. A mentira tornou-se “eletrônica, instantânea, global” (COURTINE, 2006, p. 23). Além disso, podemos acrescentar que, se, no século XX, houve proliferação dessa prática, no século XXI, a questão se

potencializou. O exponencial avanço tecnológico permitiu que as práticas políticas, como um todo, se ampliassem em níveis também exponenciais.

Somado a isso, é preciso considerar que a mentira política não é assumida em suas práticas, ela ocorre sorrateiramente, e que o discurso político propõe-se sempre como um falar verdadeiro. Nesse sentido, analisando-se o cenário apresentado nas eleições presidenciais no Brasil, em 2018, podemos afirmar que o uso de informações falsas tornou-se uma prática dos sujeitos políticos, inclusive os presidenciáveis. Não é nosso objetivo investigar a autoria desses enunciados, nem avaliar a veracidade ou não dos dizeres. Interessa-nos observar o funcionamento das *fake news* nas condições de produção atuais, sua materialidade significativa, seus efeitos de verdade e de silenciamento. Portanto, na perspectiva adotada neste estudo, não importa se determinado dizer é falso ou verdadeiro, importa a sua existência enquanto prática discursiva, fato de linguagem, acontecimento da ordem do discurso, *uma* verdade, portanto, sustentada pelo efeito de evidência, de unidade de sentido, o que justifica, conforme aponta Mariani (2018, p. 4), o uso do termo *mensagem* para designar esses dizeres: algo a se transmitir, revelar, alertar.

Interessa-nos, ademais, problematizar o âmbito da circulação, sendo, junto com a formulação e a constituição, “três momentos relevantes no processo de produção do discurso” (ORLANDI, 2012, p. 9). Com o digital, a velocidade com que tais mensagens circulam é um ponto a ser destacado. Nesse repasse, há uma apropriação subjetiva, uma aposta de verdade, que impulsiona a circulação. Não se compartilha aquilo em que não se crê, e a escolha de quem deve ou não receber a mensagem também caracteriza um funcionamento próprio das *fake news*.

Gestos de leitura da circulação de *fake news* nas eleições de 2018 no Brasil

As *fake news* têm despertado interesse em pesquisadores de diversas áreas. Em pesquisa recente, através da observação do serviço de checagem *Comprova*, Petrola (2019) afirma que há uma predominância de notícias falsas que representam ideais de “direita” e que a “esquerda” é construída imaginariamente, em uma associação “à defesa de criminosos e à destruição de valores

da família” (PETROLA, 2019, p. 119). Além disso, aponta que, embora haja *fake news* de todos os lados, há uma recorrência de notícias falsas de “direita” identificadas pelo *fact-checking*. Para o autor, há um caráter inverossímil de notícias como possíveis fraudes de urnas a favor do PT, a esquerda vinculada ao atentado de Bolsonaro (PSL), a distribuição de mamadeiras com formato de pênis em creches, ou a afirmação atribuída a Fernando Haddad (PT) de que caberia ao governo decidir sobre o gênero das crianças. Petrola (2019, p. 120) defende que as *fake news* funcionam como demonstração de “adesão ou repúdio a certas plataformas ideológicas, que se transformam em signos identitários – por exemplo, a defesa de um conceito tradicional de família, com papéis definidos para cada gênero [...]”.

Em continuidade a um estudo dessa natureza, lançamos nosso olhar sobre o serviço de checagem *Fato ou Fake*, do *Portal G1* de notícias. Centramo-nos em uma notícia que expõe uma lista com afirmações avaliadas pelo grupo de jornalistas que compõe a plataforma de checagem¹. Ao produzirmos um gesto de leitura, podemos reiterar a análise realizada por Petrola (2019).

Nessa listagem, 156 informações são nomeadas como “#fake” e quatro recebem o atestado de “#fato”. Dessas quatro, só uma está relacionada com a política e as eleições: “É #FATO que deputados eleitos pelo PSL quebraram placa com nome de Marielle Franco em comício de Wilson Witzel”. Assim, dos poucos acontecimentos atestados como “fato” pelo grupo jornalístico que compõe a plataforma, o único relacionado a política apresenta uma postura inadequada por parte de deputados do partido PSL, mesmo partido do presidente Bolsonaro (PLS), candidato eleito.

No que foi considerado “fake”, há uma predominância de informações que negativizam a imagem do candidato Haddad (PT) e de sua vice D’Ávila (PCdoB), como: “É #FAKE que simulação de sexo em teatro seja no Brasil e tenha relação com Haddad; É #FAKE que Haddad cancelou aula na USP para comemorar queda das Torres Gêmeas; É #FAKE que Haddad tem *post* no *Twitter* com elogio a Maduro e à Venezuela; É #FAKE que áudio revela Haddad e Manuela tramando contra Exército e Bolsonaro; É #FAKE que

¹ <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/27/fato-ou-fake-as-checagens-da-eleicao.ghtml>, acesso em 2 de maio de 2019.

Haddad criou ‘kit gay’ para crianças de seis anos; É #FAKE imagem em que Manuela D’Ávila aparece com camiseta ‘Jesus é travesti’”, entre outras.

As *fake news* incidiram, assim, mais sobre o candidato que representava a esquerda do que sobre o que representava a direita. A notícia relacionada ao chamado “kit gay”, supostamente comprado pelo Ministério da Educação, quando Haddad (PT) atuava como Ministro, foi, inclusive, usada em campanha pelo candidato da oposição², em entrevista ao *Jornal Nacional* da *TV Globo*, mesmo com a proibição do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)³. A eleição do candidato de direita nos permite afirmar que houve, na campanha eleitoral de 2018, forte base de sustentação em notícias consideradas como falsas, mentirosas, (in)verdadeiras.

Denicoli (2018) aponta que o principal objetivo das *fake news* na campanha eleitoral é denegrir a imagem do opositor, considerando a opinião dos grupos aos quais se direcionam. Para o autor, isso criou a sensação de que toda informação é manipulada, o que inclui a imprensa. Os jornais passam a ser contestados e colocados sob suspeita. Desse modo, o fato, em si, “já não tem tanta importância. O que vale é a interpretação de realidades criadas ou relativizadas. Vivemos numa era da performatização da política, onde quem se balança mais no picadeiro recebe mais atenção e intenções de voto. As propostas ficam em segundo plano” (DENICOLI, 2018, s/p.).

Considerando-se o cenário das eleições de 2018, no Brasil, os jornais passaram a investir no serviço de checagem de informações, trazendo, como efeito, uma tentativa de (re)afirmação de que são fontes confiáveis do dizer “verdadeiro”, em detrimento de outras, como as redes sociais. Nessa tentativa de atestar o compromisso da imprensa com a difusão da “verdade”, marca-se uma perda dessa credibilidade, conforme nos afirma Denicoli (2018). Busca-se, portanto, por parte dos jornais, estabilizar um efeito de verdade do discurso jornalístico, para reestabelecer sua credibilidade.

² Link para acesso à entrevista: <https://www.youtube.com/watch?v=uVGQ2vzJW7E>. O tema do “kit gay” é introduzido aos 20 minutos e 18 segundos. Acesso em 7 mai. 2019.

³ A proibição realizada pelo então Ministro do TSE Carlos Horbach foi noticiada em diversos jornais, como na reportagem do portal “Congresso em Foco” (TSE, 2018), disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eicoes/tse-diz-que-kit-gay-nao-existiu-e-proibe-bolsonaro-de-disseminar-noticia-falsa/>. Acesso em: 7 mai. 2019.

Na notícia sobre o lançamento da seção *Fato ou Fake*, do *Portal G1*, é apontado que este projeto de checagem foi precedido de uma campanha contra a desinformação divulgada nas mídias. Retoma-se, na notícia, um vídeo exposto na campanha para ressaltar o que seria o “espírito do projeto”. O texto apresentado no vídeo dizia:

O bom jornalismo nasce da dúvida. Se aconteceu, é fato. Se é mentira, é fake. Só que hoje em dia é muito difícil separar o fato do fake. Saber se é inventado ou se aconteceu mesmo. É para isso que serve o jornalismo. Para conferir pra você. (...) Se não confere não é jornalismo. E conferindo a gente descobre o que de fato é fato e o que de fato é fake. Porque a dúvida leva à verdade. E a gente só trabalha com ela. (...) FATO OU FAKE. É jornalismo para o fake não virar news. (FATO, 2018)

Observa-se um funcionamento discursivo que busca estabilizar um efeito de verdade e garante o lugar de confiabilidade ao jornalismo, em detrimento do que se apresenta nas redes sociais, nesse texto, apontadas como lugar em que as *fake news* se produzem. Destaca-se que a função do jornalismo é conferir informações duvidosas e que, checando as informações, se pode descobrir “a verdade”. Ou seja, a seção de checagem de notícias propõe-se como uma fonte da verdade, buscando apresentar “o que de fato é fato e o que de fato é fake”, ou melhor, é verdade que isso aconteceu e é verdade que isso é mentira. Consideramos, no entanto, que o ponto central a ser destacado é que a plataforma *Fato ou Fake* põe em jogo dois acontecimentos aparentemente de ordens distintas, um de ordem factual, considerando-se fato como um acontecimento cujo sentido é completo, e outro de ordem discursiva. De um lado, estaria o sentido “verdadeiro”, o acontecimento no sentido de ocorrência; de outro, o sentido “falso”, o não acontecimento, ambos dispostos de modo binário: um *ou* outro.

À luz da AD, afirmamos que todo acontecimento, factual ou não, é da ordem do discurso, já que, no gesto de relatá-lo, de formulá-lo, há uma tomada de posição que produz efeitos de sentido. O que é considerado pelo serviço de checagem como “fato” é discurso. Como afirma Orlandi (1995, p. 116), “o fato se produz como um objeto da ordem do discurso (linguístico-histórico)”.

Podemos também apontar que o *fake* - com o seu funcionamento *prêt-à-porter* (MARIANI, 2018), ou seja, a pronto consumo atravessado pelo digital, que permite uma rápida circulação, facilitada pelos compartilhamentos -, é também *fato*, um *fato da ordem do discurso*. Desse modo, o acontecimento pode ser compreendido como *fake e como fato*, já que sua existência como discurso é o que permite uma série de identificações por sujeitos em distintas posições, que produzem os compartilhamentos e a amplitude desse dizer. O dizer mil vezes, ou melhor, o compartilhamento em massa, sem preocupação com a fonte da informação, resgata a memória do “disseram” ou do “ouvi dizer”, formas verbais constantemente usadas na linguagem oral e informal. Interessa-nos, pois, o fato de que esses dizeres são formulados e resgatam sentidos em curso que, como podemos ler em uma análise da plataforma *Fato ou Fake*, sustentam uma imagem do candidato que representava a esquerda, e outra do que representava a direita, e estão em constante movimento, não se inauguram nesses dizeres.

Ainda a respeito do efeito de verdade produzido por essas formulações, Foucault (2013 [1973]) produz uma discussão relevante para o tema. Segundo o autor, a verdade pode ser entendida de dois modos: de um lado, por sua história interna, que autorregula os saberes; e, de outro, dá-se por meio de diversos lugares na sociedade, ou seja, são vários os fatores que a constituem. A verdade é, portanto, compreendida sempre em relação ao momento sócio-histórico de determinada época. Desse modo, podemos afirmar que não existe uma verdade, mas “verdades”, no plural.

Em mesmo texto, o autor aponta que a sociedade contemporânea se caracteriza pelo controle social, ou seja, uma sociedade da vigilância. Retomando o termo de Bentham (1785), Foucault (2013 [1973]) denomina este modelo de organização social como *Panopticon*. A sociedade do *Panopticon* passa a organizar-se com base no *exame*, na vigilância, ou seja, não se baseia, como antes, no *inquérito*, que buscava descobrir a verdade dos acontecimentos. Agora, não se busca reconstruir um fato, mas o controle sobre algo ou alguém por parte de quem exerce certo poder sobre o indivíduo, que pode, além de exercer a vigilância, construir determinado saber sobre ele.

Deslocando os pensamentos do autor para a atualidade e relacionando-os às questões aqui desenvolvidas, propomos que os serviços de *fact-checking*,

como os do *Fato ou Fake*, não buscam recompor os fatos em si mas apresentam-se como meios que permitem a vigilância e o controle sobre quem pode ou não assumir o lugar do jornalista, por exemplo, ou até mesmo, de que lado a “verdade” pode estar.

Somado a isso, podemos afirmar que o que é considerado como “fake”, pelo serviço de checagem, em número infinitamente superior ao que foi apontado como “fato”, na notícia por nós analisada, é o que circula com maior proporção. Como vimos afirmando, embora os acontecimentos nomeados “fake” não estejam ao lado do que é considerado verdade sob a perspectiva da história, que considera o fato como dotado de sentido completo, sua formulação se dá no sócio-histórico-ideológico, ou seja, em condições de produção que permitem a produção desses dizeres e os gestos de identificação, que geram os compartilhamentos (impacto direto sobre a circulação).

À parte dos esforços, por parte de quem ocupa a posição institucional de jornalista, em controlar “a verdade”, fazendo-a ecoar sobre demais sentidos que se façam possíveis, o que foi nomeado como “fake”, aqui considerado também como fato da ordem do discurso, prevaleceu, enquanto recorrência, o que se atesta pelo número elevado de compartilhamentos que levou os jornalistas a analisarem as informações.

Entendemos que é o processo parafrástico que permite um não acontecimento tornar-se um acontecimento discursivo e, conseqüentemente, circular discursivamente como uma verdade. De acordo com Pêcheux (2014b [1975], p. 148), o processo discursivo é compreendido como um “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ em uma formação discursiva dada”. Assim, no funcionamento digital em que as *fake news* se materializam, marcado pela repetição, o efeito de verdade se produz e se sustenta.

É preciso ressaltar ainda que, a partir do momento em que esses dizeres se produzem, outros não se deixam dizer. Seguindo os pensamentos de Orlandi (2015 [1990]), compreendemos que o silêncio é anterior à linguagem, está na base e na sua constituição. O silêncio é fundante, ele significa. E está presente tanto na ausência, como no excesso, no que está dito, nas palavras, e no que não foi dito. Além do *silêncio fundador*, Orlandi

define outra forma de silêncio: *a política do silêncio*. Para a autora, quando se diz algo, sempre se deixa de dizer outras coisas, ou seja, outros sentidos ficam apagados no discurso, são silenciados. “Há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’” (ORLANDI, 2015 [1990], p. 53). Nessa perspectiva, podemos afirmar que, ao se produzirem dizeres sobre algo não factual, ou seja, quando um não acontecimento se torna discurso e produz um efeito de verdade, outros dizeres são silenciados, outras verdades são impedidas de se fazer possíveis. E, nesse jogo discursivo travado em um momento tão relevante da história de um país, como o da eleição presidencial, a mentira dita mil vezes acaba por tornar-se verdade (para muitos), fazendo valer o dito de Goebbels. As *fake news* funcionaram, assim, como uma arma perigosa, num cenário de disputa, como é o das eleições.

Para efeito de conclusão

O estudo aqui empreendido, que considerou a produção de *fake news*, no âmbito da formulação, em que as circunstâncias específicas são consideradas, da constituição, que leva em conta a memória do dizer no digital, e da circulação, que é impulsionada pelos novos recursos tecnológicos, não se pretende exaustivo, por levar em conta a atualidade e relevância do tema na contemporaneidade. Contudo, após as discussões propostas e as análises desenvolvidas, podemos apontar algumas conclusões possíveis.

Primeiramente, um não acontecimento, ao ser posto em palavras, torna-se *um fato da ordem do discurso*, sendo possível considerá-lo como *fato* e como *fake* – não acontecimento sustentado discursivamente. Em um segundo apontamento, a partir do momento em que se torna discurso, o não acontecimento passa a ser reproduzido, repetido, em processos de reformulações-paráfrases, em diversas condições de produção e de circulação, por posições-sujeito, trazendo o efeito de que o que se diz é da ordem de uma verdade.

Nesse funcionamento, o que destacamos é uma aposta naquele direcionamento de sentido, o que produz o gesto de compartilhamento (eu creio

nessa verdade e a julgo como digna de ser repassada). É isso o que Mariani (2018) nomeia “*discursividade prêt-à-porter*”, uma discursividade pronta para o consumo, repassada de modo impensado. Todavia, a mesma autora destaca, com base em Orlandi (1996), que a repetição, em movimentos parafrásticos, porta a deriva de sentidos, a possibilidade dos sentidos outros, as tensões, enfim. Isso a permite concluir a fragilidade do efeito de verdade produzido com as *fake news*: “toda *discursividade prêt-à-porter* pode se estilhaçar em farrapos a qualquer instante” (MARIANI, 2018, p. 4).

Concomitantemente, ao produzirem-se certos dizeres como verdades, outros são silenciados, são impedidos de se produzir. Há, assim, no modo de funcionamento das *fake news*, que trabalham pelo excesso, na prevalência da (in)verdade, do não acontecimento repetido em diversos dispositivos, um dizer “x” para não dizer “y”. Uma política do silêncio se instala e as formulações, nomeadas como *fake news*, funcionam como uma arma importante de propaganda no jogo eleitoral, jogo sempre discursivo.

Foi possível também observar que as *fake news* se produzem tanto naquilo que é verossímil, aproximando-se da mentira política, quanto distante da verossimilhança, tornando-se, portanto, escandaloso e, por isso, passível de verificação, trabalho feito pelos *fact-checking*.

Gostaríamos de acrescentar, por fim, algo que não foi diretamente abordado no presente artigo, mas que se faz relevante e que nos permitirá dar continuidade a esta investigação. O serviço de checagem analisado, *Fato ou Fake*, ao trazer as *hashtags* com os selos de #FATO e #FAKE, também funciona discursivamente como uma paráfrase, atestando a existência discursiva dos não acontecimentos, mesmo quando anunciados como *fakes*. Ou seja, há uma reformulação dos dizeres que circulam para que esses enunciados possam ser apontados como *fato* ou como *fake* pelo serviço de *fact-checking* e isso produz movimento nos sentidos em curso. Ademais, produz-se também, com as *hashtags*, um armazenamento desses dizeres, em um arquivo digital que é, como todo arquivo, labiríntico, marcado pela incompletude, por tantos dizeres que são silenciados.

Referências

- BARROS, M. O livro sobre nada. *In: Livro sobre Nada*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- BARONAS, R. L. Apresentação. *In: SWIFT, J. A arte da mentira política: precedido pelo texto “O mentir verdadeiro” de Jean-Jacques Courtine*. Campinas: Pontes, 2006, p. 7-11.
- COURTINE, J-J. O mentir verdadeiro. *In: SWIFT, J. A arte da mentira política: precedido pelo texto “O mentir verdadeiro” de Jean-Jacques Courtine*. Campinas: Pontes, 2006, p. 13-30.
- DENICOLI, Sérgio. “No Brasil, esta pode ser a eleição das fake news” diz especialista brasileiro em análise de dados. Entrevista concedida a Marta Santos Silva. *Eco*, 06 out. 2018. Disponível em: <https://eco.sapo.pt/entrevista/no-brasil-esta-pode-ser-a-a-eleicao-das-fake-news-diz-especialista-brasileiro-em-analise-de-dados/>. Acesso em: 3 jun. 2019.
- DIAS, C. A análise do discurso digital: um campo de questões. *Caderno de Estudos do Discurso e do Corpo*, v. 10: 8-20, 2016.
- FATO ou FAKE: as checagens das eleições. G1. 27 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/27/fato-ou-fake-as-checagens-da-eleicao.ghtml>. Acesso em 2 mai 2019.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013 [1973].
- JORNAL Nacional entrevista Jair Bolsonaro 28/08/2018. 28 ago. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uVGQ2vzJW7E>. Acesso em: 7 maio 2019.
- MARIANI, B. Discursividades prêt-à-porter, funcionamento de fake news e processos de identificação. *Entremeios*. Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), v. 17, p. 3-18, jul. - dez. 2018. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/index.php?entremeios=current>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- ORLANDI, E. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2012.
- ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4ª reimpressão da 6ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015 [1990].
- ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. Texto e discurso. *Organon*, Porto Alegre, Rev. do Inst. Letras/UFRGS, v. 9, n. 23: 63-68, 1995.

PÊCHEUX, M. Foi “propaganda” mesmo que você disse?. In: ORLANDI, E. *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes, 2014a [1979].

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni P. Orlandi. 5ª edição. Campinas, SP: Unicamp, 2014b [1975].

PEREIRA, A.L., QUEIROZ, M.C., RAPOSO, T.A. Desafios, vivências e experiências em sala de aula: as propagandas nazistas. In: *Congresso Nacional de Práticas Educativas*, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2017. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/coprecis/trabalhos/TRABALHO_EV077_MD1_SA6_ID1009_14092017235704.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

PETROLA, J. I. *Fake news* e a disputa entre grande imprensa e redes sociais na campanha eleitoral de 2018 no Brasil. In: Cristina Costa; Patrícia Blanco (Orgs.). *Liberdade de Expressão e campanhas eleitorais – Brasil 2018*. São Paulo: ECA-USP, 2019, p. 110-136. Disponível em: http://www.obcom-usp.com.br/ebook_eleicoes/ebook0.html. Acesso em: 14 mai. 2019.

SWIFT, J. *A arte da mentira política*: precedido pelo texto “O mentir verdadeiro” de Jean-Jacques Courtine. Campinas: Pontes, 2006.

TSE diz que “kit gay” não existiu e proíbe Bolsonaro de disseminar notícia falsa. Congresso em Foco. 16 out 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/tse-diz-que-kit-gay-nao-existiu-e-proibe-bolsonaro-de-disseminar-noticia-falsa/>. Acesso em: 7 maio 2019

#FATO OU #FAKE: EFFECTS OF TRUTH AND THE POLITICS OF SILENCE

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the processes of production of meaning, circulation and checking of fake news. We consider that the operation of discursive paraphrases of the fake news produced by dispersed subjects allows the production of a truth effect and the erasure of other senses.

KEYWORDS: meanings; effects of truth; silence.

A MANIPULAÇÃO INFORMATIVA E SEU *MODUS OPERANDI* NO ENQUADRAMENTO IDEOLÓGICO NAS REDES SOCIAIS

Eduardo Alves da Silva^a

Paulo Henrique Duque^b

RESUMO:

O presente estudo lança luz à questão do processo manipulativo de informações veiculadas nas redes sociais por meio do processo de framing e reframing. Com base em uma abordagem qualitativa, o artigo apresenta o modo como o fluxo de informações veiculadas por fake news nas redes sociais se efetiva no sentido da construção, desconstrução e reconstrução de frames.

PALAVRAS-CHAVE: frames; framing; reframing.

Recebido em: 29/05/19

Aprovado em: 04/10/19

Introdução

O ato de comunicação está ligado a seus falantes e sua estrutura contextual, não podendo ser categorizado de forma discreta. Os falantes de uma língua estão inseridos em pacotes contextuais de ampla complexidade e sempre em movimento. A língua não é objeto estático e inerte. Sua

^a Mestre em Linguística teórica e descritiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), pesquisador do grupo Cognição e Práticas Discursivas do Departamento de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL/UFRN)

^b Doutor em Linguística (UFRJ/RJ). Professor do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL).

dinâmica muda conforme os seres humanos se modificam e seus contextos de aparecimento são igualmente dinâmicos.

Com o advento da revolução tecnológica da sociedade da informação, o homem passou a desenvolver uma relação mais democrática com o conhecimento e o uso que se faz dele. Como uma das suas consequências, temos o surgimento das redes sociais, que permitiram não só a ampliação desse alcance comunicativo mas também tem servido a muitos interesses que vão da simples referenciação até intenções políticas e disseminação de *fake news*.

Qual o propósito da linguagem no mundo do hipertexto das redes sociais? Por que pessoas dentro de um mesmo nicho sociocultural possuem visões de mundos tão distintas dentro desses veículos de comunicação cibernética? Como a intenção comunicativa dos textos, em época de ferrenhos debates políticos na internet, parece ser objeto de controle e manipulação das pessoas?

Alguns grupos enxergam as redes sociais como meio disseminador do conhecimento, enquanto outros a consideram um meio de distorcer a função do enunciador ou um meio para manipular massas. De toda sorte, qual é a função da linguagem dentro do ambiente virtual das redes sociais?

Neste artigo, avaliamos a montagem do aparato manipulativo do fluxo de informações nas redes sociais como forma de induzir, guiar ou manipular as pessoas em direção a um enquadramento específico. Da mesma forma, propomos um modelo para sua análise. Para o entendimento desse recente fenômeno social, apoiamo-nos na perspectiva qualitativa de Silverman (2005) e relacionamos à área autores que se aplicam ao estudo de *frames e framing* (DUQUE, 2015a, 2015b, 2016, 2017; LAKOFF, 2004, 2008), sob uma perspectiva ecológica de cognição e linguagem (DUQUE, 2015b, 2017).

Metalinguagem das redes sociais

A metalinguagem é definida pelo uso da linguagem para explicar a própria linguagem. Dessa forma, o ato de comunicação se configuraria, conforme Jakobson (1977) pensaria, por meio de uma mensagem qualquer que contivesse um conteúdo e um destinatário. Para tanto, seria preciso que a própria linguagem se reutilizasse dos próprios atributos para a obtenção de sentido.

Jakobson ensina que o próprio ato de interpretar o mundo a nossa volta, usando os próprios signos para seu entendimento, constitui uma metalinguagem. Nas redes sociais, o que vemos é a explicação da linguagem pela própria linguagem veiculada por uma interface gráfica. A metalinguagem na construção de sentido é uma problemática que parece não só ter chamado a atenção do célebre linguista russo, mas também ser questão pontual em dias de comunicação virtual e *fake news*.

No ambiente virtual das redes sociais, o uso da metalinguagem está a serviço de um enquadramento de ideias dentro de muitos cenários, inclusive do político. Essa metalinguagem é, na verdade, um jogo de linguagem que toma os manipuladores das informações como ponto de partida e o público que se pretende alcançar como ponto de chegada.

O jogo de linguagem, dentro da perspectiva ecológica, é uma negociação de sentido que “necessita de um grupo de indivíduos (pelo menos dois), um contexto e um propósito comunicativo, de modo que recursos pragmáticos façam parte do processo desde o início” (DUQUE, 2016, p. 164). Esse jogo de linguagem estrutura novos enquadramentos para ideias e conceitos e guia a compreensão de sentido daqueles que desejam a aceitação de seus próprios *frames* e ideias pelo grupo em contrapartida. *Frames* não apenas guiam a conceptualização, mas orientam a construção de novos *frames*, remodelam os já existentes e até desconstroem outros, destruindo a estruturação conceptual prévia.

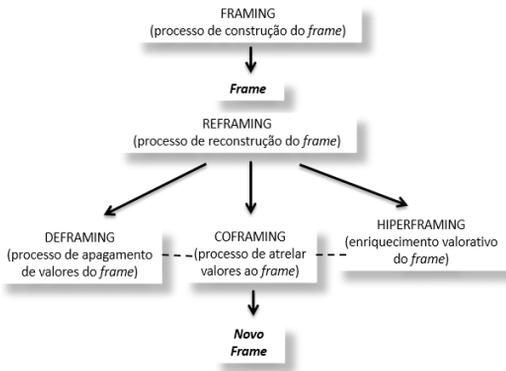
Nesse contexto, temos as redes sociais que definem a maneira como as pessoas expressam suas opiniões e exteriorizam seus atos de fala. A internet é um meio metalinguístico de produção de linguagem. É a partir (e por meio) dela que vemos que os vários usos da linguagem parecem destoar do ato verbal e presencial de uma conversação comum.

Framing e reframing: além da reconstrução de ideias

Frames são esquemas cognitivos **não** imagéticos que envolvem um conjunto de conceitos inter-relacionados (constituência) e que orientam uma estratégia de percepção (indireta) e de interpretação utilizada pelas pessoas a fim de compreender e de dar respostas ao mundo. Dessa forma, o *frame* é, antes de mais nada, uma forma de categorizar e conceptualizar as coisas.

O processo de manipulação e orientação de sentido passa inevitavelmente pela construção desses *frames*, que são modelos conceptuais que desenvolvemos para dar sentido ao nosso entorno. Temos ideias e conceitos sobre as coisas que não são necessariamente iguais às do nosso interlocutor no jogo de linguagem. No caso específico das redes sociais, um grupo conhece muito bem o jogo de linguagem que precisa utilizar para fazer com que seus *frames* sejam os mesmos por ele propostos. Essa negociação de sentido é amplamente ecológica, pois leva em consideração, além do jogo de linguagem, nosso entorno sociocultural para a construção de sentido. Passamos a perceber nossos conceitos de forma diferente para nos convencer das ideias do outro. Esse processo não teria sentido caso não se utilizassem as noções de *framing* e *reframing*. O *framing* é um instrumento conceptual para construirmos sentido para a vida, tanto de maneira verbal como semiótica. Podemos relacionar diversas formas de como a construção do *frame* pode ocorrer. A tessitura das ideias valorativas de um enquadramento pode ser feita por complementação, desconstrução ou até agregação de valores já existentes. Aqui, definimos as possibilidades construtivas para o processo de *reframing*. O *reframing* é a atualização de *frames* ou o remodelamento dos valores do *frame*. No processo de *reframing*, todo o *frame* é remodelado a partir de suas bases antigas com vistas a se transformar num *frame* totalmente novo. O *reframing* é subdividido em *deframing*, *coframing* e *hiperframing* (figura 1).

Figura 1 – Processo de *framing* e *reframing*.

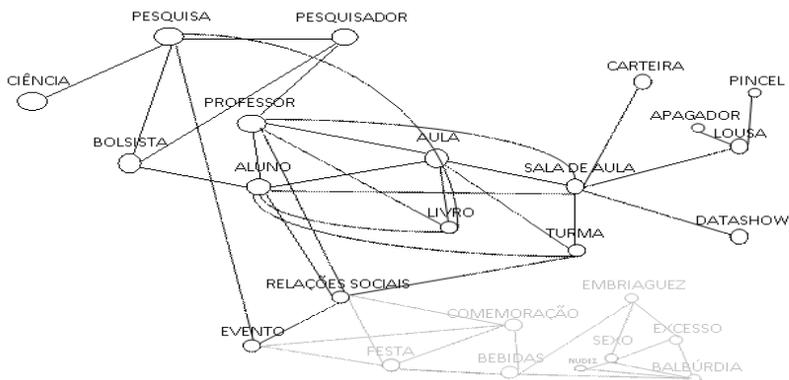


Fonte: Elaborada pelos autores.

O *deframing*¹ é uma operação de *framing* que visa à desconstrução de um *frame* prévio. Quando ocorre um *deframing*, os valores associados ao *frame* perdem força ou até desaparecem. Uma característica antes expressiva passa a ganhar menos valor ou até deixa de ser relevante. Tomemos como exemplo o *frame* UNIVERSIDADE (figura 2).

Figura 2 – *Frame* UNIVERSIDADE.

CONHECIMENTO



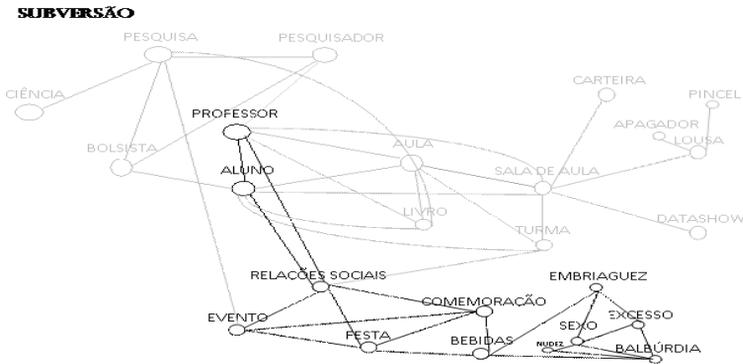
Fonte: Elaborada pelos autores.

Devido às múltiplas estratégias ecológicas (multimodais) efetivadas num determinado jogo de linguagem, o *frame* passa a perder conceitos relevantes à universidade. O uso de informações imprecisas, e até mesmo falsas, dentro do contexto da rede social (normalmente de hipertextos multimodais), com imagens e frases curtas para formação do *frame*, vai levando o compreendedor dessa mensagem a repensar a forma como vê o conceito UNIVERSIDADE. Essa manipulação pode dar-se com manchetes de *fake news*, frases atribuídas a outras pessoas, episódios descontextualizados, fotografia, áudios ou uso de símbolos que remetem a outros *frames*. Se a intenção do participante do jogo de linguagem é, por exemplo, fazer com que as pessoas vejam a universidade

¹ A visão ecológica adotada neste artigo não se confunde com a abordagem de Wendland (2010) na utilização dos conceitos de *co-framing*, *de-framing* e *hyper-framing*.

como lugar subversivo e de práticas incompatíveis com o ambiente acadêmico, ele desgasta esse aspecto do *frame* UNIVERSIDADE até que ele desapareça, conforme a figura 3.

Figura 3 – *Frame* UNIVERSIDADE sob *deframing*.

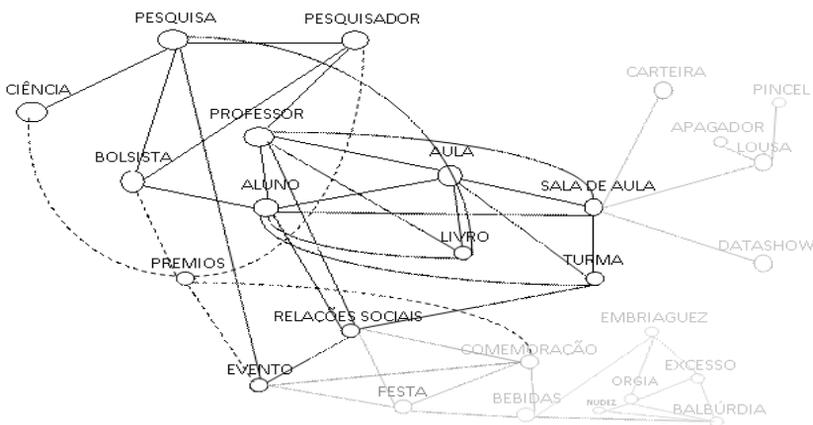


Fonte: Elaborada pelos autores.

Posteriormente, esses *frames* podem ou não ganhar outros conceitos associados a esse enquadramento. Caso isso ocorra, o que temos é o *coframing*, que é o modo como o *reframing* complementa com informações um *frame* específico ou um grupo deles. O *frame* passa a agregar valores que não continha antes da realização do jogo de linguagem. Novas informações são consolidadas nesse enquadramento, que vai ganhando importância conforme a estratégia manipulativa do jogo de linguagem ocorre. No caso do nosso exemplo, imaginemos que a intenção manipulativa do operador do jogo de linguagem seja incutir na mente de seu público a ideia de que a universidade não seja um espaço ordeiro, mas lugar de balbúrdia e subversão. O âmbito acadêmico seria, segundo suas intenções de enquadramento, lugar de subversão, não de produção de conhecimento, conforme ilustrado na figura 3. Dessa forma, dentro do jogo de linguagem, a noção de que UNIVERSIDADE É CONHECIMENTO iria sendo recomposta gradativamente até que a vontade do manipulador objetivasse sua intenção: desconstruir valores associados a uma ideia e substituí-los por outros, a noção de que UNIVERSIDADE É SUBVERSÃO.

O movimento oposto também é possível. Nem sempre se diminuem os valores de um *frame*. Muitas vezes, é preciso agregar a ele mais conceitos relacionados. A isso damos o nome de *hiperframing*. No *hiperframing*, ocorre uma superavaliação informativa do *frame* modelado num determinado jogo de linguagem: detalhamento da estrutura conceptual dos leitores/ouvintes por meio de inserção ideológica e valorativa de novos conceitos (figura 4).

Figura 4 – *Frame* UNIVERSIDADE sob *coframing*.



Fonte: Elaborada pelos autores.

O *hiperframing* recorre ao uso de aspectos multimodais para sua efetivação como forma de auxiliar o processo de enquadramento. Nas redes sociais, vemos toda sorte de informações audiovisuais que o hipertexto proporciona, o que leva a prática do *hiperframing* a ser facilitada.

O *reframing*, conforme propomos explicar neste artigo, lança mão de ferramentas de compreensão de como o jogo de linguagem ocorre dentro das redes sociais no sentido de levar a uma manipulação informativa. Essa orientação em direção ao novo significado dos *frames* é amplamente ecológica, pois leva em conta não apenas nosso contexto informacional sobre determinada coisa, mas também nosso entorno físico, ambiental, emotivo e situacional para efetivação. Nossa relação di-

reta com esses pontos e com a forma de existência de sua contrapartida, sempre ocorrendo no aqui e no agora, estrutura o entendimento dentro do jogo de linguagem das redes sociais. No entanto, de que modo ocorre o processo manipulativo dessas operações de *reframing*?

Na próxima seção, vamos colocar em prática o modelo aqui proposto de reestruturação de sentido dentro de nossa perspectiva ecológica de *framing* e indicar de que forma tal reestruturação ocorre nas redes sociais em tempos de *fake news*.

O processo de manipulação de informações

O ambiente virtual das redes sociais vem ganhando cada vez mais espaço na nossa prática comunicativa. Os jogos de linguagem também devem adequar-se a essas demandas. O participante do jogo de linguagem vai apropriar-se das informações ecológicas disponíveis para que sua intenção, no ato do *framing*, faça sentido e obtenha o resultado desejado.

Nas redes sociais, levamos o outro a formar conceitos sobre um assunto qualquer e utilizamos todo aparato multimodal disponível para o jogo de linguagem. Para tanto, fornecemos não apenas itens lexicais para a leitura mas também nossos próprios julgamentos de valores, intencionalidade, cenários mentais e, até mesmo, cargas emocionais e estados de espírito. No momento em que executamos um jogo de linguagem, estamos interessados na concretização de nossas intenções para que o outro seja receptivo. Sobre isso, Brown e Levinson (1987) defendem que estamos preocupados com a manutenção da face valorativa do outro na construção de sentido. Sem a conservação dessa face valorativa, nossa intenção de convencimento se destruiria.

Quando operamos o *framing* e *reframing*, estamos direcionando o foco de atenção do participante do jogo de linguagem para determinados aspectos em detrimento de outros. Nas redes sociais, no caso específico da manipulação de informações, quem propõe o *reframing* precisa lançar mão das operações de enquadramento e desenquadramento. Tomemos como exemplo o caso da figura 5 para ilustrar o que foi dito neste parágrafo.

Figura 5 – Pintura sob efeito de *reframing*.



Fonte: <https://marcosmauricio.blogspot.com/2017/09/misterio-pintura-mostra-desenho-de.html>.

Na figura 5, o recorte da pintura “Mister Pynchon e o assentamento de Springfield”, de Umberto Romano, ilustra uma das *fake news* que começou a se difundir na rede mundial de computadores. Essa *fake news* lançou o questionamento de como uma pintura de 1937 teria mostrado um índio primitivo portando um *smartphone*. O que ocorre aqui é uma série de operações de *framing* e *reframing*. Se imaginássemos uma pessoa num *shopping center* segurando um *smartphone*, isso não nos causaria estranheza. No entanto, dentro do contexto da obra, seria improvável que o índio estivesse carregando consigo um telefone celular. Nas redes sociais, o exemplo foi apresentado com um título tendencioso e com um tom de mistério. Levaria à luz um debate de como um artista retratou um *iphone* numa época em que não havia essa tecnologia, sugerindo uma viagem no tempo.

A intenção de quem veiculou essa *fake news*, dentro do seu jogo de linguagem, parece ter sido convencer seu público de que a viagem no tempo realmente existe. No caso, o que temos, sem a indução manipulativa por *reframing*, é que o índio, na verdade, segurava um pequeno espelho. No entanto, a intenção do manipulador foi possivelmente desconstruir o *frame* e incutir seus

valores no processo de *reframing*. Ele influenciou a construção de sentido no intuito de forjar suas próprias intenções com quem participa do jogo de linguagem. Por meio do ocorrido e de sua apresentação para um público muito mais versado em hipertexto e contextos sobre *smartphones*, o manipulador dá indícios de que forjou uma desconstrução por *deframing* da estrutura original do enquadramento, levando o alvo a realizar um *reframing* inserindo um valor diferente do originalmente pensado.

O mesmo ocorre quando, nas redes sociais, circulam imagens com montagens de celebridades declarando apoio a determinado candidato ou partido político. Normalmente, uma celebridade (artística ou intelectual) está vinculada a uma série de ideias, valores e *frames* próprios que recuperam toda sua entidade. Para uma celebridade que tem seu enquadramento relacionado ao bem-estar social, altruísmo, pacifismo e tolerância, seria incoerente vê-la representando ideais fascistas, por exemplo. No caso específico de, digamos, um pacifista como Mahatma Gandhi aparecer numa *fake news* usando uma camiseta de amor à guerra, isso desconstruiria totalmente seu enquadramento pacifista por *deframing*. Como essa é uma figura que já não vive mais e nunca houve registro de algo assim pela retidão de sua postura, seria difícil reenquadrar e desconstruir o *frame* de paz a ele associado. Isso dificultaria o processo manipulativo por parte daquele que propôs o jogo de linguagem no sentido de fazer ganhar valoração o fato de Gandhi ser, na verdade, um fascista.

No entanto, para um ganho qualitativo, o manipulador utiliza-se de exemplos mais tangíveis para a concretude de seu jogo de linguagem. Para que as operações manipulativas de *reframing* ganhem subsídios para sua efetivação, o operador do jogo de linguagem faz com que suas ideias entrem na mente dos seus alvos. Lakoff (2004) afirma que “*reframing* não é apenas sobre palavras e linguagem. *Reframing* diz respeito a ideias. As ideias têm que estar no lugar no cérebro das pessoas antes que o som possa fazer algum sentido” (LAKOFF, 2004, p. 105, tradução nossa²). Dessa forma, o *reframing* incute ideias nas mentes das pessoas, ideias estas que levam ao processo de ressignificação. O

² Refaming is not just about words and language. Refaming is about ideas. The ideas have to be in place in people's brains before the sound bite can make any sense.

intuito do manipulador, no jogo de linguagem político das redes sociais, é o de incitar uma mudança de postura ideológica. O *reframing*, antes de mais nada, almeja a mudança social (LAKOFF, 2004).

A ideia a ser desconstruída pelo manipulador deve fazer sentido não apenas na realidade dele, mas, especialmente, na realidade de seu público. Quando uma *fake news* atinge uma parcela da população digital de uma rede social, ela procura desconstruir uma realidade previamente construída para adequá-la às intenções do manipulador. A intenção do propagador da *fake news* é a busca pela verdade. Essa verdade é a verdade do manipulador, adequada às suas expectativas. Lakoff (2008) afirma que “nós pensamos usando *frames* conceituais. Palavras nomeiam elementos desses *frames*. Sem *frames* e nomes, é difícil pensar e falar sobre verdades”. (LAKOFF, 2008, p.133, tradução nossa³). O autor afirma, ainda, que as memórias não são armazenadas de forma sólida, pois elas estão sempre em mudança situacional. Estão sempre passíveis de mudança para se adequarem à nova verdade (LAKOFF, 2008).

A estratégia de desconstrução e reconstrução de enquadramentos por parte do manipulador ocorre em mão dupla tanto em sua afirmação, quando em sua negação. No entanto, se possuímos um enquadramento em estado de *hyperframing*, totalmente sólido em relação à estratégia proposta no jogo de linguagem do manipulador, não deixamos nosso enquadramento de um *frame* ser mudado. O *reframing* é mais fácil de ocorrer entre pessoas que estão mais envolvidas nas intenções do manipulador. No caso específico das redes sociais, o *reframing*, em sua condição de negação, também influenciaria uma parcela de internautas que não receberam instrução sobre (ou não sabem) como verificar as fontes dos dados antes de assumir a ideia proposta no jogo de linguagem. Numa proposição de *reframing* malsucedida, o que falta como componente do jogo de linguagem veiculado pelas *fake news* não são itens lexicais ou falta de oratória. Lakoff (2004) expressa que a falha na formação de *frames* não é pela falta de palavras, mas de ideias. Se não há uma nova ideia a ser incorporada ao *frame* do alvo, não há *framing*.

³ We think using conceptual frames. Words name elements of those frames. Without frames and names, it is difficult to think and talk about truths.

Bybee (2011) esclarece que os *tokens* da experiência linguística são categorizados e combinados com *tokens* similares de experiência que foram previamente armazenados como exemplares. Nesse sentido, se o *reframing* não ocorrer imediatamente na primeira tentativa, o manipulador continuará insistindo com mais e mais frequência. A cada *token* de repetição linguística ou valorativa, o alvo irá, pouco a pouco, sofrendo o reenquadramento de seu ponto de vista até que seu *frame* esteja totalmente adequado aos interesses do manipulador.

As palavras em si não contêm significado. A flexibilização semântica só pode ser dada pelo *reframing*. As palavras (que veiculam *frames* inteiros) possuem força simbólica. Se uma pessoa se afeta por seu significado dentro de um jogo de linguagem é porque a simbologia dessa palavra não tinha frequência o suficiente. Se não é afetada é porque o indivíduo já possui uma carga simbólica muito grande para ser desconstruída por uma única *fake news* dentro da rede social. Sobre a força simbólica das palavras, Bybee (2011) defende que os itens lexicais apresentam graus de força diferentes em razão, principalmente, da sua frequência simbólica.

O jogo de manipulação é complexo e amplamente conhecido pelo disseminador de *fake news*. Nas redes sociais, é intenção do manipulador fazer com que as ideias que tenta disseminar entrem e se incutam nos *frames* de seus alvos. Em muitos casos, logrará êxito e, em outros, terá mais trabalho, precisando usar esse artifício com maior frequência. O processo de manipulação é, antes de mais nada, uma estratégia ecológica pois, com efeito, leva em consideração o nicho sociocultural do alvo.

Conclusão

As operações de *framing* e *reframing* são a base para a compreensão do processo manipulativo de ideias veiculadas nas *fake news*. Sua intenção vai além de disseminar a notícia falsa, involuntariamente ou por mero desconhecimento. Antes de mais nada, estamos tratando de um complexo jogo de linguagem, que pretende desconstruir ideias para reformulá-las em prol do interesse do enunciador.

Neste artigo, apresentamos as peças participantes do processo de *reframing*. A primeira delas é o *deframing*, responsável pelo apagamento de valores

e ideias associados a um *frame*. Em seguida temos o *coframing*, que intenta uma alocação e agregação de valores alheios a um *frame* dado na tentativa de servir aos interesses do manipulador no jogo de linguagem. Finalmente, propomos o *hiperframing*, que é a superavaliação de um *frame*.

Os conhecedores dos *frames* lançam ideias rasas, que são compradas pelos alvos e têm enquadramentos acessíveis, preparando o público para o *reframing*. Essas ideias são gradativamente incutidas nos *frames* dos participantes por meio de um jogo de linguagem que, pouco a pouco, vai garantindo o reenquadramento do novo conceito.

O uso estratégico de manipulação de informações é possível em qualquer contexto. No entanto, evidenciamos aqui que esse fato é mais frequente no ambiente das redes sociais por sua atual popularidade, seu alcance quantitativo e sua essência multimodal, o que permite uma certa facilidade para o manipulador. A eficácia das operações de *reframing* pode transformar uma ideia simples em algo extraordinário, altamente aceito e facilmente disseminado como ideia. Do mesmo modo, um *frame* rico no tocante ao seu conteúdo valorativo pode transformar-se num objeto desprezível com esse tipo de estratégia manipulativa.

Referências

BROWN, Penelope; LEVINSON Stephen. *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Univ. Press, 1987. p. 345.

BYBEE, Joan Lea. *Language, Usage and Cognition*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2011. p. 264.

DUQUE, Paulo Henrique. Discurso e cognição: uma abordagem baseada em frames. *Revista da ANPOLL*, 1, 39: 25-48. Florianópolis, 2015a.

_____. A emergência do comportamento linguístico. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, 14, 27: 151-172, Porto Alegre, 2016. _____. De perceptos a frames: cognição ecológica e linguagem. *SCRIPTA*, 21, 41: 21-45, Belo Horizonte, 2017.

_____. Por uma abordagem ecológica da linguagem. *Pontos de Interrogação: Revista de Crítica Cultural*, 5, 1: 55-78, Alagoinhas, 2015b.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977. p. 168. LAKOFF, George. *Don't Think of an Elephant: Know Your Values and Frame the Debate*: 1. ed. White River Junction: Chelsea Green Pub. Co., 2004. p. 168. _____. *The Political Mind: Why You Can't Understand 21st-Century American Politics with an 18th-Century Brain*. New York: Viking, 2008. p.316.

SILVERMAN, David. *Doing qualitative research: a practical handbook*. London: Sage Publications, 2005. p.416.

WENDLAND, Ernst Richard. Framing the Frames: A Theoretical Framework for the Cognitive Notion of "Frames of Reference." *Journal of Translation*, 6, 1: 27-50. Texas, 2010.

THE INFORMATIVE MANIPULATION AND ITS MODUS OPERANDI IN THE IDEOLOGICAL FRAMEWORK IN SOCIAL NETWORKS.

ABSTRACT:

The present paper sheds light on the issue of the manipulative process of information disseminated in social networks through the process of framing and reframing. Based on a qualitative approach, the article presents the way in which the flow of information transmitted by fake news in social networks is effective in the direction of the construction, deconstruction and reconstruction of frames.

KEYWORDS: frames; framing; reframing.

FAKE NEWS NO SENTIDO EXTRA-MORAL, OU SOBRE A REALIDADE MATERIAL DAS PALAVRAS

Rafael Alonso^a

RESUMO:

O presente ensaio assume o pressuposto de que a realidade estrutura-se linguisticamente. Com base nessa ideia, a proposta é refletir sobre uma forma política e imaginativa de pensamento que faça do aspecto aparentemente não objetivo da realidade uma oportunidade para retomar o contato com a materialidade sensível das coisas e com a efetividade das palavras. Isso implica pensar as *fake news* fora da dicotomia verdade e mentira.

PALAVRAS-CHAVE: realidade; língua; *fake news*.

Recebido em: 31/05/19

Aprovado em: 11/10/19

No clássico “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, de 1936, Walter Benjamin assinala que “a crise da democracia pode ser interpretada como uma crise nas condições de exposição do político profissional” (BENJAMIN, 1994, p. 183). O filósofo identifica que o estabelecimento definitivo do cinema e do rádio atrofiou o parlamento e os espaços públicos de troca simbólica. Assim, o político não mais representaria diante de um público, mas frente a um aparelho. Da mesma forma, o ator profissional, até então entendido como ator de teatro, não mais encenaria para um público, mas diante da câmera. Os resultados da *performance* do político e do ator não

^a Doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor dos cursos de Comunicação, Cinema e Design da Unisociesc, em Joinville-SC. Email. rafalonso@gmail.com

seriam mais medidos pela reação imediata do público ouvinte, mas estariam submetidos ao crivo dos testes maquinais dos aparelhos (gravação, edição, efeitos especiais etc.). A política em sentido tradicional, enquanto permutação de bens e ideias no espaço público, caminharia para se converter em publicidade, com a consequente transformação da massa em audiência.

Em linhas gerais, os movimentos de força da arte e da política transferiram-se para a imagem. A ação política no mundo estaria ligada a um jogo crítico com a técnica, afinal, não seriam apenas o ator e o político profissionais que passariam a representar para o aparelho. Todos os cidadãos, e melhor seria dizer, modernamente, todos os funcionários, também precisariam defender a sua dignidade diariamente frente aos aparelhos, em seus postos de trabalho.

Em meio a essa ebulição, Benjamin (1994) busca articular um novo conceito de arte e de política que não fossem apropriáveis pelo fascismo. A preocupação do filósofo alemão voltava-se para a capacidade do regime nazista de permitir que as massas expressassem as suas emoções, vendo-se na tela, preservando intactas, no entanto, as relações sociais de poder e propriedade. Com Hitler, a massa ainda estava na rua, nos estádios e nos desfiles, mas já estava também nas telas do cinema. O fascismo, como lembra Susan Buck-Morss (1996), não cria a autoalienação sensorial, mas a manipula habilmente de acordo com os seus fins. Nesse sentido, a propaganda nazista capta e explora o regozijo da massa, em certo sentido legítimo, conforme Benjamin (1994), em ver-se projetada na tela.

O regime autoritário opera em movimento duplo. De uma parte, permite às massas que extrapolem, nas telas, as suas necessidades pulsionais. De outra, com a transformação do ditador em programa reproduzível de computador, faz parecer que seu poder, sustentado em última instância pela violência extrema, se ampara numa lógica horizontal de identificação, como se o *fuhrer* fosse uma “pessoa comum”¹.

Com base nessas premissas, a proposta deste ensaio é inserir as *fake news* no contexto de dois movimentos que estão interligados: o esvaziamento do espaço público enquanto *locus* de trocas simbólicas e o esgotamento da noção

¹ SLOTERDIJK, Peter. O desprezo das massas: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna. Trad. Claudia Cavalcanti. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

tradicional de política como manifestação discursiva e presencial de ideias. As *fake news*, aqui, são tomadas como formas discursivas (textos ou imagens) desincumbidas da necessidade de corresponder a alguma realidade material, provenha esta da vida corrente ou da própria língua. A presente reflexão pretende mostrar que as *fake news*, menos do que abandonar a ideia do fato, do factual, deixam de lado a potência material e significativa da língua.

Se pensamos nas eleições e, mais precisamente, no exemplo brasileiro, pode-se concluir que os governantes são escolhidos com base em uma perspectiva narrativa e, portanto, ficcional. Não parece haver, desse modo, uma relação evidente que una a opção por um determinado candidato a uma consequente melhora, ao menos desejada, na vida prática do sujeito votante. Escolhe-se um candidato em razão de uma identificação quase pessoal, ainda que essa pessoalidade se estabeleça em programas eleitorais, *lives*, *tuítes*, *montagens* etc. Mesmo os planos de governo, costumeiramente conhecidos como documentos que apresentam ideias vagas e abrangentes, resumem-se agora a um conjunto de bravatas, bordões e convocações duvidosamente patrióticas e religiosas.

Desse modo, a tese central deste trabalho é a de que as *fake news*, como fenômeno contemporâneo disseminado nas redes sociais, indicam, para além da distinção entre verdade e mentira, uma crise na capacidade significativa das palavras. Combatê-las não demandaria, assim, opor o verdadeiro ao falso, mas religar as palavras a uma materialidade sensível. Isso deve implicar na retomada ética da responsabilidade, entendendo esta última como a exigência do sujeito discursivo em responder pelas suas ações, como também, e principalmente, pelas suas palavras.

O filósofo tcheco, naturalizado brasileiro, Vilém Flusser, que, em fuga do regime nazista, chega ao Brasil em 1940, e por aqui vive pouco mais de três décadas, publica o seu primeiro livro, *Língua e Realidade*, em 1963. A hipótese principal de Flusser é que a nossa realidade, ou aquilo que entendemos genericamente como “mundo concreto”, estrutura-se por meio da língua que elegemos para articulá-la. A realidade não se apresenta como algo “em si”, essencial, descritível. Conhecê-la, em termos epistemológicos, não seria adequar o sujeito pensante e o objeto estático. Conhecer a realidade seria, segundo Flusser (2007), articular linguisticamente o “dado bruto” que acedia

os sentidos (FLUSSER, 2007, p. 19).

Esse mesmo aspecto marcaria o potencial político do migrante plurilíngue, como é o caso de Flusser, já que tantas podem ser as realidades quantas forem as línguas articuláveis. Aquele que se articula em múltiplas línguas reconhece que não há uma única e definitiva realidade. O próprio filósofo fez da autotradução um método de trabalho. Ele escreveu em quatro línguas – inglês, francês, alemão e português – e, deliberadamente, evitou a língua materna, o tcheco. As várias versões de seus textos não se compuseram de acréscimos ou subtrações, mas de conversões para outros idiomas. Traduzir é, para o autor, criar pontes por sobre o abismo do inarticulável. É viver *bodenlos*², do alemão, sem fundamento ou sem chão, experiência intelectual que correspondia perfeitamente à sua experiência existencial. Se aquele que domina múltiplas línguas costuma se definir como apátrida, não raro governos fascistas fizeram, e fazem, da língua materna um dos pilares do nacionalismo. O estrangeiro, como aponta Jacques Derrida (2003), não é justamente aquele que vem de “fora” e não fala a nossa língua³?

Flusser (2007) não nega a existência de uma realidade objetiva, mas a insere dentro do conjunto das palavras em estado nascente. A realidade estaria composta, assim, pelas palavras já articuladas e pelas palavras em potencial. As segundas estariam incluídas no que o filósofo chama de “dado bruto” ou “elemento concreto”. Flusser (2007) não recusa uma realidade que tocaria inicialmente o nosso sistema sensorial e que, na maioria das ocasiões, se limita a uma impressão fugaz ou a uma sensação efêmera, mas ressalta que a realidade, para fazer sentido ao sujeito vivente, precisa ser convertida em língua. Essa seria a verdadeira tarefa do poeta que, deslocado ao limiar onde nascem as palavras, esgarça os limites da língua e flerta com o indizível a fim de lançar novas palavras na conversação infinita. Nas palavras de Flusser (2007), cabe ao

² *Bodenlos: uma autobiografia filosófica*, é o título da autobiografia de Flusser, redigida quando do retorno à Europa, no começo da década de 1970. Já a biografia de Flusser, publicada em 2017 por Gustavo Bernardo e Rainer Guldin, também recebeu o título *O homem sem chão: a biografia de Vilém Flusser*. Referências completas ao final.

³ Ver, a esse respeito: DERRIDA, Jacques. *Anne Dufourmantelle convida Jaques Derrida a falar Da hospitalidade*[Jacques Derrida [Entrevistado]. Trad. Antônio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

poeta criar versos para serem conversados.

Quase um século antes, em 1873, Friedrich Nietzsche publica um ensaio, hoje bastante conhecido, de título “Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral”, para defender que a “coisa em si” ou a essência material das coisas é inapreensível e não captável. Ele separa o que é da ordem das coisas daquilo que é da ordem das designações. Nesse sentido, nós não possuiríamos as coisas mesmas, mas metáforas, por mais estreita que seja a relação entre a posse das coisas e a sua nomeação (NIETZSCHE, 2009, p. 532).

Segundo Nietzsche (2009), todo conceito nasce da “igualação do não-igual”, e, em abono ao seu argumento, cita dois exemplos díspares, o das folhas e o da ideia de honestidade, mas que permitem aclarar a amplitude de uma realidade que depende de uma longa cadeia metafórica para fazer sentido (NIETZSCHE, 2009, p. 534). Não deixa de ser curiosa a escolha do filósofo pelo termo honestidade para exemplificar o funcionamento abstrato das construções conceituais. Esse mesmo termo é recorrentemente empregado, hoje em dia, na definição do que deve ser o primeiro critério na escolha de um político.

Se as palavras, portanto, estão carregadas de um elemento abstrato, consequentemente, a noção de verdade, que pressupõe uma ligação sem resto entre coisa e palavra, deve ser colocada em xeque. Em igual modo, se as palavras não traduzem as coisas mesmas, mas as representam, ou as substituem, supor que um sujeito de discurso fala a verdade equivale a afirmar que as suas palavras coincidem com a realidade, entendimento que conduziria a uma contradição sem solução. A conclusão de Nietzsche (2009) é que a verdade não se sustenta fora do âmbito moral. Não é sem razão, também, que as *fake news* dificilmente operam fora do regime da verdade. As palavras que compõem essas narrativas não se prestam mais à significação, mas, como conceitos fechados, servem de pretexto para reforçar uma crença já estabelecida.

Talvez sem a mesma radicalidade, Ferdinand de Saussure, no *Curso de Linguística Geral*, ministrado entre 1907 e 1910 e publicado postumamente, em 1916, graças ao esforço de alguns dos poucos alunos que o frequentaram, asseverou que o signo linguístico, por meio do qual tomamos contato com a realidade, se define pela sua arbitrariedade. No exemplo dado pelo autor, não existe razão lógica que una o mar, com sua imensidão e profundidade sem limite, à palavra monossilábica e de três letras m-a-r: “O signo linguístico não une uma coisa e

uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, 2006, p. 80). Com base nessa premissa, a imagem acústica ocupa o papel do significante, e o conceito (e não o mundo concreto) assume o posto do significado.

Para Saussure (2006), esse meio de expressão arbitrário passaria a ter validade em função de hábitos coletivos de utilização e de acordos convencionalizados. O valor linguístico da significação residiria no consenso, ou seja, menos na relação com as coisas do que na relação com outras palavras. Valores, para Saussure (2006), são distintivos, uma vez que não se definem positivamente pelo seu conteúdo, mas negativamente em relação aos outros termos do mesmo sistema. Os fonemas, por exemplo, são, em sua concepção, entidades opositivas, relativas e negativas.

Curiosamente, é o aspecto arbitrário do signo linguístico que faz da língua um sistema, ao mesmo tempo, imodificável e mutável. Por um lado, o falante recebe a língua como um produto acabado, resultado de um longo processo histórico que ele é incapaz de recompor, o que confere um aspecto imotivado às suas escolhas. Assim, se crescemos com a ideia de que o suporte sobre o qual comemos ou apoiamos nossos computadores recebe o nome de mesa, não poderemos, arbitrariamente, chamá-lo de árvore, sob o risco de não sermos compreendidos. Por outro lado, é também a arbitrariedade que nos permite estabelecer não importa que relação entre a matéria fônica e as ideias. Para Saussure (2006), a língua é um patrimônio herdado que quase não nos dá margem de manobra, ao mesmo tempo que se modifica, com o tempo, por meio de mecanismos não conhecidos pelos falantes. A mutabilidade, o deslocamento na relação entre o significante e o significado, que define o trabalho poético com a língua, é deixada em segundo plano por Saussure.

Para a presente argumentação, todavia, cumpre notar que Saussure (2006) localiza na língua o domínio da articulação. Os sons e os pensamentos são massas amorfas que vagam em regiões não localizáveis à procura de pontos de intersecção de sentido. Saussure (2006) reforça, ainda, que a linguística trabalha no terreno limítrofe onde os elementos se combinam, sendo que “*esta combinação produz uma forma, não uma substância*” (SAUSSURE, 2006, p. 131)⁴. Ainda que com diferenças, também há, no filósofo de Genebra, o pos-

⁴ Mais tarde, o dinamarquês Louis Hjelmslev formalizou os conceitos de forma e substância em relação aos processos linguísticos. Ver, por exemplo: HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2006. Obra publicada originalmente em 1943.

tulado do caráter linguístico da realidade.

Em 1965, Roland Barthes publica *Elementos da Semiologia*, talvez a primeira tentativa sistemática de transpor a linguística de Saussure para o terreno de outra ciência, a recém-inaugurada Semiótica ou Semiologia. Fusão das palavras gregas *semeion*, sinal, e *logos*, estudo, esse campo de saber se abre no contexto de profusão das imagens: cinema, televisão, revistas ilustradas, *outdoors*, painéis eletrônicos etc. Em termos semióticos, observava-se um aumento exponencial das chamadas “linguagens não-verbais”, o que impunha à crítica, até então apoiada em pressupostos literários, que partisse em busca de novas categorias analíticas, as quais pudessem transcender o objeto linguístico.

A escolha de Barthes (2006), porém, não corrobora inteiramente esse veredicto. Ele sugere inverter a proposição do próprio Saussure, para o qual a Linguística se constituía de um segmento, mesmo que privilegiado, no quadro da Ciência Geral dos Signos. Sua opção é por da Semiologia, esta ciência supostamente mais abrangente, um segmento da Linguística. Segundo Barthes (2006), todo “sistema semiológico repassa-se de linguagem e pode significar sob a linguagem, mas nunca sem ela” (BARTHES, 2006, p. 12).

Sendo assim, Barthes (2006) insiste em algumas das categorias de Saussure (2006), inclusive a principal delas, a relação entre língua e fala, a fim de analisar sistemas de significação essencialmente imagéticos, como o da moda. É por meio dos mesmos princípios, ainda, que ele avalia a gastronomia, a indústria automobilística e o mobiliário burguês. Nesses exemplos mencionados, seu interesse se concentra no jogo entre um sistema ideal, ditado por interesses econômicos e publicitários, que no caso de Saussure, corresponderia à língua, e o uso comum, atribuído aos consumidores e identificado na vida corrente, que equivaleria à fala.

Em síntese, Barthes (2006) preconiza que, quando se trata de sistemas de significação, ainda que de predominância não verbal, torna-se necessário não perder de vista a perspectiva da linguagem que forma esses sistemas e, ao mesmo tempo, garante que eles mantenham os seus efeitos discursivos. Na mesma linha, o *best-seller* de Vilém Flusser (2011), *Filosofia da Caixa Preta*, de 1983, é precedido de um glossário, fazendo lembrar um pressuposto-chave do filósofo em suas análises sobre os meios produtores de imagem técnica: aparelhos são, no limite, extrapolações concretas de textos científicos (FLUSSER, 2011, p.

17, 29). Barthes (2006) e Flusser (2011) parecem defender, portanto, que a crítica do tempo presente, aparentemente dominado pelas imagens, demanda o esforço de perseguir e esmiuçar as suas organizações de linguagem, já que estas revelam, quase sem exceção, uma sustentação de cunho linguístico.

Embora não seja o objeto de análise deste trabalho, seria interessante um estudo que refletisse sobre as *fake news* em seu caráter estrutural. Sabemos, por exemplo, que as *fake news* costumam acompanhar a estrutura dos textos jornalísticos, uma vez que estes, apesar de suas arbitrariedades, ainda se mantêm, convencionalmente, como um tipo discursivo ligado à expressão imparcial e objetiva do verdadeiro. Da mesma forma, caberia investigar, com base na premissa de Barthes (2006), a linguagem em que se articulam as *fake news* que se apresentam sob a forma de imagens (montagens, memes, vídeos etc.). Para além do seu conteúdo falso e artificioso, que é o aspecto mais evidente das *fake news*, o escrutínio da linguagem dessas produções informativas pode ser esclarecedor para a compreensão de sua disseminação em massa. Sem dúvida, a Semiótica, como campo de estudo, teria muito a contribuir nessa direção teórica.

Este é o empenho de Barthes (2001), em *Mitologias*, de 1957. Nas inúmeras e breves análises desenvolvidas ao longo da obra, que, segundo o próprio autor, seguiram a lógica da sua observação do cotidiano, ele expõe a diferença crucial entre os sistemas de significação e os sistemas fatuais e a forma recorrente com que sistemas semiológicos, isto é, construídos, são tomados como sistemas objetivos. Esta seria a principal característica do mito: a transformação da história em natureza, convertendo os produtos da história em tipos essenciais. Além disso, o mito faz com que a imagem provoque naturalmente o conceito, ou fazer com que o significante crie naturalmente o significado. O mito faria de toda intenção história um determinismo oriundo de um mundo estático e distante, alheio às forças de poder. Também faria da contingência um pretexto para a visão da eternidade.

Para o contexto deste trabalho, não seria despropositado pensar as *fake news* à luz das mitologias cotidianas analisadas por Barthes (2001). O mito, como as *fake news*, define-se por uma fala excessivamente justificada. Seu caráter impressivo deve ser imediatamente perceptível, dispensando a mediação da palavra crítica e interpretativa. Segundo Barthes (2001), o que se espera do

mito é um efeito direto, e pouco importa se, em seguida, é desmontado, já que, presume-se, “a sua ação é mais forte do que as explicações racionais que podem pouco depois desmenti-lo” (BARTHES, 2001, p. 151).

Os homens não manteriam com o mito, como não mantêm com as *fake news*, relações de verdade, mas de utilização. Para Barthes (2001), o mito é uma fala despolitizada, já que ignora a política em sentido profundo, como conjunto de relações humanas em sua estrutura real, social e em seu poder de construção do mundo. A fala do mito pode até ser inicialmente política, mas termina por ser natural, diferentemente da fala revolucionária, que se deseja inicial e finalmente política, pois imagina como fim último de todo discurso uma mudança social efetiva. Nas palavras de Barthes (2001), o mito evacua o real:

O que o mundo fornece ao mito é um real histórico, definido, por mais longe que se recue no tempo, pela maneira como os homens o produziram ou utilizaram; e o que o mito restitui é uma imagem natural deste real. E, do mesmo modo que a ideologia burguesa se define pela deserção do nome burguês, o mito é constituído pela eliminação da qualidade histórica das coisas: nele, as coisas perdem a lembrança da sua produção. O mundo penetra na linguagem como uma relação dialética de atividades, de atos humanos: sai do mito como um quadro harmonioso de essências. Uma prestidigitação inverteu o real, esvaziou-o de história e encheu-o de natureza, retirou às coisas o seu sentido humano, de modo a fazê-las significar uma insignificância humana. A função do mito é evacuar o real: literalmente, o mito é um escoamento incessante, uma hemorragia, ou, se se prefere, uma evaporação; em suma, uma ausência sensível (BARTHES, 2001, p. 163).

Como foi postulado na introdução, o homem é um ser dotado de linguagem, isto é, somos seres simbólicos, o que reveste a realidade do que Lúcia Santaella (2007) chama de “crosta sgnica” (SANTAELLA, 2007, p. 11). A própria noção de vida, depois que cientistas forjaram o código genético,

converteu-se em objeto de informação. Sendo assim, o mito seria uma fala que perdeu o contato com o mundo sensível, cuja narrativa exclui a contingência histórica e se cristaliza em monumentos naturais.

Se parece inegável que o processo de conferir sentido ao mundo demanda que o codifiquemos, em contrapartida, nunca se mostrou tão urgente desfazer as tentativas discursivas que se pretendem imediatamente compreensíveis, tais como as *fake news*, afinal, o mundo cada vez mais mediatizado em que vivemos (redes sociais, *smartphones*, câmeras fotográficas de alta resolução, drones etc.) alimenta, a todo instante, a utopia de uma vida imediata, transmitida e compartilhada ao vivo, em “tempo real”.

A ação política passaria por fazer de toda fala um “ato de fala”. Mikhail Bakhtin (2006) defende essa posição em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, publicado em 1929. Ele divide o processo de enunciação em tema e significação. O primeiro é concreto e implica o fenômeno histórico ao qual a enunciação está vinculada. O segundo é formado por elementos reiteráveis e idênticos e reduz-se à condição de um aparato técnico para a realização do tema. É evidente que, para Bakhtin (2006), a significação representa um estágio inferior da capacidade linguística de significar. No entanto, menos do que ignorar o jogo com a linguagem, fundamental para que todo discurso possa fazer sentido, o filósofo prefere ressaltar que uma enunciação é considerada política apenas se estiver ligada a uma realidade concreta e não verbal.

Toda enunciação carrega, assim, um “acento apreciativo” ou “entoação expressiva”. Para Bakhtin (2006), o apreciativo é inseparável do significativo. Compreender, para o filósofo, é ter a capacidade de responder, já que a significação não está na palavra ou na alma do falante, mas na troca dialógica: “Compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra” (BAKHTIN, 2006, p. 135). As *fake news*, nessa perspectiva, podem ser definidas como discursos significativos desprovidos de tema. As *fake news* formam um tipo de enunciação que não requer resposta, mas confiança.

Em 1970, com *A ordem do discurso*, Michel Foucault retoma as teses nietzschianas para reafirmar que a verdade se estabelece discursivamente⁵. Em tempos

⁵ O ensaio “Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral” é traduzido ao francês em 1969.

de naturalização dos conceitos e de esvaziamento do sentido das palavras, Foucault (1999) solicita que nos voltemos para as operações discursivas que tornam possíveis as nossas próprias falas, suspendendo, temporariamente, os seus conteúdos, já que as relações de poder, como também já previu Benjamin (1994), não são apenas repressivas, mas também produtivas: “Foi preparado um lugar que o honra mas o desarma” (FOUCAULT, 1999, p. 7). O discurso não traduziria as lutas sociais ou os sistemas de dominação, mas seria o objeto mesmo do enfrentamento.

Com as redes sociais, a clássica divisão entre poucos autores e muitos leitores se desfez. Todos podem produzir discurso, mas caberia, como salienta Foucault (1999), questionar se todos estão incumbidos do poder conferido por ele. Todos falam e todos publicam, mas o próprio aparelho, conforme prevê Flusser (2011), parece ser o destino dessas falas, como também o responsável pelo *feedback*. O desafio proposto por Foucault (1999) é o de recuperar o caráter de acontecimento do discurso.

No contexto brasileiro, a jornalista e escritora Eliane Brum, em consonância com a tese aqui defendida, levanta a hipótese de que a crise brasileira é, fundamentalmente, uma “crise da palavra”. A tragédia brasileira, para Brum (2016), não é que as palavras sejam necessariamente censuradas, como no tempo da ditadura, mas que as palavras que se dizem já não dizem: “Esta crise não é apenas política e econômica. É uma crise de identidade – e é uma crise da palavra. São as palavras que nos arrancam da barbárie. Se as palavras não voltarem a encarnar, se as palavras não voltarem a dizer no Brasil, o passado não passará. E só nos restará pintar o rosto com sangue” (BRUM, 2016, s/p)⁶.

O rosto pintado de sangue é o de Sheila da Silva, que, depois de buscar cenoura, batata e pão no supermercado, subiu o morro e encontrou o filho morto, coberto por um lençol, à porta de casa. Com o sangue do filho, ela pintou a face de vermelho: “O que se chama de realidade objetiva tornou-se uma vivência do inconcebível” (BRUM, 2017,

⁶ De modo semelhante, a filósofa Marie-José Mondzain (2009) fala em “imagens encarnadas” para se referir às imagens que ganham carne, mas não ganham corpo. Nesse sentido, as imagens encarnadas se contrapõem às imagens personificadas, típicas de regimes fascistas, já que concedem ao espectador uma ausência sensível que assegura o espaço da leitura crítica. Nas imagens encarnadas, não há fusão entre espectador e objeto ou pessoa figurada. Ver referência ao final.

s/p). Como já se discutiu anteriormente, cumpre também investigar as *fake news* fora da dicotomia verdade e mentira, mas como autoverdade. Palavras que prescindem de qualquer materialidade. Significações sem tema. Metáforas sem apelo estético. Palavras desencarnadas. Palavras-carta que não chegam a nenhum destino. A sugestão deste ensaio é pensar uma forma política e imaginativa de pensamento que faça do aspecto aparentemente não objetivo da realidade uma oportunidade para retomar o contato com a materialidade sensível das coisas. Lá onde a política se faz. Lá onde palavras são efetivas.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Trad. Rita Buongermino e Pedro de Souza. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *Elementos de Semiologia*. Trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERNARDO, Gustavo; GULDIN, Rainer. *O homem sem chão. A biografia de Vilém Flusser*. São Paulo: Annablume, 2017.
- BRUM, Eliane. O golpe e os golpeados. El país, https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/20/opinion/1466431465_758346.html, 20/06/2016.
- _____. O Brasil desassombrado pelas palavras-fantasmas. El país. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/10/opinion/1499694080_981744.html, 10/07/2017.
- BUCK-MORSS, Susan. Estética e anestética. O 'ensaio sobre a obra de arte' de Walter Benjamin reconsiderado. UFSC: Outra Travessia. UFSC: 11-41, Florianópolis, 1996.
- DERRIDA, Jacques. *Anne Dufourmantelle convida Jaques Derrida a falar Da hospitalidade!* Jacques Derrida [Entrevistado]. Trad. Antônio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.
- FLUSSER, Vilém. *Língua e Realidade*. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. *Bodenlos: uma autobiografia filosófica*. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. *Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Annablume, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga Sampaio. 21 ed. São Paulo: Loyola, 1999.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MONDZAIN, Marie-José. *A imagem pode matar?* Trad. Susana Mouzinho. Lisboa: Nova Veja, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-moral. Trad. Rubens Torres Filho. *Antologia de Textos Filosóficos: 530-541*, Curitiba, 2009.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é Semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 11 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SLOTERDIJK, Peter. *O desprezo das massas: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna*. Trad. Claudia Cavalcanti. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

FAKE NEWS IN AN EXTRA-MORAL SENSE, OR ON THE MATERIAL REALITY OF THE WORDS

ABSTRACT:

The present essay postulates that reality structures itself linguistically. Bases on that, the paper reflects on a political and imaginative way of thinking that makes of the seemingly non-objective aspect of reality an opportunity to resume contact with the sensible materiality of things and with the effectiveness of words. This implies reflecting on fake news beyond the dichotomy truth and lies.

KEYWORDS: reality; language; *fake news*.

A DEMOCRACIA E O NOSSO SANGUE: PARÁFRASE DISCURSIVA E COMPREENSÃO DAS REFERÊNCIAS

Rodrigo Oliveira Fonseca^a

RESUMO

O presente artigo explora o recurso da *paráfrase discursiva* (HENRY, 1990) para compreender a referencialidade de *democracia* em intervenções recentes do presidente Jair Bolsonaro, e sua relação com o que é dito acerca da defesa das cores verde e amarela na Bandeira Nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Paráfrase; Democracia; Inimigo Interno.

Recebido em: 16/06/19

Aprovado em: 18/09/19

Democracia se as forças armadas quiserem

No início de março de 2019, em cerimônia de aniversário do Corpo de Fuzileiros Navais, uma fala do presidente Jair Bolsonaro chamou a atenção e virou notícia: democracia e liberdade só existiriam com a anuência das Forças Armadas de um país. Após afirmar que havia recebido a vitória nas eleições presidenciais como uma *missão* - termo central no jargão militar -, o presidente disse que essa missão seria cumprida.

[...] ao lado das pessoas de bem do nosso país, daqueles que amam a pátria, daqueles que respeitam a família, daqueles que querem aproximação com países que têm ideologia semelhante

^a Universidade Federal do Sul da Bahia, Doutor em Estudos de Linguagem pela UFRS.

à nossa, daqueles que amam a democracia. E isso, democracia e liberdade, só existe quando a sua respectiva Força Armada assim o quer (DELGADO, 2019).

Dada a enorme e negativa repercussão, algumas autoridades do governo saíram em defesa do presidente, acusando problemas na interpretação do seu discurso: “está sendo mal interpretado. O presidente falou que onde as Forças Armadas não estão comprometidas com democracia e liberdade esses valores morrem. É o que acontece na Venezuela”, disse o vice-presidente general Hamilton Mourão (BRANDÃO, 2019; FERNANDES, 2019); “ele falou o que todo mundo sabe: as Forças Armadas são o baluarte da democracia e da liberdade. Historicamente, em todos os países do mundo”, defendeu o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno (FERNANDES, 2019).

Em defesa da clareza e do acerto da fala do presidente, os dois generais apresentaram interpretações divergentes. Ainda que estas tenham operado a diluição do caráter arbitrário evocado na fala do presidente, fizeram-no de modo discrepante. Mourão transformou o QUANDO da fala original (democracia e liberdade só existe *quando* a sua Força Armada assim o quer) em ONDE, apresentando o problema da falta de vontade/compromisso com a democracia por parte das Forças Armadas em um problema histórico ou geopolítico: há países em que as Forças Armadas não estão comprometidas com a democracia - problema que não ocorreria no Brasil, mas talvez em uns poucos países como a Venezuela. Em síntese, não haveria democracia e liberdade onde (nos países em que) as Forças Armadas não são democráticas.

Heleno foi além e, naturalizando e universalizando a relação entre democracia e Forças Armadas (baluarte, base, alicerce da democracia), arriscou transformar a frase do presidente em *non sens*, afinal, SE existem democracia e liberdade É PORQUE existem Forças Armadas, pois, do contrário, não haveria democracia e liberdade. Tratar-se-ia, assim, nem de arbítrio dos militares, nem de razões ligadas à formação histórica e geopolítica do país, mas de uma questão puramente lógica e institucional. As Forças Armadas seriam, basicamente, uma condição da existência de regimes democráticos.

No entanto, poucas semanas depois, no final do mês de março, em entrevista à Rede Bandeirantes de Televisão, o presidente retomou, de modo ainda mais didático, seu posicionamento acerca da relação entre as Forças Armadas e a democracia: “Em qualquer país do mundo, em última análise, quem decide se vai ser democracia ou ditadura são as Forças Armadas. Não vai ser a Ordem dos Advogados do Brasil, não vai ser o Conselho Federal de Medicina, não vai ser a Confederação Nacional da Indústria” (VEJA, 2019).

Ao contrário das substituições operadas pelo ONDE de Mourão e pelo PORQUE de Heleno, o QUEM de Bolsonaro restituiu a força da arbitrariedade.

Bandeira vermelha para mantê-la verde e amarela

No dia primeiro de janeiro de 2019, ao final do seu discurso de posse no parlatório do Palácio do Planalto, já com a faixa presidencial e dirigindo-se aos apoiadores concentrados no gramado, Bolsonaro recebeu uma Bandeira do Brasil das mãos do futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que gesticulou ao presidente em sinal para que balançasse a bandeira. Então, em um momento único de fala espontânea (já havia terminado a leitura do texto previamente preparado), e, segurando a Bandeira Nacional junto com o vice-presidente Hamilton Mourão, Bolsonaro disse o seguinte:

Essa é a nossa bandeira que jamais será vermelha. [sorri, levanta o polegar e faz uma pausa de quatro segundos] Só será vermelha se for preciso [olha para o general Mourão e retorna para o público] o nosso sangue pra mantê-la verde e amarela (SOUZA, 2019).

Temos aí uma espécie de pacto de morte em torno da manutenção “das cores da bandeira” – *nossa bandeira só será vermelha se for preciso o nosso sangue pra mantê-la verde e amarela*. Ou seja, jamais haverá socialismo no país, o pior que pode acontecer é a bandeira ficar vermelha com o sangue derramado em sacrifício para que ela permaneça verde e amarela.

Pelo movimento corporal do orador, NOSSO (em *nosso sangue*) parece referir-se à chapa eleita, mas, no entanto, sendo esta formada por dois militares da reserva, podemos pensar também numa referência ampliada para as

Forças Armadas, agora sob o comando de Jair Bolsonaro, que nomeou oito militares em seu gabinete - uma proporção maior de ministros militares do que a existente nos governos de 1964 a 1985, descontadas as pastas militares. E tomando o contexto imediato, o encontro do líder com os seus apoiadores, a referência de NOSSO (sangue) pode ainda encontrar outro objeto, o campo político que venceu as eleições no segundo turno. Essa segunda alternativa é verossímil e encontra eco na repercussão dada pela imprensa ao discurso de posse do presidente no parlatório, uma fala considerada ainda totalmente eleitoral.

A circulação desse enunciado foi bem menor em comparação com o enunciado ocorrido tempos depois, no mês de março, sobre as Forças Armadas e a democracia, que comentamos antes. Mas os seus movimentos de reescrita e relato social são interessantes, posto que apontam para as derivas da interpretação. O portal Terra publicou, no mesmo dia, como manchete “Nossa bandeira só será vermelha se for preciso sangue para mantê-la verde e amarela, diz Bolsonaro” (PARAGUASSU, 2019a). Somente no corpo do texto a jornalista Lisandra Paraguassu restitui o NOSSO do enunciado proferido. Já no jornal Valor, em matéria com a manchete “‘Nossa bandeira jamais será vermelha’, afirma Bolsonaro na posse” (FERNANDES; ARAÚJO; AGOSTINE; FILGUEIRAS, 2019), a passagem em questão aparece da seguinte forma no corpo do texto: “Ao falar no parlatório, durante solenidade no Palácio do Planalto, Bolsonaro manteve o tom de ataque das eleições, ao dizer que a bandeira do país ‘jamais será vermelha’, mesmo que seja preciso ‘o nosso sangue para mantê-la verde e amarela’”. Em matéria da Reuters, publicada também no portal UOL e assinada pela mesma jornalista da matéria do portal Terra, a manchete foi a seguinte: “Bandeira só será vermelha se for preciso sangue para mantê-la verde e amarela, diz Bolsonaro” (PARAGUASSU, 2019b). E no corpo do texto “segurando uma bandeira do Brasil, [Bolsonaro] disse que ela só será vermelha se for preciso o sangue para mantê-la verde e amarela”.

Essa entrada e saída dos possessivos NOSSA e NOSSO para *bandeira* e para *sangue* joga com uma característica forte da discursividade política, a indeterminação referencial, pela designação - mediante toda a série referida à primeira pessoa do plural (nós, nos, nosso e desinência verbal de primeira pessoa do plural) - de conjuntos lexicalmente não nomeados (GUESPIN,

1985 *apud* INDURSKY, 1997, p. 66). Afinal, qual sangue está sendo indicado como caução no contrato de Bolsonaro com seus apoiadores? E, afinal, qual será mesmo o produto do acordo? O que significa - em especial para a democracia - “manter a bandeira verde e amarela”?

Países com ideologia semelhante?

Para avançarmos numa reflexão acerca das discursividades do atual governo brasileiro em torno dos sentidos de *democracia*, passaremos pela temática fregeana da *referência* e do *sentido* conforme as abordagens de Michel Pêcheux (1997 [1975]), Eduardo Guimarães (1995) e Bethania Mariani (1998), chegando a questões propostas por Paul Henry (1990 [1975]) acerca da paráfrase discursiva e da referencialidade. Vejamos três sentenças que apontam para um mesmo conjunto de objetos, ou seja, possuem os mesmos referentes, constituindo assim paráfrases pertinentes:

1. O presidente governará com aqueles que querem aproximação com países que têm ideologia semelhante à nossa;
2. O presidente governará com aqueles que querem aproximação com países que têm ideologia semelhante à dele;
3. O presidente governará com aqueles que querem aproximação com países como os Estados Unidos de Trump, Israel de Netanyahu, a Itália de Salvini, o Chile de Piñera, a Hungria de Orban e a Polônia de Duda¹.

Para alguém que conheça a agenda política do presidente desde as eleições de 2018, a referência ao final das três sentenças parece ser exatamente a mesma, havendo, pois, identidade referencial na designação desse grupo de

¹ Os quatro primeiros países foram citados por Bolsonaro em novembro de 2018 como nações com as quais ele tinha mais afinidade; quanto à Hungria e à Polônia, são países com governos irmanados por Steve Bannon, ex-assessor de Trump, em torno de uma internacional de extrema-direita (*The Movement*), que passou a incluir também o governo de Bolsonaro. Em maio, o presidente brasileiro anunciou o desejo de visitar os dois países no segundo semestre de 2019. Cf. IG SÃO PAULO (2019).

países. É como se a sequência (1), efetivamente realizada, existisse enquanto um desdobramento de “já ditos” e ditos de outros modos - que poderiam ser (2) ou (3). Porém, essas diferentes formas de apresentação de uma designação conduzem a sentidos não só diferentes como controversos entre si, desconstruindo - pelo viés do exercício parafrástico demonstrado há pouco - o projeto enunciativo contido em *nossa (ideologia)*, que, ao invés de uma associação intradiscursiva com *nosso país* (“as pessoas de bem do nosso país”), passa a funcionar semanticamente de modo restrito, *a ideologia do nosso/meu governo, a minha ideologia*, que seria semelhante à ideologia de outros países.

Existe uma dificuldade em torno da associação metonímica entre países e ideologias², e também em torno dessa associação entre governos (extraídos dessa relação países/ideologias) que, supostamente, representariam as ideologias de seus respectivos países e ainda conformariam um “campo semelhante”. Ou seja, para se poder sustentar que *nossa ideologia* é um modo de apresentação de “a ideologia dos brasileiros”, deveríamos igualmente supor que essa ideologia é semelhante à “ideologia dos estadunidenses”, à “ideologia dos italianos”, à “ideologia dos húngaros” etc. Se a referência comum fica esgarçada perante os diferentes sentidos, do menos (1) ao mais (3) restrito, ou do menos ao mais determinado, o que confirma a tese de Gottlob Frege (PÊCHEUX, 1997 [1975]) quanto à existência de expressões dotadas de sentido mas sem referência objetiva no mundo das coisas, como “banho de sangue”. No entanto, também é verdade que para o “mundo das coisas” as referências não são unívocas a ponto de se poder estabelecer uma única designação. Por isso mesmo, os sentidos, que não são objetos do mundo, constituem as formas fundamentais de se conhecerem as referências (GUIMARÃES, 1995, p. 27), que não nos chegam senão por meio de apresentações, de “olhares”, isto é, já encharcadas de sentidos, já tomados de história e apreendidos em meio a ela.

Mostraremos, um pouco mais adiante, a dificuldade de determinação em torno de *nossa democracia*, tal como essa construção se apresentou no processo de cassação do registro do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1947, mas queremos, antes disso, investigar outro aspecto da mesma formulação

² Qual seria, por exemplo, a referência para *ideologia alemã*? Aquela analisada no livro de Marx e Engels? O nazismo? O governo de Angela Merkel e seu papel na União Europeia?

presidencial sobre países e ideologias. Fazendo o teste básico de identificação daquilo que é pressuposto na sentença de Bolsonaro - pela negativa, “O presidente não governará com aqueles que querem a aproximação com X”, e pela interrogativa, “O presidente governará com aqueles que querem a aproximação com X?” -, vemos que elemento não é objeto de refutação ou dúvida no conjunto do pensamento desenvolvido na sentença: existem aqueles que querem a aproximação com um (in)determinado grupo de países. A afirmação incide sobre esse grupo de pessoas que, no fio do discurso, são pessoas de bem, que amam a pátria e a democracia e respeitam a família. Uma interpretação contrastiva, bastante corriqueira no campo da política, conduz à evocação semântica do contraponto entre essas pessoas/aqueles e outras pessoas/aqueles outros, que não respeitam a família, não amam a pátria e a democracia, e, por conseguinte, não querem a aproximação com esse (in)determinado grupo de países. Também pelo fio do discurso, podemos inferir que essas outras pessoas (derrotadas nas eleições?) não admitem que as Forças Armadas sejam as maiores fiadoras das democracias (ou das ditaduras), quando assim o querem. E, desse modo, passamos da identificação de um pressuposto da sentença – a existência de um (in)determinado grupo de pessoas que quer a aproximação com um (in)determinado grupo de países – ao início da compreensão de um pré-construído, a inserção e a leitura da formulação do presidente Bolsonaro no interior de uma determinada organização de referências políticas e discursivas já instituídas alhures. Mas onde? Nas coordenadas instituídas em meio à Guerra Fria?

Países e regimes com tradição democrática comum?

Os comunistas ocupam, com destaque, o lugar de inimigos internos no imaginário político dominante brasileiro desde a década de 1930 (MARIANI, 1998; MOTTA, 2002; RODEGHERO, 2003). Um lugar antes ocupado com folga pelos indígenas, depois pelos africanos e, até a década de 1920, pelos anarquistas, A Guerra Fria potencializou enormemente a propaganda anticomunista. E não somente a propaganda. Em 1949 foi fundada no Brasil a ESG, Escola Superior de Guerra, braço de cooperação técnica e ideológica dos militares anticomunistas com os seus pares dos Estados Unidos, que, em

1947, haviam criado a Comissão Nacional de Segurança e a mais famosa das agências de investigação política, a CIA (Agência Central de Inteligência, na tradução da sigla em inglês). Neste período, leis e agências estatais anticomunistas também foram criadas na Inglaterra, Chile, Portugal, Bolívia, Austrália, África do Sul e Canadá (REZNIK, 2004, p. 20). Formando militares e civis, empresários e políticos, em 1952, a ESG, sob a direção do general Golbery do Couto Silva, estabeleceu três objetivos de longo prazo para a instituição: projeção em direção ao Pacífico; controle da Amazônia; e aliança com os EUA contra o comunismo (ZIBECHI, 2019).

Os votos dos juízes que decidiram pela cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), há setenta e dois anos, apresentam-nos questões de linguagem interessantes para a reflexão presente no campo do discurso³. Em vários momentos, uma (in)determinada tradição democrática brasileira é esboçada, insinuada, como vindo desde o Império, tramada em identidade com certa cultura democrática dos Estados Unidos:

- (4) a Democracia de Roosevelt, aquela que vem de Lincoln, aquela que recebemos dos nossos antepassados, aquela que o Brasil Império nos legou, aquela que o Brasil República consolidou, aquela que hoje cumpre defender e aplicar, aquela que justificou a carnificina da última guerra e que ainda cobre de luto várias famílias patricias, enfim, aquela Democracia como nós entendemos que o seja, aquela que Rui Barbosa definiu e pregou conforme estavam consubstanciadas nas diversas Constituições (FONSECA, 2016, p. 215)
- (5) a Democracia, aquela que é estabelecida como norma pela Constituição Brasileira, aquela que é do Brasil e dos brasileiros, aquela que vem dos nossos antepassados e que deles com honra e orgulho herdamos para transmitir aos nossos sucessores,... (FONSECA, 2016, p. 216).

³ Retomo a partir daqui algumas das análises desenvolvidas em Fonseca (2016), produzindo novas abordagens e considerações.

Como destacado em Fonseca (2016), existe um trabalho reiterado de um determinante linguístico - com os itens lexicais “aquela que” -, visando à restrição da referência de *democracia*, sendo esta *aquela que X*, não uma democracia qualquer, e não exatamente “esta”, que, sem os complementos, poderia extravasar para a democracia tal como defendida pelos comunistas, que, há pouco tempo, haviam tido um papel de destaque na luta internacional contra o nazi-fascismo e mesmo na “carnificina da última guerra”.

A determinação, em tese, não altera nem acrescenta significação ao termo determinado, apenas delimita a significação, oferecendo - pela via de um determinante acrescido (*a democracia; democracia brasileira; democracia que sonhamos; sua democracia*) - uma possibilidade de referência para o sujeito, preenchendo assim uma função de designação. No entanto, o pronome demonstrativo (“aquela”), na função de determinante, pela enorme diversidade de apresentações/sentidos propostos, menos demonstra e designa do que “engarrafa” e opacifica a referência⁴. É sobretudo a injunção à interpretação que propicia o efeito de que “se sabe exatamente sobre isso que se está falando”. Em vez de, no fio do discurso, conduzir retomadas que iriam do menos ao mais restrito e determinado, como em (1)-(3), a reiteração do pronome demonstrativo, com distintos complementos em (4) e (5), co(i)mplícia a referenciação, parecendo sussurrar nas lacunas outros textos do domínio de memória naquela conjuntura dos dizeres: “a Democracia do Brasil e dos brasileiros não é a democracia *deles*, dos comunistas, que (por demagogia) não falam de outra coisa”.

Se os sentidos, formas de apresentação e construção verbal das referências, são os meios de conhecê-las, é curioso que, sob a ocorrência reiterada de um demonstrativo, o funcionamento maior seja a reserva de um espaço outro e negativo não para essa referência, a Democracia do Brasil e dos brasileiros (que não se deixa circunscrever facilmente), mas sim para qualquer outra democracia que viesse a ser evocada no processo de cassação. E aquilo que deveria

⁴ Para pensar esse efeito, podemos tomar uma charge da Laerte (em GALLEGOS, 2018) na qual uma oradora – sobre um palco em um comício a favor de Bolsonaro - diz “Precisamos evitar o pensamento único”. Então, uma pessoa no meio da massa grita, perguntando “Como assim ‘pensamento?’”. A questão, para aproveitarmos bem a charge, não seria tanto o desconhecimento lexical do termo determinado, mas também e sobretudo os problemas que o determinante acrescido ocasionam à construção da referência, em vez de melhorá-la.

estar em questão no julgamento, a “democracia *deles*”, dos comunistas, nem é referida, não aparece nos votos o programa de *União Nacional* defendido desde 1943 pelo PCB, as dezenas de propostas apresentadas à Constituinte pelo seu senador e seus catorze deputados, e nada que aponte para a plataforma eleitoral do PCB, respaldada por 10% do eleitorado brasileiro⁵.

O que seria do verde e amarelo sem o vermelho?

Pelas formulações dos votos dos juízes, ficamos sem saber *como é* essa democracia do Brasil e dos brasileiros. Trabalha-se uma lista de *possibilidades de sentidos*, mas absolutamente nenhuma *referência estável* para além do fato de interditar a democracia como um valor e um programa que pudesse ser compartilhado por/pelos comunistas. Possibilidades que funcionam no discurso de cassação como a contraparte negativa que sustenta uma afirmação, “o Outro necessário à reafirmação da positividade do campo do mesmo” (MARIANI, 1998, p. 96), ainda quando essa afirmação pareça apontar para uma estrutura consideravelmente vazia ou impressionista. É por isso que “manter a bandeira verde e amarela” é tão difícil de ser parafraseado fora do confronto (em geral imaginário e estratégico) com os vermelhos, e é também por isso que uma polarização política extrema não costuma representar o verdadeiro confronto entre práticas discursivas e ideológicas, e sim um “antagonismo oficial” (ŽIŽEK, 2012), estrategicamente sustentado, que *fora*clui aquilo que

⁵ Na eleição de 1945, o único candidato à presidência da República que não era militar era o candidato lançado pelo PCB, o ex-prefeito de Petrópolis Yedo Fiúza, um desconhecido no cenário nacional que nem mesmo era comunista (o que fazia parte da política de União Nacional), mas que conseguiu 10% dos votos graças ao prestígio dos comunistas a partir da derrota do nazi-fascismo. Além de eleger Prestes para o Senado, o PCB elegeu para a Câmara Federal Jorge Amado, Carlos Marighella, e quadros políticos operários como Abílio Fernandes (metalúrgico), Alcides Sabença (da construção civil e carpinteiro), Claudino José da Silva (único parlamentar negro da Constituinte de 1946, ferroviário), Agostinho Dias Ferreira (também ferroviário) e Osvaldo Pacheco da Silva (estivador), num total de 14 deputados. No início de 1947, ano da cassação do PCB, houve eleição nos estados e municípios, tendo o PCB feito 46 deputados nos 15 estados existentes à época, e cerca de 250 vereadores em todo o país, formando as maiores bancadas das Câmaras Municipais do Rio de Janeiro (ainda Distrito Federal) e também de São Paulo, Santos e Recife. Esse era o partido que estava sendo cassado sob a acusação de não ser brasileiro.

lhe é insuportável e que representa de fato o campo contra o qual e no qual este se (in)dispõe⁶.

O que parece uma obsessão e um despropósito é, na verdade, fundamental para a afirmação ideológica de uma força política, sendo que uma tal afirmação se dá muito mais na tematização do outro do que na de si. Karl Marx, n' *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, abordou o caráter, ao mesmo tempo, monossilábico e enigmático do partido da ordem, tanto na tribuna da Assembleia Nacional francesa quanto na sua imprensa:

[...] fastidiosos como um enigma cuja solução é de antemão conhecida. Quer se trate do direito de petição ou do imposto sobre as bebidas, da liberdade de imprensa ou da liberdade de troca, de clubes ou organização municipal, da protecção à liberdade pessoal ou da regulamentação do orçamento, a palavra de ordem mantém-se sempre a mesma, o tema é constante, a sentença está sempre pronta e é invariavelmente a mesma: *Socialismo!* É socialista o próprio liberalismo burguês, a cultura burguesa, a reforma financeira burguesa. Era socialismo construir um caminho de ferro onde já havia um canal, e era socialismo defender-se com um cacete quando se era atacado com uma espada (MARX, 1975 [1852], p. 72, grifo do original).

Mas por que, então, a apresentação na forma de “enigma”, ainda que fácil? A resposta pode vir na forma de outra pergunta: por que interpretamos tão facilmente sentenças que tão dificilmente fariam sentido se sua referencialidade estivesse totalmente presa a substituições/paráfrases autorizadas apenas pelo fio do discurso? Dito de outra forma: como interpretaríamos com facilidade enigmas que seriam insolúveis se contássemos apenas com as suas pistas internas, sem a sustentação em uma memória? No caso de piadas em forma de charadas, existem aquelas que, às vezes, conseguimos responder apenas jogan-

⁶ Não fosse isso também, não haveria casos anedóticos como o do general Coelho Netto, quando, no dia seguinte ao jogo Brasil 2x1 União Soviética pela Copa do Mundo de 1982, em uma coletiva de imprensa, surpreendeu os jornalistas dizendo “Ganhamos de vocês ontem!” (CONTREIRAS, 1998, p. 56).

do com uma polissemia própria do seu campo temático, sem que tenhamos conhecimento prévio da charada em si, como no caso de “Por que o livro de matemática é depressivo? / Porque tem muitos problemas”. O mesmo não acontece com charadas que parecem jogar com o aleatório, às quais só conseguimos responder se temos conhecimento prévio da convenção que sustenta o seu efeito cômico, ou se já a escutamos antes, como no caso de “O que é um pontinho metálico na grama? / Uma formiga de aparelho”, ou “O que é um pontinho branco correndo no meio da mata? / Uma formiga vestida de noiva atrasada para o casamento”.

Que todos os sinais de uma discursividade possam ser substituídos/parafraseados por formigas ou por socialismo, esse é um mecanismo próprio dos pré-construídos, pelo qual uma determinada e recorrente *substituibilidade* constitui o objeto do discurso em objeto exterior a uma textualização, “precisamente porque ele [o objeto do discurso] é susceptível de aí figurar por formas diferentes daquela que o representa, sem que o sentido do discurso seja modificado” (HENRY, 1990 [1975], p. 52).

Para concluir, deixamos como hipótese tomar a indeterminação referencial de *democracia* no discurso do atual governo brasileiro como implicada nos pré-construídos em torno da enigmática (mas fácil de parafrasear discursivamente) “manutenção da bandeira verde e amarela”, com uma clareza maior do que a do anticomunismo de 1947 e uma maior paleta de cores inimigas. Uma fala do ministro Onyx Lorenzoni parece ilustrar o sentido do esforço para a manutenção das cores originais da bandeira de um país: “No período de Pinochet, o Chile teve de dar um banho de sangue. Triste, o sangue lavou as ruas do Chile, mas as bases macroeconômicas fixadas naquele governo... já passaram oito governos de esquerda e nenhum me-xeu nas bases macroeconômicas colocadas no Chile no governo Pinochet” (URIBE, 2019).

E assim *banho de sangue*, que dissemos antes não possuir referência objetiva no mundo das coisas, ganha outra estatura, é um (re)agente de limpeza social quando *os países* têm de reagir. Se “Pinochet” foi um período, qual será o nosso? Edson Teles (2018) responde: desde a promulgação da Constituição vigente, e com muito maior ênfase desde 2013, o Brasil vem passando por um processo de *militarização da gestão social* que demanda e potencializa a

ideologia do inimigo interno. “A democracia manteve a concepção de segurança pública como a guerra contra o inimigo, este variando entre ‘bandidos’, militantes de movimentos sociais, jovens negros e pobres, loucos, traficantes, pessoas LGBTBs, indígenas” (TELES, 2018, p. 70). A opção militarista pela democracia, comprometida em “manter a bandeira verde e amarela”, pode ser também a busca por uma ampliação da liberdade de ação do corpo social formado pelas *peças de bem* para poderem reagir a vermelhos cada vez mais coloridos e disfarçados.

Referências

BRANDÃO, Marcelo. Mourão: Bolsonaro foi mal interpretado em fala sobre as Forças Armadas. *Agência Brasil*, Brasília, 07 mar. 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-03/mourao-bolsonaro-foi-mal-interpretado-em-fala-sobre-forcas-armadas>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

CONTREIRAS, Hélio. *Militares: confissões*. Histórias secretas do Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

DELGADO, Malu. Cem dias do governo Bolsonaro. *Valor*, São Paulo, 10 abr. 2019. Disponível em: <<https://www-preprod.valor.com.br/?q=especial/cem-dias-do-governo-bolsonaro>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

IG SÃO PAULO. *Eduardo Bolsonaro encontra ministro italiano e se desculpa por asilo a Battisti*. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2019-04-19/eduardo-bolsonaro-encontra-ministro-italiano-e-se-desculpa-por-asilo-a-battisti.html>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

FERNANDES, Maria Cristina; ARAÚJO, Carla; AGOSTINE, Cristiane; FILGUEIRAS, Malu. ‘Nossa bandeira jamais será vermelha’, afirma Bolsonaro na posse. *Valor*, São Paulo, 01 jan. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/01/01/nossa-bandeira-jamais-sera-vermelha-afirma-bolsonaro-na-posse.ghhtml>. Acesso em: 13 nov. 2019.

FERNANDES, Talita. Fala de Bolsonaro sobre militares e democracia foi mal interpretada, diz Mourão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 mar. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/fala-de-bolsonaro-sobre-militares-e-democracia-foi-mal-interpretada-diz-mourao.shtml>. Acesso em: 13 nov. 2019.

FONSECA, Rodrigo Oliveira. A interdição discursiva na cassação do PCB em 1947. In: TFOUNI; STÜBE; PAULON (org.). *Silêncio e Interdito: discursos em movimento*. São Carlos, SP: Pedro & João, 2016, p. 203-240. GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. Tradução de João Wanderley Geraldi e Celene Margarida Cruz. *Caderno de Estudos Linguísticos*, 19: 43-64, Campinas, SP, 1990 [1975].

INDURSKY, Freda. *As falas dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Unicamp, 1998.

MARX, Karl. *O 18º. Brumário de Luís Bonaparte*. Lisboa: Vento do Leste, 1975 [1852].

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2002.

PARAGUASSU, Lisandra. Nossa bandeira só será vermelha se for preciso sangue para mantê-la verde e amarela, diz Bolsonaro. *Terra*, São Paulo, 01 jan. 2019a. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/nossa-bandeira-so-sera-vermelha-se-for-preciso-sangue-para-mante-la-verde-e-amarela-diz-bolsonaro,c068079f48cdc1f3b000076c64b8f134ta08z4mo.html>. Acesso em: 13 nov. 2019.

_____. Bandeira só será vermelha se for preciso sangue para mantê-la verde e amarela, diz Bolsonaro. *Reuters*, São Paulo, 01 jan. 2019b. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2019/01/01/bandeira-so-sera-vermelha-se-for-preciso-sangue-para-mante-la-verde-e-amarela-diz-bolsonaro.htm>. Acesso em: 13 nov. 2019.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi [et. al.]. Campinas, SP: Unicamp, 1997 [1975].

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul. (1945-1967)*. 2ª edição. Passo Fundo, RS: UPF, 2003.

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SOUZA, Josias de. Na posse, Bolsonaro fala em pacto e conciliação. *UOL*, São Paulo, 01 jan. 2019. Disponível em: <<https://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2019/01/01/na-posse-bolsonaro-fala-em-pacto-e-conciliacao/>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: GALLEGO (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 65-72.

URIBE, Gustavo. Onyx elogia reformas da ditadura Pinochet e pondera revolução sangrenta. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/onyx-elogia-reformas-da-ditadura-pinochet-e-pondera-revolucao-sangrenta.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

VEJA, “*O que eu tenho feito de errado?*”, *pergunta Bolsonaro em TV*, 27 mar. 2019. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/politica/o-que-eu-tenho-feito-de-errado-pergunta-bolsonaro-em-tv/>>. Acesso em: 13 nov. 2019

ZIBECHI, Raul. O que querem os militares brasileiros? *Le Monde Diplomatique Brasil*, p. 16-17, fevereiro de 2019.

ŽIŽEK, Slavoj. *Vivendo no fim dos tempos*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2012.

DEMOCRACY AND OUR BLOOD: DISCOURSE PARAPHRASE AND THE COMPREHENSION OF REFERENCES

ABSTRACT

This article explores the use of *discursive paraphrase* (HENRY, 1990 [1975]) to understand the referentiality of *democracy* in recent interventions by President Jair Bolsonaro, and its relation to what is said about the defense of green and yellow colors in National flag.

KEYWORDS: Paraphrase; Democracy; Internal Enemy.

GOSTO, LOGO ACREDITO: O FUNCIONAMENTO COGNITIVO- ARGUMENTATIVO DAS FAKE NEWS

Rodrigo Seixas^a

RESUMO

O objetivo deste artigo é o de empreender, em tempos de forte radicalização política e conflito, um estudo de caso em que se observa a ocorrência de dissonância cognitiva (FESTINGER, 1962) própria ao fenômeno das *fake news*. Para tanto, algumas estratégias cognitivas, tal como a de (re)enquadramento cognitivo (BRETON, 1999), serão analisadas a fim de verificar a construção discursiva das notícias falsas.

PALAVRAS-CHAVE: *fake news*; dissonância cognitiva; argumentação política.

Recebido em: 30/05/19

Aprovado em: 02/10/19

O que faz um sujeito acreditar ou não em uma informação veiculada nas mídias sociais? Como esse tipo de crença se organiza e funciona? Vivemos em plena época de convicções, de crenças sólidas (mas ainda crenças) em determinadas formas de ver o mundo em detrimento de outras. Não há problema algum nisso. É normal, em todo processo de conhecimento, o descarte de proposições em função de outras mais adequadas para responder a determinados questionamentos. O problema, na verdade, está no fato de que a aceitação ou não da validade de uma proposição deixa de ser uma consequência natural do acesso a melhores informações sobre um determinado

^a Universidade Federal de Minas Gerais

fenômeno – como acontece frequentemente no processo científico – e passa a ser meramente um ato de identificação com determinada crença; um ato, portanto, axiológico e afetivo. *Se creio, logo é verdade*. Ora, é bem verdade que se possa crer, naturalmente, por critérios legítimos e razoáveis de probabilidade, em uma determinada forma de ver o mundo e não em outra. Portanto, seria mais correto afirmar que o caso da validação de *fake news* está para além da crença, alcançando o nível do gosto, o que permite reconstruir o intertexto: *Gosto, logo acredito. Acredito, logo é verdade*.

Segundo Seixas (2019), a escalada das *fake news* é consequência de um momento epistêmico (ou da falta de uma *episteme*) da humanidade em que se preza por uma superação do valor de verdade de uma proposição. No entanto, não se desacredita na sua existência, mas sim na necessidade de uma verdade que obedeça a critérios epistêmicos e metodológicos de base. O que vale, em tempos de pós-verdade, é a relação de identidade entre o que se acredita (numa harmonia de valores e ideologias) com os discursos que circulam (seja verdadeiros, seja falsos). Havendo proximidade, inicia-se um processo de aceitação, o qual eleva uma simples crença ao nível de uma convicção solidificada. Nesse sentido, a preocupação pela verdade dos fatos daria lugar à verdade tribal e enviesada, o que permite afirmar ser tal processo um ato cognitivo intensamente perspectivado.

Estas são, portanto, as intenções deste artigo: a de procurar desvelar as razões cognitivas que levam um sujeito a acreditar em *fake news*, bem como analisar estratégias para verificar como tais discursos se constroem a fim de que sejam críveis por um grande conjunto de pessoas. Não se permitindo aqui confundir as consequências com suas causas, busca-se não negar a importância da disposição das redes sociais em nossa cognição, mas sim investigar o que vem ainda antes como *causa* de todo esse tipo de discursividade.

Importa, em suma, menos a forma como as notícias falsas ganham difusão (um trabalho, sobretudo, dos estudos de comunicação e mídia) e mais as razões cognitivas e o funcionamento discursivo-argumentativo que fazem com que tal difusão aconteça e que tais *fake news* sejam tão críveis por um determinado grupo (um trabalho cognitivo-discursivo-argumentativo). Para tanto, lançando mão do diálogo entre os estudos discursivo-argumentativos (ANGENOT, 2008; BRETON, 1999) e os estudos cognitivos de Festinger

(1962), Greene (2018), Kahneman (2012), serão analisados dois casos recentes de notícias falsas, referentes ao processo de difamação das universidades federais após o corte orçamentário anunciado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL).

A escalada das *fake news*

Apesar de não ser um fenômeno novo, a escalada do que se considera atualmente como *fake news* foi impulsionada, nos últimos dez anos, com o advento das redes sociais e, em especial, nos últimos cinco, pela interferência destas nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, em 2016. Dois anos depois, de maneira semelhante, as *fake news* tiveram importância significativa na manipulação da opinião pública e nos resultados do pleito presidencial brasileiro (DUNKER, 2019). Ainda de acordo com Dunker (2019, p. 121), as *fake news*, de fato, parecem ter dado o tom das últimas eleições e refletem um novo estágio da discussão pública, uma regressão ao estado de massa (e a um estado de natureza característico de sociedades tribais), cujo fenômeno mais típico é

a impossibilidade de se fazer escutar por argumentos ou fatos, além da irrelevância relativa das fontes. No interior de uma batalha discursiva, o uso de *fake news*, de forma intencional ou ingênua, é bastante facilitado. Os interlocutores repetem monólogos com crescente agressividade. A regressão ao funcionamento de massa, com sua estereotipia e certeza dogmática, produziu um extenso sentimento de divisão social, rompendo laços e dissociando relações (DUNKER, 2019, p. 121).

Com efeito, como acima posto pelo psicanalista, as *fake news* podem ser intencionais ou ingênuas. Na verdade, por mais que se possam compreender as *fake news* como “artigos de notícia que são intencionalmente e verificadamente falsos, podendo enganar os leitores¹” (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017, p.

¹ O texto em língua estrangeira é: “news articles that are intentionally and verifiably false, and could mislead readers”.

211, tradução nossa), é necessário expandir o escopo de suas possibilidades. Pode-se dizer que há *fake news* no ato de deliberadamente criar uma notícia completamente falsa ou com poucos elementos de verdade; pode-se também utilizar elementos de verdade, mas quando atrelados a uma causa mentirosa ou suspeita, ganham o potencial de distorcer completamente a verdade da informação; e também há casos de enquadramento e reenquadramento de uma determinada notícia a uma situação diversa da original, induzindo os receptores ao erro cognitivo e configurando, portanto, um processo manipulatório.

Não obstante, por mais que sejam desdobramentos da velha mentira e da manipulação, as *fake news* se ancoram em um novo momento de expansão comunicacional e informacional, na era da internet rápida e das mídias sociais, para se tornar um perigoso meio de desinformação política, capaz, inclusive, como afirma Dunker (2019), de desestruturar uma democracia, posto que não apenas são resultado da intensa e crescente polarização afetiva da atualidade política, como também a retroalimenta (ABRANCHES, 2019).

Nessa perspectiva, a questão das *fake news* parece apontar para uma causa um tanto mais profunda do que apenas as razões de configuração e suporte midiático, como, por exemplo, o tipo de racionalidade que predomina quando se fala de razão política. A questão seria, por assim dizer, ontológica e epistemológica e não meramente metodológica e procedimental.

Os tipos de racionalidade das crenças políticas

Segundo Boudon (2017, p. 61, grifo nosso), “explicar uma crença é reencontrar o sentido para o agente dessa crença, é presumir que essa crença é racional (as *boas razões*) ou, em termos mais concretos, reencontrar os motivos que o agente tem para acreditar nela”. Diante dessa perspectiva, qual seria o sentido da crença de quem acredita em uma notícia falsa? Logicamente, não basta dizer que sujeito age irracionalmente, movido por mera ignorância. Essa explicação desconsidera as questões cognitivas que precisam ser levadas em conta para se chegar a um resultado mais preciso sobre as reais causas de uma ação social e da crença que a move.

Sendo assim, vale dizer que as notícias falsas encontram, na mente do agente, uma série de crenças já instituídas, ou, por enunciarem saberes que fazem parte de uma mesma lógica cognitiva do agente, criam familiaridade para com ele, o que acaba por levá-lo a crer no que ali se enuncia. É preciso ter em mente, no entanto, que, se tal movimento, por um lado, tem uma causa racional recuperável, por outro, é resultado de jogos entre valores e emoções, os quais não necessariamente possuem vinculação com a verdade dos fatos.

Na política, é comum que se encontrem razões instrumentais, tais como as racionalidades utilitárias e as pragmáticas, como base das ações, ancorando-se nos pressupostos nietzschianos de que o verdadeiro seria um disfarce do útil (BOUDON, 2017). Uma vez que um juízo seja *útil* aos propósitos políticos de um grupo, é comum que se o aceite como verdade, ainda que não necessariamente o seja.

Bronner (2003), de modo semelhante, afirma ser o utilitarismo um ajuste da crença àquilo que os seres humanos fazem, para que continuem a pensar que o fazem porque creem. No entanto, os limites entre o crer, o saber e o querer são extremamente porosos. A relação entre o saber e o crer, a propósito, é já objeto de intensa discussão na filosofia e nas ciências humanas, discussão esta que, certamente, não caberá nestas poucas páginas. O que vale dizer, nesse momento, é que não há uma distinção clara, no discurso político, entre o conhecimento (o saber epistêmico) e a crença (o saber dóxico).

Ademais, no mundo do discurso político, na medida em que se tenham critérios ideológicos de validação (EMEDIATO, 2016), o saber é frequentemente dóxico, opinativo. Isso não significa, obviamente, que se trate de um saber falso ou menos importante que o epistêmico. Na verdade, como afirma Aristóteles em sua *Retórica*, a natureza do discurso político é contingente, admitindo, para uma mesma questão, uma variedade de tratamentos. Cada ideologia política orienta os agentes a pensar de determinada maneira, o que faz com que as respostas dadas aos problemas sociais, para cada ideologia, mudem significativamente, quando não mesmo se oponham.

Além disso, o crer e o saber misturam-se amiúde com o querer. Para o sociólogo francês, “é sem dúvida em razão dessa convivência entre o crer e o querer que se torna difícil convencer um adepto de uma seita a abandonar sua crença” (BRONNER, 2003, p. 71). Isso vale, obviamente, para as ideologias.

É sempre tarefa complexa, como assinala igualmente Meyer (2008), o questionamento de uma crença sólida, no entanto, a tarefa não é impossível de ser cumprida. Por essa razão, os agentes do grupo estão sempre em vigilância para que os seus valores não sejam questionados, engajando-se, por conseguinte, afetivamente com a própria crença.

É possível, portanto, considerar que os discursos das *fake news* podem ser explicados por uma investigação cognitivo-argumentativa das racionalidades tanto instrumental (utilitária e pragmática), quanto axiológica, as quais sustentam, como validação, a construção ideológica de cada grupo político. Em suma, a atual polarização política no Brasil (não sendo nova, mas estando em seu mais alto nível de “polemicidade” na era democrática) – o que tem gerado uma guerra ideológica flagrante e inegável – pode ser vista como elemento condicionante para que o discurso veiculado por essas notícias falsas ganhe adesão massiva, sobretudo devido a alguns fatores cognitivos, como a familiaridade cognitiva e o processo de tribalização política e moral.

A familiaridade cognitiva e a tribalização política: o jogo entre valores, emoção e gosto

O psicólogo e neurocientista Joshua Greene, em seu *Tribos Morais* (2018 [2013]), inscrevendo-se em uma larga tradição antropológica e neurocognitiva, defende a hipótese de que os conflitos são gerados por uma incapacidade cooperativa, a qual ocorre por condicionamentos de ordem variadas (biológicas, físico-químicas, cognitivas, psicológicas, sociais e culturais), fazendo com que as pessoas se fechem em agrupamentos tribais. O uso do termo “tribal” não é, em hipótese alguma, metafórico. Segundo Greene (2018), os seres humanos são, de fato, independentemente do nível de socialização, em maior ou menor medida, seres tribais. O tribalismo discutido por Greene (2018) aproxima-se do conceito de Maffesoli (2007) e refere-se à tendência dos seres humanos em se reunirem em grupos e universos sociais, passando a sempre favorecer os que estão mais próximos em detrimento dos “estranhos”. Essa noção parte, claramente, da ideia de *viés de grupo*, tão trabalhada por antropólogos e psicólogos cognitivos, como o célebre Daniel Kahneman, por exemplo. Segundo Kahneman (2012), cada grupo é formatado por uma maneira

mais ou menos padronizada de perceber os fenômenos do mundo, gerando, por corolário, uma lógica de inclusão e exclusão bastante particular: aceita-se o que é familiar ao grupo, exclui-se o que lhe é estranho. Pode-se dizer, nessa perspectiva, que há sempre um *viés de grupo*, notadamente um *viés de confirmação*, para validar apenas o que é familiar aos valores daquele grupo (privilegiando sempre o “nós” contra o “eles”). Não se pode negar que, em termos de política, a divisão partidária tende justamente a separar os políticos e seus correligionários em tribos: grupos morais que agem essencialmente movidos pela manutenção da própria identidade e existência.

Angenot (2008), ao falar do processo argumentativo, pontua que toda argumentação é, antes de qualquer coisa, um movimento de defesa, a saber, de posicionamento discursivo por parte dos sujeitos, resistência ao posicionamento do outro e justificação dos próprios pontos de vista a um *Árbitro* (ANGENOT, 2008), seja ele qual for.

Com efeito, é indiscutível que a manutenção da identidade se torna, no campo político, capital necessário para a “sobrevivência da espécie”. Segundo Meyer (2008), em casos de conflito social, não se trata mais o processo argumentativo “de validade nem de adesão, mas de combate, valores contra valores, cuja vitória é a última legitimação²” (MEYER, 2008, p. 190, tradução nossa). O filósofo belga afirma, ademais, que a questão dos valores segue, ainda nos dias de hoje, mais ou menos a mesma lógica arcaica, pela qual se concebe a identidade de um grupo como um imperativo absoluto de reconhecimento mútuo e de sobrevivência: “Essa identidade tem por corolário a rejeição da diferença, frequentemente perseguida, e ainda hoje tentamos amarrar os laços sociais de uma comunidade, excluindo qualquer diferença³” (MEYER, 2008, p. 190-191, tradução nossa). Nesse sentido, o tribalismo político vai na mesma perspectiva schmittiana, a qual concebe os atores políticos pela lógica binária *amigo-inimigo*. O homem tribal, por assim dizer, para defender a identidade de sua tribo contra os perigos da identidade de tribos inimigas,

² O texto em língua estrangeira é : “de validité ni d’adhésion, mais de combat, valeurs contre valeurs, dont la victoire est l’ultime légitimaton”.

³ O texto em língua estrangeira é : “Cette identité a pour corolaire le rejet de la différence, souvent pourchassé, et encore aujourd’hui on essaie de ressourder les liens sociaux d’une communauté en excluant toute différence”.

põe em funcionamento estratégias cognitivas, de modo não necessariamente consciente, para a negação da diferença. Tal condição leva Abranches (2019, p. 20) a afirmar, apoiando-se na politóloga estadunidense Lillian Mason, que as pessoas se identificam com “rótulos partidários mais pela via da afeição/desafeição do que pela adesão a questões ideológicas”.

As emoções, por assim dizer, possuem papel de excelência na construção do tribalismo. Isso porque, segundo Mason (2018), as emoções que resultam do conflito entre tribos opostas tendem a ser amplificadas (sobretudo o amor e o ódio), sempre em função de oposição aos valores da outra tribo, o que é totalmente natural em um conflito polêmico (NASCIMENTO, 2018). Essa disposição afetiva, sem dúvidas, contribui enormemente para a radicalização polarizada na política, pois não mais está em jogo a coerência, mas sim o poder e a identidade. Meyer (2008) igualmente afirma que as paixões e os valores estão intrinsecamente ligados. Para ele, “os valores, as posições sociais respectivas, a resposta que nos coloca em questão orientam as paixões em um sentido em detrimento de outro⁴” (MEYER, 2008, p. 181, tradução nossa). De fato, a relação entre valor e paixão faz com que se crie uma orientação cognitiva comum, unindo a utilidade, o valor e o gosto (BOUDON, 2017).

A crença, nesse sentido, cria o gosto, e o gosto, por sua vez, alimenta a crença e a mantém viva. Com efeito, a relação entre a crença e o gosto acaba por criar o que Seixas (2019) nomeia como *desejo de verdade*, a saber, o desejo íntimo de um agente em querer que um enunciado seja verdade frequentemente o leva a acreditar naquele enunciado, sendo, portanto, deixados em segundo plano motivos para qualquer descrença. Abranches (2019, p. 22) afirma, quanto a isso, que a existência de identificações afetivas e apaixonadas (o gosto) faz com que as pessoas entrem, consciente ou inconscientemente, em um “estado de negação em relação ao que normalmente veriam como errado em suas lideranças, porque o mal estaria no ‘outro lado’. A desafeição dos ‘outros’ é resultado direto dessa afinidade absoluta com aqueles que passam a ser irredutíveis a nós”. Tal condição faz com que se crie, entre os agentes de uma mesma tribo política, uma relação de *familiaridade cognitiva*, já que, ao comungar de valores próxi-

⁴ O texto em língua estrangeira é : “Les valeurs, les positions sociales respectives, la réponse qui nous met en question orientent les passions dans un sens plutôt que dans un autre”.

mos, tem-se o que Kahneman (2012) chama de *conforto cognitivo*.

Por essa razão, pode-se afirmar que os seres humanos, enquanto seres tribais, tentarão, ao máximo, sempre que questionados sobre suas crenças e comportamentos, ressignificar, movidos por identidades afetivas, alguns elementos cognitivos para garantir a consonância entre eles ou, ao menos, uma redução da dissonância estabelecida.

O funcionamento cognitivo das *fake news*: um breve estudo de caso

No dia 30 do mês de abril de 2019, o ministro da educação, Abraham Weintraub, acusou as universidades federais de promoverem “balbúrdia” em seus *campi* e afirmou que essa seria a razão dos resultados ruins de desempenho acadêmico de tais universidades. O ministro anunciou, por conseguinte, o contingenciamento (e eventual corte) de cerca de 8 bilhões de reais da educação, sobretudo do ensino superior.

Tal discurso gerou uma sucessão de manifestações, inicialmente pontuais, como a própria posição das universidades e de veículos midiáticos, comprovando o bom desempenho dessas universidades brasileiras em *rankings* internacionais. Rapidamente, a opinião pública igualmente começou a se movimentar contrariamente às acusações do ministro e do governo, especialmente após campanhas de estudantes de graduação e pós-graduação em favor das universidades federais nas redes sociais. Por conseguinte, a má recepção das acusações e o seu nível de polêmica ajudaram a derrubar rapidamente o já decrescente índice de popularidade do governo Bolsonaro⁵.

Nesse sentido, após anúncio de manifestações nacionais em prol da educação em todo o país, apoiadores do governo voltaram a utilizar a mesma estratégia de campanha de 2018 para tentar segurar o avanço do viés negativo da opinião pública em relação ao governo. Em outras palavras, os agentes apoiadores do governo, para tentar reduzir os danos pela dissonância estabelecida no evento polêmico em questão, lançaram mão de uma campanha difamatória contra as universidades federais, com disseminação de *fake news* amplamente divulgadas não só nas costumeiras redes sociais, mas até em alguns *sites* de notícias.

⁵ Cf. JORNAL NACIONAL, 2019.

Segundo o professor Fabrício Benevenuto (DCC-UFMG), líder do projeto *Eleições Sem Fake*, após as eleições, a ferramenta criada pelo seu grupo para monitoramento de *fake news*, o *Whatsapp Monitor*, identificou uma baixa considerável no número de notícias falsas circulando pelos grupos públicos monitorados pelo sistema. Todavia, o pesquisador afirmou, em entrevista ao site *The Intercept Brasil* (PAVARIN, 2019, p.1), que, no período destacado (de anúncio das manifestações pela educação), percebeu a volta do mesmo engajamento do período eleitoral, o que serve de base para afirmar ter ocorrido um movimento imediato para redução dos danos de capital político do governo.

Para análise, serão utilizadas aqui publicações de *fake news* disseminadas no período em questão. No entanto, por falta de acesso direto às publicações, far-se-á uso de notícias de checagem de *fake news*, tais como as publicadas na plataforma de *fact-checking* “Fato ou Fake” do portal *G1* de Notícias do *Grupo Globo*.

Produção e compartilhamento das *fake news* e o (re)enquadramento cognitivo

No dia 20 de maio de 2019, a ferramenta de *fact-checking* do portal *G1* de Notícias identificou como falsa uma imagem publicada e amplamente disseminada nas redes sociais registrando um grupo de pessoas nuas fazendo protestos. Segundo o *Fato ou Fake*, o texto que acompanha a foto diz: “se for esse tipo de ensino nas faculdades federais, é melhor cortar 90% das verbas educativas” (G1, 2019, p.1), conforme se pode ver abaixo:

Imagem 1 – *Fake News sobre manifestantes nus*



Fonte: *Fato ou Fake*. Portal *G1* de Notícias.

Não obstante, segundo a ferramenta, a imagem é um registro de outro momento e de outra situação, ou seja, a notícia é *fake* em um duplo sentido. Tomando Breton (1999) como referência, pode-se afirmar que a tática de *fake news* acima se encaixa, perfeitamente, no que o autor considera como *desinformação* e se constrói por meio de uma estratégia de *enquadramento cognitivo* a qual o autor nomeia como *enquadramento manipulatório*. Breton (1999) pontua, quanto a isso, que o enquadramento consiste em:

[...] certa maneira de ordenar os fatos. Ele constitui, desse modo, um dos poderosos recursos da argumentação. A desinformação, uma das técnicas de reenquadramento mais manipulatórias, consiste justamente em fazer passar por fatos reais e totalmente confiáveis aquilo que não passa de pura invenção, destinada a ocultar as verdadeiras informações (BRETON, 1999, p. 81-82).

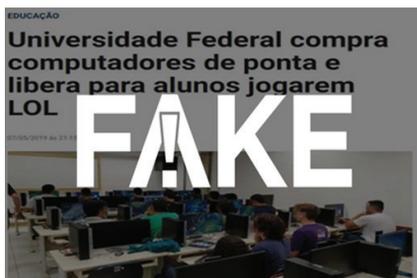
Nesse sentido, a desinformação ocorre por meio de um reenquadramento (uma vez que a imagem consiste em um registro anterior, de um enquadramento real anterior) com fins de ressignificar sentidos. Como antes afirmado, a desinformação se dá por duas questões cognitivas atreladas. Trata-se, grosso modo, de um deslocamento temporal e de contexto, na medida em que a imagem não registra alunos de universidades federais e tampouco é uma foto atual. Na verdade, segundo o Portal *GI*, a foto é um registro da manifestação em ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a *Rio+20*, e data de 20 de junho de 2012.

A ideia de um novo enquadramento, segundo Breton (1999), é justamente a de convencer de modo especial, o que não ocorreria mediante o enquadramento inicial. No caso de *fake news*, sobretudo organizadas dessa forma, o reenquadramento cognitivo assume a forma de um *enquadramento mentiroso* (BRETON, 1999), o qual apela justamente para uma imagem emblemática que, ao ser tirada de contexto, pode servir como base para uma manipulação. No caso acima, trata-se do texto que se segue à imagem, fazendo com que os receptores dessa notícia falsa sejam levados a crer numa mentira.

Outra ocorrência de *fake news* do mesmo período é referente a uma eventual medida da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

em comprar computadores para os alunos jogarem o *game League of Legends* (LOL). Segundo o *Fato ou Fake* do *G1*, o texto foi publicado pelo portal *Jornal da Cidade Online*, o qual questiona, apelando para a ideia de uma eventual incoerência dos gestores e professores de universidades, o porquê de “chorar o corte de verbas indispensáveis” (GUIMARÃES, 2019, p.1), enquanto se gasta com computadores para jogos.

Imagem 2 – Fake news sobre compra de computadores



Fonte: *Fato ou Fake*. Portal *G1* de Notícias.

Segundo a notícia do portal *G1*, o registro documenta efetivamente um evento voltado para o jogo LOL. No entanto, não se trata de computadores liberados para alunos jogarem, mas sim de um teste de rede para acesso simultâneo ao jogo, por conta de um evento realizado na UFMS, anualmente, chamado *Semana Mais Esportes*, o qual envolve, entre outros esportes, os jogos digitais.

Percebe-se, mais uma vez, um caso de enquadramento cognitivo, pelo qual o produtor da notícia falsa tenta convencer o receptor de que a imagem em questão corresponde fielmente ao evento relatado. Consoante Breton (1999), o caso acima se encaixa num outro tipo de enquadramento manipulatório, o qual ele nomeia como *reenquadramento abusivo*. Nesse caso, há, de fato, algumas informações sendo corretamente passadas (como a dos computadores sendo utilizados para o jogo LOL), mas se cria, a partir disso, uma nova imagem da realidade para que a convicção seja instituída em cima de bases falsas: “Ele [o reenquadramento abusivo] supõe que, se se apresentasse o real de maneira não-deformada, seria impossível convencer o público” (BRETON, 1999, p. 86).

O processo de reenquadramento cognitivo (em suas variadas formas), obviamente, não se dá de maneira aleatória. A base para a escolha da imagem e do texto manipulatório segue, exatamente, uma correta percepção do produtor de quais são os valores possíveis de causar irritação/indignação aos seus receptores (como no texto de encaminhamento da Imagem 1: “Basta nessa cachorrada”). O tribalismo moral e político cria, justamente, um clima de guerra entre valores, o que faz com que a estratégia para deter o avanço de discursos de valores opostos seja mesmo análoga à de guerras. A guerrilha político-discursiva nas redes sociais é apenas reflexo do tribalismo que dispõe os agentes e seus grupos em categorias binárias de *nós* contra *eles*, *bons* contra *maus*, possibilitando os pertencentes a tais grupos a se predisporem a tudo fazer para que os valores de seus grupos, e consequentemente a sua identidade, não sejam questionados (um processo de diminuição da dissonância cognitiva).

A propósito, partindo do pressuposto do utilitarismo cognitivo, Bronner (2003, p. 67, tradução nossa) afirma que os “indivíduos procuram, ao máximo que podem, a coerência mental, porque o estado de dissonância cognitiva é um estado doloroso, o qual o espírito busca geralmente afastar⁶”. Tal “estado doloroso” faz com que, consciente ou inconscientemente, os agentes busquem meios de não permitir o questionamento de suas crenças por parte de outras crenças ou determinado comportamento em dissonância. Festinger (1962) afirma ser o processo cognitivo de redução da dissonância algo inevitável, automático, um reflexo da condição cognitivo-social humana. Isso porque, para ele, a dissonância, isto é, “a existência de relações não adequadas entre cognições é, por si só, um fator motivador⁷”.

De fato, a cognição e a percepção de mundo, sendo ambos os processos intensamente perspectivados, apenas podem se alinhar caso os valores estejam em harmonia. Ora, a retórica, ao afirmar que a persuasão só acontece se houver *contato dos espíritos*⁸, ou seja, a consonância de ideias, paixões e valores entre o orador e o auditório, está justamente tratando dessa questão cognitiva.

⁶ O texto em língua estrangeira é: “Les individus cherchent, autant que faire se peut, la cohérence mentale car l'état de dissonance cognitive est un état pénible que l'esprit fuit généralement”.

⁷ O texto em língua estrangeira é: “the existence of nonfitting relations among, is a motivating factor in its own right”.

⁸ Cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 17.

Meyer (2008), do mesmo modo, ao dizer que a retórica é a *negociação da diferença* entre os indivíduos a respeito de determinada questão, está afirmando a necessidade de redução da dissonância e manutenção/conquista do estado consonante.

Nesse sentido, em termos de *fake news*, duas principais possíveis situações podem ocorrer com os receptores no processo cognitivo-discursivo: 1- Ele recebe e compartilha ou 2- Ele recebe e descarta, criticando o seu recebimento. No caso 1, o agente recebe *fake news* e compartilha, na maior parte das vezes, porque concorda com o que ali está sendo veiculado. Esse processo, como visto anteriormente, tem base nas emoções tribais (identificação afetiva) de um determinado grupo ideológico e na identificação valorativa entre os próprios valores e os valores presentes naquele discurso compartilhado. Trata-se, portanto, de um movimento de *consonância cognitiva*, pelo qual os elementos de cognição dos agentes envolvidos em uma interação discursiva estão em harmonia.

No caso 2, por sua vez, a informação veiculada não está em consonância com os valores e as opiniões do agente. Há, portanto, uma cisão cognitiva clara, uma ruptura, conforme nomeia Angenot (2008), a qual pode gerar um estado de *dissonância cognitiva*. Ocorre dissonância, ressalte-se, quando algumas informações, opiniões e valores estão em desarmonia, o que faz com que o agente tente reestruturar uma situação para que a dissonância não seja percebida, seja reduzida ou mesmo para eliminá-la.

Destarte, o compartilhamento de notícias falsas segue exatamente a lógica da diminuição da dissonância e, por corolário, espalha a notícia por meio da grande ressonância cognitiva que as redes sociais, sobretudo o *Whatsapp*, permitem. Vale pontuar que, levando em conta a configuração da internet instantânea, as informações atualmente podem ser disseminadas rapidamente, fenômeno comumente reconhecido por *viralização*, o que acaba por beneficiar as *fake news*, causando um certo tipo de *efeito manada*. Trata-se, em suma, da tendência da quase totalidade de um grupo fortemente tribalizado em seguir um mesmo caminho, uma mesma opinião, uma mesma direção (BRETON, 1999). As *fake news* ecoam, portanto, nas vozes dos diferentes membros do grupo e ressoam, rapidamente, no cenário discursivo de uma determinada sociedade, em determinada época.

Considerações finais

Pode-se afirmar, em suma, que as técnicas de (re)enquadramento cognitivo foram modos de diminuir a dissonância cognitiva flagrante, após a queda de popularidade do presidente Bolsonaro e de seu governo mediante a má recepção dos anúncios de corte/contingenciamento dos recursos da educação. Em consequência, buscou-se, com tais estratégias, a consonância cognitiva (o convencimento dos receptores) por meio de uma ressonância de notícias falsas que tomaram, rapidamente, o cenário discursivo nacional por meio da configuração fluida e imediata das redes sociais.

Nesse sentido, o estado tribal faz com que os agentes, movidos por identificação afetiva e axiológica (o que forma o gosto), lancem-se em inegáveis batalhas discursivas com vistas a manter intactas as bases de suas crenças. Com efeito, foi possível perceber que, em termos de funcionamento e organização, os estudos do discurso e da argumentação, aliados aos estudos cognitivos, podem ajudar a elucidar as possibilidades da razão argumentativa em operação nos mais distintos casos de desinformação.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. *In*: STARLING, Heloísa et al. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2) :211-236, 2017.

ANGENOT, Marc. *Dialogues des sourds: traité de rhétorique antilogique*. Paris : Fayard, 2008.

BOUDON, Raymond. *Crer e saber: pensar o político, o moral e o religioso*. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

BRETON, Philippe. *A manipulação pela palavra*. Tradução de Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1999.

BRONNER, Gérald. *L'empire des croyances*. Paris: PUF, 2003.

DUNKER, Christian. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: STARLING, Heloísa et al. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

EMEDIATO, Wander. Dimensões e faces da mentira no discurso político. In: _____(org.). *Análises do discurso político*. Belo Horizonte: NAD, 2016.

FESTINGER, Leon. *A theory of cognitive dissonance*. Stanford: Stanford University Press, 1962.

G1. É #fake que foto que mostra estudantes nus fazendo manifestação dentro de universidade. *Fato ou Fake*, <https://oglobo.globo.com/fato-ou-fake/e-fake-que-foto-mostra-estudantes-nus-fazendo-manifestacao-dentro-de-universidade-23680378>, , 20 mai.2019.

GREENE, Joshua. *Tribos morais: a tragédia da moralidade do senso comum*. Tradução de Alessandra Bonrruquer. Rio de Janeiro: Record, 2018.

GUIMARÃES, Hellen. É #fake que universidade federal liberou computadores de ponta para alunos jogarem LOL. *Fato ou Fake, Portal G1 de Notícias*, <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2019/05/08/e-fake-que-universidade-federal-liberou-computadores-de-ponta-para-alunos-jogarem-lol.ghtml>, 28/05/2019.

KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. São Paulo: Objetiva, 2012.

JORNAL NACIONAL. Ibope divulga pesquisa de avaliação do governo de Jair Bolsonaro.. *Portal G1 de Notícias*, <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/24/ibope-divulga-pesquisa-de-avaliacao-do-governo-de-jair-bolsonaro.ghtml>, 24/04/2019

MAFFESOLI, Michel. Tribalismo pós-moderno: da identidade às identificações. Tradução de José Ivo Follmann. *Revista de Ciências Sociais da Unisinos*, n.43, , pp.97-102, São Leopoldo/RS, 2007.

MASON, Lilliana. *Uncivil agreement: how politics became our identity*. Chicago: University of Chicago Presso: 2018.

MEYER, Michel. *Principia rhetorica*. Paris: Fayard, 2008.

NASCIMENTO, Lucas. *Análise dialógica da argumentação polêmica: uma hipótese geral*. *Entrepalavras*, 9: 151-169, Fortaleza, 2019.

PAVARIN, Guilherme. Como a milícia digital bolsonarista resgastou sua máquina de fake news para atacar universitários. *The Intercept Brasil*, <https://theintercept.com/2019/05/14/milicia-digital-bolsonarista-contra-universidades/>. 15/05/2019.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SEIXAS, Rodrigo. A retórica da pós-verdade: o problema das convicções. *EI-D&A – Revista de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 18:122-138, Ilhéus/BA, 2019.

I LIKE IT, THEN I BELIEVE IT: THE COGNITIVE-ARGUMENTATIVE FUNCTIONING OF *FAKE NEWS*

ABSTRACT

The objective of this article is to undertake, in times of strong political radicalization and conflict, a study of case in which the occurrence of cognitive dissonance (FESTINGER, 1962), typical of the phenomenon of *fake news*, is observed. In order to fulfill this aim, some cognitive strategies, such as cognitive (re)framing (BRETON, 1999), will be analyzed in order to verify the discursive construction of false news.

KEYWORDS: *fake news*; cognitive dissonance; political argumentation.

CONSIDERAÇÕES SOBRE VERDADE EM TEMPOS DE *FAKE NEWS*

Rudá da Costa Perini^a
Vanise Gomes de Medeiros^b

RESUMO

Neste artigo, almeja-se discutir o funcionamento da noção de verdade no discurso jornalístico. Para tanto, faremos um percurso filosófico, jornalístico e discursivo para refletir sobre a relação sujeito-língua-verdade-realidade com base na Análise do Discurso pecheuxiana. Buscamos iluminar o modo como o discurso jornalístico se constitui socialmente como verdade e, além disso, problematizar a relação dual verdade-mentira.

PALAVRAS-CHAVE: Verdade; Análise do Discurso; Discurso jornalístico

Recebido em: 06/05/19

Aprovado em: 10/10/19

A noção de verdade na perspectiva filosófica

A *verdade* é uma noção complexa, afetada por transformações sócio-históricas, atravessada por diversas contingências éticas, religiosas e políticas. Objeto da filosofia desde seus primórdios, ela vem sendo (re)construída

^a Graduado em Letras pela UFF. Mestre em Estudos de Linguagem pelo PPGEL-UFF. Doutorando em Estudos de Linguagem pelo PPGEL-UFF com bolsa CAPES. Desenvolve pesquisa filiada à Análise do Discurso de perspectiva materialista com foco em discursos midiáticos e política.

^b Professora associada da UFF, pesquisadora do CNPq, bolsista CNE FAPERJ. Atua nos campos da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas.

com o passar dos séculos. Segundo Chauí (2008, p. 95), o que se entende hoje como verdade tem como ponto de partida possível três concepções distintas: a do ver-perceber, a do falar-dizer e a do crer-confiar. Essas três concepções, advindas do grego, latim e hebraico, seriam, respectivamente, *alétheia*, *veritas* e *emunah*.

A noção grega¹ traz o ver-perceber, isto é, a manifestação do que realmente existe e se apresenta tal qual é, ao passo que o falso está acobertado. Dessa forma, o verdadeiro é o visível, a evidência (no sentido de ser aquilo de que se teria uma percepção total). A noção latina² remete à capacidade intelectual e de memória daquele que relata, bem como à correspondência (ou não) entre o relato e o fato. Não depende da coisa em si, mas do relato, ou seja, de uma linguagem verdadeira. Por essa razão, é a concepção do falar-dizer. Seu oposto seria a mentira. Se, por um lado, as coisas podem ser reais ou imaginárias, por outro, os relatos e enunciados sobre elas é que são verdadeiros ou falsos. Já a noção advinda do hebraico³, a do crer-confiar, se liga, em certa

¹ “Em grego, verdade se diz *alétheia*, palavra composta do prefixo *a* (que em grego indica ‘negação’) e de *lêthe* (que significa esquecimento). *Alétheia* significa ‘o não esquecido’ [...]. Por extensão do sentido *alétheia* também significa o não-escondido, não-dissimulado. Como não-esquecido, não-escondido, não-dissimulado a verdade é o que vemos numa contemplação, o que se manifesta ou se mostra para os olhos do corpo e do espírito. [...] Assim, a verdade é uma automanifestação da realidade ou manifestação dos seres à visão intelectual dos humanos. Ela é uma qualidade das próprias coisas (o manifestar-se ou mostrar-se a si mesma) e o verdadeiro está nas próprias coisas, quando o que elas manifestam é sua realidade própria. Conhecer é ver e dizer a verdade que está na própria realidade e, portanto, a verdade depende de que a realidade se manifeste, enquanto a falsidade depende de que ela se esconda ou dissimule em aparências. Por isso, na concepção grega, o verdadeiro é o ser (o que algo realmente é) e o falso é o parecer (o que algo aparenta ser e não é)” (CHAUÍ, 2008, p. 95-96, grifos da autora).

² “Em latim, verdade se diz *veritas* e se refere à precisão, ao rigor e à exatidão de um relato, no qual se diz com detalhes, pormenores e fidelidade o que realmente aconteceu. Verdadeiro se refere, portanto, à linguagem como narrativa de fatos acontecidos, refere-se a enunciados que dizem fielmente as coisas tais como foram ou aconteceram. Um relato é veraz ou dotado de veracidade quando a linguagem enuncia fatos reais” (CHAUÍ, 2008, p. 96, grifo da autora).

³ “Em hebraico, verdade se diz *emunah* e significa ‘confiança’. Agora são as pessoas e é Deus quem são verdadeiros. Um Deus verdadeiro ou um amigo verdadeiro são aqueles que cumprem o que prometem, são fiéis à palavra dada ou a um pacto feito; enfim, não traem a confiança. [...] A verdade é uma crença fundada na esperança e na confiança em uma promessa, estando referida ao futuro, ao que será ou virá. Sua forma mais elevada é a revelação divina e sua expressão mais perfeita é a profecia.” (CHAUÍ, 2008, p. 96, aspas e grifos da autora).

medida, ao aspecto religioso. Mas também está relacionada a uma visão de futuro, de confiança no porvir. Logo, talvez se possa dizer que o que entendemos como verdade, hoje, seria uma síntese das três noções supracitadas, perpassada por certa temporalidade (passado-presente-futuro). Em suma,

[...] nossa concepção da verdade abrange *o que é* (a realidade), *o que foi* (os acontecimentos passados) e *o que será* (as ações acontecimentos futuros). Refere-se, portanto, à própria realidade (como na *alétheia*), à linguagem (como na *veritas*) e à confiança-esperança (como na *emunah*) (CHAUI, 2008, p. 96, grifos da autora).

Como aponta a autora, temos, atravessando a noção de *verdade* mais ou menos estável em nossa formação social, a tríplice realidade-linguagem-confiança. Para explorar melhor esse ponto, sigamos com Nietzsche. Esse filósofo, orientado pelo perspectivismo sobre a verdade, contesta a premissa positivista de que só há fatos – fenômenos em si mesmos. E nos diz que não há fatos, há interpretações (NIETZSCHE, 1978, p. 304-305). Aqui, importa destacar o deslocamento que Nietzsche provoca na posição positivista sobre os fatos – os quais, para essa visão, são de ordem empírica –, elevando a reflexão sobre a perspectiva ao limite. Para o autor, quando estamos diante da realidade, não lidamos diretamente com os fatos (empíricos, em si), outrossim com nossa interpretação dos fatos. A crítica de Nietzsche recai sobre uma posição filosófica em que haveria uma busca vã pelo fenômeno em si, pela *alétheia*.

Nietzsche, ao postular a perspectiva das perspectivas, deixa a semente para pensarmos a questão do sentido, a saber: o objeto a ser significado (um texto, por exemplo) não somente possui mais de um sentido possível como, mais radicalmente, o próprio sentido se constrói no gesto de interpretação. Assim, não há sentido *a priori* para ser desvendado. É na interpretação que o sentido acontece. E isso tem paralelo com a formulação de discurso dada por Pêcheux como efeito de sentidos entre locutores. Aproximando Nietzsche e Pêcheux, a interpretação pode ser compreendida como a força que confere sentidos, necessária ao processo de comunicação. Todo sentido é dado pela interpretação, sendo uma construção afetada por vários fatores (inconsciente e

ideologia⁴ são dois que vale a pena mencionar), e não sendo, em si, imanente, uma verdade; “não buscar o sentido nas coisas: mas lhes *impor!*” (NIETZSCHE, 1978, p. 15, grifo do autor, tradução nossa). Assim, somos levados a questionar a ideia de objetividade, de evidência, de que o fato “fala por si só”; ideia correntemente traduzida na máxima positivista “contra fatos não há argumentos”. Mas vamos com calma. Uma leitura apressada do autor poderia sugerir a inexistência completa dos fatos – uma vez que a significação do mundo se dá por meio de uma perspectiva. Não se trata disso. Neste ponto, concordamos com Camargo, haja vista que há interpretações que precisam ser compreendidas como verdades, mas

Por mais que a realidade exista de forma independente ao homem, não haveria pensamento, conhecimento, filosofia, nem este debate sem ele [...]. Se tudo já existia antes dele e se continuará a existir depois, mesmo isto, só pode ser pensado a partir deste homem, isto é, perspectivamente. O pensamento é, assim como tudo o que o homem pode produzir, parcial e interpretativo, isto é, perspectivo. (CAMARGO, 2008, p. 106)

Por conseguinte, é possível direcionar essa reflexão para algo que nos interessa em particular: o texto. Ou seja, “um mesmo texto permite inúmeras interpretações: não existe a interpretação ‘justa’” (NIETZSCHE, 1978, p. 120), mas certamente existem interpretações inválidas, isto é,

[...] não existe a interpretação verdadeira, mas existem interpretações abusivas, arbitrárias, trapaceiras, baixas, rasteiras [...]. O fato de não haver uma perspectiva verdadeira não significa

⁴ Inconsciente e ideologia são conceitos dos quais a AD faz releitura por constituírem o processo de interpelação do sujeito. Inconsciente, noção advinda da psicanálise lacaniana, é o componente da psiquê que fica inacessível para o sujeito; o sujeito só o encontra na língua, aos tropeços, no lapso, no chiste, no ato falho, no sonho. Para Lacan, o inconsciente se estrutura como linguagem. Ideologia, noção trazida de Althusser, é o mecanismo que fabrica evidências para o sujeito ao mesmo tempo que apaga esse funcionamento; assim, produz a ilusão de colagem entre língua e mundo, naturalizando sentidos.

que todas as interpretações sejam igualmente válidas na interpretação da “realidade”. É possível, pois, que existam interpretações que falseiem o texto ao serem abusivas e arbitrárias em sua abordagem (CAMARGO, 2008, p. 108, aspas do autor)

É necessário recorrer ao discurso histórico já que o discurso jornalístico atua na construção do passado e na institucionalização dos sentidos. Por essa via encontra-se um convite a pensar a relação do historiador com o texto e com os fatos, pois a questão da interpretação abordada aqui, a partir da noção de verdade, pode, de certo ponto de vista, recair numa ideia de relativismo. Por esse motivo, temos de tomar todos os cuidados ao caminhar nesta linha tênue que se forma entre o pensar a realidade como um conjunto de construções de linguagem, conseqüentemente de interpretação, e o apagamento de fatos históricos via um suposto “vale tudo das interpretações”. Consoante Robin:

O trabalho historiográfico, entretanto, não é da ordem do pugilismo, mesmo verbal. Não consiste em argumentar para ganhar, em persuadir um adversário, mas em estabelecer um avanço cognitivo sobre tal ou tal tema, em função de um sistema de hipóteses e de questões voltadas aos vestígios, aos documentos, a tudo aquilo que pode constituir arquivo, a partir dos quais, pelo cruzamento de dados, de novas hipóteses submetidas à documentação, verdades sempre parciais, mas fundas no real do passado, vão emergir. Em suma, o historiador coloca o verdadeiro sobre o real do passado. Ele não estabelece um sistema de argumentos à maneira dos sofistas, para ganhar custe o que custar (ROBIN, 2016, p. 271).

O que queremos apontar é precisamente o risco de reduzir a história ao que é da ordem da argumentação, da retórica, do discurso tipificado. Por este caminho poderíamos cair num apagamento da materialidade do acontecimento histórico, como se os fatos históricos não possuíssem sua espessura, seu

peso e suas consequências – apesar de só ganharem sentidos na linguagem.⁷

Com Robin, vimos que não podemos negligenciar a interpretação dos fatos. Se mais de uma interpretação é possível, nem todas as interpretações o são. Logo, há a interpretação que, pelas relações de poder em jogo na sociedade, será tomada como verdade apagando outras possíveis, bem como há aquelas interpretações “abusivas, arbitrárias, trapaceiras, baixas, rasteiras” (CAMARGO, 2008, p. 108). Há o revisionismo, o *negacionismo*, as *fake news*, e todo tipo de mentira cínica que pode igualmente ser tomada como verdade – pois, afinal, o sujeito, para ser sujeito, é interpelado pela ideologia, portanto, pode se identificar com a interpretação arbitrária, com o *negacionismo*, o charlatanismo histórico-filosófico, com a mentira.

A noção de verdade no discurso jornalístico

Avancemos, agora, para o discurso jornalístico. Podemos dizer que a perspectiva positivista denunciada por Nietzsche afeta a prática jornalística.

A visão positivista, muito em voga no meio científico do século XIX, influenciou decisivamente o olhar enviesado que, ainda no século XXI, muitos profissionais e pesquisadores da área lançam sobre a construção da informação. O “novo jornalismo”, o “culto aos fatos” e, principalmente, o esforço hercúleo em tentar transformar o jornalismo em uma “máquina fotográfica da realidade” levou à defesa de uma objetividade idealista, cujas

⁷ A título de exemplo, Robin, a respeito do holocausto, retomando Evans (1997), adverte: “Auschwitz ‘não é discurso’, dizia Evans, mas Auschwitz passa também no e pelo discurso, pela linguagem, pelos tropos, metáforas, estruturas narrativas e argumentativas, ritmos, escansões. Deixar-se intimidar pelos negacionistas, repito, é fazer o seu jogo e empobrecer tanto o imaginário quanto a teoria, tanto o conhecimento quanto a transmissão. Certamente, a história – o texto histórico – não é ficção. Ela obedece às suas próprias regras. Ela não tem de imitar o horror dos fatos que relata e analisa, não tem de simular as características de seu objeto. Mas o historiador não pode evitar de se colocar a questão a respeito de sua escritura, dos procedimentos que ele aplica, a forma com que ele se situa no seu texto, com que ele dá voz aos outros, nesse caso as testemunhas ou os mortos” (ROBIN, 2016, p. 288, aspas da autora).

premissas de “isenção”, “imparcialidade” e “neutralidade” compõem, na verdade, o discurso dominante em uma sociedade concreta. Tal fenômeno pode ser identificado ao levarmos em conta a lógica da formação social capitalista, que aponta para uma profunda mercantilização das práticas sociais. (MENEZES, 2017, p. 14, aspas do autor)

É coerente a associação do “culto aos fatos”, do qual nos fala Menezes, não só à herança positivista, mas também à lógica capitalista, tendo em vista que os jornais “vendem” algo que pode ser englobado na categoria geral de notícia, ou seja, a notícia é produto, e “a verdade de uma notícia, baluarte de um neoliberalismo (mercado livre de ideias) contemporâneo, se remete à fundamentação teórica da objetividade do acontecimento” (MEDINA, 1988, p. 20).

Entre as teorias do jornalismo, em consonância com Tavares (2015), mesmo nas mais recentes, que já questionam valores canônicos (verdade, objetividade, imparcialidade, credibilidade), a busca pela verdade parece estar enraizada:

Há assim duas dimensões de jornalismo coexistindo em conflito: aquela tradicional, clássica, que se firma ainda na representação da realidade pela linguagem, e aquela que se deixa afetar pelos questionamentos típicos da modernidade, de impossibilidades impostas por limitações do homem. Que a “verdade jornalística” seja, a um só tempo, prática e ideal, faz sentido precisamente nessas dimensões. Enquanto na prática se reconhece a impossibilidade de se chegar a uma verdade por conta das limitações do homem, a vontade de que isso fosse possível é colocada como horizonte ideal e orientação ética. (TAVARES, 2015, p. 34, grifos do autor)

O jornalismo enquanto instituição, segundo Franciscato (2005, p. 167), cumpre um papel social específico, não executado por outras instituições. A instituição jornalística foi investida historicamente de legitimidade para reconstruir discursivamente uma realidade com base na ideia de

fidelidade entre o relato e a ocorrência no mundo. É, pois, desse ponto de vista institucional que se situa a credibilidade do jornalismo. Credibilidade resultante (a) da compreensão (acordada em sociedade) de que o fazer jornalístico tem permissão para narrar os fatos; (b) de um percurso histórico dessa forma de conhecimento inscrita na trajetória da sociedade moderna e fundada em princípios relativamente consensuais na comunidade jornalística. Por conseguinte, apesar de, no seio das teorias jornalísticas, haver, há algum tempo, uma corrente que pensa criticamente a noção de verdade objetiva, ela sobrevive em um certo imaginário sobre o jornalismo. Por essa via, vimos com Guedes que

De uma maneira geral, está arraigada na sociedade a ideia de que o jornalismo tem a sua credibilidade enraizada na possibilidade de ser fiel na reprodução dos fatos. Nessa perspectiva, a conclamação de fontes, depoimentos e testemunhos considerados legítimos acabaria garantindo uma narrativa “pura” sobre o real, como se fosse possível eliminar a mediação [...] Nesse contexto, a linguagem e os jargões jornalísticos se constituem nas principais ferramentas de persuasão social diante do mito da objetividade absoluta e da busca da verdade definitiva no jornalismo (GUEDES, 2009, p. 4-6, grifos do autor).

A fim de desdobrar este debate, trazemos a reflexão feita por Medeiros (2017) acerca do efeito verdade. Segundo a autora, a escrita literária no século XIX incorpora preceitos da escrita historiográfica, como o uso de referência a fontes para fornecer provas do que se narra. Nesse período, a escrita literária “indica um funcionamento que se aproxima da escrita historiográfica, isto é, um funcionamento que incide sobre a veracidade, daí efeito verdade” (MEDEIROS, 2017, p. 134). Medeiros parte de Ginsburg (2007) e Hartog (2013) para pensar sobre a problemática da verdade e sobre a noção de evidência.

Na esteira de Hartog, Medeiros sinaliza uma primeira noção de evidência ligada à visão, que Cícero, mais tarde, traduz como evidência. Outro sentido de evidência recuperado decorre do termo inglês *evidence*, que teria a ver com

prova ou marca, com testemunho no sentido jurídico ou médico⁸. Contudo, Medeiros nos alerta: “o que se aponta como indícios e provas aí não são ainda o que a partir do século XVII começa-se a entender como fontes primárias e secundárias, fraturando assim, conforme Ginzburg, como se entendia a narrativa da história” (MEDEIROS, 2017, p. 136). Essa fratura pode ser entendida como uma quebra no paradigma do que se entende como evidência e, consequentemente, do que se compreende como verdade. Amarrando as pontas, a autora mostra que evidência se constrói, então, no discurso historiográfico, por meio de documentos, provas e arquivos. A referência passa a funcionar de modo a assegurar no texto um lugar de evidência, de garantia daquilo que seria verdadeiro. É parte dos procedimentos para dar suporte à verdade⁹, para possibilitar o efeito verdade.

A suposta verdade perseguida pelo jornalista, aquela que é supostamente narrada nos jornais, parece-nos funcionar de modo semelhante. Trata-se de um efeito verdade construído a partir do relato do jornalista muitas vezes ancorado em fontes, documentos, testemunhos, enfim, supostas evidências de que a notícia é verdade.

A noção de verdade na perspectiva discursiva

Da perspectiva discursiva, partimos do pressuposto de que não há uma verdade plena a ser descoberta em qualquer esfera de conhecimento. Contudo, contraditoriamente, há mentiras. O que tentamos problematizar, pois, é o próprio binômio verdade/mentira.

Nossa posição é a de que não há “a verdade”, mas interpretações relativamente estáveis sujeitas ao jogo de forças que tenciona o tecido social.

⁸ De natureza principalmente jurídica e judicial, mas também da área da medicina, esse registro tem sido utilizado pela história. Uma leitura dos primeiros capítulos de Tucídides é suficiente para fazer tal demonstração: não prescindindo, de modo algum de indícios e provas, ele define a história como pesquisa e investigação, busca da verdade (HARTOG, 2013, p. 13 *apud* MEDEIROS, 2017, p. 136).

⁹ Conforme Ginzburg, “os fatos têm existência extralinguística, e que a noção de verdade é parte de uma história muito longa, que coincide talvez com a história da espécie. Mas os processos usados para controlar e comunicar a verdade mudaram ao longo do tempo” (2007, p. 341).

Em outras palavras, falamos de um efeito verdade constituído na linguagem, funcionando interdiscursivamente. Seguir essa orientação não caminha ao encontro de um relativismo radical no qual inexistem verdades, fatos, história e, portanto, todas as interpretações são válidas. Pensamos a verdade como algo construído, um saber sócio-histórico-ideológico que possui sua própria materialidade – a espessura material do acontecimento. Logo, não há verdade fora da linguagem, fora de um sistema sociocultural, fora dos processos de significação; assim como não há verdade sem sujeito, interdiscurso e ideologia.

A fim de encaminhar a discussão para um fechamento, recorreremos à noção de imaginário, visto que é nele que se fixam as interpretações. O imaginário pode ser entendido como o (não)lugar onde se acomodam formações imaginárias¹⁰. Com efeito, entendemos que sujeito consiste em uma posição que o indivíduo, interpelado pela ideologia, ocupa para dizer, uma “posição sujeito projetada no discurso” (ORLANDI, 2006, p. 17). Logo, para pensar algumas relações (por exemplo, a relação sujeito-jornalista/sujeito-leitor) que se acomodam no imaginário, consideramos, com Mariani, que o sujeito se encontra

Imerso no efeito ilusório de uma linguagem transparente colocada a um mundo objetivo, decalcando-se em um pensamento previamente organizado e totalmente dizível, em que as palavras estariam representando coisas, para o sujeito configura-se obviamente possível descobrir a origem, a essência e determinar a literalidade dos sentidos (MARIANI, 1996, p. 33).

Muitas vezes, é evidente para o sujeito-leitor que o jornal narra a realidade. Por conseguinte, é, muitas vezes, evidente para o sujeito-jornalista sua objetividade instrumentalizada – ainda que já se admita no meio jornalístico não haver objetividade plena – para narrar os fatos como são (nesse gesto, incide a ilusão de transparência da língua, evidência produzida pelo funcionamento da ideologia). Esse é o funcionamento do jogo de imagens no discurso, ou seja,

¹⁰ Conforme Pêcheux ([1969] 1987, p. 82), trata-se de imagens projetadas entre sujeitos no discurso seguindo regras de projeção existentes em cada formação social.

O jornalista que enuncia tem uma imagem sobre si, seu papel e sua identidade. Essa imagem está alicerçada tanto em ideais como verdade e credibilidade quanto na consciência (às vezes nem tão consciente assim, pois internalizada) sobre as condições de produção do discurso. O jornalista também tem uma imagem sobre seu leitor (BENETTI, 2008, p. 19).

Nesse jogo de projeções, a ideologia vai produzindo evidências (sentidos tomados como óbvios, como se estivessem sempre aí) e, simultaneamente, apaga seu funcionamento. Porém, a evidência pode ser questionada, pode não funcionar como evidência, as posições podem mudar, pois há a possibilidade de contraidentificação, de resistência ao sentido estabilizado.

É na ilusão de transparência que o discurso jornalístico se sustenta¹¹. Uma imagem sobre os jornais, acomodada no imaginário, faz com que seja uma evidência a isenção, a objetividade, a imparcialidade do sujeito-jornalista ao produzir a notícia, apagando que o mesmo assume uma determinada posição para dizer sobre fatos como elementos de uma suposta realidade objetiva. Isto é, não há uma realidade objetiva, pois:

O que chamamos de realidade é o resultado da construção/re-memorialização cotidiana de concepções de mundo que não se inauguram nos sujeitos, mas que se concretizam em suas práticas sem que haja percepção crítica deste processo. A realidade, portanto, não é algo dado, um mundo externo, mas sim, algo que resulta da necessária significação com que o homem, ser simbólico, investe suas práticas sociais e languageiras. E, assim, retornamos à produção de sentidos: ao dizer, o sujeito está sempre significando (ou interpretando a ‘realidade’), retomando e

¹¹ Para Mariani, “a imprensa não é o mundo, mas deve falar sobre esse mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores. O cotidiano e a história, apresentados nas diversas seções de um jornal, ganham sentido ao serem ‘conectados’ interdiscursivamente a um ‘já-lá’ dos assuntos em pauta. E essa interdiscursividade pode ser reconstruída através da análise dos processos parafrásticos presentes na cadeia intertextual que vai se construindo ao longo do tempo” (1996, p. 64, aspas da autora).

renovando os processos de significação constitutivos de sua historicidade (MARIANI, 1996, p. 26, aspas da autora).

O sujeito, diante do sem sentido, por ser constitutivamente sujeito da linguagem, história, ideologia e do inconsciente, interpreta, dá sentido; diante do sem sentido há uma injunção a interpretar como condição primeira do trabalho simbólico com a linguagem. Não é possível, para o sujeito, não interpretar. A relação que se estabelece enquanto evidência entre fato (interpretado) e realidade (supostamente objetiva) é direta, como se o fato (interpretado) fosse a própria realidade em si mesma. Por esse motivo, o fato, mesmo existindo à revelia da interpretação, só é entendido como fato ao ser trabalhado pela interpretação; afinal, com Henry, aprendemos que “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências.” (HENRY, 2014, p. 55, aspas do autor). Portanto, os fatos reclamam sentidos, assim não é possível para o sujeito ser objetivo, neutro ou imparcial justamente porque não há sujeito fora da língua, fora da ideologia e do inconsciente, fora da história, fora dos processos de significação construídos socialmente.

Para fechar, uma provocação

O objetivo central deste trabalho foi mostrar a dimensão problemática acerca da verdade. Para isto, com Chauí, tentamos capturar sentidos fundadores da noção de verdade que perpassam nossa formação social atual e avançamos na reflexão com o perspectivismo nietzschiano. Com ele, entendemos que não há “a Verdade”, e com Robin, historiadora, compreendemos que nem toda interpretação é válida, e, sobretudo, que existe falseamento e mentiras. Em seguida, refletimos sobre a noção de verdade no discurso jornalístico, almejando desmontar o efeito de evidência que recobre noções como objetividade e neutralidade, ainda presentes no jornalismo, a despeito das reflexões críticas feitas neste campo. Trouxemos, então, Ginsburg e Hartog, historiadores, que, ao encontro das reflexões de Chauí, mostram como, ao longo dos séculos, a noção de verdade mudou e como se foram construindo procedimentos na escrita para produzir o efeito verdade, que também ocorrem no dis-

curso jornalístico. Todo o trajeto de reflexões feito converge para o território da Análise de Discurso. Sob as lentes dessa teoria, é possível olhar a noção de verdade como algo engendrado na/pela linguagem, descartando, vale salientar, as interpretações abusivas e os falseamentos das mais diferentes ordens.

Apesar de distantes estarmos de esgotar essa discussão, trazemos da LTI¹² de Kemplerer (2009) uma reflexão que deixaremos como caminho a trilhar. Nosso ponto central é: se é possível afirmar a existência de verdades infalíveis, se pode, em contrapartida, falar em mentiras, o que nos leva a disjunção desse par paradigmático (verdade/mentira). Para isto, nos ateremos apenas a um aspecto trazido por Klemplerer, o estrangeirismo, para pensar em seu efeito na língua. Filólogo com escuta atenta à linguagem de seu tempo, Kemplerer registra, em seu diário, certas ocorrências linguísticas durante o período nazista: criação de abreviaturas, recorrência de certos prefixos, deslocamentos de sentidos e, a que daremos foco a seguir, a entrada de estrangeirismos. O autor observa no emprego de alguns estrangeirismos, como *garant* (fiador) e *diffamieren* (difamar), nuances de ordem prosódica, e, sobretudo semântica que convinham à LTI, pois tais palavras “por serem de origem estrangeira, talvez muita gente não as entendesse, sentindo-se mais impactadas justamente porque não compreendiam bem o significado” (KEMPLERER, 2009, p. 47). O que se tenta iluminar aqui é precisamente o funcionamento do estrangeirismo nas condições de produção de um regime totalitário, isto é, como um mecanismo de interdição ao dizer e ao dar sentido.

Discursivamente, são vários os funcionamentos do estrangeirismo (MEDEIROS, 2010). Ele trabalha o efeito de uma língua já estabilizada uma vez que se apresenta como advindo de outra língua; funciona como acréscimo, algo que viria completar uma lacuna, uma falta na língua, e assim tampona a existência de palavra que possa ser usada na língua. Tomemos como exemplo a profusão de *fake news*, termo de origem estadunidense, na conjuntura brasileira pré, durante e pós eleições de 2018. *Fake news* se sobrepõe ao termo *mentira* e seu uso tem várias implicações. Uma delas é simular não haver outro termo e, ao mesmo tem-

¹² LTI, a *Lingua Tertii Imperii*, ou a *Linguagem do Terceiro Reich*, é a uma expressão cunhada por Kemplerer (2009) para designar a linguagem que dominou a sociedade alemã durante o período nazista.

po, funcionar no lugar dele (mentira), apagando sua força: *Isto é fake news* não equivale a *Isto é mentira*. Trabalha-se aí uma suposta equivalência que redobra a opacidade da língua¹³. Mas não só. Produz o efeito de pré-construído¹⁴, isto é, funciona como objeto do mundo, algo que “todo mundo sabe”, silenciando o termo mentira ao adentrar como termo novo a preencher uma suposta lacuna.

Podemos, agora, traçar um paralelo com processos linguísticos apontados por Gadet e Pêcheux (2010) que irrompem durante as revoluções russa (1917) e francesa (1789). Os autores assinalam a entrada de neologismos, entre outros aspectos importantes do movimento na língua. “Em 1917, como em 1789, um enorme ‘trabalho da língua’ é posto em prática; as massas em revolução passam a falar” (GADET e PÊCHEUX, 2010, p. 65, aspas dos autores). Em Kemplerer, o funcionamento é outro: em lugar de as massas tomarem a palavra, como sinalizam Gadet e Pêcheux, ele nos mostra como a LTI cala as massas. Eis nossa provocação: estaríamos, na conjuntura brasileira atual, diante do despontar de uma nova linguagem ainda não nomeada? Uma linguagem marcadamente autoritária, excludente, violenta, beligerante que, à imagem e semelhança da LTI, se impõe para fazer calar as massas?

Referências

- AUTHIER-REVUZ, J. *Ces mots qui ne vont pas de soi*. Paris: Larousse, 1995.
- BENETTI, M. O jornalismo como gênero discursivo. In: *Revista Galáxia*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 15: 13-28, jun. 2008.
- CAMARGO, G. A. Sobre o conceito de verdade em Nietzsche. In: *Revista Trágica: estudos sobre Nietzsche*. vol. 1, nº 2: 93-112, 2008.
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 13ªed. São Paulo: Editora Ática, 2008.
- EVANS, R. J. *In Defense of History*. Londres: Granta Books, 1997.

¹³ Se as palavras são opacas, na medida em que seus sentidos têm condições de produção, um termo estrangeiro duplica a opacidade, pois seu significante, seguindo Authier-Revuz (1995), se desdobra sobre o signo.

¹⁴ O “[...] *pré-construído*, tal como o redefinimos, remete simultaneamente ‘àquilo que todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos de pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma de evidências do “contexto situacional”.” (PÊCHEUX, 1988, 171-172, grifos e aspas do autor)

FRANCISCATO, C. E. *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão: Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

GADET, F; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: Editora RG, 2010.

GINSBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUEDES, N. G. T. Jornalismo e Construção Social da Realidade: uma reflexão sobre os desafios da produção jornalística contemporânea. In: *ANAIS DO XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, p. 1-15. Curitiba, 2009.

HARTOG, F. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autentica, 2013.

HENRY, P. A história não existe?. In: ORLANDI, Eni (org.). *Gestos de leitura: da história no arquivo*. 4ª ed. Editora da Unicamp, 2014, p. 31-56.

KLEMPERER, V. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

MARIANI, B. S. C. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. 1996, 254 f. Tese (Doutorado em Linguística). Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 1996.

MEDEIROS, V. G. Uma reflexão sobre intervenções dos escritores e o efeito verdade. In: Flores, G. G. B.; Gallo, S. M. L.; Lagazzi, S.; Neckel, N. R. M.; Pfeiffer, C. C.; Zoppi-Fontana, M. G. (org.). *Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia*. 1ª ed. Campinas: Pontes, 2017, v. 3, p. 131-142.

_____. Jornal, arquivo, instrumento linguístico. In: MEDEIROS, V.; MARIANI, B. (orgs.) *Ideias linguísticas: formação e circulação no período JK*. RJ: FAPERJ; SP: RG, 2010, p. 85-107.

MEDINA, C. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2ªed. São Paulo: Summus, 1988.

MENEZES, E. S. *A possibilidade de inserção e aplicabilidade da análise de discurso na formação jornalística: uma revisão teórica com vistas à análise da cobertura das eleições presidenciais de 2014 no Brasil*. 2017, 219f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas. Pelotas: PUC, 2017.

NIETZSCHE, F. W. *Fragments posthumes. Automne 1885 – automne 1887: Oeuvres philosophiques complètes*, XII. Paris: Editions Galimard, 1978.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: ORLANDI, E. P. *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 13-35.

PÊCHEUX, M. Análise automática do Discurso (AAD-69). [1969] In: GADDET, F.; HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 61-161.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. [1975] 5ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PERINI, R. C. *A batalha do impeachment/golpe: os sentidos de um sítio bélico de significância no discurso jornalístico*. 2019, 149f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem). Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2019.

ROBIN, R. *Memória Saturada*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

TAVARES, L. *As notícias e as coisas: para uma genealogia da verdade no jornalismo*. 2015, 52f. Monografia (Graduação em Jornalismo). Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2015.

PONDERATIONS ABOUT TRUTH IN TIMES OF LIE

ABSTRACT

This article aims to discuss the functioning of the notion of truth in journalistic discourse. To do so, we will take a philosophical, journalistic and discursive path to ponder on the subject-language-truth-reality relationship based on Pecheuxian Discourse Analysis. We seek to shed light on the way in which journalistic discourse is socially constituted as truth and, in addition, to problematize the dual truth-lie relationship.

KEYWORDS: Truth; Discourse Analysis; Journalistic discourse.

INSTRUÇÕES PARA COLABORAÇÃO

Os temas e as ementas da seção Dossiê para os próximos números e os respectivos prazos para submissão de artigos são:

Nº 60 - Teatro e Memória (submissão de 01/06/2019 até 31/10/2019) publicação em junho de 2020

Organizadores: André Dias (UFF) e Elen de Medeiros (UFMG)

Paul Ricoeur, em *A memória, a história, o esquecimento*, (2007), lança duas perguntas para a primeira parte de seu livro, acerca da fenomenologia da memória: de que há lembrança? De quem é a memória? Descolando o questionamento da centralidade da memória individual, Ricoeur então compreende que, antes de atribuir a alguém a experiência mnemônica, deve-se perguntar o quê. Dessa maneira, a memória relaciona-se com a própria fenomenologia, mas também com a epistemologia da história e, por fim, com a hermenêutica da condição histórica e do sujeito. O teatro, por sua vez, tem-se valido da condição mnemônica para a constituição de seus espetáculos, seja em seu caráter estético, histórico ou filosófico. Assim, o sexagésimo número dos Cadernos de Letras da UFF, em seu dossiê, receberá artigos originais que reflitam sobre a produção teatral ampla – a dramaturgia e a cena – e sua relação intrínseca com a memória, que pode ser individual, coletiva, histórica ou psíquica. As reflexões podem seguir procedimentos analíticos estéticos, historiográficos, políticos ou filosóficos, relacionando-os com a produção artística teatral. Na seção “Vária”, também serão bem-vindos estudos de teor linguístico, em suas diferentes abordagens, sobre o texto dramático e/ou literário.

Normas para publicação:

1. O trabalho enviado para publicação nos *Cadernos de Letras da UFF* será submetido à análise da Comissão Editorial que verificará a originalidade e a pertinência do texto, além de sua organização textual, em relação à linha editorial do periódico, e o encaminhará ao Conselho Consultivo e a pareceristas *ad hoc*. **A aprovação de um trabalho não implica sua publicação no número imediatamente a seguir.**

1.1 os avaliadores verificarão o ineditismo dos texto por meio de ferramentas virtuais antiplágio.

1.2 a autoria do texto deve ser de pós-graduado ou pós-graduando. No caso de graduado ou ainda graduando, somente em coautoria com doutor, em situação de orientação científica.

2. Os textos deverão ser submetidos online no sistema SEER/OJS, em formato .doc, a partir do cadastro disponível no menu superior. No ato da submissão, o autor deverá preencher obrigatoriamente o resumo bibliográfico do(s) autor(es), que poderá ser retirado do Currículo Lattes.

3. Serão aceitos somente trabalhos originais que contribuam para o debate nas áreas de Letras e Linguística. Artigos redigidos em espanhol, francês, alemão, italiano ou inglês poderão ser recebidos para avaliação.

4. O trabalho deve ser apresentado em arquivo compatível com o Word 6.0 (ou versão superior), com fonte Times New Roman, corpo 12, margens de 3 cm (esquerda, direita, superior e inferior), e espaço duplo, notas somente explicativas de pé de página em corpo 10 com espaço simples, e não deverá exceder 15 páginas (o mínimo é 12), no caso de artigos, e 4 páginas, no caso de resenhas. Palavras estrangeiras e títulos de livro devem ser grafados em itálico; títulos de artigos, entre aspas. O título do trabalho deve ser apresentado centralizado, em maiúsculas e a ele seguirem, justificados, o RESUMO, que não poderá exceder 5 linhas, em espaço simples, e a indicação de 3 PALAVRAS-CHAVE, também justificadas,

separadas entre si por ponto e vírgula. O trabalho poderá ser dividido em seções internas, com ou sem títulos, sempre alinhados à esquerda em maiúsculas, sem qualquer numeração. As citações até 4 linhas devem ser integradas ao parágrafo referente. Com mais de 4 linhas, devem vir em separado, com espaço 1,5 e espaço de recuo igual a 4 cm. Ao final do trabalho, após as referências bibliográficas completas, deverão ser repetidos o título, o resumo e as palavras-chave traduzidos para inglês. Se o artigo foi escrito em inglês, o título, resumo e palavras-chave deverão ser fornecidas em português. Se a língua do artigo for diferente de português ou inglês, o título, resumo e palavras-chave deverão ser traduzidos para essas duas línguas. Evitar marcações como sublinhados e negritos.

4.1 O arquivo **.doc** não pode ser identificado com os dados do autor. Os trabalhos submetidos serão associados aos **metadados** (campos) preenchidos no momento da submissão e serão reconhecidos pelo sistema. Por essa razão, é imprescindível atenção para a correção no preenchimento dessas informações. Os arquivos com a identificação do(s) autor(es) serão rejeitados.

5. Gráficos, ilustrações e tabelas devem ser compatíveis para exibição em Word 6.0, e devem ser numerados e legendados. A reprodução desses itens será em preto-e-branco na versão impressa e em colorido, na versão eletrônica.

6. As referências bibliográficas devem vir ao final do texto, constando nome do autor, título da obra, em itálico, número de edição (se for o caso), cidade, editora, ano de publicação, número de página. Ex.: DANTAS, Raymundo Souza. *África difícil. Diário de uma missão condenada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964. p. 40.

7. Fontes bibliográficas extraídas da Internet devem ser indicadas, contendo o nome do autor (se houver) com o sobrenome em maiúsculas, título do artigo (se houver) em redondo, sem aspas, título do site da internet em itálico (se houver), endereço da WWW (URL), data de visita. Ex.: BAILLY, Bérénice. A segunda pele.

Mais!, <http://www1.folhauol.com.br/fsp/mais/fs1106200605.htm>, 12/06/2006.

8. No caso de artigos de periódicos: nome do autor, título do artigo em redondo, sem aspas, nome do periódico em itálico, volume e/ou número do periódico, número da(s) página(s), local e data de publicação. Ex.: DÁVILA, Jerry. O comparativo e o transnacional nos estudos dos Estados Unidos e do Brasil. *Transit circle: revista brasileira de estudos americanos*, 4: 66-77, Rio de Janeiro, 2005.

9. Para qualquer outro tipo de referência seguir orientações da ABNT.

10. No corpo do texto, as referências virão, entre parênteses, abreviadas da seguinte forma: sobrenome do autor em caixa alta; vírgula; data da publicação; vírgula; abreviatura de página (p.) seguida do número desta(s). Não devem ser utilizadas expressões como *idem* ou *ibidem*. Ex.: (PESSOA, 1986, p. 994).

11. Toda comunicação com os colaboradores será feita por meio de correio eletrônico e, por isso, os endereços eletrônicos utilizados devem estar atualizados e ativos.

12. Os textos aprovados para publicação serão revisados e, em caso necessário, enviados aos autores para correção final. A não devolução do texto em prazo indicado pela Comissão Editorial implicará no cancelamento de publicação.

13. O trabalho publicado será disponibilizado na internet, na versão eletrônica do periódico, em www.cadernosdeletras.uff.br.

Universidade Federal Fluminense - Instituto de Letras
CADERNOS DE LETRAS DA UFF
Campus do Gragoatá - Bloco C - sl. 515
Niterói - RJ - CEP 24210-201
BRASIL